

albuquerque

revista de história

issn 1983-947

e-issn 2526-7280

VOLUME 13/ N. 25

JAN.-JUN. DE 2021



EDUARDO KOBRA

DOSSIÊ

Povos originários e COVID-19: Experiências indígenas diante da pandemia na América Latina

Albuquerque: revista de história - v. 13, n. 25, jan. - jun. 2021

SUMÁRIO

Expediente	4
Editorial	7
Aguinaldo Rodrigues Gomes (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), Miguel Rodrigues de Sousa Neto (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)	
Dossiê	
Apresentação - Dossiê Povos originários e COVID-19: Experiências indígenas diante da pandemia na América Latina	10
Juan Manuel Engelman Garreta (Universidade de Buenos Aires / Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas), Mariana Andrea Schmidt (Universidade de Buenos Aires / Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas), Ana Carolina Hecht (Universidade de Buenos Aires / Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas)	
Saúde e cuidado nas comunidades mbya guaraní de Puerto Iguazú (Argentina) durante a pandemia COVID-19	22
Mariana Isabel Lorenzetti (Universidad Nacional de Misiones), Alfonsina Cantore (Universidad de Buenos Aires)	
Povos indígenas do Piauí e Covid-19: ausência de políticas, invisibilização e desinformação	46
Luiz Antônio de Oliveira (Universidade Federal do Delta do Parnaíba), Helder Ferreira de Sousa (Universidade Federal do Delta do Parnaíba)	
“Fomos capazes de avançar apesar das dificuldades”: reflexiones de docentes sobre la educación en los pueblos toba/qom y mbyá durante la pandemia de COVID-19 en Argentina	63
Ana Carolina Hecht (Universidad de Buenos Aires), Mariana García Palacios (Universidad de Buenos Aires), Noelia Enriz (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas)	
Experiências dos professores bilíngues guarani, chané e tapiete de Salta no noroeste da Argentina no contexto da pandemia	82
Ana Victoria Casimiro Córdoba (Universidad de Buenos Aires), Maria Eugenia Flores (Universidad Nacional de Salta), María Macarena Ossola (Universidad Nacional de Salta)	

“Território” e a “saúde” no contexto da pandemia: reorientações nas línguas contenciosas do Povo Mapuche Tehuelche (Puelmapu, Argentina) 105
Ana Margarita Ramos (Universidad Nacional de Río Negro) Florencia Yanniello (Universidad Nacional de Río Negro)

Pandemia Covid-19 e Povos Indígenas na Região Metropolitana de Buenos Aires – Argentina: a necessidade de uma abordagem intercultural127
Carolina Maidana (Universidad Nacional de La Plata), Alejandro Martínez (Universidad Nacional de La Plata), Liliana Ester Tamagno (Universidad Nacional de La Plata)

Incidência de COVID - 19 em povos indígenas e afrodescendentes do Chile e autogestão comunitária143
Luis Campos (Universidad Academia de Humanismo Cristiano), Javiera Chambeaux (Universidad Academia de Humanismo Cristiano), Claudio Espinoza (Universidad Academia de Humanismo Cristiano)

Artigos

Notas sobre as contribuições de festas comunitárias para a construção identitária em uma região de Orlândia-SP 159
Bruno César Pereira (Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná)

Resenhas

Antonio Fagundes: o ator dos palcos às páginas176
Robson Pereira da Silva (Universidade Presbiteriana Mackenzie), Lays da Cruz Capelozi (Universidade Federal de Uberlândia)

História e outras eróticas (2020): uma obra urgente e necessária 184
Natália Peres Carvalho (Universidade Federal de Goiás)

Educação ambiental em museus189
Cíntia Verza Amarante (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Pareceristas desta edição 194

EXPEDIENTE

vol. 13, n.25, jan. — jun. de 2021

Editores-Chefes

Aguinaldo Rodrigues Gomes, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus de Aquidauana, Brasil

Miguel Rodrigues de Sousa Netto, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus de Aquidauana, Brasil

Editores de Seção

Robson Pereira da Silva, Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), Brasil

Antonio Ricardo Calori de Lion, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/ Assis), Brasil

Carlos Martins Junior, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) Secretaria Katia Rosana Hernandez, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil

Revisão de Língua Inglesa

Maíra Dutra de Oliveira, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais

Miguel Rodrigues de Sousa Netto, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus de Aquidauana, Brasil

Conselho Consultivo

Alexandre Busko Valim - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

Alexandre de Sá Avelar - Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil

Ana Paula Squinelo - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil

Camila Soares López - Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil

Durval Muniz de Albuquerque Junior - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil

Eduardo José Reinato – Pontifícia Universidade de Goiás (PUC Goiás), Brasil

Edvaldo Correa Sotana - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Brasil

Fábio Henrique Lopes - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil

Flávio Vilas Boas Trovão - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Brasil

Helen Paola Vieira Bueno - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil

Iara Quelho de Castro - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil

Jiani Fernando Langaro - Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

João José Caluzi - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

João Pedro Rosa Ferreira - Universidade Nova de Lisboa (NOVA), Portugal

José Marin - Université de Genève, Suíça Leonardo Lemos de Souza – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

Lúcia Helena Oliveira Silva- Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

Lúcia Regina Vieira Romano - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

Luisa Consuelo Soler Lizarazo – Universidad Autónoma de Chile (UA), Chile

Márcio Pizarro Noronha – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil

Maria Betanha Cardoso Barbosa - Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Brasil

Marcos Antonio de Menezes – Universidade Federal de Jataí (UFJ), Brasil

Murilo Borges Silva - Universidade Federal de Jataí (UFJ), Brasil

Nadia Molek - Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina

Patrícia Zaczuk Bassinello - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil

Raquel Gonçalves Salgado - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Brasil

Regiane Corrêa de Oliveira Ramos – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Brasil

Renan Honório Quinalha - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Brasil

Robson Corrêa de Camargo - Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

Rosangela Patriota Ramos - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil

Sebastián Valverde – Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina

Tadeu Pereira dos Santos - Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil

Tanya Saunders - University of Florida (UF), Estados Unidos da América

Thaís Leão Vieira – Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Brasil

Tiago Duque - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil

Zélia Lopes da Silva - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Capa

Imagem: cortesia de Eduardo Kobra (@kobrastreatart), obra doada ao Instituto Butantã por seu trabalho científico diante da pandemia de Covid-19, especialmente na produção da vacina

Capa: Roger Luiz Pereira da Silva

Projeto Gráfico e Diagramação

Roger Luiz Pereira da Silva

Contato

albuquerque: revista de história

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus de Aquidauana

Unidade I

Praça Nossa Senhora Imaculada Conceição, 163 - Centro, Aquidauana/Mato Grosso do Sul, Brasil.

CEP 79200-000. Aquidauana - MS, Brasil

Telefone +55 67 3241-0309.

E-mail: revista.albuquerque@ufms.br

Editorial: combates pela vida

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.13143>

A epidemia viral nos lembra do caráter em última instância contingente e desprovido de sentido de nossas vidas. Não importa quão magníficos são os edifícios espirituais que nós, humanidade, somos capazes de produzir; uma contingência natural estúpida como um vírus ou um meteoro pode acabar com tudo de uma só vez. (ŽIŽEK, 2020, p. 27-28)

A pandemia do coronavírus assustou o mundo e produziu uma sensação de insegurança e medo em todos os continentes. Embora vivamos em um mundo globalizado, num primeiro momento, observamos que a doença foi tratada como um problema asiático que deveria ser contido pelos chineses para que não se espalhasse pelo mundo. A pandemia acirrou visões xenófobas, negacionistas e o reforçou políticas de indiferença à alteridade. Parte do mundo menosprezou os impactos, sem precedentes, que a epidemia (que se tornou pandemia) provocaria nos campos econômico, político, cultural e social. Em algumas partes do globo a doença foi tomada como uma “gripezinha” e menosprezada a ponto de provocar um contingente escabroso de mortalidade na história de países, como o Brasil, onde caminhamos para mais de 450 mil mortes.

É importante ressaltar que os problemas e as crises sanitárias relacionadas à saúde pública e às epidemias não são novidades na história da humanidade. Doenças como o ebola, o cólera, a gripe espanhola e as síndromes respiratórias mais recentes como a Sars-CoV, agente etiológico de síndrome respiratória aguda grave (sars) que foi identificado em 2002; a Mers-CoV que foi identificada em 2012, no Oriente Médio (mers) e, finalmente, a Sars-CoV-2 que é o novo coronavírus (COVID-19) que apareceu inicialmente em Wuhan, na China, no final de 2019 e se espalhou por todo o mundo. Mas, é preciso destacar que a exemplo do EUA, o Brasil, do ponto de vista estatal, deu pouca atenção à chegada do Coronavírus no país, cabendo aos profissionais de saúde e especialistas defender a ciência e apontar o perigo e os impactos do vírus para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para perda de vidas no Brasil. Sendo necessária a instauração de uma CPI sobre a condução e atuação do Governo Federal acerca de medidas efetivas de combate à pandemia no Brasil.

Os médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e cientistas estão na linha de frente com dupla atividade: salvar vidas e a defesa da razão e da ciência, em um contexto em que a indiferença e a irracionalidade são chamadas para a sustentação de plataformas de governo.

A primeira tarefa do médico é, portanto, política: a luta contra a doença deve começar por uma guerra contra os maus governos; o homem só será total e definitivamente curado se for primeiramente liberto: “Quem deverá, portanto, denunciar ao gênero humano os tiranos, se não os médicos que fazem do homem seu único estudo, e que todos os dias, com o pobre e o rico, com o cidadão e o mais poderoso, na choupana e nos lambris, contemplam as misérias humanas que não tem outra origem senão a tirania e a escravidão?”. Se souber ser politicamente eficaz, a medicina não será mais medicamente indispensável. (FOUCAULT, 1977, p. 37)

Para além dos médicos, os profissionais das ciências humanas e sociais também ocupam, uma função importante na investigação dessa experiência humana de luta contra a indiferença e precarização da vida, posto que a pandemia é um fenômeno inextricavelmente cultural, político e econômico e suscita narrativas que tentam dar um sentido, seja pela via da recusa ou pela urgência em inscrevê-la em uma ordem simbólica (LIFSCHITZ, 2020).

Assim, em um esforço importante de sistematização das realidades adversas enfrentadas por populações em situação de vulnerabilidade durante a pandemia, lançamos o Dossiê - “Povos Indígenas e COVID-19: Experiências indígenas frente à pandemia na América Latina”. O referido dossiê é resultado da cooperação de estudiosos argentinos, a partir de uma experiência coletiva, interdisciplinar de pesquisa, colaboração e divulgação sobre a situação de povos indígenas da Argentina e do Brasil. Os organizadores, Juan Manuel Engelman Garreta, Mariana Andrea Schmidt e Ana Carolina Hecht, são pesquisadores da área de Ciências Sociais e Antropologia com foco na temática indígena. Esses/as e outros/as pesquisadores/as nos oferecem artigos que analisam os impactos da pandemia nos territórios indígenas, perscrutando os efeitos sobre os corpos indígenas, que mesmo antes do momento pandêmico, enfrentam situações de precariedade nutricional, doenças pré-existentes e pouco apoio estatal na área de saúde. As reflexões dos autores problematizam os cenários em que as condições básicas de higienização e distanciamento social se apresentam como desafios, como por exemplo a dificuldade de acesso à água potável para lavar as mãos, condições de higiene ou ventilação nas residências, acesso aos canais de informação e / ou participação e sistemas de saúde com recursos humanos e materiais suficientes para enfrentar tais demandas das populações indígenas. Os pesquisadores evidenciaram em seus escritos que a COVID-19 revelou deficiências estruturais dos sistemas de saúde no que diz respeito ao atendimento e participação dos povos indígenas, dentre elas destacam-se: campanhas preventivas que desconsiderem as línguas indígenas, tratamento discriminatório e racista, ausência e / ou saúde intercultural, escassez de suprimentos médicos, unidades de transferência e especialistas em caráter permanente, especialmente nas áreas rurais. Para além, as visões argutas dos autores permitiram também revelar que a cultura do cuidado, o espírito coletivo, a atuação de agentes indígenas e práticas tradicionais da medicina indígena foram significativos no combate da doença.

No Brasil, por exemplo, os Kuikuro do Alto Xingu, após o investimento, com a cooperação de médicos contratados, em práticas sanitárias, distanciamento social, combate à *fake news* e defesa da vacina, descobriram que a ciência salva vidas. Para além do quadro pandêmico, os textos nos permitem ainda conhecer algumas particularidades da cultura e dos modos de vida dos povos, *qom*, *mbya guaraní*, *moqoit*, *mapuche*, *guaraní*, *tupí guaraní*, *avá guaraní*, *kolla*, *diaguita*, *diaguita-calchaquí*, *wichí*, *huarpe*, *quechua*, *aymara*, *nivaclé (chulupí)*, *tonokote*, *omaguaca*, *tastil*, *günün a kùna*,

comechingón, comechingón-camiare, oclaya, iogys, chané, tapiete, iyofwaja (chorote), sanavirón, ranquel, wehnyek, atacama, lule, quilmes, mapuche-pehuenches, tehuelches, mapuche-tehuelches, selk'nam, haush y selk'nam-haush. Por todos esses motivos, agradecemos a contribuição dos organizadores, dos autores e esperamos que os leitores desfrutem das reflexões sobre a importância da ciência em tempos de negacionismo e falta de empatia na política. Ademais, o presente número da *Albuquerque* (vol. 13, n. 25) conta com 1 (um) artigo, sobre as festas e as construções de identidades na região de Orlandia/SP, e com 3 (três) resenhas sobre as seguintes obras: *Antônio Fagundes no palco da História: um ator* (Perspectiva, 2018); *História & Outras Eróticas* (Appris, 2020); *A vida e o mundo: meio ambiente, patrimônio e museus* (Humanitas, 2020).

Por fim, gostaríamos de agradecer ao artista Eduardo Kobra (@kobrastreetart) que, gentilmente, nos concedeu a honra de usarmos a imagem *Vaccine COVID-19*, na capa desta edição de *albuquerque: revista de história*. Essa obra foi doada ao Instituto Butantã por seu trabalho científico diante da pandemia de COVID-19, especialmente na produção de vacinas. Aproveitamos o ensejo para dedicar essa edição às médicas(os), enfermeiras(os), auxiliares de enfermagem, pesquisadoras, cientistas, artistas e professoras(es), nas figuras da Dra. Margareth Dalcolmo (médica), Atila Iamarino (biólogo); Natália Pasternak (bióloga); Braunila Baniwa (Antropóloga); Felipe Cruz Tuxá (Antropólogo) e Luiz Eloy Terena (Antropólogo). Boa leitura e continuemos a nossa luta contra essa doença que se alastrou e ceifou vidas ao redor do mundo.

Aquidauana, outono de 2021.

Os editores.

Referências

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica (1963)**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2001.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Pandemia: qual biopolítica? In: AUGUSTO, Cristiane Brandão; SANTOS, Rogério Dutra (org.). **Pandemias e pandemônio no Brasil**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020. p. 77-89. Disponível em: <http://www.defesaclasse-trabalhadora.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Pandemias-e-pandem%C3%B4nio-no-Brasil.pdf#page=77> Acesso em: 25 maio 2021.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **A vida e o mundo: meio ambiente, patrimônio e museus**. São Paulo: Humanitas, 2020.

MENEZES, Marcos Antonio de; SANTOS, Martha S.; SILVA, Robson Pereira da (org.). **História & Outras Eróticas**. Curitiba: Appris, 2020.

PATRIOTA, Rosângela. **Antônio Fagundes no palco da História: um ator**. São Paulo: Perspectiva, 2018.

ŽIŽEK, Slavoj. **Pandemia: Covid-19 e a reinvenção do comunismo**. São Paulo: Boitempo, 2020.

PRESENTACIÓN - DOSSIER PUEBLOS ORIGINARIOS Y COVID-19: EXPERIENCIAS INDÍGENAS FRETE A LA PANDEMIA EN AMÉRICA LATINA

APRESENTAÇÃO - DOSSIÊ POVOS ORIGINÁRIOS E COVID-19: EXPERIÊNCIAS INDÍGENAS DIANTE DA PANDEMIA NA AMÉRICA LATINA

PRESENTATION - DOSSIER INDIGENOUS PEOPLE AND COVID-19: INDIGENOUS EXPERIENCES OF THE PANDEMIC IN LATIN AMERICA

Juan Manuel Engelman Garreta¹


 <http://orcid.org/0000-0002-9642-4945>

Mariana Andrea Schmidt²

 <https://orcid.org/0000-0003-4606-7692>

Ana Carolina Hecht³

 <https://orcid.org/0000-0001-8132-7897>

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.13096>

1 Doctor en Antropología Social (2017) por la Universidad de Buenos Aires (UBA) y Licenciado en Antropología Social orientación Sociocultural (2013) de la misma casa de estudios. En la actualidad se desempeña como Investigador Asistente en el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) con lugar de trabajo en la Sección de Antropología Social del Instituto de Ciencias Antropológicas (ICA), Facultad de Filosofía y Letras (FFyL) - UBA. Se especializa en el estudio de las relaciones interétnicas y en los procesos de participación y organización etnopolítica de población indígena ubicada en la Región Metropolitana de Buenos Aires (RMBA). Es docente de grado y posgrado en asignaturas y seminarios de la UBA y de la Universidad Nacional de Luján (UNLu). Los avances y resultados de sus investigaciones han sido publicados en libros, capítulos de libros y artículos académicos en revistas nacionales e internacionales. E-mail: jmengelman@hotmail.com

2 Licenciada en Sociología y Doctora en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires (UBA). Docente de grado y posgrado (UBA) e Investigadora Asistente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) con sede en el Instituto de Investigaciones Gino Germani (IIGG-UBA), donde forma parte del Grupo de Estudios Ambientales. Sus principales investigaciones abordan los conflictos territoriales y ambientales asociados al avance de la frontera agropecuaria y la deforestación en el norte argentino; las políticas de conservación ambiental, ordenamiento territorial y gestión de cuencas hídricas; y los procesos colectivos de construcción de los riesgos sociales y ambientales en torno a las fumigaciones con agroquímicos; entre otros. Los avances y resultados de sus investigaciones han sido publicados en libros, capítulos de libros y artículos académicos en revistas nacionales e internacionales. E-mail: marianaandreaschmidt@gmail.com

3 Doctora por la Universidad de Buenos Aires, con especialización en Antropología Sociocultural y Licenciada en Antropología Social (2004) de la misma casa de estudios. Actualmente se desempeña como Investigadora Adjunta del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) en el Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano y como profesora Adjunta del Departamento de Antropología de la Facultad de Filosofía y Letras (UBA). Dirige el proyecto de investigación “Educación intercultural bilingüe en comunidades toba/qom y mbyá-guaraní de Argentina: un abordaje antropológico de la diversidad étnico-lingüística en la escuela” (Programa de Antropología y Educación, FFyL, UBA). Sus líneas de investigación y producción se vinculan a problemáticas educativas y lingüísticas de niños/as y jóvenes indígenas (particularmente toba/qom) en contextos de diversidad/desigualdad. E-mail: anacarolinahecht@yahoo.com.ar

Las bacterias y los virus fueron los aliados más eficaces. Los europeos traían consigo, como plagas bíblicas, la viruela y el tétanos, varias enfermedades pulmonares, intestinales y venéreas, el tracoma, el tifus, la lepra, la fiebre amarilla, las caries que pudrían las bocas. La viruela fue la primera en aparecer. ¿No sería un castigo sobrenatural aquella epidemia desconocida y repugnante que encendía la fiebre y descomponía las carnes? «Ya se fueron a meter en Tlaxcala. Entonces se difundió la epidemia: tos, granos ardientes, que queman», dice un testimonio indígena, y otro: «A muchos dio muerte la pegajosa, apelmazada, dura enfermedad de granos». Los indios morían como moscas; sus organismos no oponían defensas ante las enfermedades nuevas. Y los que sobrevivían quedaban debilitados e inútiles. El antropólogo brasileño Darcy Ribeiro estima que más de la mitad de la población aborigen de América, Australia y las islas oceánicas murió contaminada luego del primer contacto con los hombres blancos. (GALEANO, 2008, p. 35)

La rápida expansión del COVID-19 ha tenido un fuerte impacto sobre la vida diaria y la organización sanitaria, escolar, política y económica de las sociedades en su conjunto. Si bien la pandemia afectó de modo simultáneo a poblaciones y territorios a lo largo y ancho del planeta, a partir de la proliferación de un virus que no distingue clivajes de clase, etnia, género ni religión, a poco tiempo de transcurrida no fue difícil discernir sus impactos diferenciales en territorios y poblaciones concretas. El presente Dossier se pregunta, a partir de una mirada regional, por las transformaciones cotidianas protagonizadas por familias y comunidades indígenas durante las medidas de aislamiento social implementadas por los Estados nacionales en América Latina desde inicios del año 2020. Gracias a los aportes de siete artículos reunidos en estas páginas, se abordan las consecuencias de la pandemia en distintas dimensiones y escalas, atendiendo a las especificidades de países como Argentina, Brasil y Chile. Las contribuciones dan cuenta no solo de una visión negativa o de sus efectos perjudiciales, sino también rescatan sus consecuencias positivas en las organizaciones locales.

La problemática sanitaria y ambiental vinculada a la emergencia y transmisión de enfermedades no es novedosa y suele impactar de modo dramático en las poblaciones originarias, históricamente afectadas por desigualdades en el acceso a los sistemas de salud y cuyos territorios han sido sistemáticamente degradados y contaminados. No obstante, el contexto de aislamiento obligatorio y las medidas de restricciones a las movibilidades operaron en el sentido de reforzar y/o resignificar desigualdades preexistentes, al afectar los modos de producción y reproducción de la vida de las familias y comunidades indígenas, tanto en ámbitos rurales como urbanos.

América Latina enfrenta una crisis ecológica, sanitaria y societal sin precedentes, en el marco de una de las mayores contracciones económicas: según datos recientemente publicados por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe, tanto el PBI como la inversión se redujeron en la región entre un 7,7% y un 20% respectivamente (CEPAL, 2021). Este escenario generalizado, es consecuencia en gran medida del impacto de la pandemia desatada en marzo de 2020 por COVID-19. Ante este contexto económico, y de acuerdo con las experiencias que forman parte del presente Dossier, las medidas aplicadas desde los gobiernos nacionales y subnacionales han tendido a invisibilizar a la población indígena, tanto en el ámbito de la prevención como de la recuperación posterior al COVID-19, incluidas situaciones particulares de mujeres, niños/as y las personas mayo-

res indígenas. Según datos de la región, se estima que más del 80% de los trabajadores indígenas lo hacen en el sector informal, porcentaje que se incrementa aún más en el caso de las mujeres (CEPAL, 2020).

Las inequidades sociales previas a la expansión del COVID-19 provocaron que los efectos sobre las condiciones sanitarias y económicas impactaran de forma polarizada y prolongada entre la población originaria, dadas las situaciones de hacinamiento urbano, periurbano y rural, junto con la falta de acceso a servicios de infraestructura básicos. A esto último, se sumaron en la región conflictos -históricos, pero agravados por las medidas sanitarias restrictivas- en torno al acceso a los mercados de trabajo, la pérdida del control de los territorios, las amenazas de colonos y empresas extractivas, entre otras. Sin embargo, la importancia de lo colectivo ha sido y es fundamental para la sobrevivencia como pueblos, así como para generar las condiciones para definir medidas comunitarias con el objetivo de afrontar la crisis y recuperarse tras la pandemia.

Una sistematización de datos publicada a mediados del año 2020 por la Organización Mundial de la Salud (OMS) estimó que, hasta el mes de julio, 70.000 personas indígenas se habían contagiado y más de 2000 habían fallecido en América (CEPAL, 2020, p. 11). No obstante estos datos, una problemática extendida en la región es la falta de estadísticas certeras respecto del impacto de los contagios y decesos en la población indígena por COVID-19. Esta carencia, al tiempo que expresa una deficiencia en los procesos emprendidos por los Estados de la región, también da cuenta de la importancia de implementar un enfoque étnico e intercultural en los sistemas de atención e información sanitaria. Los esfuerzos derivados del trabajo colectivo entre las poblaciones indígenas de cada país, organizaciones sociales y la academia han contribuido a dar cierta visibilidad al impacto del COVID-19 en estos ámbitos.

La falta de relevamientos y monitoreos periódicos por parte de las autoridades gubernamentales en torno al impacto de la expansión de la pandemia sobre las poblaciones indígenas dio lugar a la emergencia de un conjunto de iniciativas, desde las ciencias sociales y humanidades, que buscaron dar cuenta de las demandas, las formas de organización y el cuidado sanitario. En este sentido, el COVID-19 también supuso un desafío para la investigación académica, en tanto las metodologías de trabajo de las ciencias sociales en general, y de la antropología y sociología en particular, se vieron limitadas en el marco de las restricciones al movimiento y distanciamiento social. El papel protagónico que tomó la virtualidad, y con ello las nuevas herramientas digitales para el relevamiento de campo, ha sido un punto cardinal para repensar las presencias etnográficas de las/los investigadores/as en el terreno (LUPTON, 2020). Es bien sabido que "el estar en el campo" no solo es una tradición del trabajo etnográfico, sino que sienta sus bases en aspectos epistemológicos y metodológicos a la hora de definir y construir los datos antropológicos y vincularlos con las aproximaciones teóricas. La imposibilidad de asistir a los escenarios y contextos indígenas en los que se desarrollaba (y se desarrolla) la pandemia, remitieron a focalizar aquellos vínculos, contruidos a lo largo de los años por diferentes equipos y programas de investigación universitaria, caracterizados tanto por una relación tanto de confianza como afectiva.

Por lo tanto, distintas estrategias metodológicas se implementaron para los entornos digitales -video llamadas, llamadas telefónicas, conversaciones por aplicaciones telefónicas- y de análisis de

contenidos que las poblaciones indígenas generaban y publicaban en redes sociales -como Facebook, Instagram, Twitter- y demás espacios de difusión y comunicación. Cabe mencionar que el uso de las mismas ha sido altamente diferencial según los espacios (urbanos, periurbanos, rurales), grupos de edad, escolaridad, condiciones de vida y recursos económicos, aspectos que expresaron una fuerte disparidad de medios y herramientas digitales al interior de la población indígena. Tales estrategias metodológicas, así como su aplicación diferencial son expresadas en algunas de las contribuciones que forman parte del presente Dossier. Es decir, en los artículos aquí compilados se pudo dar cuenta de ese impacto mientras estaba aconteciendo, a pesar de las dificultades y desafíos metodológicos que eso supuso.

Cabe señalar que el Dossier **“Pueblos originarios y COVID-19: Experiencias indígenas frente a la pandemia en América Latina”** es heredero de una experiencia colectiva, interdisciplinaria e interactoral de investigación, colaboración y difusión respecto de la situación de los pueblos originarios en Argentina en el marco de la pandemia. A pocos días de haberse sancionado el Decreto 297/2020 en Argentina⁴, la Comisión de Ciencias Sociales de la Unidad Coronavirus del Ministerio de Ciencia y Técnica de la Nación (MINCyT) a través de su Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICET) solicitó a las Facultades de Humanidades y Ciencias Sociales y a las Unidades Ejecutoras del CONICET, recopilar información para analizar el impacto y las posibles consecuencias de esta medida en distintos ámbitos. Esta experiencia fue uno de los puntapiés para que los/as integrantes de distintos equipos de diversas Universidades del país se contactaran para organizar un diagnóstico preliminar de los impactos y consecuencias del COVID-19 sobre las comunidades indígenas, que fue presentado el 15 de abril de 2020 (ALJANATI, et al., 2020a).

Frente a la necesidad y urgencia de dar continuidad a la profundización y sistematización de la información relevada y de lograr un mayor alcance territorial en cuanto a las comunidades consultadas, se llevó a cabo una ampliación de este primer informe. En esta oportunidad, participaron más de cien integrantes pertenecientes a treinta equipos de doce universidades nacionales y diferentes unidades ejecutoras del CONICET de diferentes regiones del país, en conjunto con referentes de los pueblos *qom*, *mbya guaraní*, *moqoit*, *mapuche*, *guaraní*, *tupí guaraní*, *avá guaraní*, *kolla*, *diaguita*, *diaguita-calchaquí*, *wichí*, *huarpe*, *quechua*, *aymara*, *nivaclé (chulupí)*, *tonokote*, *omaguaca*, *tastil*, *günün a küna*, *comechingón*, *comechingón-camiare*, *ocloya*, *iogys*, *chané*, *tapiete*, *iyofwaja (chorote)*, *sanavirón*, *ranquel*, *wehnayek*, *atacama*, *lule*, *quilmes*, *mapuche-pehuenches*, *tehuelches*, *mapuche-tehuelches*, *selk'nam*, *haush* y *selk'nam-haush*, con los que cada equipo de investigación trabaja. De esta manera, de forma conjunta y colaborativa, en el mes de junio de 2020 se presentó una segunda etapa (ABELED0, et al., 2020; ALJANATI, et al., 2020b, 2020c), que tuvo como principal objetivo visibilizar las problemáticas más relevantes que los pueblos indígenas de las distintas regiones atravesaban, con relación a las condiciones socioeconómicas, políticas, ambientales, sanitarias y culturales. A la vez, se buscó elaborar un material que pudiese ser presentado ante los

4 Frente al incremento de casos en el primer trimestre del año 2020, y en consonancia con la expansión de la pandemia a nivel mundial, el 19 de marzo el presidente Alberto Fernández dispuso en Argentina un conjunto de medidas en el marco del “aislamiento social preventivo y obligatorio” en todo el país, a fin de mitigar la expansión del COVID-19. Medidas preventivas similares de confinamiento y restricciones a la movilidad se tomaron a nivel mundial y regional, con el fin de evitar la propagación del virus y evitar la saturación de los sistemas de salud.

organismos correspondientes para la implementación de políticas públicas y sociales que garanticen soluciones efectivas para estas situaciones (CASTILLA, *et al.*, 2021). Gracias a los lazos interinstitucionales existentes con colegas de otros países, esta experiencia colectiva fue luego replicada en países como Chile y Brasil.

En línea con el espíritu de aquellos informes, este Dossier propone una mirada reflexiva acerca de los principales desafíos de la pandemia en contextos indígenas desde múltiples dimensiones. A pesar del confinamiento, los manuscritos han sido escritos de manera colectiva, propiciando un valioso encuentro de ideas y experiencias. Cada uno de los artículos permite ilustrar la escala local de un proceso que aconteció (y acontece) a escala global, y que trasciende fronteras políticas, económicas y simbólicas.

En primer lugar, los manuscritos se adentran en una dimensión de análisis insoslayable, como es la sanitaria: cómo la pandemia ha afectado a territorios y cuerpos vulnerabilizados, con situaciones crónicas de desnutrición y enfermedades preexistentes, junto con históricas dificultades en el acceso a los sistemas de salud. Descentrar la mirada para atender a esos escenarios societales y ambientales donde pocas de las recomendaciones sanitarias podrían ser cumplidas: acceso al agua de calidad para lavarse las manos, condiciones de higiene o ventilación en los hogares, acceso a canales de información y/o participación y a sistemas de salud con recursos humanos y materiales suficientes. La situación del COVID-19 y las medidas preventivas han puesto de relieve las deficiencias estructurales de los sistemas sanitarios en lo que refiere a la atención y participación de los pueblos originarios: limitadas campañas preventivas en lenguas indígenas, trato discriminatorio y racista, ausencia y/o precariedad de políticas de salud intercultural en todos los niveles de complejidad, escasez de insumos médicos, de unidades de traslado y especialistas de forma permanente, sobre todo en los espacios rurales. A su vez, permitió visibilizar la participación en atención y cuidados de profesionales y agentes de salud indígenas, junto con la revalorización de prácticas y cuidados tradicionales y/o comunitarios.

Mariana Lorenzetti y Alfonsina Cantore abordan estas problemáticas en su artículo **“Salud y cuidados en las comunidades mbya guaraní de Puerto Iguazú (Argentina) durante la pandemia COVID-19”**. Allí se presentan las nociones de salud y estrategias de cuidados puestas en juego y diálogo entre las comunidades mbya guaraní de Puerto Iguazú en la provincia de Misiones, en el noreste argentino. Desde una perspectiva contextual y relacional, dan cuenta de los entramados que configuraron las disposiciones sanitarias y las campañas de prevención en su articulación con las formas de comunicación de los cuidados comunitarios. El fortalecimiento comunitario e intercomunitario, la revalorización de la palabra, las revinculaciones intergeneracionales, destacan las autoras, fueron algunos puntos en común que dan sentido a los cuidados más allá y en relación a las especificidades del virus. El riesgo y el miedo no están expresados únicamente en relación a contraer la enfermedad, sino también a la atribución de comportamientos erróneos y/o al intercambio interétnico constante, en donde se expresa una amenaza a perder prácticas comuni-

tarias transmitidas generacionalmente. En este sentido, el resguardo comunitario posibilitó volver a compartir y escuchar atentamente a los/as ancianos/as. La recuperación de ciertos saberes, junto con el esfuerzo por afianzar los vínculos parentales, emergen como aspectos destacados en este contexto. El escrito nos enseña que los repertorios del cuidar se sustentan en un amplio abanico de prácticas, creando un entramado que recupera reflexiones sobre los conocimientos que circulan a través de las redes, la transmisión generacional de saberes, las actividades compartidas por las familias, el uso actual e histórico del territorio, entre otras.

La negación de derechos sanitarios y la invisibilización de grupos e individuos indígenas en la región nordeste de Brasil es abordada en la contribución titulada **“Pueblos indígenas de Piauí y COVID-19: ausencia de políticas, invisibilización y desinformación”**, de Luiz Antônio de Oliveira y Helder Ferreira de Sousa. Los autores apuntan a que la ausencia o fragmentación de datos sobre la situación de estos pueblos expresa la falta de compromiso de los poderes públicos. Si bien los líderes indígenas, las organizaciones y los simpatizantes del movimiento se han esforzado por dar mayor visibilidad a la causa indígena a nivel local, el artículo permite ver que el descuido de la salud de los pueblos indígenas de Piauí es reflejo de un panorama nacional caracterizado por la ausencia de datos oficiales y la escasez de acciones efectivas a través de políticas públicas planificadas. Queda demostrado así que las acciones gubernamentales en medio de la pandemia se muestran ineficaces o incipientes ante la diversidad y necesidades específicas de cada pueblo, mientras que desde el gobierno federal no se ha cesado en promover una agenda anti-indígena (y anti-pandémica) que amenaza sistemáticamente sus derechos y avanza progresivamente en el desmantelamiento de las políticas indígenas y ambientales, promovidas por grupos políticos de tinte ideológico reaccionario y contrario a las agendas de los movimientos sociales.

Ahora bien, como fuera anticipado, la propuesta del Dossier busca atender no solo a la cuestión sanitaria, sino también a los efectos del COVID-19 en otras dimensiones de la existencia social indígena. De allí que las siguientes dos contribuciones se detienen de modo específico en las consecuencias de las medidas de aislamiento social en la escolaridad de las poblaciones originarias. Entre otros interrogantes abiertos en este contexto, cobran relevancia los límites y obstáculos para la implementación de la modalidad virtual en la Educación Intercultural Bilingüe. Si bien cabe señalar que las políticas escolares para los pueblos indígenas estaban atravesadas por profundas contradicciones previas a la pandemia (las complejidades lingüísticas, la discriminación y la marcada repitencia y abandono escolar de los/as niños/as indígenas, entre otras), por su impacto estructural se vieron reforzadas. Frente a estos escenarios, interesa indagar en las estrategias educativas y pedagógicas implementadas en escuelas de modalidad indígena, en contextos con bajo acceso a conectividad de internet, a la vez que resaltar el rol de los maestros indígenas.

El artículo **“Pudimos seguir adelante a pesar de las dificultades”: reflexiones de docentes sobre la educación en los pueblos toba/qom y mbyá durante la pandemia de COVID-19 en Argentina”** de Ana Carolina Hecht, Mariana García Palacios y Noelia Enriz, propone una vía de entrada posible. A lo largo del texto, las autoras se proponen desnaturalizar las acciones educativas desarrolladas y abrir interrogantes fundados en su trayectoria de investigación educativa en espacios interculturales en las provincias de Chaco y Misiones, Argentina. El sistema educativo,

caracterizado por su rigidez y estabilidad, se vio obligado a desarrollar una estrategia de urgencia que lo obligaba a soslayar su aspecto más central que es la tarea cotidiana, simultánea y cara a cara en las aulas. Pero en esa respuesta, docentes y familias de las escuelas interculturales encontraron obstáculos particulares que reflejan desigualdades que no son nuevas, sino parte de las miradas hegemónicas del sistema escolar en su totalidad. El cierre de las escuelas con el consecuente paso a la educación virtual marcó el ciclo lectivo 2020, y este escrito avanza en las dudas e interrogantes para pensar en sus impactos en la modalidad educativa bilingüe e intercultural. Dado el contexto de aislamiento como medida sanitaria preventiva, las autoras debieron redefinir las técnicas comúnmente utilizadas en la etnografía para repensar y apoyarse en otras herramientas metodológicas como la encuesta virtual. Así, se apoyan en datos generados por medio de la implementación de un cuestionario digital, junto con el análisis de los resultados preliminares de una encuesta realizada por el Ministerio de Educación de la Nación evaluando la primera mitad del año escolar en el proceso que implicó el pase a la virtualidad de la educación a nivel nacional. Entre los principales hallazgos, la investigación pone de manifiesto cómo las/os maestras/os de las escuelas de Educación Intercultural Bilingüe recurrieron una vez más a la creatividad a la hora de implementar la continuidad pedagógica, porque su tarea cotidiana siempre ha conllevado la necesidad de ajustar los mandatos hegemónicos del sistema educativo. Otro resultado muy relevante, refiere a la preocupación en este contexto por la retención de los/as estudiantes indígenas, ya que se ha expresado el temor al abandono de la escolaridad.

Por su parte, Ana Victoria Casimiro Córdoba, María Eugenia Flores y María Macarena Ossola presentan su aporte al abordar las **“Experiencias educativas de maestros y maestras bilingües guaraní, chané y tapiete de Salta en el noroeste argentino en contexto de pandemia”**. Entre sus objetivos, las autoras se proponen dar cuenta de la información recibida sobre el COVID-19 en castellano y en lenguas indígenas dentro del ámbito escolar, las posibilidades de conectividad y acceso a internet, las competencias en Tecnologías de la Información y la Comunicación con las que cuentan los/as docentes y las estrategias de enseñanza y aprendizaje desarrolladas en contexto de aislamiento. Ahora bien, aunque los/as docentes contaran con cierto acceso a dispositivos e internet, las estrategias desarrolladas dependen asimismo del acompañamiento en el hogar por parte de las familias, en muchos casos sin acceso a conectividad. El artículo expone cómo las escuelas encararon la situación de confinamiento y cuarentena de diferentes modos, dependiendo de múltiples factores tales como el monitoreo remoto de los supervisores, la residencia de los equipos directivos en la zona, la trayectoria previa de la institución, las capacidades de gestión y resolución de conflictos del equipo docente, los vínculos entre la escuela y la comunidad, la identificación de los/as estudiantes con la institución, entre otras. La investigación también profundiza en las prácticas de cuidado y prevención promovidas desde el ámbito escolar de modo complementario a las recomendaciones emitidas por las entidades de salud pública, al tiempo que describe cómo algunos/as docentes bilingües pusieron en marcha diferentes dispositivos de enseñanza a-sincrónicos que combinan recursos digitales y físicos, visitas a las casas y comunicación vía redes sociales. Estas experiencias muestran un importante avance en la apropiación que estos/as docentes realizan de las plataformas virtuales, destacándose también el compromiso asumido para afrontar, desde prácticas

y saberes interculturales, la prevención y cuidados frente al COVID-19.

Otra dimensión que los escritos del Dossier permiten analizar es la relativa a la situación territorial y ambiental. En las últimas décadas, las comunidades indígenas de América Latina han sido continuamente afectadas en sus espacios de vida por las consecuencias del avance de dinámicas extractivistas, con fuertes impactos ambientales y sanitarios. Esas actividades se han presentado bajo diversas formas en las distintas regiones: minería, hidrocarburos y/o fracking, desarrollos inmobiliarios, turísticos y/o de infraestructura, producción agroindustrial, forestal y/o pesquera, entre las principales. En este contexto, gran parte de estos emprendimientos y actividades productivas fueron exceptuados del cumplimiento de las medidas de aislamiento, por haber sido definidos como “actividades esenciales”. En el caso argentino, por ejemplo, las actividades de deforestación y las fumigaciones con agroquímicos tuvieron continuidad a lo largo del año 2020, afectando de modo directo a la población indígena y a sus territorios.

El artículo titulado **“El “territorio” y la “salud” en contexto de pandemia: Reorientaciones en los lenguajes contenciosos del Pueblo Mapuche Tehuelche (Puelmapu, Argentina)”** de Ana Margarita Ramos y Florencia Yanniello profundiza en este aspecto. Las autoras analizan los lenguajes contenciosos habilitados en el campo de la política para dirimir las históricas disputas territoriales que atraviesa el Pueblo Mapuche Tehuelche en la patagonia argentina, en la búsqueda por dar cuenta de los encadenamientos ideológicos que se fueron produciendo en contexto de emergencia sanitaria, en torno a la conflictividad territorial. Como sugieren en el texto, la emergencia sanitaria habilitó una uniformización de las políticas gubernamentales que el Pueblo Mapuche Tehuelche puso en cuestión, generando un debate que inicia en la idea de “salud” y escala en la de “territorio”: a partir de cómo se concibe la salud, se posibilitan o no ciertas conexiones o desconexiones de sentidos en las demandas territoriales, resultando en nuevos escenarios políticos. Señalan que, para el Pueblo Mapuche Tehuelche, algunos de estos encadenamientos hegemónicos significaron un retroceso en materia de derechos indígenas, ya que desplazaron el discurso sobre el territorio por fuera de la política. El escrito demuestra cómo el Pueblo Mapuche Tehuelche expresó su disidencia con respecto a las definiciones de salud y de riesgo dominantes, al dar cuenta que la salud incluye las relaciones con el territorio y que el riesgo sanitario está contenido también en cualquier proyecto público y/o privado que ponga en peligro el territorio.

Un abordaje de la compleja trama de la problemática originaria en América Latina en torno al COVID-19 no podía soslayar la dimensión urbana. Ya está extendido el hecho de que la presencia de estas poblaciones en ámbitos urbanos es una realidad contemporánea de toda la región. Datos estadísticos, así como el crecimiento de espacios de organización y participación etnopolítica en organismos estatales nacionales, provinciales y municipales enseñan tanto la presencia indígena ciudadana, así como las múltiples herramientas y modalidades de organización colectiva en los ámbitos metropolitanos.

En el caso de Argentina, tres de cada diez indígenas habitan en zonas urbanas, y Carolina Maidana, Alejandro Martínez y Liliana Ester Tamagno enseñan esta realidad en el artículo **“Pandemia COVID-19 y Pueblos Indígenas en la Región Metropolitana de Buenos Aires – Argentina: la necesidad de un abordaje intercultural”**. El manuscrito describe y analiza las acciones que

ciertas organizaciones indígenas de la Región Metropolitana de Buenos Aires (RMBA) lograron poner en práctica para enfrentar la situación de pandemia. Si bien éstas se vinculan a saberes y prácticas ancestrales, también se relacionan con sus historias, trayectorias y transformaciones, y se cristalizan en un aumento generalizado de la organización, la movilización de contactos y ampliación de las redes de contención. Aquí se pone de manifiesto que son principalmente las mujeres quienes llevan adelante no solo las prácticas de cuidado sino también quienes se esfuerzan en mantener la continuidad pedagógica de niños/as y adolescentes a través de la enseñanza en el hogar, la realización de ollas populares y la atención en comedores. Frente a la paralización del empleo informal, el manuscrito pone en evidencia la puesta en marcha de colectas de dinero, alimentos y artículos de primera necesidad, junto con rifas y venta de artesanías on-line. A su vez, muestra cómo las redes de relaciones de parentesco y paisanaje que unen a los nucleamientos indígenas asentados en la RMBA y/o en otras ciudades y provincias, funcionan como plataforma para difundir información no sólo sobre situaciones de violencia, discriminación y posibles contagios, sino también sobre medidas de prevención, cuidado y atención. Los/as autores/as nos muestran que, si bien los pueblos indígenas se han visto severamente afectados por la pandemia en virtud de las situaciones de carencia material previas, han demostrado una enorme capacidad de respuesta fundadas en lo comunitario, por lo que se torna necesario e indispensable valorar sus "otras" ontologías/visiones de mundo que dan lugar a este tipo de prácticas, para lo cual es necesario antes valorar a sus portadores/as a partir del desarrollo de prácticas interculturales.

En línea con lo antedicho, el Dossier ha buscado hacer foco en la resignificación y emergencia de experiencias y lógicas comunitarias que han operado como fortalezas para hacer frente al complicado y sorpresivo escenario sanitario iniciado en el año 2020. Sobre las respuestas que se han dado los pueblos originarios desde sus propias organizaciones también se detiene el artículo de Luis Campos, Javiera Chambeaux y Claudio Espinoza, titulado "**Incidencia del COVID-19 en pueblos indígenas y afrodescendientes de Chile y la autogestión comunitaria**". Allí se exponen los resultados de un relevamiento colaborativo que buscó incluir a la mayoría de los pueblos originarios del país contemplando los diferentes territorios en los que habitan, en la búsqueda por caracterizar la incidencia de la diferencia cultural tanto para la propagación del virus como para generar respuestas diferenciales que ayudaran al control de la pandemia. A partir de la información obtenida, los/as autores/as afirman que, más allá de la inoperancia del Estado chileno y sus inexistentes políticas públicas con pertinencia cultural, los pueblos originarios aprovecharon su propio capital cultural para llenar los vacíos de la acción estatal y que este proceso se dio a partir de sus organizaciones de base sustentadas por sistemas cosmovisionales que ayudaron a contener en gran medida la pandemia en sus territorios. Si bien los efectos en los pueblos indígenas y afrodescendientes en Chile han sido semejantes al resto de la población nacional, el texto también apunta a que la pandemia ha provocado respuestas específicas y diferenciales que han resaltado el valor de la autonomía y la autogestión. Esto se ha visto reflejado en un fortalecimiento de sus autoridades tradicionales en la toma de decisiones y en un posicionamiento desde sus propias bases culturales para enfrentar al COVID-19, lo que ha permitido revalorizar conocimientos ancestrales y potenciar sus organizaciones territoriales de base. En este sentido, se destaca el papel dado a los/as ancianos/as en la interpreta-

ción y análisis de la coyuntura, como también para el rescate de los saberes propios, muchas veces depositados sólo en sus memorias.

En función de la continuidad y profundización de gran parte de las problemáticas narradas en cada uno de los manuscritos, la situación al momento de escribir estas líneas (mayo de 2021) sigue siendo tan o más crítica y urgente que al momento de iniciarse la convocatoria al Dossier. Los artículos nos hablan de situaciones actuales y vigentes, y que nos interpelan a seguir luchando por sociedades más justas y menos desiguales. No podemos dejar de contextualizar la pandemia en una crisis civilizatoria y ecológica mundial de largo aliento, en el marco de un capitalismo extractivista que no ha dejado de avanzar sobre territorios, naturalezas y cuerpos a lo largo y ancho del planeta tierra. Esto ha desencadenado interacciones con ciertos agentes patógenos que previamente estaban contenidos en los ecosistemas, pero que en el contexto civilizatorio cada vez más expansivo y depredador han llegado a afectar a los grupos humanos, que han comenzado a desarrollar enfermedades novedosas o desconocidas ante las cuales no poseen respuesta inmunológica y aún se desconocen las posibles evoluciones de los escenarios de riesgo sanitarios.

En este caso, se trata de un virus (como otros, no es el primero ni será el último) que en virtud de su rápida propagación de persona a persona ha llegado a afectar a países del mundo entero. Pero más allá de su gravedad, no debemos dejar de apuntar hacia otras enfermedades que poseen orígenes similares (como el dengue, zika, ébola, fiebre amarilla, malaria, etc.) y que han tenido consecuencias drásticas en términos sanitarios (y las tienen aún, a juzgar por las estadísticas epidemiológicas regionales), y que en su gran mayoría se han concentrado en ciertas geografías e impactado sobre poblaciones vulnerabilizadas y empobrecidas. De allí que es importante no perder el foco en los impactos diferenciales que este tipo de enfermedades comportan en distintos territorios y poblaciones, y cómo vienen a superponerse aquí desigualdades e injusticias sociales, ambientales, de género y étnicas preexistentes.

En la cita que antecede a esta presentación, extraída de *Las venas abiertas de América Latina* de Eduardo Galeano, el escritor apuntaba a la crisis civilizatoria y sanitaria que el llamado "encuentro de dos mundos" supuso para las poblaciones originarias de nuestro continente. Cinco siglos más tarde, y salvando las incontables diferencias, los pueblos indígenas de América Latina continúan siendo diferencialmente afectados por el avance de una sociedad cuyos modos hegemónicos de producción, distribución y apropiación han llevado a la continua degradación de la naturaleza y los cuerpos, dando emergencia a escenarios ambientales y sanitarios como el actual. De allí la necesidad de pensar más allá de la coyuntura y reflexionar sobre las causas estructurales, históricas y sistémicas, esto es, las condiciones de emergencia de una pandemia de estas características.

Y ahí emerge nuevamente el ejemplo indígena, no como rémora de un pasado romántico e idealizado sino como una "figuración del futuro" (DANOWSKI; CASTRO, 2019, p. 218). Que el conocer las experiencias y estrategias comunitarias que se dieron las distintas poblaciones indígenas en el marco de la pandemia nos enseñe a pensar en los aprendizajes y las salidas posibles: continuar

con un capitalismo individualista, extractivo, devastador de ambientes y cuerpos, o avanzar hacia nuevos acuerdos societales, reinventarnos, reimaginarnos y senti-pensar nuevos estados de mundo, cambiar el modo de producción y consumo hacia alternativas saludables, de cercanía y agroecológicas, donde el centro esté puesto en los cuidados, lo comunitario, la empatía, lo ecológico y lo feminista.

Citas

ABELED, Sebastián et al. **Informe ampliado: efectos socioeconómicos y culturales de la pandemia COVID-19 y del aislamiento social, preventivo y obligatorio en los Pueblos Indígenas en Argentina -Segunda etapa, junio 2020-**. Disponible en: http://antropologia.institutos.filo.uba.ar/sites/antropologia.institutos.filo.uba.ar/files/info_covid_2daEtapa.pdf Acceso en: 11 mayo 2021.

ALJANATI, Lucía et al. **Los efectos socioeconómicos y culturales de la pandemia COVID-19 y del aislamiento social, preventivo y obligatorio en las comunidades indígenas de la RMBA, NOA, NEA y Patagonia**, 2020a. Mimeo.

ALJANATI, Lucía et al. **Pueblos indígenas y COVID-19 en Argentina**. Principales lineamientos de un informe colaborativo. Buenos Aires: Editorial de la FFyL-UBA, 2020b. Disponible en: <http://cidac.filo.uba.ar/acceso-libre-del-libro-pueblos-ind%C3%ADgenas-y-covid-19-en-argentina-principales-lineamientos-de-un-info> Acceso en: 13 mayo 2021.

ALJANATI, Lucía et al. Pueblos indígenas y COVID-19 en Argentina. Apuntes sobre un informe colaborativo. In: PEREIRA, Felipe Milanez; MOREANO, Melissa; NEYRA, Raquel (eds.). **Senti-pensarnos tierra: Epistemicidio y genocidio en tiempos de COVID-19**. Cuaderno del Grupo de Trabajo CLACSO Ecología(s) política(s) desde el Sur/Abya-Yala. Buenos Aires: CLACSO, 2020c. p. 87-94. Disponible en: <https://www.clacso.org/boletin-1-senti-pensarnos-tierra/> Acceso en: 13 mayo 2021.

CASTILLA, Malena; ENGELMAN, Juan; HERRERA, Valeria; MIGUEZ PALACIO, Rocio; QUISPE, Luciana; RODRIGUEZ RAMIREZ, Sergio, VALVERDE, Sebastián; VARISCO, Sofía; WEISS, María Laura. Antropología y colaboración en tiempos de pandemia. Breves apuntes para repensar la práctica antropológica en el marco de la realización de un informe regional sobre COVID-19 y pueblos indígenas en Argentina. **Atekna**, n. 9, p. 343-360, 2020.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. **El impacto del COVID-19 en los pueblos indígenas de América Latina-Abya Yala: entre la invisibilización y la resistencia colectiva**. Disponible en: https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/46543/S2000817_es.pdf Acceso en: 11 mayo 2021.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. **Informe Especial Covid-19**. Financiamiento para el desarrollo en la era de la pandemia de COVID-19 y después, Número 10, 2020. Disponible en: https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/46710/S2100064_es.pdf, Acceso en: 10 mayo 2021.

DANOWSKI, Deborah; CASTRO, Eduardo Viveiros de. **¿Hay un mundo por venir? Ensayo sobre los miedos y los fines**. Buenos Aires: Caja Negra, 2019.

GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de América Latina**. Buenos Aires: Catálogos, 2008.

LUPTON, Deborah. **Doing fieldwork in a pandemic (crowd-sourced document)**. 2020
Disponibile en: <https://docs.google.com/document/d/1clGjGABB2h2qbduTgfqribHmog9B6P0NvMgVuiHZCl8/edit?ts=5e88ae0a#>, Acceso en: 9 mayo 2021.



SALUD Y CUIDADOS EN LAS COMUNIDADES MBYA GUARANÍ IGUAZÚ (ARGENTINA) DURANTE LA PANDEMIA COVID-19

SAÚDE E CUIDADO NAS COMUNIDADES MBYA GUARANÍ DE PUERTO IGUAZÚ (ARGENTINA) DURANTE A PANDEMIA COVID-19

HEALTH AND CARE IN THE MBYA GUARANÍ COMMUNITIES OF PUERTO IGUAZÚ (ARGENTINA) DURING THE COVID-19 PANDEMIC

Mariana Isabel Lorenzetti

 <https://orcid.org/0000-0002-6189-535X>

Alfonsina Cantore²

 <https://orcid.org/0000-0001-8837-8435>

Recebido em: 02 de dezembro de 2020.
Aprovado em: 21 de fevereiro de 2021.

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12219>

RESUMEN: Mediante la reconstrucción de los escenarios abiertos durante la pandemia COVID-19 en Argentina, en este trabajo abordamos las nociones de salud y estrategias de cuidados puestas en juego y diálogo entre las comunidades mbya guaraní de Puerto Iguazú (Misiones). Desde una perspectiva contextual y relacional damos cuenta de los entramados que configuraron las disposiciones sanitarias y las campañas de prevención en su articulación con las formas de comunicación de los cuidados comunitarios.

Palabras claves: Salud; Cuidados; Pandemia; Mbya Guaraní.

RESUMO: Através da reconstrução de cenários abertos durante a pandemia COVID-19 na Argentina, neste trabalho abordamos as noções de saúde e estratégias de cuidados postas em prática e diálogo entre as comunidades mbya guaraní de Puerto Iguazú (Misiones). Desde uma perspectiva contextual e relacional, procuramos dar conta das redes que configuram as disposições sanitárias e as campanhas de prevenção em sua articulação com as formas de comunicação dos cuidados comunitários.

Palavras-chave: Saúde; Cuidados; Pandemia; Mbya Guaraní.

1 Profesora Adjunta (Departamento de Antropología), Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales-Universidad Nacional de Misiones y investigadora de Instituto Nacional de Medicina Tropical (Puerto Iguazú, AR). E-mail: lorenzettimariana@gmail.com

2 Becaria doctoral, Instituto de Ciencias Antropológicas, Universidad de Buenos Aires. E-mail: alfonsinacantore@gmail.com

ABSTRACT: Through the reconstruction of the open scenarios during the COVID-19 pandemic in Argentina, in this article we analyze the notions of health, in bonding with cares strategies, put into play and dialogue between the mbya Guaraní communities of Puerto Iguazú (Misiones). With a contextual and relational perspective, we give an account of the frameworks that shaped the health provisions and prevention campaigns in their articulation with the forms of communication of community cares.

Keywords: Health; Care; Pandemic; Mbya Guaraní.

El 20 de marzo de 2020 en Argentina se daba inicio al Aislamiento Social, Preventivo y Obligatorio (ASPO) como medida sanitaria para encarar la pandemia derivada de la acelerada expansión del virus denominado SARS-COVID-19³. Tal situación inédita y desconcertante - cargada de ansiedades, miedos y perplejidad- generó un sinnúmero de interrogantes a diferentes escalas: mundial, regional, nacional y local. El transitar y afrontar coyunturas dispares dio lugar a interpretaciones de la crisis sanitaria que desbordaron los marcos previos "acordados" respecto de qué es lo que concierne al ámbito de salud y la envergadura de lo que se incluye como "sanitario".

De la necesidad de pronunciarse ante los acontecimientos mencionados surgieron una serie de debates vinculados a hacer inteligibles las continuidades y discontinuidades tanto de las problemáticas sociales que la pandemia deja diferencialmente al descubierto (BRIONES, 2020) como de las maneras de comprender tales configuraciones y las interlocuciones entre diversos grupos y agencias gubernamentales.

Retomamos en parte esas discusiones porque nos permiten contextualizar nuestro lugar de enunciación y situar algunos interrogantes que nos acompañan en este proceso, nos interesa detenemos específicamente en dos cuestiones. En primer lugar, reflexionar sobre las prácticas antropológicas a partir de las cuales se busca dar cuenta de los impactos derivados del COVID-19. En segundo lugar, poner en consideración algunas líneas analíticas respecto a cómo y en qué sentidos las agendas de trabajo, en el campo de la salud indígena, pueden contribuir a pensar la incidencia de la pandemia en contextos interétnicos y los desafíos que ello acarrea. Con este doble propósito,

3 Nos referimos al virus denominado SARS-COV-2 que por su rápida expansión, sus altos niveles de transmisión -incluso a través de personas asintomáticas- y elevadas tasas de mortalidad, el 11 de marzo de 2020 fue reconocido por la Organización Mundial de la Salud (OMS) como una Pandemia. A partir de entonces cada país creó estrategias propias en busca de frenar el contagio y minimizar la cantidad de muertes. En Argentina, en el mes de diciembre comenzaron las primeras campañas de vacunación.

recurriremos a nuestras experiencias de trabajo con las comunidades mbya guaraní ubicadas en Puerto Iguazú, provincia de Misiones (Argentina), que tuvieron su inicio en el año 2015.

En esta provincia hay actualmente 124 comunidades mbya guaraní, con una población de 11.850 habitantes (BESSONE; GARCETE, 2019; SALDÍAS, 2020). En la localidad de Puerto Iguazú (ver mapa) se encuentran seis comunidades donde la más numerosa nuclea 260 familias y la más pequeña 17 aproximadamente, su número suele variar según la movilidad de las mismas entre comunidades locales o bien hacia otras ubicadas en distintos puntos de la provincia. No obstante, durante la pandemia, estos desplazamientos se han visto limitados. Cuatro, de esas seis comunidades, están localizadas en lo que se conoce como el predio de las 600 hectáreas o Selva Yryapú, un área donde se concentran emplazamientos hoteleros de alta gama. Las otras dos se encuentran emplazadas en un área periurbana, lindantes con barrios con población no indígena (para más referencias ver LORENZETTI, 2016; CANTORE y BOFFELLI, 2017; ENRIZ, 2018).

Figura 1 - Mapa Comunidades de Puerto Iguazú, Misiones, Argentina



Fuente: google.earth

Nos interesa, tal como adelantamos, poner en perspectiva los modos de construir conocimientos en este contexto, así como también recentrar los intercambios con distintos/as interlocutores/as de cara a interpretar las nociones de salud-enfermedad-atención-cuidados en vinculación con las disposiciones sanitarias puestas en juego entre los meses de marzo-noviembre de 2020. Particularmente en la Atención Primaria de la Salud (APS), a través de las campañas de prevención y estrategias de comunicación de los cuidados en los ámbitos comunitarios. Con esta revisión de los caminos recorridos, de las experiencias y aprendizajes, nos proponemos volver a interrogarnos sobre las dinámicas y escenarios abiertos por la pandemia en la vida cotidiana de las comunidades.

La producción de conocimiento antropológico en tiempos de Pandemia

Las medidas de ASPO implementadas en el territorio nacional para hacer frente a la pandemia transformaron nuestras vidas cotidianas, las agendas de trabajo y las modalidades de encarar los diversos “haceres” en los distintos espacios. En este sentido, la pandemia significó un punto de inflexión en la cotidianidad a la que estábamos “acostumbrados/as” y quebró así nuestros marcos de referencia e impeliéndonos a hacernos nuevas preguntas (QUIROGA, 2020). Como plantea Diana Milstein (2020) este escenario irruptor de las pocas certezas -con las que más o menos nos manejamos hasta el momento- fue enfrentándonos a una doble necesidad que presenta sus paradojas y ambigüedades. Por un lado, recurrir a nuestros propios conocimientos y experiencias para repensar los aportes que podemos hacer desde la antropología. Por otro, simultáneamente, a interrogar esos marcos interpretativos para evitar quedar atrapadas por la inercia de dar respuestas instantáneas, apresuradas. Si bien revisar el sentido común académico (BOURDIEU; WACQUANT, 1995), como el arriesgarnos en nuevas preguntas (KROTZ, 1994), son parte de las tareas nodales que constituyen al oficio antropológico *per se*, ahora se nos imponen bajo condiciones inéditas que trastocan el modo en que producimos conocimientos situados y relacionales (LORENZETTI, 2020).

El Aislamiento/Distanciamiento Social, Preventivo y Obligatorio (ASPO/DiSPO) nos imposibilita “estar allí en terreno” para reconstruir, mediante los intercambios *in situ*, las experiencias que hacen a la cotidianidad bajo pandemia.⁴ El desafío, entonces, es cómo dar cuenta de las vivencias protagonizadas por las familias de las comunidades, atravesadas por los cambios que ha impuesto esta situación y las medidas preventivas implementadas. En esta dirección, resulta sugerente retomar la inquietud que plantea Diana Milstein de identificar “cuáles son las zonas de producción de conocimiento que deberíamos ponderar” (2020:1) en este contexto de confinamiento, donde las posibilidades de interacción cara a cara se ven limitadas. Son estas primeras coordenadas a considerar las que, seguramente, nos ayuden a encauzar tanto el contacto con algunos de nuestros interlocutores/as establecidos mediante los mensajes telefónicos y las redes sociales, como también a pensar la participación y los canales de comunicación en la construcción de los conocimientos en colaboración. La clave, entonces, pasa por repensar lo aprendido y desestabilizar los conceptos-rótulos que poco nos permiten comprender la impronta de las experiencias sociales en pandemia y los escenarios de producción de sentidos que las disposiciones sanitarias han abierto.

Si como antropólogas procuramos entender lo social en tanto proceso vivo (QUIRÓS, 2014) la pandemia subrayó ese dinamismo y vinieron consigo nuevas preguntas. Estamos ante un acontecimiento de carácter colectivo por su magnitud y alcance, cuya afectación se asienta en desigualdades

4 El ASPO implicó el cierre de toda actividad que no fuera considerada esencial y la restricción de la circulación de las personas, excepto aquellas que realizaran trabajos denominados “esenciales” en los rubros de abastecimiento, salud, administración pública, comunicaciones, comercios de alimentos, farmacias, ferreterías, transporte de pasajeros esenciales. El DiSPO se estableció de acuerdo a la situación epidemiológica de cada jurisdicción, con una apertura parcial de algunas actividades bajo protocolos de funcionamiento. La provincia de Misiones estuvo bajo el ASPO desde marzo hasta la segunda semana de junio. Luego se pasó al DiSPO en todo el territorio provincial. Progresivamente se retomaron algunas actividades según la aprobación de protocolos. En la ciudad de Puerto Iguazú esta disposición alcanzó a la apertura de comercios no esenciales, las reuniones familiares con un reducido número de personas, las caminatas recreativas cortas en lugares y horarios delimitados previo registro en la plataforma *MisionesDigital*. Hasta el mes de diciembre quedaron por fuera de esta disposición la recepción del turismo nacional, la apertura de las fronteras y el transporte de micros interjurisdiccional. Así como también el ciclo educativo en todos sus niveles que continuó bajo modalidad virtual.

previas que ponen bajo relieve y reeditan aislamientos/distanciamientos preexistentes. Ahora bien, tal como nos advertía un colega⁵, quien estaba preocupado por la premura con la cual algunos análisis señalaron meramente la “existencia/descubrimiento de las desigualdades”: ¿alcanza con expresar que la pandemia tiene una afectación heterogénea? Quizás el ejercicio que nos demande más esfuerzo -porque justamente no es tan autoevidente- deba dirigirse no sólo a explicitar cómo damos cuenta de la heterogeneidad de lo social, sino también en qué experiencias concretas los procesos de vulneración recrean las desigualdades en el campo de la salud, donde algunas irrumpen visiblemente con más fuerza y mientras que otras son disimuladas o directamente silenciadas. En este sentido, la prioridad pasa por movilizar conocimientos previos, no para confirmar lo que sabemos o darlos por sentado, sino para plantear nuevos interrogantes en las agendas de investigación y en las maneras de viabilizar la producción de conocimientos conjunta (SINGER, 2020; VALDATA, 2020).

En base a estas consideraciones, nos interesa retomar una serie de planteos acerca de las formas de problematizar lo social en relación con las nociones de salud que surgieron en los debates públicos. Con este primer paso, nos acercamos a algunas perspectivas desde las cuales se han tematizado los impactos e incidencia de la pandemia en Argentina, para luego enfocarnos en el escenario más local en el que trabajamos. En esta aproximación no pretendemos agotar todas las aristas abordadas, ni tampoco todos los intercambios y análisis alrededor del impacto e incidencia de una pandemia que aún sigue en curso. Pero sí señalar ciertas cuestiones que nos permitirían avanzar en qué términos se dieron los debates y cuáles aspectos se pusieron en consideración, identificando algunas luces y sombras que nos acompañan.

Nuestro recorrido acerca de cómo han sido trabajadas las nociones de “emergencia sanitaria”, “crisis”, “salud”, “prevención”, “participación” y “cuidados” busca, entonces, contextualizar las discusiones que tuvieron lugar, con el propósito de pensarlas articuladamente con las dimensiones en juego en los ámbitos comunitarios indígenas mbya guaraní de Puerto Iguazú. En este caso, una zona particular de Triple Frontera, lugar en el que se inscribe nuestro trabajo de campo y en el ámbito de la APS, el primer eslabón del sistema público abocado a la promoción de la salud y prevención de las enfermedades.

Pensar la pandemia como proceso social (RAMONET, 2020), constituye una de las claves para desandar las continuidades y discontinuidades que tal acontecimiento dejó al descubierto en el transcurso de este tiempo. En esta dirección, la reconstrucción de las narrativas de la pandemia en Argentina a partir de identificar los ejes, planteos y perspectivas de los debates públicos conforman la base para comenzar a reconstruir los escenarios preexistentes donde se inscribe la pandemia. No sólo en relación con las configuraciones territoriales socio-ambientales (SCHMIDT, 2019; SEGATO, 2020; SVAMPA, 2020), a las formas en que se han configurado las conectividades (CANCLINI, 2019; GRASSI, 2020; NOVARO, 2020; ALIATA et. al., 2020) y a los entramados entre procesos de vulnerabilidad-desigualdad (BRIONES, 2020; ESCOBAR, 2020; EVANGELIDOU; MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, 2020; VOMMARO, 2020), sino también, para avizorar de qué modos “el/la otro/a” retorna como figura desafiante ante una situación que desborda los límites prefijados de “lo saludable” y “lo no saludable” (LORENZETTI, 2012).

5 Comunicación personal con Matías Stival, doctor en Antropología, docente de la carrera de Antropología de la Facultad de Humanidades y Artes de la Universidad Nacional de Rosario (mayo 2020)

Las maneras en que se actualizan determinados tropos, tales como contagio, enfermedad, prevención y cuidados y en quiénes se depositan/encarnan los diacríticos de riesgo, conforman un conjunto de cuestiones que permiten cartografiar la circulación de los miedos, las ansiedades y formas de intervención que el “modo pandemia” habilitó. En suma, dichas cuestiones marcan el derrotero de las lógicas de los cuidados (MOL, 2008), con sus tramas, prácticas y sentidos (CASTILLA; KUNIN; BLANCO ESMORIS, 2020) y los repertorios del cuidar en marcha (LORENZETTI, 2017, 2019). Con y a través de tales debates pueden entenderse no sólo las estrategias de la APS vinculadas a la comunicación de las campañas de prevención del COVID-19, sino, también, su impronta en los ámbitos comunitarios indígenas.

Narrar la pandemia a diversas escalas: lo nacional, lo provincial y lo local

Como adelantamos, reponer las discusiones habilitadas durante la pandemia en relación con lo sanitario, a los cuidados, a las campañas de prevención del COVID-19, implica detenernos en el escenario nacional, provincial y local. En conjunto, estas instancias fueron las que de alguna manera modularon los espacios desde los cuales se definieron tanto la producción de sentidos como las prácticas posibles.

Nos interesa comenzar este recorrido por las narrativas en los distintos niveles retomando unas de las paradojas que ha planteado la pandemia (FRADEJAS-GARCÍA *et al.*, 2020). Por un lado, el confinamiento parece haber generado un paréntesis de la movilidad que implicó una resignificación de la cotidianidad tal como la concebíamos, pero por otro ha intensificado la vida diaria hacia direcciones imprevistas, donde las coordenadas de espacio y tiempo se vieron dislocadas conforme se articulaban previamente⁶. Estas improntas nos llevan a reconstruir los distintos momentos por los cuales las narrativas a diferentes escalas y las estrategias de cuidados se configuraron en base a los múltiples efectos del confinamiento.

En primer lugar, Argentina implementó una cuarentena estricta temprana como medida extraordinaria para preparar al sistema público de salud ante el posible desborde de personas afectadas por COVID-19: cantidad de camas, centros de aislamiento, protocolos, capacitación de recursos humanos. El foco puesto en robustecer el sistema de salud colocó como prioridad pensar lo sanitario en relación específicamente a lo médico-asistencial (POZZIO, 2020) y ubicó en primer plano el rol de los/as epidemiólogos/as e infectólogos/as en las estrategias de contención del virus. Al mismo tiempo que se delimitaban las tareas y personas exceptuadas del aislamiento por considerarse esenciales, se concatenaron nociones de cuidados y concepciones de riesgos en función de las campañas centradas en la consigna “quédete en casa”, replicadas en los distintos contextos provinciales y locales.

⁶ Las familias tuvieron que hacerse cargo de la escolarización de los/as niños/as y jóvenes en sus casas. Muchas de las actividades de la economía informal como la venta en puestos callejeros o venta ambulante en los espacios públicos se vieron afectadas en su realización. Otras actividades, vinculadas a efectuar trámites en la administración pública fueron y son reprogramados a través de la solicitud de turnos *online* o vía telefónica. Los espacios comerciales de abastecimiento y cada rubro laboral debieron elaborar protocolos destinados a reacomodar y redefinir usos de los espacios y a controlar la circulación/flujo de personas, entre otras cuestiones.

En el caso de la provincia de Misiones, el 12 de marzo -una semana antes del anuncio nacional que decretaba la cuarentena por el plazo de 20 días- el gobernador comunicaba la suspensión de clases en todos los niveles educativos en el marco de la declaración de la emergencia epidemiológica y sanitaria por el brote de dengue y el riesgo de epidemia de coronavirus (*misionesonline*, 12/03/2020; *El Territorio*, 12/03/2020). En Puerto Iguazú, el 14 de marzo, el intendente del Parque Nacional Iguazú anunciaba el cierre del mismo hasta nuevo aviso como "medida preventiva donde la prioridad es cuidar la salud de los argentinos y de quienes nos visitan" (*Primera Edición Misiones*, 14/03/2020).

La consigna "quédate en casa" tenía entonces un alto consenso y grado de acatamiento social. En el lapso de los primeros veinte días distintos spot radiales, televisivos y en redes sociales estuvieron centrados en la repetición de la consigna, que progresivamente se asociaron con un discurso social del virus como "el enemigo invisible" que acecha, que no se sabe dónde está, dando lugar a las ideas de "batalla", "guerra", "trinchera", entre otras.

En esta dirección, resulta interesante reparar en el discurso del Ministro de Salud de la Provincia cuando, el 28 de abril de 2020, declara la "circulación comunitaria" del virus, es decir, que ya no era posible determinar de un modo preciso el lugar o "nexo epidemiológico" exacto de la transmisión del COVID 19. En dicho discurso, transmitido por los medios de comunicación locales en conferencia de prensa, señalaba:

[...] a partir de ahora hay un antes y un después en la provincia de Misiones respecto a todo lo que es epidemiológico con el coronavirus...quería comentarles [...] a todos cuál es la situación actual en la que nos encontramos [...] Les pido que para que no tengamos duplicados en un solo día la cantidad de casos... no debemos estar en las calles, no deberíamos tener contacto sino más del que debería ser, mantener la distancia, la bioseguridad, la distancia [...] Acuérdense que hoy, cualquiera en la calle, caminando puede ser potencialmente una persona que nos puede contagiar.. Hace 24 horas teníamos seis casos, hoy tenemos doce, hemos duplicado en un día. Tenemos que considerar que cada persona que camina por la calle está infectada, ese es el cuidado que debemos tener. [...] Tenemos que caminar siempre, actuar siempre hacer como si el otro estuviera infectado. (Ministro de Salud Pública de la Provincia de Misiones).

En Puerto Iguazú, las primeras tensiones que se focalizaron en torno a la circulación de turistas extranjeros/as y argentinos/as que buscaban retornar a sus lugares de origen. El paso fronterizo, que conecta Foz de Iguazú (Brasil)- Puerto Iguazú (Argentina), a través del puente Tancredo Neves, se convirtió en el epicentro de las imágenes donde la percepción de riesgo cobraba encarnadura. La concentración de personas en ese punto, volcaron todas las miradas y despertaron diversas reacciones: el cierre de la frontera se constituyó en el catalizador de una de las primeras medidas a través de la cual la localidad de Iguazú buscaba una "protección" destinada a limitar la circulación de personas (*Primera Edición Misiones*, 24/03/2020; *Clarín*, 24/03/2020). Mientras los primeros veinte días de aislamiento, los operativos articulados de nación, provincia y municipio estaban focalizados en organizar y controlar el flujo de quienes querían retornar hacia sus lugares de residencia que hacían su entrada por Iguazú, estos pasos fueron cerrado por montículos de tierra en los accesos a la ciudad que significaron para los residentes una de las primeras imágenes en las cuales se mate-

realizaba el mensaje de “quédate en casa”.

Tempranamente, las comunidades mbya guaraní dispusieron también un repliegue que daban a conocer públicamente a través de medios locales de comunicación, particularmente a través de Jasy Tv13.⁷ En este mismo canal, el 19 de marzo circularon las declaraciones de Silvino Moreira, cacique de la comunidad Fortín Mbororé, en donde se exponían las prevenciones comunitarias para sostener un aislamiento comunitario con el menor contacto con personas externas. En palabras del cacique:

[...] hemos tomado la precaución del tema de las enfermedades. Hemos cerrado la comunidad, el ingreso de la gente que muchas veces viene, los vecinos que vienen a visitarnos o los turistas, así que ya hemos cerrado, hemos puesto los portones. Eso también quiero hacer entender a los vecinos que cruzan mucho de barrio a barrio por nuestra comunidad, hemos cerrado por el tema de prevención del tema de las enfermedades, así que una vez que esté este tema vamos a abrir otra vez para todos. Ahora vamos a tener cerrada la comunidad y restringir también la salida de los integrantes porque es una forma de prevenir y cuidarnos entre todos. (JasyTv13, 19/3/2020)

En este mismo tono fueron las disposiciones tomadas en las otras cinco comunidades de Puerto Iguazú en relación con el ASPO, en las cuales se manifestó que la circulación de personas quedaba restringida a los intercambios personales necesarios. En este sentido, Fortín Mbororé encontraba lugar para expresar sus preocupaciones sobre el uso del territorio comunitario por los/as vecinos/as que utilizan caminos de circulación interna que conectan las entradas de la aldea con otras calles de los barrios de la ciudad. Del mismo modo algunas de las comunidades de las 600 hectáreas colocaron tranqueras en aquellos puntos de ingreso para visitantes (por ejemplo, turistas), a modo de dar una señal de control de la circulación y tránsito de personas ajenas a las mismas.

Tomadas estas medidas, sólo quedó habilitado el ingreso de personal escolar, sanitario y estatal -principalmente de la Dirección Municipal de Asuntos Guaraníes con sede en Fortín Mbororé-. Acatar la medida significó para la vida en las aldeas indígenas realizar un aislamiento comunitario, a modo de “comunidad de rebaño” como estrategia de articular una red de cuidados de carácter más colectivo. En otras palabras, el aislamiento/confinamiento no tuvo lugar en términos individuales por quienes viven en cada casa, sino de acuerdo a un sentido de pertenencia más amplio que se expresa por los lazos parentales de unidades domésticas extensas que comparten un territorio y sus recursos, las crianzas de los/as niños/as, los cuidados de los/as adultos/as mayores, entre otras actividades (CANTORE, 2020; LORENZETTI; LAVAZZA, 2021). Estas familias identifican experiencias cotidianas donde la sociabilidad transcurre mayormente en torno a los “patios” contiguos, las zonas de rozados abiertos, entre otros sitios donde se realizan tareas de modo cooperativo (profundizaremos estas ideas en las siguientes páginas de este texto).

No obstante, la sostenibilidad del “quédate en casa” o “nos cuidamos entre todos/as” evidenció su problemática entre las familias mbya guaraní cuya mayoría vive de la venta de artesanías, de trabajos temporarios (changas) y de algunos emprendimientos turísticos comunitarios mediante

⁷ *Jasy TV13* es un canal televisivo transmitido por redes sociales, especialmente, *Facebook*. Se trata del primer medio de comunicación indígena de la provincia. Fue inaugurado en el año 2020 y si bien no es sólo de gestión indígena, la producción de contenidos se realiza con la participación de personas mbya guaraní, quienes realizan las entrevistas y refieren a temáticas que competen específicamente a cuestiones comunitarias. Para más información consultar en <https://www.facebook.com/Jasytv-13>.

la realización de los paseos que se ofrecen a los visitantes. En este marco, las asistencias sociales por parte del Estado nacional destinadas a alcanzar al conjunto de trabajadores/as informales se volvieron una de las cuestiones que concentró, durante los primeros meses del aislamiento, la preocupación y las acciones por parte de los miembros de las comunidades para acceder a las mismas. Nos referimos específicamente al otorgamiento de un plus para quienes cobran Asignación Universal por Hijo/a (AUH)⁸, a la ayuda económica extraordinaria denominada Ingreso Familiar de Emergencia (IFE) y a la Tarjeta Alimentaria (TARUSELLI *et al.*, 2020).

Estas disposiciones de contención del impacto económico movilizaron a las familias a realizar los trámites de inscripción según las medidas de aislamiento sanitario preventivo. La bancarización de las cuentas comenzó a ser requisito fundamental para el cobro y la inscripción a asistencia como la IFE resultó engorrosa por la falta de conectividad, la dificultad del uso de dispositivos electrónicos y las desiguales habilidades para completar los formularios. Con la intención de sortear tales impedimentos las familias activaron vínculos previos con personas no-indígenas que pudieran servir de nexo con las distintas instancias administrativas (ALIATA *et al.*, 2020). Muchos de los contactos vía *whatsapp* y comunicación telefónicas que ambas mantuvimos en este período con algunos/as integrantes de las comunidades se realizaron a raíz de las solicitudes de ayuda o búsqueda de información para poder ingresar a la página del ANSES⁹, conocer los requisitos de inscripción, informarse sobre el estado del trámite iniciado, consultar los días de cobro programados según terminación de número de Documento Nacional de Identidad (DNI), como así también para solicitar los turnos en vistas de buscar las tarjetas cuando las sucursales bancarias volvieron a abrirse.

En estos primeros intercambios comenzaron a manifestarse no solo las inquietudes por contraer el virus, sino también la incertidumbre de no contar con los ingresos, por cierto magros e inciertos, que venían sustentando a las familias. El acompañamiento de estos trámites llevó a conversaciones de varios días debido a que según el último número de documento correspondía un día diferente para la carga en el sistema. La seguidilla de mensajes llevó a que algunas conversaciones sean amplias referidas a diferentes asuntos que debían afrontar diariamente y otras veces los mensajes eran sólo operativos. En estas conversaciones circularon dudas explícitas sobre si las personas indocumentadas podían cobrar IFE o si quienes cobraban AUH debían gestionarlo también porque no todas/os habían recibido el monto correspondiente al IFE (conversación por *whatsapp* con cliche 1/4/2020 y 1/7/2020).

De allí que la subsistencia quedó, de alguna manera, apuntalada a través de vínculos territoriales previos con organizaciones sociales y escuelas, así como con las personas no indígenas que los *mbya guaraní* identifican como "nexos" hacia el afuera, el "mundo de los *jurua*" (blancos). Los comedores escolares se mantuvieron abiertos y algunas comunidades pudieron gestionar, en la primera etapa del aislamiento, una colecta de alimentos y ropa mediante los contactos establecidos

8 Política de Protección Social Nacional que otorga un monto económico mensual por hija/o a madres o padres desocupadas/os o en condiciones de empleo informal. Para su otorgamiento se solicita el cumplimiento de controles sanitarios, del calendario de vacunación obligatorio y el certificado de escolarización de los/as menores.

9 Administración Nacional de Seguridad Social, dependiente del Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. Dicho organismo tiene a cargo la gestión de pensiones, prestaciones sociales, servicio previsional, entre otras contribuciones sociales. En esta ocasión el ANSES trabajó en conjunto con el Instituto Nacional de Asuntos Indígenas (INAI), organismo que administra las políticas indigenistas de carácter federal.

con asociaciones civiles que acompañaron la realización de proyectos vinculados al turismo comunitario, entre otros.

Si bien como decíamos líneas arriba, ante las medidas de ASPO/DiSPO las comunidades restringieron el ingreso de personas externas, se intensificaron las relaciones familiares en esos territorios para reestructurar actividades imprescindibles que se realizan por fuera de dichos ámbitos. En los primeros meses de la pandemia, esto conllevó, por ejemplo, a reorganizar el abastecimiento familiar de productos alimentarios. Previo a las medidas sanitarias de restricción de la circulación, las compras de alimentos y artículos de higiene se llevaban a cabo mediante dos modalidades: en los almacenes de barrios o en los supermercados de la ciudad. El primero de estos circuitos de compras era ejecutado principalmente por las mujeres y niños/as con intercambios en efectivo. En cambio, las transacciones en la ciudad, efectuadas mediante las Tarjetas Alimentarias, eran realizadas por las parejas quienes dejaban a los/as niños/as en las aldeas bajo el cuidado de los parientes cuando se movilizaban o bien se hacían con solo algunos/as de los/as hijos/as que colaboran con el acarreo de las bolsas. Con las nuevas medidas, sobre todo durante el ASPO, se designó a un varón adulto para realizar las compras en la ciudad de Iguazú de modo de abastecer a un conjunto de familias, a fin de evitar las salidas de un número considerable de personas por fuera de las comunidades. Asimismo, las compras en los almacenes de cercanía fueron realizadas por una mujer sin el acompañamiento de sus hijos/as.

De esta manera, las narrativas tanto nacional como provincial de “quédate en casa” encontraron su propia adecuación en las condiciones y posibilidades de las comunidades de Iguazú. Las redes de cuidados se articularon conforme la necesidad de pensar en “la salud y los recursos para las familias” bajo la mirada integral mbya guaraní. Mirada donde sus diferentes experiencias y aprendizajes dan cuenta que la salud no queda circunscripta a la posibilidad de la atención médico-asistencial, sino que está, antes que nada, fuertemente asociada al acceso de los medios de manutención de las familias. Un acceso que, habitualmente, demanda una búsqueda y articulación constante para la generación de ingresos precarios e inestables provenientes de aquellos trabajos temporarios que durante la pandemia desaparecieron casi por completo.¹⁰ De allí que durante los meses de abril, mayo y junio las familias estuvieron abocadas a trámites vinculados al IFE y a la Tarjeta Alimentaria. Al mismo tiempo, los caciques iban organizando en conjunto un petitorio en el que relevaban sus necesidades. En esta dirección el cacique de Fortín Mbororé, el 18 de junio expresaba:

Nosotros hicimos la reunión. Hemos convocado la reunión para el tema de la ampliación de las Tarjetas Alimentarias. Ahora Nilda (Ex Responsable de la Dirección Municipal de Asuntos Guaraní) está viajando mañana para Posadas, llevando para el gobernador el pedido del aumento de las tarjetas (ampliación del monto). También hemos solicitado el tema de ampliación... del mejoramiento de la vivienda, el agua y la luz. Así que eso es lo que estamos solicitando al gobernador. Estamos mandando un acta firmada por los caciques [...]. (Jasy Tv13, 18/06/2020)¹¹

10 Como ya referimos: a las changas (por ejemplo las carpidas en chacras adyacentes), la venta de artesanías, el sostenimiento de los paseos turísticos.

11 En el mes de julio comenzaron los operativos por barrios y por las comunidades de Iguazú para la tramitación del IFE en Puerto Iguazú. De este modo, el 12 de julio, se realizaba el primer operativo especial en la Comunidad Fortín Mbororé para la inscripción al IFE y evacuar dudas respecto del cobro de este ingreso (Jasy Tv13, 12/07/2020).

Es en este contexto que comenzaron, desde el Programa de Salud Indígena de la provincia *Techaí Mbya*, a editarse videos donde se filmaban a agentes de salud interculturales promoviendo medidas sanitarias en lengua mbya. Estos videos se complementaban con materiales específicos y/o traducidos en lenguas indígenas que se crearon desde organismos nacionales como el Instituto Nacional de Asuntos Indígenas (INAI) y que aludían, por ejemplo, al correcto lavado de manos.¹² Sin embargo, la circulación de estos materiales estaba prevista a través de redes sociales (*whatsapp*, *facebook*, entre otros) lo que trae consigo nuevamente el problema del acceso a la conectividad y a estas tecnologías por parte de la mayoría de las familias. Nos preguntamos entonces sobre la circulación de estos materiales teniendo en cuenta, como ya mencionamos, que no todas las personas disponen de dispositivos tecnológicos, ni de redes para visualizarlos. Además, de las dificultades cotidianas con las que se enfrentan las personas como el acceso al agua potable, la adquisición de productos de higiene cotidiana o aquellos recomendados para la prevención del virus como lavandina, alcohol 70% y barbijos.

Atención Primaria de la Salud: las campañas de prevención y el trabajo en terreno de los/as referentes comunitarios/as mbya guaraní

Consideramos importante reconstruir la articulación de la APS en terreno, específicamente a partir de la experiencia de trabajo que realizaron los/as agentes sanitarios/as¹³ mbya guaraní, así como también otros/as referentes comunitarios/as, particularmente, los/as docentes auxiliares bilingües.

Si como decíamos en los apartados anteriores la prevención fue la principal estrategia para hacer frente al virus y limitar las posibilidades de contagio, nos interesa recuperar las estrategias que pusieron en marcha quienes cotidianamente articulan con los otros niveles de atención del sistema público de salud y promueven los cuidados entre y con las familias. Particularmente lo que significó, para los/as referentes comunitarios/as, enfrentarse a una situación inédita, buscar información confiable, capacitarse y conocer los protocolos de actuación. En este sentido, parte de nuestros interrogantes se centraron sobre la batería de herramientas puestas en juego para la transmisión y circulación de mensajes de quienes cotidianamente llevan a cabo dicha tarea.

Como es de imaginar, los/as más jóvenes son quienes cuentan con mayor conocimiento sobre el manejo de dispositivos electrónicos, pero el corte generacional no garantiza disponer de ellos. Incluso, en ocasiones, en caso de contar con un celular, este se comparte entre los/as integrantes de las familias; punto que quedó al descubierto con la demanda de las escuelas para el cumplimiento de las tareas que, ante la ausencia de dispositivos e internet, les quedó como opción acercar a los/

12 Para ver los videos de las campañas consultar en: <https://www.youtube.com/watch?v=wotaG4TAoew> y <https://www.youtube.com/watch?v=mg81FHFMGr0> <https://www.youtube.com/watch?v=wo0vwl9ulqo>

13 Los/as agentes sanitarios/as forman parte del Programa de Salud Indígena del Ministerio de Salud Pública de Misiones. En la provincia hay 150 personas que se desempeñan en este rol y son los/as encargados/as de establecer el nexo entre las familias y las dependencias de salud pública.

as estudiantes materiales impresos: cuadernillos elaborados por nación o bien fichas de contenidos-tareas de elaboración propia (ALIATA et. al., 2020; CANTORE et al., 2020).

El acceso a internet es limitado sea por la dificultad de costear datos móviles o por lo reducido de las señales de *wifi* en las comunidades, como también por la posibilidad de acceso a una computadora o teléfono celular. Las locaciones no suelen contar con redes de *wifi* y cuando existe depende de instituciones que allí se ubican, como por ejemplo las escuelas, aunque el servicio es inestable. En los últimos años, disponer de este servicio viene siendo una demanda, la cual se agudizó durante la pandemia. Sólo una de las seis comunidades sostuvo conexión a internet a partir de la señal de Jasy Tv13 y de la Secretaría Municipal de Asuntos Guaraníes que tiene su oficina allí. Si bien la prevención ha tenido un énfasis en la difusión virtual, cabe aclarar que ninguna de las salas de salud (Centros de Atención Primaria de la Salud-CAPS) están provistas con acceso a internet.¹⁴

Dado que la difusión de estos materiales - a través de dispositivos y redes - precisan de la utilización de datos móviles o *wifi*, los intercambios que mantuvimos con referentes comunitarios (agentes sanitarios/as y auxiliares docentes) se orientaron en relación con el uso y manejo de las redes sociales. Así como también a las maneras en que se divulgó el conocimiento sobre la prevención para aquellas personas que no utilizan cotidianamente estos instrumentos.

En los materiales audiovisuales propuestos desde el Programa de Salud Indígena se registra la participación de los/as promotores/as (de distintas comunidades de la provincia) y son ellos/as quienes aparecen como protagonistas de los videos o traductores/as de los mismos. En las filmaciones expresan las recomendaciones en lengua indígena acompañadas por imágenes que muestran el correcto lavado de manos, el estornudo con el pliegue del codo, proponen el uso de barbijos, evitar tocarse la cara, los ojos y la boca, además de ventilar y limpiar las casas. A través de estos spots se explica que el Coronavirus es una "enfermedad nueva" ante la cual es preciso "cuidarnos entre todos/as" y donde se remarca que "para no contagiarse y traer la enfermedad a la comunidad es importante ayudar al promotor ...". En este sentido, los mensajes indican que, si se presenta algún síntoma de tos, fiebre y/o cansancio "consulte con el promotor de su comunidad para que pueda ayudar, acompañar y avisar al hospital. No tome remedios sin recomendación. Es importante que se tengan todos los cuidados y se siga las recomendaciones de los promotores de salud" (Ministerio de Salud Pública de Misiones- material audiovisual de difusión "Prevención COVID-19. Comunidades Mbyá Guaraní de Misiones" 21/05/2020).

De este modo, estos productos digitales no sólo colocaron en el foco de los mensajes a los/as promotores/as de salud, sino que supusieron que en ellos/as recaería la tarea de su divulgación, pues quienes se desempeñan como agentes sanitarios/as son adultos/as jóvenes que, en ocasiones, cuentan con teléfonos móviles, aunque no siempre de un modo permanente. Si bien, durante nuestro trabajo de campo previo, hemos registrado su uso para resolver cuestiones del ámbito sanitario, desde llamar a la ambulancia hasta consultas por trámites estatales, ello no daría por sentado la difusión de los videos de prevención y cuidados.

Fue en vinculación con estas consideraciones, que nos surgieron preguntas específicas respecto del valor que se les otorga a: la producción de dichos materiales, la participación de los/as

¹⁴ En una de ellas, a partir de la cercanía de una antena disponible, se comenzó a gestionar la conexión de *wifi* para la sala de salud.

agentes en estos spots, el armado de los mismos y su disposición para transmitirlos a la comunidad: ¿estos videos eran considerados materiales que ayudaban a la comunicación respecto del coronavirus?, ¿qué valor les daban los/as agentes sanitarios/as a estas herramientas?, ¿los consideraban como medios para su capacitación?, ¿los difundían en las comunidades? ¿de qué manera?

En relación con la recepción y circulación de los vídeos emitidos desde las distintas agencias gubernamentales, los/as agentes sanitarios/as señalaron que les sirvieron más bien como un recordatorio para sus tareas, para estar atentos/as a las situaciones que se pudiesen presentar. En algunas comunidades reseñaron la dificultad en el acceso y circulación de los videos que se suben o comparten a través de las redes sociales institucionales:

[...] este video del que vos estás hablando nosotros nunca vimos de qué habla o de qué está basado. Porque hace poquito vos me enviaste, yo tampoco... si la mayoría de la provincia de Misiones hace sus propios videos. No sé si ellos reenviaban o reenviaron, no sé... yo nunca recibí ese video, excepto que después de que vos me mandaste, pero yo no sabía de la existencia de los videos. No sé cómo puedo decir esto (refiriéndose a la conectividad) [...] pero todo un tema es. (comunicación por *whatsapp* auxiliar bilingüe 22/11/2020)

[...] Nosotros, acá en la comunidad, el cacique es el que se encarga de hablarle a la gente y la maestra [ella] también que se encarga de cómo tienen que hacer, qué tienen que hacer para no, como decía en el audio, para no tener contacto con nadie. Solo eso, solo nosotros... ni con el médico que viene de afuera, nada. (comunicación por *whatsapp* con auxiliar bilingüe 22/11/2020)

Tal como algunas de las personas nos manifestaron mediante mensajes de *whatsapp*, estos spots circularon principalmente a través de los/as promotores/as de salud y alcanzaron de manera dispar a quienes viven en las comunidades.

Vinculada a estas cuestiones, resulta interesante traer a colación la temprana elaboración de un spot que fue realizado desde el canal *Jasy Tv13*, pues en parte explica de qué manera las comunidades han interactuado con los mensajes emitidos posteriormente desde las agencias estatales. En ese spot #*Epyta nderóga'pe* (Campaña "Yo me quedo en Casa"), subido el 26 de marzo de 2020 en el *facebook* del canal, se expresaban tanto promotores/as de salud como mujeres jóvenes y niños/as que -a través de dibujos- recreaban el mensaje "quédate en casa". Esta experiencia de generar sus propios materiales comunicativos no sólo en términos de contenidos sino en formato, fue la resultante de una iniciativa surgida para "mostrarse" desde una mirada autoperceptiva como involucrados/as y concientizados/as ante la situación abierta por la pandemia. En consonancia con las preocupaciones que hace tiempo manifiestan distintos/as referentes comunitarios/as, respecto de los imaginarios negativos que circulan en relación con las aldeas en medios comunicación y redes sociales locales, la iniciativa de crear sus propios videos se encaminaba a incidir en las miradas estigmatizadas que los/as ubican como dejados/as, abandonados/as, vagos/as o despreocupados/as.

En esta dirección, durante el periodo de ASPO/DiSPO cobró relevancia el proyecto de *Jasy Tv13* en las comunidades. El mismo se fortaleció como un espacio a través del cual mostrar hacia "el afuera" los autocuidados y las actividades que se realizaban como medio para disuadir los prejuicios instalados, mostrándose involucrados/as con las medidas sanitarias. Y, también, activos/as en la generación de su propio sustento a través del trabajo en las huertas comunitarias que comenzaron

a articular con el acompañamiento del Programa de Agricultura Familiar y el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA), fomentado desde el Ministerio del Agro Provincial.¹⁵

En esos primeros momentos del ASPO, este ejercicio de contar cómo se estaban encarando las medidas preventivas motorizó hacia “adentro” la circulación de información de los cuidados respecto a la propagación del virus, para encontrar luego una forma propia de plasmarlo en la generación de su spot. El trabajo de terreno llevado a cabo por los/as promotores/as de salud, en vinculación con los/as maestros/as bilingües, fue la clave para comunicar los mensajes en ambas direcciones. Al momento de conocer y recibir los videos institucionales generados desde los distintos organismos estatales, la tarea de “traducir” las recomendaciones ya había comenzado en los ámbitos comunitarios expresándose así su compromiso social. Dichas traducciones no se limitaban a una mera cuestión lingüística, sino a interpretar los aprendizajes previos, a reflexionar en torno a las relaciones entre jóvenes y adultos/as, los vínculos interétnicos, las experiencias pasadas y el presente compartido.

Así, por ejemplo, en una de las charlas con una promotora de salud y un auxiliar bilingüe señalaban:

(los mayores) ya están preparados para esta ocasiones... para esto terrible... No estamos preparados como sociedad blanca... pero de saber (que) va a haber así como pandemia ya sabemos. Los abuelos ya saben, están preparados. [...] Le afecta la pandemia más a los jóvenes, no a los mayores. Viste que en la noticia sale todo... pero los mayores están preparados, ya saben que va a pasar... hace años. Sí, ellos tienen sus visiones, cuentan...siempre con la danza porque ahí como guaraní, como mbya guaraní, ahí nos vamos para saber lo que va pasar mañana, al futuro, al año... es por eso tan importante eso... como ustedes dicen la iglesia, nosotros le decimos el *opy*... Ahí nosotros vamos, nosotros tenemos obligación como mbya... (17/11/2020)

...la pandemia no afecta tanto a las comunidades por la espiritualidad... porque nuestros ancestros ya se habían preparado para esto, sabían de eso...la espiritualidad los mantenía bien fuerte, por eso vivían mucho más que nosotros. Hoy en día los jóvenes no tienen una base espiritual, una base espiritual que gracias a dios nosotros tenemos porque nuestros abuelos hablaban y nosotros escuchábamos. Hoy en día (los jóvenes) ya no creen si no ven... tienen una mentalidad más abierta en el sentido por así decirlo...como piensan ustedes... piensan más en la tecnología... en la computadora, el celular, las comunicaciones, están más pendiente a eso... ya no están más pensando en sí mismo, cómo va a ser mañana... (17/11/2020)

En esta dirección, los/as interlocutores/as detallaron las ambivalencias de los medios tecnológicos y fuentes de información. Por un lado, reconocían la necesidad de estar conectados y saber manejarse con la tecnología para llegar a los jóvenes como medio de registro de experiencias y enseñanzas-aprendizajes, en tanto “no creen si no ven”. Pero, por otro lado, enfatizaban como fuente de conocimientos confiables y seguros los mensajes de los/as mayores que, provenientes de las moradas de los dioses, reciben a través de la transmisión de los sueños. La palabra de los/as ancianos/as aparecía -al igual que en otras ocasiones- como un canal de transmisión de la palabra de los dioses y, en este sentido, un bien valorado por las comunidades porque en ella se expresan

15 Programa gestionado a través de la Secretaría Municipal de Asuntos Guaraníes y Agricultura Familiar de Zona Norte. En el mismo se entregaron semillas a las comunidades para el trabajo de horticultura y a través de ferias mensuales, en una de las comunidades, se comercializaron los productos. Dichas ferias estuvieron abiertas para que los/as vecinos/as de Iguazú puedan acceder a los productos frescos de las huertas a precios accesibles, sin intermediarios/as.

conocimientos que se han adquirido a lo largo de la vida y que orientan a los/as más jóvenes (MARTÍNEZ *et al.*, 2002; CANTORE, 2020).

Al respecto, la mayoría de los/as agentes reseñaron la importancia que había recobrado en este tiempo los encuentros por las tardes de las rondas y danzas para fortalecer la espiritualidad en los/as jóvenes:

...como te decíamos hoy, nosotros estamos preparados para eso. Nuestros abuelos ya hablaban de esto, de las enfermedades, no solo de la pandemia, sino de qué va a venir. No sabemos si después de esta pandemia viene otra cosa, entonces ya estamos preparados. Lo único que no tenemos preparado es los insumos, como alcohol, todas esas cosas, hay que comprar, hay que pedir... (17/11/2020)

Tal como expresan estas palabras, la pandemia habilitó mensajes que no fueron únicamente en línea con las acciones de prevención estrictamente sanitarias del coronavirus presentes en los spots gubernamentales. Sin dejar de procurar los canales para conseguir los bienes materiales para evitar el contagio, se dispararon reflexiones en caminos diversos. El fortalecimiento comunitario e intercomunitario, la revalorización de la palabra, las revinculaciones intergeneracionales fueron algunos puntos en común que dan sentido a los cuidados más allá y en relación con las especificidades de este virus.

El discurso global de la pandemia estuvo permeado por el cuidado especial a personas de riesgo, entre quienes se incluía a las personas mayores de 65 años. Este promovía un cuidado diferencial para ellos/as que en las comunidades de Iguazú se expresó en varias oportunidades de diferentes maneras. Mientras una promotora apuntaba que los cuidados de los/as abuelos/as estaban desde antes, una auxiliar bilingüe enfatizaba en la protección a personas mayores y niños/as:

Todos estos meses de la pandemia nosotros estamos solo en nuestras casas, cuidamos nuestros hijos, nuestros abuelos, es decir, prevenir. Más prevenir que curar. Y de esto se habla mucho entre las familias, en las comunidades. Cómo tiene que hacer, qué tiene que hacer para no estar en contacto con nadie. Porque es una enfermedad mundial, que mucha gente, quizás, por ahí no lo entiende o por más que entienda no quiere aceptar. Nosotros acá en la comunidad, más que nada cuidamos específicamente a los chicos y los ancianos. Tiene cuidado especial, de parte de nosotros, no del Estado. (comunicación por *whatsapp* 22/11/2020)

Según se desprende de estas palabras, fueron los/as jóvenes-adultos/as quienes se sintieron interpelados respecto de las tareas de cuidados para prevenir que quienes no se enfermen fuesen, principalmente, niños/as y ancianos/as. Se ocupaban entonces de proveer de los recursos necesarios para el sostenimiento de estas personas y de evitar el contacto con quienes no pertenecen a la comunidad; subrayaban que son los/as adultos/as ("de parte de nosotros") quienes se ocupan del bienestar de pequeños/as y mayores. En contraste, los/as promotores/as también refirieron a las atenciones diferenciales, pero afirmaron que algunas de estas tareas continuaban a las formas previas a la pandemia:

(Los abuelos) no salen de la casa, quedan. Se previenen entre ellos... Los abuelitos no salen. Así que no hubo problema en ese sentido de que había que cuidarlos más. Si nos cuidábamos entre todos... Hubo un tiempo en que se llevaba la comida a los abuelitos, que se cocinaba en la escuela... (Los abuelos) advertían siempre, solo que como te decía los más jóvenes no escuchan... (17/11/2020)

Así, reseñaron que el foco de la prevención y de las actividades de cuidados se concentró particularmente en los/as jóvenes. De esta manera, el trabajo de los/as promotores/as sanitarios/as complementaba el trabajo de espiritualidad de los/as abuelos/as:

...el promotor y la promotora se va a la casa para enseñar cómo cuidarse y lleva insumos también. Pero los videos (los realizados por salud indígena) casi no llegó a todos. Los que pudieron ver son los que vienen a la salita. (Promotora sanitaria, 17/11/2020)

...y eso es lo que necesitamos nosotros muchas veces...los jóvenes, estar en paz y comunicados con algo que te diga qué va a pasar mañana, porque muchas veces tenemos nuestra intuición y muchas veces no obedecemos y pasan cosas. Y eso es lo que ellos (se refiere a los mayores) la tienen bien claro. (Auxiliar docente, 17/11/2020)

(Los jóvenes) ahora se quedan más...gracias a la pandemia se quedan en la casa y ya piensan. Los chicos de la comunidad piensan más qué va a pasar... qué pasaría...yo veo... porque nosotros participamos otra vez de la danza, todo...entonces veo mucho adolescente otra vez. (Auxiliar docente, 17/11/2020)

Durante las conversaciones que pudimos mantener con los/as promotores/as surgieron otras ideas de riesgo, vinculadas a un tipo de cuestiones a atender ante la aparición de padecimientos/malestares. Una de las interpretaciones más comunes cuando una persona contrae una enfermedad es atribuida a su andar por un camino equivocado o a la realización de conductas inapropiadas que se distancian del modo de ser *mbya guaraní* (CEBOLLA, BADIE, 2016; ENRIZ, 2009; REMORINI, 2009). En esta línea, algunos/as referenciaron la enfermedad como un mensaje, una señal de advertencia sobre el comportamiento humano, como señal de que "algo hay que aprender". Este aprendizaje remitía a una lectura de los cambios en el entorno, a las cosas que se perdieron, a la intensidad de las relaciones interétnicas que amplificaron situaciones de riesgo ante enfermedades identificadas como resultantes del modo de vida de los/as *jurua* (blancos/as). Con cierta nostalgia, comenzaron aflorar relatos donde se rememoraban las décadas del ochenta y de los noventa del siglo XX, cuando las comunidades "estábamos rodeados de monte":

en lo que es ahora las 2000 (hectáreas) eso era todo monte, ahí nosotros cazábamos acutí, cazábamos para comer. Un montón de frutas ... Entonces, psicológicamente, históricamente, culturalmente, socialmente han cambiado muchísimo...En el barrio Las Leñas ahí no había ni una casa. Y lo que es hoy, por ejemplo, la calle Montecarlo, que se va a las 600 (hectáreas), era un caminito nomás. Conectaba, pero era monte también ...Por las 600 yo buscaba el guembepy (raíz del güembé -*philodendron bipinnatifidum*- utilizado para cestería), había guembepy virgen... (después) vino el tiempo de las quemas, se quemaban las casas. Venían y mi suegro se escondía en el monte y cuando se iban, volvía a hacer su casa. (22/11/2020)

no había un seguimiento, conocimiento que se preocupaba por nuestros abuelitos, como que vivíamos el momento y pensábamos que nuestros abuelos eran eternos... y tomamos ese conocimiento, pero no tomamos el camino que ellos transitaban y entonces se pierde el don.

El don de poder dirigir ... se va perdiendo de generación en generación ... y es algo muy triste para nosotros, culturalmente hablando... No había esa maldad que hoy vemos, el egoísmo, no sé... no se vivía eso. Y yo creo que tanto el contacto con la sociedad trae. (22/11/2020).

El riesgo y el miedo no están expresados únicamente en relación con contraer o no el virus, sino a la atribución de comportamientos erróneos y/o el resultado del intercambio interétnico constante en donde se expresa una amenaza a perder prácticas comunitarias y transmitidas generacionalmente. En este sentido, el resguardo comunitario posibilitó volver a compartir y escuchar atentamente a los/as ancianos/as. Esta vuelta a recuperar/reforzar ciertos saberes junto con el esfuerzo por afianzar los vínculos parentales fueron dos de los aspectos remarcados como "positivos" en este contexto. Un ejemplo de ello, fue la activación de las huertas individuales y comunitarias que señalaba una promotora:

...ahora mejoró bastante porque la gente, o las familias, empezó a mirar otra vez como antes, plantar... para decir que la pandemia vino para hacer mal, pero también hizo cosas buenas, en mi cultura. Por ejemplo, las familias comenzaron a plantar maíz, todas esas cosas...se ve criar gallinas, todas esas cosas. Ya se vive más natural otra vez... (17/11/2020)

Al mismo tiempo que se apreciaron dimensiones positivas en este contexto, otras reflexiones remarcaron que algunas de las dificultades enfrentadas día a día se agudizaron y se convirtieron en reclamos. Al respecto, un referente comunitario de otra comunidad, preocupado por la disponibilidad de internet y promover la salud, fundamentaba que contar con una conexión era importante no sólo para pasar o tener acceso a los videos de las campañas de prevención, sino también como vía de garantizar una continuidad laboral de las actividades turísticas que ellos realizaban en las comunidades:

(pensamos) que internet va a ser muy importante... para que la comunidad salga adelante. Porque la comunidad trabajaba en turismo antes de la pandemia y con la pandemia se nos vino todo abajo... necesitamos una mano, colaboración... nos puede cambiar de vuelta el rumbo y seguir soñando con el futuro, con el avance...ir avanzando con la comunidad en la posibilidad de tener un trabajo de vuelta" (audio de divulgación vía whatsapp 20/11/2020)¹⁶

De este modo, los/as distintos/as interlocutores/as reseñaron cuestiones ligadas a una promoción de la salud que se anudaban a las ideas de prevención que no se restringen únicamente a lo sanitario/hospitalario, ni están circunscritas a acciones individuales tales como lavarse las manos constantemente, estornudar en el pliegue del codo y airear las casas. Por el contrario, la salud y el cuidado resultaron en posibilidades inimaginables de acciones y reflexiones colectivas.

A través de estos diálogos con algunos/as de los/as promotores/as de salud y auxiliares docentes, nos fue posible acercarnos a sus vinculaciones con las campañas de prevención, así como también a los modos en que activaron y participaron las tramas de cuidados. Si bien, seguramente, estas conversaciones no agotan todas las aristas trastocadas por y en la pandemia -pues sin duda

¹⁶ Se trata de un audio del cacique en pedido de colaboración para una inversión para una red de internet en la comunidad. El mismo fue creado a partir de una conversación que tuvimos con él sobre sus proyectos y las dificultades de acceso a internet.

requieren de la posibilidad de charlas más extensas- consideramos que constituyen las pistas para acercarnos a las experiencias de los repertorios de cuidados que se recrearon durante los meses de ASPO/DiSPO (marzo-noviembre del año 2020). En conjunto, tales testimonios nos interpelan a volver a las preguntas básicas de “¿quiénes cuidan? ¿quiénes son cuidados? y ¿qué se cuida?” (CASTILLA; KUNIN; BLANCO; ESMORIS, 2020, p. 4), entendemos que las respuestas tentativas, siempre en proceso, configuran un caleidoscopio donde se entretejen, anudan y desanudan relaciones sociales situadas.

A modo de cierre

Tal como señalamos, la pandemia abrió un proceso donde ciertas nociones volvieron a tensionarse, visibilizarse y redefinirse en relación con los alcances (a los contenidos) más o menos estrechos según el lugar, el posicionamiento, de quienes las enuncian. Entre tales nociones podemos mencionar: crisis sanitaria, cuidados, tareas esenciales, movilidad/circulación/conectividad, aislamiento/confinamiento/distanciamiento, grupos de riesgo, vulnerabilidad, lo local, lo provincial, lo nacional, por mencionar solo algunas (LORENZETTI, 2020). Todos estos tópicos se han convertido en zonas de producción de sentidos y de prácticas que nos invitan a restituir dimensiones de análisis en conjunto y a encontrar intersecciones que nos ayuden a pensar lo que problemáticamente se ha presentado como disyuntivas: la salud versus la economía, lo técnico versus lo político, la libertad de acción versus las condicionalidades o que, en otras palabras, directamente no se ha considerado concerniente al terreno de la salud (LORENZETTI, 2020).

Desde esta perspectiva inicial, nos propusimos reflexionar en dos direcciones simultáneamente: repensar nuestras agendas de investigación en este contexto y las tramas de salud en vinculación con las vivencias que la pandemia imprimió en las comunidades mbya guaraní con las cuales trabajamos. La primera cuestión nos llevó a detenernos a cómo aproximarnos a aquellas experiencias comunitarias sin poder estar *in situ* tal como veníamos haciéndolo con nuestro trabajo de campo desde el año 2015. Entonces, nos vimos interpeladas a repensar nuestro quehacer antropológico en cuanto a las maneras y medios por los cuales era posible reconstruir los testimonios mbya guaraní y las nuevas preguntas e incertidumbres que en este proceso abría. En ese ejercicio una y otra cuestión estuvieron en constante diálogo.

Parte de las inquietudes que aquí presentamos tomaron forma a partir de nuestros intercambios con los/as referentes comunitarios/as vía el *whatsapp* e interacciones muy acotadas durante el período del DiSPO. Las consultas respecto de los trámites para el IFE, las preocupaciones desde las escuelas para dar continuidad a las clases, así como también contención a niños/as y adolescentes, en vinculación con visualizar las herramientas disponibles de acceso a la información confiable ante una situación inédita, fueron las que configuraron nuestros acercamientos.

Fue así que, al reconstruir las distintas repercusiones y lecturas de lo que denominamos narrativas de la pandemia en diferentes niveles -nacional, provincial y local-, sin pretender agotar todos los aspectos suscitados, procuramos dar cuenta de algunas cuestiones e inquietudes abiertas en este proceso de ASPO/DiSPO en los contextos comunitarios.

Así, los primeros meses de cuarentena, la aparente sensación de inmovilidad expresadas en un discurso instalado donde se hablaba de “un mundo detenido” no nos convocó. En y a través de los contactos fragmentarios, interrumpidos, obstaculizados por las conexiones de internet, la disponibilidad de crédito o saldo de promotores/as y auxiliares docentes dimos cuenta de la activación y movilización de estrategias implementadas para entretejer cuidados en múltiples direcciones. Esos cuidados recrearon la consigna “quédate en casa” y se expresaron en circulación entre espacios permitidos y no, y de quiénes; pero también en cómo sortear y adaptar esas medidas sanitarias que afectaron el andar cotidiano tal como se desarrollaban previamente. Estas disposiciones se nos manifestaron a través de mensajes de referentes comunitarios/as por distintas vías; pero, a su vez, dejaron al descubierto las dificultades para transitar la pandemia.

En la reconstrucción de las conversaciones que mantuvimos con algunos/as de ellos/as, pudimos identificar que las reflexiones giraron en torno a los alcances y límites del uso de las tecnologías y dispositivos para comunicar las medidas de prevención. También en las maneras de encarar las campañas de cuidados, del rol de los/as agentes y docentes mbya en ese primer nivel de atención, donde la perspectiva respecto de la salud desborda la mirada hospitalo-céntrica (POZZIO, 2020).

A partir de estas reflexiones, dimos cuenta de que los repertorios del cuidar contenían un amplio abanico de aspectos creando un entramado que recuperaba reflexiones sobre temas vinculados a: las dificultades en la conectividad, las posibilidades de su uso, el cuestionamiento sobre conocimientos que circulan a través de las redes y -en diálogo- la transmisión generacional de saberes, el retomar actividades compartidas por las familias, el uso actual e histórico del territorio, entre otras. En este sentido, ellos/as en conjunto evidencian no solo la conciencia de vulnerabilidad presente en las comunidades, sino también sus aprendizajes y modos constantes de enfrentar las adversidades que atraviesan cotidianamente.

Esta primera aproximación, que también da cuenta del carácter fragmentario y de los desafíos en superar las dificultades para compartir experiencias y testimonios de un modo conjunto, deja abiertas algunas líneas de indagación en busca de continuar los diálogos. Queda el desafío de retomar de qué modos los conocimientos que se producen en los encuentros de diferentes tipos y en diversas circunstancias constituyen las claves para “un hacer” en el campo de la salud indígena. En este sentido, el trabajo realizado ha implicado un doble ejercicio. Articular los juegos de condensación -relación de las partes con un todo- y desnaturalizar las relaciones entre las partes para identificar los modos de interpelación diversos (MARTÍNEZ; HERNÁEZ, 2008). Desde esta perspectiva intentamos visualizar ciertas coordenadas con el propósito de reconstruir algunos de los sentidos y prácticas que hacen a la promoción de la salud y prevención de enfermedades entre y con las comunidades mbya guaraní.

Citas

ALIATA, Soledad; BROSKY, Jacqueline; CANTORE, Alfonsina; ENRIZ, Noelia; GARCÍA PALACIOS, Mariana; GOLÉ, Carla; HECHT, Ana Carolina; PADAWER, Ana; RODRIGUEZ CELÍN, María Lucila. **Informe:** La educación intercultural bilingüe en Chaco y Misiones frente a la pandemia del COVID-19. Redes orientadas a la solución de problemas (RIOPS-CONICET). Disponible en: <https://www.conicet.gov.ar/wp-content/uploads/Informe-EIB-en-contexto-COVID-19.pdf>. Acceso el: 29 jun. 2020

BESSONE, Marianela Sabrina; GARCETE, Darío; SALDIAS, Adrian. **Estructura demográfica de la población Mbya Guaraní, Provincia de Misiones.** Posadas: Ministerio de Salud Pública de Misiones, 2019.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **Respuestas por una antropología reflexiva.** Ciudad de México: Editorial Grijalbo, 1995.

BRIONES, Claudia. **El COVID19 como revelador de fallos y alternativas invisibles.** Disponible en: <https://mailchi.mp/5a407262c6cc/claudia-briones>. Acceso el: 22 abr. 2020.

CANCLINI, Néstor. **Ciudadanos reemplazados por algoritmos.** Guadalajara: Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados en Humanidades y Ciencias Sociales (CALAS), 2019. Disponible en: http://www.calas.lat/sites/default/files/garcia_canclini.ciudadanos_reemplazados_por_algoritmos.pdf. Acceso el: 15 jun. 2020.

CANTORE, Alfonsina; BOFFELLI, Clara. Etnicidad mbyá en Puerto Iguazú Explotación turística de/en comunidades indígenas en la triple frontera (Misiones, Argentina). **RUNA, Archivo para las Ciencias del Hombre**, Buenos Aires, v. 38, n. 2, p. 53-69, 2017. Disponible en: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/runa/article/view/2990>. Acceso: 19 jul. 2020.

CANTORE, Alfonsina; VERA, Ariel; GNAS, Carolina, ENRIZ, Noelia; FERNÁNDEZ, Rodolfo; ARANDA, Sandra. La Educación Cultural Bilingüe frente a la pandemia en Misiones. **Educación en la diversidad**, Buenos Aires, v. 1, n. 2, 2020. Disponible en: <https://www.clacso.org/boletin-2-educar-en-la-diversidad/>. Acceso el: 29 ago. 2020.

CANTORE, Alfonsina Ñeangareko **Cuidados familiares entre las y los mbyá guaraní al norte de Misiones (Argentina).** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2020.

CASTILLA, Victoria; KUNIN, Johana; BLANCO ESMORIS, María Florencia. Pandemia y nuevas agencias de cuidado. **Documentos de Investigación IDAES**, Buenos Aires, n. 8, nov. 2020. Disponible en: <http://noticias.unsam.edu.ar/wp-content/uploads/2020/11/Doc8-Investigacion-CastillaKuninBEsmoris.pdf>. Acceso el: 2 nov. 2020.

CEBOLLA BADIE, Marilyn **Cosmología y naturaleza mbyá guaraní.** Buenos Aires: Ed. Biblos, 2016.

ENRIZ, Noelia. Kiringüe ata. **Cuadernos del Instituto de Antropología y Pensamiento Lati-**

noamericano, Buenos Aires, v. 22, p. 71 - 81, 2009.

ENRIZ, Noelia. Turismo e infancia indígena: procesos de formación y conocimiento. In: JORNADAS DE ESTUDIO SOBRE LA INFANCIA, 5., 2018, Buenos Aires. **Actas [...]. Buenos Aires: UBA**, 2018. Disponible en: <https://www.aacademica.org/5jornadasinfancia/3.pdf>. Acceso el: 29 jun. 2020.

ESCOBAR, Arturo. El pensamiento en tiempos de pospandemia. In: QUIJANO VALENCIA, Olver; CORREDOR JIMENEZ, Carlos. **Pandemia al sur**. Buenos Aires: Ed Prometeo, 2020. p. 31-54.

EVANGELIDOU, Stella; MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Ángel. Introducción. In: EVANGELIDOU, Stella; MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Ángel. **RESET Reflexiones antropológicas ante la pandemia de COVID-19**. Tarragona: Publicacions UVR, 2020. Disponible en: <http://llibres.urv.cat/index.php/purv/catalog/download/448/465/1046-1?inline=1>. Acceso el: 27 oct. 2020.

FRADEJAS-GARCÍA, Ignacio; LUBBERS, Miranda; GARCÍA-SANTESMASES, Andrea; MOLINA, José Luis; RUBIO, Clara. Etnografías de la pandemia por coronavirus: emergencia empírica y resignificación social. **Perifèria, revista de recerca i formació en antropologia**, v. 25, n. 2, p. 4-21, 2020. Disponible en: <https://revistes.uab.cat/periferia/article/view/v25-n2-fradejas-lubbers-garcia-et-al>. Acceso el: 15 ago. 2020.

GRASSI, Estela. Nosotros y los miedos: pandemia, políticas de cuidado y libertad de las personas,. **La tecl@ eñe**, 18 de mayo de 2020. Disponible en: <https://lateclaenerevista.com/nosotros-y-los-miedos-pandemia-politicas-de-cuidado-y-libertad-de-las-personas-por-estela-grassi/>. Acceso el: 1 ago. 2020.

KROTZ, Esteban. Alteridad y pregunta antropológica. **Alteridades**, Ciudad de México, v. 4, n. 8, p. 5-11, 1994. Disponible en: <http://148.202.167.116:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1475/Alteridad%20y%20pregunta%20antropol%C3%B3gica.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acceso el: 30 mayo 2020.

LORENZETTI, Mariana. Alteridades y configuraciones interétnicas en el Chaco Salteño a través de la Atención Primaria de la Salud. **Estudios en Antropología Social**, v. 2, n. 1, p. 41-54, 2012.

LORENZETTI, Mariana. Tramas sociales y salud en las comunidades mbya guaraní de la localidad de Puerto Iguazú. In: JORNADAS EN CIENCIAS SOCIALES Y SALUD DEL INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA TROPICAL (INMET), 1., 2016, Puerto Iguazú. **Actas [...]**. Puerto Iguazú: Instituto Nacional de Medicina Tropical, 2016.

LORENZETTI, Mariana. Discusiones teórico-metodológicas en torno a la salud-enfermedad-atención en contextos interétnicos. In: REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUR (RAM), 12., 2017, Posadas. **Actas [...]**. Posadas: UNaM, 2017.

LORENZETTI, Mariana. Los debates en salud en contextos interétnicos: reflexiones a partir de la práctica Escenarios y tramas de salud etnográfica. In: JORNADAS DE LA RED DE ANTROPOLOGÍA Y SALUD DE ARGENTINA, 2., 2019, Buenos Aires. **Actas [...]**. Buenos Aires: RedASA, 2019.

LORENZETTI, Mariana. Presentación Escenarios y Tramas de Salud del Foro Virtual Entre los prismas de la pandemia: perspectivas y experiencias de trabajo en Misiones. In: CICLO DE FOROS FEDERALES DE LA RED DE ANTROPOLOGÍA Y SALUD DE LA ARGENTINA, [on-line], 2020. **Palestra**. [On-line]: RedASA, 2020.

LORENZETTI, Mariana; LAVAZZA Hugo. Relaciones interétnicas y cuidados de salud en comunidades mbya guaraní de Puerto Iguazú (Misiones, Argentina). **Jangwa Pana**, Magdalena, v. 20, n. 1, 2021. Disponible en: <https://revistas.unimagdalena.edu.co/index.php/jangwapana/article/view/3885>. Acceso el: 14 dic. 2021.

MARTÍNEZ HERNÁEZ, Angél. Etnografía y promoción de la salud. In: MARTÍNEZ HERNÁEZ, Angél. **Antropología médica**. Teorías sobre la cultura, el poder y la enfermedad. Barcelona: Anthropos, 2008.

MARTÍNEZ, María Rosa, CRIVOS, Marta Alicia; REMORINI, Carolina. Etnografía de la vejez en comunidades Mbyá-Guaraní, provincia de Misiones, Argentina. In: GUERCI, A.; CONSIGLIERE, S. (cur.). **Il Vecchio allo Specchio. Vivere e curare la vecchiaia nel mondo**. Genova: Erga Edizione, 2002. v. 4.

MOL, Annemarie. **The logic of Care. Health and problem of patient choice**. London: Ed. Routledge, 2008.

MILTEIN, Diana. Notas para pensar en y con la incertidumbre. **La Marea, Revista de Cultura, Artes e Ideas**, 19 de mayo 2020. Disponible en: <https://revistalamarea.com.ar/el-conocimiento-y-los-discursos-2/>. Acceso el: 22 mayo 2020.

NOVARO, Gabriela ¿Nos salvamos entre todos? Experiencias de la pandemia en clave de nación y generación y algunas notas sobre el sentido de la escuela. **Educación en la diversidad**, v. 1, n. 2, 2020. Disponible en: <https://www.clacso.org/boletin-2-educar-en-la-diversidad/>. Acceso el: 29 ago. 2020.

POZZIO, María Saberes mestizos para tiempos revueltos: ¿qué es la investigación social en salud? **Margen**, agosto de 2020. Disponible en: <https://www.margen.org/pandemia/pozzio.html>, Acceso el: 13 sep. 2020.

QUIROGA, Ana. Entrevista a Ana Quiroga. **La Marea**, 28 de abril 2020. Disponible en: <https://revistalamarea.com.ar/2020/04/28/reflexiones-de-la-psicologia-social-ante-la-pandemia/>. Acceso el: 2 mayo 2020.

QUIRÓS, Julieta. Etnografiar Mundos Vividos. Desafíos de Trabajo de Campo, Escritura y Enseñanza en Antropología. **PUBLICAR-En Antropología y Ciencias Sociales**, Buenos Aires, n. 17, p. 47-65, 2014. Disponible en: <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/publicar/article/view/4914>. Acceso el: 15 oct. 2015.

RAMONET, Ignacio. Ante lo desconocido... La pandemia y el sistema mundo. **Le monde diplo-**

matique. Santiago de Chile, 15 mai 2020. Disponible en: <https://www.lemondediplomatique.cl/ante-lo-desconocido-la-pandemia-y-el-sistema-mundo-por-ignacio-ramonet.html>. Acceso el: 15 mayo 2020.

SALDÍAS, Adrián. Presentación del Programa de Salud Indígena en Misiones: Techai Mbya. In: **We-binar 17: Abordaje Intercultural de la Salud en Contexto de Pandemia.** Buenos Aires: Secretaría de Equidad de Salud, Ministerio de Salud de la Nación, 2020.

SCHMIDT, Mariana. (In)justicias ambientales, territoriales y socio-sanitarias en el Chaco salteño, Argentina. **Folia Histórica del Nordeste**, Resistencia, n. 35, p. 7 - 26, mayo/ago. 2019.

SEGATO, Rita. Coronavirus: todos somos mortales. Del significante vacío a la naturaleza abierta de la historia. In: QUIJANO VALENCIA, Olver; CORREDOR JIMENEZ, Carlos. **Pandemia al sur.** Buenos Aires: Prometeo, 2020.

SINGER, Diego. Pandemia y mundos posibles. **Bordes. Revista de Política, Derecho y Sociedad**, 2020. Disponible en: <http://revistabordes.unpaz.edu.ar/pandemia-y-mundos-posibles/>. Acceso el: 15 mayo 2020.

SVAMPA, Maristella. Reflexiones para un mundo post-coronavirus. **Revista Nueva Sociedad**, 2020. Disponible en: https://www.nuso.org/articulo/reflexiones=-para-un-mundo-post-coronavirus/?fbclid=IwAR01Ey3G6_LJBBi8rm3uQ4PViA-7VZSUZHDp_1y63udiWStXkzqn5hjMqbc. Acceso el: 5 mayo 2020.

TARUSELLI, María Eugenia; AVELEYRA, Rocío; HADAD, Rosario. Argentina y COVID-19. Breve estado de la situación. **Educación en la diversidad**, v. 1, n. 2, 2020. Disponible en: <https://www.clacso.org/boletin-2-educar-en-la-diversidad/>. Acceso el: 29 ago. 2020.

VALDATA, Marcela. La solidaridad rasgada en tiempos del COVID-19. In: **Comprender la Pandemia, Colegio de Graduados de la República Argentina**, 2020. Disponible en: <https://mailchi.mp/1f0ffd07c646/marcela-valdata>. Acceso el: 13 mayo 2020.

VOMMARO, Pablo. Las dimensiones sociales, políticas y económicas de la pandemia. In: CLACSO. **Pensar la Pandemia. Observatorio Social del Coronavirus.** Buenos Aires, 2020. Disponible en: <https://www.clacso.org/las-dimensiones-sociales-politicas-y-economicas-de-la-pandemia/>. Acceso el: 25 oct. 2020.

Fuentes documentales

CORONAVIRUS EN Argentina: Puerto Iguazú cierra la frontera con Brasil, por donde ingresan mil personas por día. **Clarín**, 24 mar. 2020. Disponible en: https://www.clarin.com/sociedad/coronavirus-argentina-puerto-iguazu-cierra-frontera-brasil-ingresan-mil-personas-dia_0_t_lcx5wjw.html. Acceso el: 21 feb. 2021.

CORONAVIRUS: anunciaron el cierre total del Parque Nacional Iguazú. **Primera Edición**, Posadas, 14 mar. 2020. Disponible en: <https://www.primeraedicion.com.ar/nota/100244048/coronavirus-anunciaron-el-cierre-total-del-parque-nacional-iguazu/>. Acceso el: 21 feb. 2021.

EL GOBERNADOR anunció la suspensión de las clases en Misiones por 15 días. **El Territorio**, 12 marzo 2020. Disponible en: <https://www.eltterritorio.com.ar/noticias/2020/03/12/655661-el-gobernador-anuncio-la-suspension-de-las-clases-en-misiones-por-15-dias> 12/03/2020

EMERGENCIA SANITARIA: Misiones suspende las clases por 15 días en todos los niveles educativos. **Misiones Online**, 12 mar. 2020. Disponible en: <https://misionesonline.net/2020/03/12/emergencia-sanitaria-misiones-suspende-las-clases-por-15-dias-en-todos-los-niveles-educativos/>. Acceso el: 21 feb. 2021.

EN LA COMUNIDAD Fortín Mbororé se tomaron medidas para evitar la propagación del Coronavirus. **JasyTv 13**, 18 marzo 2020. 1 video (1min31). Disponible en: <https://fb.watch/27eJeP82BQ/>. Acceso el: 21 marzo 2021.

IGUAZÚ DECIDIÓ EL cierre de la frontera desde el miércoles 25 de marzo. **Primera Edición**, Posadas, 24 mar. 2020. Disponible en: <https://www.primeraedicion.com.ar/nota/100249215/iguazu-decidio-el-cierre-de-la-frontera-desde-el-miercoles-25-de-marzo/>. Acceso el: 21 feb. 2021.

OPERATIVO ESPECIAL EN la Comunidad Fortín Mbororé en la inscripción para el cobro del IFE. **JasyTv 13**, 12 jul. 2020. 1 video (48seg.). Disponible en: https://fb.watch/27eAApn_KX/. Acceso el: 21 marzo 2020.

OSCAR ALARCÓN, ministro de Salud. **Canal Economis**, 28 abr. 2020. 1 video (19min07). Disponible en: https://www.youtube.com/watch?v=7twMbKs7CRc&feature=emb_logo. Acceso el: 21 marzo 2021.

REUNIÓN DE CACIQUES de las aldeas de Iguazú por el tema de ampliación del monto de la tarjeta alimentaria. **JasyTv 13**, 18 jun. 2020. 1 video (32seg.). Disponible en: <https://fb.watch/27eETt4m0q/>. Acceso el: 21 feb. 2021



INDÍGENAS E COVID-19 NO PIAUÍ: AUSÊNCIA DE POLÍTICAS, INVISIBILIZAÇÃO E DESINFORMAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO

INDIGENOUS PEOPLE OF PIAUÍ AND COVID-19: ABSENCE OF POLICIES, INVISIBILITY AND DISINFORMATION

Luiz Antônio de Oliveira¹

 <https://orcid.org/0000-0003-0717-3468>

Helder Ferreira de Sousa²

 <https://orcid.org/0000-0003-3727-9394>

Recebido em: 03 de dezembro de 2020.
Aprovado em: 24 de abril de 2021.

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12223>

RESUMO: A pandemia de COVID-19 tem evidenciado a ausência de políticas de enfrentamento da doença junto aos povos indígenas. No caso do Piauí, no Nordeste do Brasil, esta situação é agravada pela histórica invisibilização destes povos, ocasionando a desassistência de saúde ou a negação de um de seus direitos constitucionalmente garantidos. Outra evidência deste problema é dada pela ausência de dados oficiais. Diante desta situação, organizações indígenas e apoiadores do movimento vêm tentando produzir dados sobre a pandemia entre os grupos étnicos do Estado.

ABSTRACT: The COVID-19 pandemic has shown the absence of policies to combat the disease with indigenous peoples. In the case of Piauí, in the Northeast of Brazil, this situation is aggravated by the historical invisibility of these peoples, causing the lack of health care or the denial of one of their constitutionally guaranteed rights. Further evidence of this problem is given by the absence of official data. Faced with this situation, indigenous organizations and supporters of the movement have been trying to produce data on the pandemic among the state's ethnic groups.

Palavras-chave: pandemia; povos indígenas, Piauí, direitos e políticas.

Keywords: pandemic; indigenous peoples, Piauí, rights and policies.

1 Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e mestrado e doutorado em antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco. É professor na Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Atuou entre os anos de 2017 e 2018 em projeto de Colaboração Técnica na Coordenação-Geral de Recursos Humanos das Instituições Federais de Ensino Superior da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. É pesquisador colaborador em grupos de pesquisa na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na Universidade Federal de Pernambuco e na Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2944135948553239>. E-mail: luizantov@yahoo.com.br

2 Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí. Professor efetivo da Universidade Federal do Piauí. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9854229010211558>. E-mail: hintwoi@ufpi.edu.br

A pandemia de COVID-19 tem atingido os diversos segmentos da população brasileira de maneira diferente. Entre os povos indígenas os impactos da crise sanitária têm demonstrado qual o lugar destinado a estes povos não apenas no campo das políticas de saúde, mas, principalmente, no conjunto das políticas públicas brasileiras. O que se tem visto, de maneira geral, são as fragilidades das garantias constitucionais que, em tese, teriam assegurado aos indígenas um tratamento diferenciado de assistência à saúde. A negação dos direitos e a invisibilização de alguns grupos e indivíduos caminham *pari passu* em muitos casos, como o dos povos indígenas situados no estado do Piauí, na região nordeste do País. Pode-se dizer ainda que a pandemia, na condição de “fato social total” expõe as múltiplas dimensões e tensões provocadas pela atuação do Estado na implementação de políticas públicas dirigidas a minorias étnico-raciais no Brasil” (COIMBRA JR.; SANTOS; PONTES, 2020, p. 1).

Além disso, a crise sanitária provocada pelo novo Coronavírus ocorreu em meio a uma crise política, econômica e institucional no Brasil que teve como efeito a omissão do governo federal no enfrentamento à doença. Desde o início da situação pandêmica, o poder executivo nacional tem protagonizado polêmicas, fomentando polarizações ideológicas e conflitos com os governadores dos Estados quanto à adoção de medidas de mitigação dos efeitos da doença, estimulando ainda o uso de medicamentos sem comprovação de suas eficácias, por fim alimentando um discurso negacionista com ampla repercussão entre os seus apoiadores. Exemplos emblemáticos da ausência de estratégia de enfrentamento foram as trocas de ministros da saúde durante os momentos em que os números de contágio e de mortes aumentavam. Esta ausência motivou entidades da sociedade civil que atuam no campo da saúde coletiva a proporem, ainda em julho de 2020, um plano de enfrentamento à pandemia, tendo em vista “um quadro de grande descontrole na transmissão do vírus no País, desproporcionalmente distribuída nas populações indígenas nativas, pobres, negras e moradoras dos bairros de periferia das grandes cidades” (SOUTO; TRAVASSOS, 2020, p. 588). Situação agravada nos meses subsequentes com a crescente evolução da doença e o aumento dos números no Brasil frente aos apresentados pelos demais países do mundo.³

É diante deste cenário de crises superpostas que se pretende chamar a atenção neste texto para alguns dos elementos que formam a situação de exclusão e de maior vulnerabilidade para os povos indígenas, sobretudo entre aqueles historicamente invisibilizados, isto é, não reconhecidos enquanto tais local ou nacionalmente. Por este motivo no presente ensaio são apresentadas algumas considerações preliminares sobre a relação entre a pandemia provocada pelo vírus Sars-Cov-2 e a invisibilidade dos povos indígenas piauienses a ocasionar a negação dos seus direitos a um tratamento de saúde diferenciado. É importante destacar que tais povos, há apenas pouco mais de uma década, vêm reivindicando reconhecimento e garantia de direitos particulares, encontrando, a este respeito, fortes resistências no âmbito de uma política indigenista ainda incipiente no estado.

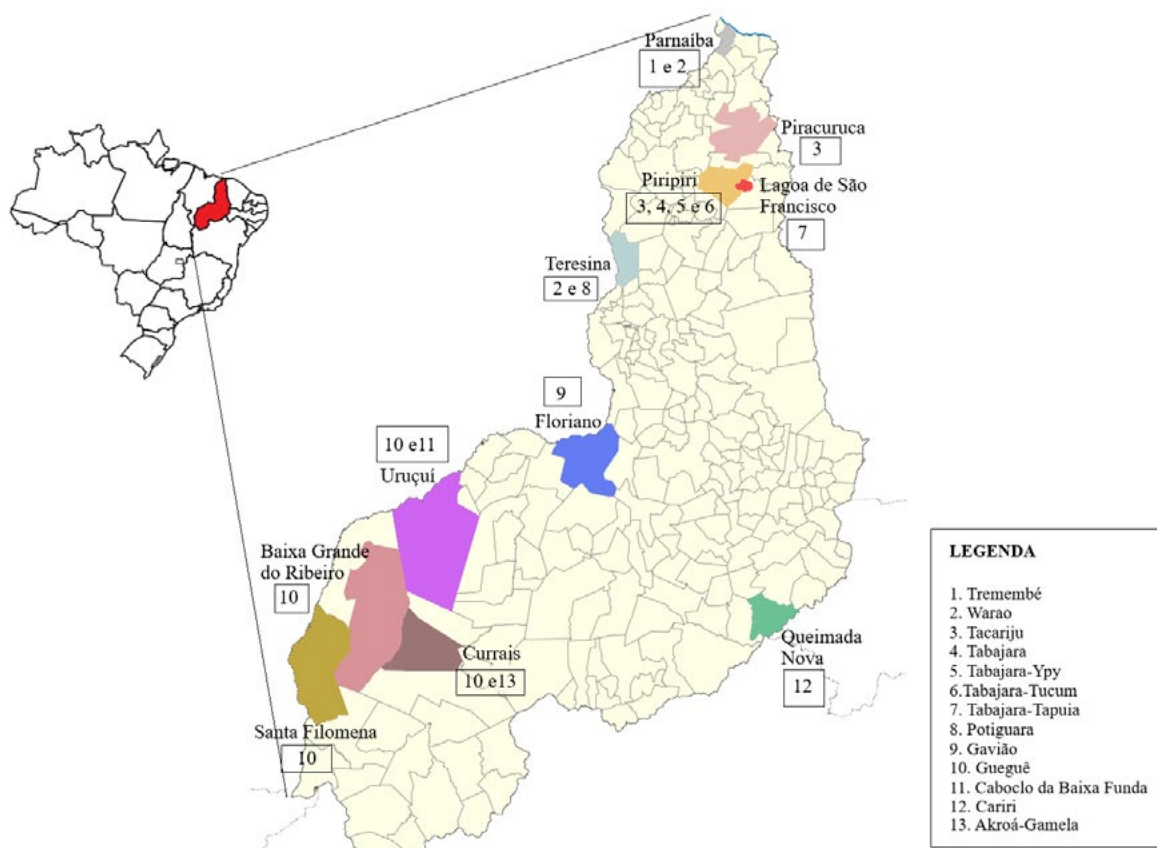
O trabalho se ancora, sobretudo, em levantamentos bibliográfico e documental sobre a relação

3 Durante a finalização deste texto, em março de 2020, o País registrava números recordes, liderando o ranking mundial de contágio e mortes. Para notícias sobre o assunto ver, dentre outros, os seguintes endereços eletrônicos: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/03/30/brasil-e-o-pais-que-mais-registra-mortes-diaras-por-covid-19-em-marco> e <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/17/oms-brasil-lidera-mortes-e-contaminaes-por-covid-19-no-mundo.ghtml>.

entre estes povos e a pandemia. Todavia, a fragmentação e escassez de dados converteram-se em desafios metodológicos, sobretudo no que se refere aos efeitos de uma pandemia ainda em curso. A falta de um maior recuo temporal e a pouca tradição dos estudos sobre a saúde dos povos indígenas piauienses foram dificuldades que se buscou contornar com o acesso às publicações virtuais nos sites das organizações indígenas e indigenistas. Mas, as informações disponíveis na internet são desconstruídas, dada, sobretudo, a ausência de dados oficiais, evidência, mais uma vez, do descaso em relação à situação destes povos. Ademais, o contexto de pandemia também dificulta a adoção de outras estratégias metodológicas, impossibilitando, por exemplo, a realização de incursões em campo de natureza mais etnográfica.

Como já sugerido, a ausência ou a fragmentação de dados a respeito da situação dos indígenas expressa o descompromisso do poder público que parece os compreender apenas, conforme visões correntes no imaginário nacional, como “descendentes de índios” ou “misturados aos regionais”. Tais representações têm provocado a invisibilização dos povos indígenas do Piauí que, como também indicado, possui uma história ainda recente de mobilizações políticas. Apesar disso, lideranças, organizações indígenas e apoiadores do movimento, como antropólogos e demais pesquisadores ligados às universidades, têm realizado, nos últimos anos, esforços no sentido de dar maior visibilidade à causa indígena no Estado. As presenças destes povos, conforme apresentado na figura 1, vêm demarcando uma territorialidade indígena gestada, sobretudo, em regiões de fronteira com os outros estados da federação, tais como o Maranhão e o Ceará.

Figura 1 - Mapa do Piauí com localização dos povos indígenas



Fonte: Elaboração dos autores a partir do trabalho de Raphael Lorenzeto de Abreu (2006)

Em relação aos indígenas piauienses vale reiterar que, recém-ingressados no movimento indígena nacional, os grupos étnicos piauienses enfrentam vários desafios que foram agravados com as implicações do surto mundial de COVID-19. Um dos problemas principais, como sugerido, diz respeito ao desconhecimento ou ao não reconhecimento acerca de suas existências, uma vez que, no imaginário coletivo da região, eles são, via de regra, compreendidos apenas como personagens históricas que se perderam no tempo pela ação colonizadora. Todavia, estas visões contrastam com as mobilizações atuais dos indígenas, sobretudo a partir do início dos anos 2000, quando grupos, de maneira mais expressiva, passaram a reivindicar o reconhecimento de suas identidades étnicas na cena pública local por meio dos agentes e agências do Estado.

Ainda mais recentemente, no segundo semestre de 2020, o governo do Piauí realizou ações que possuem rebatimentos nas lutas dos povos indígenas pela garantia dos seus direitos. Trata-se da Lei nº 7.389, de 27 de agosto de 2020, que “reconhece formal e expressamente a existência de Povos Indígenas nos limites territoriais do Estado do Piauí” e a doação de terras para a comunidade Serra Grande do povo Cariri, localizada no município de Queimada Nova, a 522 quilômetros de Teresina, a capital do Estado. Desse modo, possivelmente esta irá se configurar como a primeira Terra Indígena (TI) do Piauí com a realização, por meio do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), do processo de titulação em benefício da referida comunidade situada no Sul do Estado, em uma região caracterizada pelos empreendimentos do agronegócio.

Mas, apesar destes avanços, o descaso com a saúde dos povos indígenas piauienses reflete um quadro nacional caracterizado pela ausência de dados oficiais e a consequente escassez de ações efetivas realizadas por meio de políticas públicas planejadas. As ações da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) em meio à pandemia se mostraram ineficazes ou incipientes, em face da diversidade e necessidades específicas de cada povo. Além disso, pode-se dizer que, no âmbito do governo federal, há a implantação de uma agenda anti-indígena com ameaças sistemáticas ao conjunto dos seus direitos e avanço progressivo no desmonte das políticas indigenistas e ambientais, promovido por grupos políticos de matiz ideológico reacionário e contrário às pautas dos movimentos sociais.

Para refletir sobre estes aspectos o texto está organizado em três partes. Na primeira é apresentada uma caracterização geral dos povos e das políticas de saúde voltadas para os povos indígenas. Na sequência é discutida a relação entre a pandemia e as territorialidades indígenas, chamando a atenção para a conjugação das ameaças ao território e à saúde dos povos indígenas, com destaque para a região Nordeste. Por fim, são apresentados alguns dados a respeito da situação dos povos indígenas piauienses diante do cenário pandêmico que coloca uma série de desafios para estes povos.

Os indígenas brasileiros e as políticas de saúde

Desde antes do “encontro colonial”, os indígenas estiveram presentes por todo o território do País, tendo experimentado, em diversas ocasiões, o contato com agentes patogênicos causadores de enfermidades. Todavia, quando da expansão de frentes demográficas e econômicas da sociedade colonial os perfis de saúde indígena sofreram mudanças significativas com as epidemias, a usurpação dos territórios, as perseguições e mortes, dificultando ou inviabilizando a subsistência de muitas comunidades e povos indígenas no País (COIMBRA JR; SANTOS; CARDOSO, 2007). Sendo assim, o contato provocou transformações significativas nas formas de organização e de reprodução social de tais coletivos humanos, como já apontado pelo antropólogo Darcy Ribeiro ainda nos anos de 1950, quando estava ligado ao órgão indigenista do Estado existente à época, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Foi chamada a atenção, à época, para os efeitos dissociativos do “convívio e contaminação” para os povos indígenas, afetando o equilíbrio entre suas características socioculturais e comportamentos demográficos (RIBEIRO, 1956).

Não obstante a recorrência destes efeitos ao longo do tempo, a história recente do País tem presenciado o crescimento demográfico das populações indígenas, observado nos últimos censos, pelo menos desde a década de 1990, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a coletar dados sobre a população indígena brasileira, com base na categoria indígena do quesito cor ou raça. No último censo demográfico, realizado em 2010, o Brasil contava com mais de 300 etnias e 270 línguas indígenas, totalizando um número aproximado de 900.000 indivíduos que se reconheciam como indígenas. Este número deve superar a cifra de 1.000.000 no levantamento censitário programado para 2020 e adiado em razão da pandemia, sofrendo ainda ameaças de não realização no ano de 2021 por restrições orçamentárias.

A enorme diversidade étnica e cultural dos povos indígenas brasileiros é vista pelos operadores da política e do direito como um grande desafio para a elaboração e a implementação de políticas públicas específicas e diferenciadas, como no caso das políticas de saúde. Por este motivo, a saúde é também tema central para o movimento dos povos indígenas no Brasil e interesse de cientistas sociais de áreas diversas que, por sua vez, têm se debruçado sobre contextos etnográficos específicos a questões macro da política de saúde indígena (TEIXEIRA; GARNELO, 2014; LANGDON; GARNELO, 2004).

No que se refere à base legal que dá sustentação a esta política, destaca-se a Constituição Federal de 1988 que representa uma conquista protagonizada pelo movimento indígena, em suas lutas pelo reconhecimento de suas cidadanias e autonomias. Com esta conquista o dispositivo da tutela, em suas perspectivas integracionistas e assimilacionistas, era rompido, modificando formalmente o contexto jurídico-político da relação entre povos indígenas e Estado nacional brasileiro vigentes até então. Exemplo de avanço no reconhecimento dos seus direitos diferenciados, na chamada Carta Magna há, além de artigos esparsos, um capítulo dedicado aos direitos dos povos indígenas.

Desde então, de acordo com o preceito constitucional, ao estado caber garantir o respeito às formas de organização social, costumes, crenças e tradições, além de assegurar os direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades indígenas, competindo à União

demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens. A mesma carta constitucional define a saúde como direito de todos e dever do Estado, consolidando os princípios para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme seu artigo 196.

No âmbito do SUS é criado o Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (SasiSUS) em 1999, por meio da Lei nº 9.836/99, conhecida como Lei Arouca. Composto pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIS), este subsistema é estruturado em uma rede de serviços implantada nas terras indígenas para atender essa população, a partir de critérios geográficos, demográficos e culturais. Seguindo os princípios do SUS, esse subsistema considerou a participação indígena como uma premissa fundamental para o melhor controle e planejamento dos serviços, bem como uma forma de reforçar a autodeterminação desses povos. Assim, o propósito das políticas públicas voltada aos interesses das populações indígenas consiste em

garantir aos povos indígenas o acesso à atenção integral à saúde, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política de modo a favorecer a superação dos fatores que tornam essa população mais vulnerável aos agravos à saúde de maior magnitude e transcendência entre os brasileiros, reconhecendo a eficácia de sua medicina e o direito desses povos à sua cultura (BRASIL, 1999).

Para o alcance desse propósito são estabelecidas diretrizes que devem orientar a definição de instrumentos de planejamento, implementação, avaliação e controle das ações de atenção à saúde dos povos indígenas. Para tanto, os referidos serviços de atenção à saúde foram organizados na forma de Distritos Sanitários Especiais e Polos-Base, no nível local, onde a atenção primária e os serviços de referência se situam, demandando investimentos em recursos humanos e financeiros em saúde. Estes investimentos são necessários para preparar recursos humanos para atuação em contextos interculturais, devendo haver o incentivo de projetos efetivos de monitoramento das ações de saúde dirigidas aos povos indígenas, a fim de favorecer a articulação da saúde pública com os sistemas tradicionais indígenas de saúde. Além disso, é preciso promover o uso adequado e racional de medicamentos, o desenvolvimento de ações específicas em situações especiais, a ética na pesquisa e nas ações de atenção à saúde que envolvam comunidades indígenas, ambientes saudáveis e com ampla proteção à saúde, trabalhando em parceria com as populações indígenas na necessidade do controle social.

Todavia, há problemas na efetivação dos princípios propostos, exemplificados, dentre outros, pela situação dos povos do Piauí. Em Piripiri, a 165 quilômetros de Teresina, a razão da não implantação de um DSEI, a despeito das reivindicações das lideranças indígenas junto aos gestores públicos, é atribuída à não existência de uma Terra Indígena (TI) em processo de demarcação ou declarada, demonstrando tanto a importância da questão da terra para os povos indígenas quanto o desinteresse do poder público pela garantia dos direitos constitucionalmente assegurados a eles.

Embora a institucionalização de políticas públicas voltadas para os povos indígenas date do século XX, tem se observado a busca, por parte do Estado, de descentralização de ações, o que pressupõe o compartilhamento das responsabilidades pela execução e monitoramento das políticas de promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas, entre Ministérios, outros órgãos federais,

Estados, Municípios e Distrito Federal. Este processo de descentralização da política indigenista pode ser observado, de maneira privilegiada, através da legislação a ela correlata nas áreas de educação e saúde. É importante lembrar também a este respeito que o esvaziamento das atribuições da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) como órgão indigenista do Estado vem se dando de maneira sistemática desde a década de 1990 quando as políticas indigenistas passaram a sofrer significativas mudanças.

No que se refere à educação, destacam-se a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei nº 10172/2001, o Decreto nº 26/91, a Portaria Interministerial MJ/MEC nº 559/91, a Lei 10558/2002, a Lei nº 11096/2005 e o Decreto nº 7778/2012. Estas normativas, de uma maneira, atribuem a competência direta para a execução das políticas públicas de educação escolar e superior indígenas ao Ministério da Educação e às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Para a saúde indígena, merecem menção a Lei nº 8080/90, a Portaria nº 254/2002, a Lei 12.314/2010, os Decretos nº. 7.336/2010 e nº 7778/2012. Tais legislações estabelecem que compete à Secretaria de Saúde Indígena, vinculada ao Ministério da Saúde, executar a política de atenção básica à saúde dos povos indígenas, sendo as áreas de média e alta complexidade responsabilidades de Estados e Municípios, no sistema de compartilhamento de atribuições do SUS. Assim, cabe ao Estado, personificado na FUNAI, o papel de monitorar e acompanhar as ações de saúde desempenhadas pela SESAI, Estados e Municípios.

Não obstante a existência dessa legislação que distribui a diversos órgãos e entes políticos a atribuição de executar parcelas da política indigenista brasileira, o fato é que essa descentralização não foi incorporada de forma ampla pelos órgãos públicos, pela opinião pública e pelos próprios executores da política. Assim, é bastante comum a FUNAI ser chamada a se manifestar acerca de determinado aspecto da política indigenista cuja execução compete a outro órgão.

Na execução deste arranjo institucional complexo, já que envolve diversos Ministérios e órgãos do Poder Executivo Federal, mas também instituições e secretarias de estados e municípios, o governo federal tenta, através da FUNAI, promover cooperações com esses múltiplos atores da política indigenista. Os Termos de Cooperação ou Acordos de Cooperação pactuados visam garantir o cumprimento e a efetivação da política indigenista brasileira, assumindo a Funai a missão de coordená-la. Este órgão estatal, no entanto, encontra dificuldades no desempenho deste papel por ter de adequar sua ação aos contornos tanto da política pública de estado, quanto aos interesses locais em disputa pelo acesso, por exemplo, aos meios de financiamento.

Outro aspecto que prejudica os interesses de todos os envolvidos na produção da saúde indígena é que a adoção de múltiplos Termos de Cooperação é uma medida paliativa, uma vez que estes instrumentos possuem prazo certo de vigência. Dependendo de eventual interesse político, as ações desenvolvidas acabam não tendo a continuidade necessária a médio e longo prazos. O Piauí, por exemplo, teve uma Coordenação Técnica Local (CTL) da Funai, mas o escritório, o único a funcionar por 7 anos em Piripiri e que prestava serviços a todos os povos indígenas nesta região, foi desativado no ano de 2017 no âmbito do processo de desmonte do órgão. É preciso chamar atenção para o fato de que a desativação do escritório impactou negativamente os interesses dos povos indígenas no que diz respeito à saúde.

Diante desse quadro, faz-se necessário, inicialmente, estabelecer um pacto em prol do respeito aos direitos dos povos indígenas, sob coordenação das organizações dos povos indígenas, com investimento público, específico para cada situação. Deve-se, assim, adotar como principal instrumento a criação de políticas orientadas pelos povos indígenas, suas entidades e apoiadores, promovendo arranjos interinstitucionais necessários à articulação, pactuação e execução de políticas públicas voltadas aos povos indígenas com espaços para a participação e o controle social.

A instituição de uma política com tal envergadura demanda a adoção de um modelo de gestão compartilhada e participativa, garantindo a autonomia dos entes federados ao mesmo tempo em que promove a implementação mais sistêmica e articulada da política indigenista. Da parte dos povos indígenas é necessária a distribuição de responsabilidades, competências, considerando a diversidade como pressuposto para sistematizar a atuação dos diversos órgãos e parceiros. Tais ações podem dar visibilidade aos direitos dos povos indígenas, com vistas a possibilitar um monitoramento mais efetivo, adequado e transparente, a partir de metas, objetivos, sistemas de informação e indicadores de gestão, compartilhados e de acesso efetivo às organizações dos indígenas e controladas por estes.

Pandemia e território

A pandemia do novo coronavírus potencializou problemas já existentes de desigualdades que se expressam, por exemplo, nas diferenças regionais em relação às respostas dadas ao surto da COVID-19, bem como nos acessos diferenciados aos serviços de saúde por diferentes segmentos da população nacional. A manifestação destas desigualdades está nas diferentes taxas de letalidade conforme a região geográfica ou localização da população afetada. Estas taxas não são as mesmas, por exemplo, nos centros urbanos e regiões periféricas, nas regiões Norte e Sul do País.

Há ainda os problemas de gestão e de alcance das políticas públicas, principalmente as políticas sociais, tais como benefícios sociais criados pelos governos federal, estaduais e municipais, visando a proteção social dos mais vulneráveis.⁴ Estas políticas não foram pensadas para os povos indígenas, posicionando-os em situação de maior vulnerabilidade, uma vez que estão potencialmente desassistidos das ações emergenciais ou socioassistenciais adotadas, desconsiderando ainda suas necessidades particulares. Pode-se dizer que esta maior vulnerabilidade dos indígenas está ligada a outras vulnerabilidades que evidenciam a complexidade de um problema não apenas de saúde, mas, sobretudo, político. Como já sugerido, trata-se de um exemplo de “fato social total” em que múltiplas dimensões estão articuladas, incluindo, no caso dos indígenas conformações específicas,

4 Em abril de 2020, por meio da Lei nº 13.982, o governo federal instituiu o pagamento temporário de um Auxílio Emergencial como medida de proteção social a pessoas afetadas pela limitação das atividades econômicas durante a pandemia. Esta ação foi o resultado das pressões políticas de vários segmentos da sociedade civil e dos próprios agentes do Mercado antevendo os efeitos negativos da pandemia na economia do País. Estados e municípios também criaram os seus auxílios, contando com convênios e repasse de verbas do governo federal. O público-alvo destas ações foi representado, basicamente, pelas pessoas que possuíam alguma relação com as políticas de assistência social, tais como os beneficiários do Programa Bolsa Família, incluindo os trabalhadores informais, autônomos e microempreendedores individuais. Os povos indígenas, de uma maneira geral, foram incluídos de maneira tangencial. Para considerações sobre a criação do auxílio e suas limitações, consultar, dentre outros, Schymura (2020) e Natalino e Pinheiro (2020).

tais como insegurança alimentar, medo de sair das aldeias e violência simbólica representada pela impossibilidade de realizar ritos funerários tradicionais (COIMBRA JR.; SANTOS; PONTES, 2020). A questão indígena e seus aspectos centrais, como o problema da não demarcação de seus territórios, são desse modo postos em evidência. Em outras palavras, este é um problema fundamental que ocasiona outros problemas. Sendo assim, em tempos de pandemia e sem a regularização das Terras Indígenas (TIs) como fazer o isolamento? Como fazer uma efetiva gestão dos territórios?

O caso dos povos indígenas exemplifica o que se pode chamar de vulnerabilidade territorial em contexto pandêmico, com efeitos perversos nas políticas de assistência à saúde. Pode-se dizer ainda que este fenômeno faz parte de um processo de desterritorialização ou de exclusão dos seus territórios marcados por ataques patológicos que se associam às situações de violações de direitos, de incitação à violência e de exploração dos recursos naturais em um modelo de desenvolvimento neoliberal em que se destaca o poder do agronegócio (MONDARDO, 2020). Neste modelo vem ocorrendo o que Harvey (2005) chama de acumulação por despossessão ou via espoliação em suas reflexões sobre um novo imperialismo ou as dinâmicas da geografia atual do capitalismo mundial. Sob tal compreensão, territórios e vidas indígenas se tornam secundarizadas em relação à importância dada ao capital ou à economia com impactos profundos em suas territorialidades tradicionais.

De uma maneira geral, no que se refere a suas situações fundiárias, os povos indígenas se encontram em duas situações distintas: os indígenas em suas terras e aqueles que se encontram fora de seus territórios. No primeiro caso, o dos povos aldeados em suas terras, há diferentes ameaças, tais como o aumento das invasões por madeireiros, grileiros e garimpeiros que se constituem em importantes fontes de contágio. É importante dizer que isto ocorre mesmo nos casos em que os indígenas se anteciparam e fizeram o autoisolamento, fechando estradas e o acesso às aldeias. Esta situação também se observa no caso dos "índios isolados" e de recém-contato, que se encontram em situação mais vulnerável em relação às investidas dos invasores. Outro vetor de contágio são os grandes empreendimentos, tais como hidrelétricas, complexos industriais ou portuários que impactam nas terras indígenas.

Já no que se refere aos povos que se encontram fora de suas terras, os problemas estão relacionados, em muitos casos, à condição de marginalidade e exclusão que vivenciam nos espaços urbanos. Nas periferias das cidades, os indígenas estão vulneráveis à infecção pelo novo Coronavírus e desassistidos pelo poder público que, geralmente, desconhece as suas existências. A fragmentação de laços comunitários e a ausência de políticas públicas voltadas especificamente para eles aumentam a vulnerabilidade dos indígenas em situação urbana. Além disso, como já apontado, a ausência do território reconhecido contribui para o agravamento do problema, com a insegurança jurídica em relação ao território impactando na insegurança sanitária dos diferentes povos.

É preciso acrescentar que a contaminação pela COVID-19 atinge de modo desigual as terras indígenas na região nordeste do Brasil, sendo mais prevalente em contextos com elevado nível de urbanização, fácil acesso por rodovias e com processos de demarcações inconclusos, a exemplo dos Tremembés e os Tapebas, no Ceará, os Potiguaras na Paraíba e os Fulni-ôs em Pernambuco. Há incidência significativa de contaminação também entre os povos Anacés no Ceará, Potiguaras Catu no Rio Grande do Norte, Cariris-Xokó e Xukurús-Kariri em Alagoas, Tupinambás e Pataxós na Bahia,

Tupiniquins no Espírito Santo, bem como nas aldeias urbanas do município de Crateús no Ceará, na fronteira com o Piauí.

Estes exemplos indicam que a disseminação da COVID-19 tem ocorrido principalmente por via terrestre, seguindo o eixo das principais rodovias da região, como a BR-101, a BR-232, a CE-085, a BR-423 e a BR-020. Outras regiões sem casos ou com baixa prevalência nas Terras Indígenas (TI) são o Oeste da Bahia, Cerrado Piauiense, Minas Gerais, Sertões do Ceará e do Rio Grande do Norte.

Infelizmente, a curva de contaminação na região como um todo continua ascendente, demonstrando as dificuldades para evitar a propagação da doença, bem como a intensificação do processo de interiorização da mesma. No momento, acontecem novos casos em aldeias e povos ainda não atingidos que representam um sério risco de novos surtos em terras indígenas onde a atenção e o controle epidemiológico foram diminuídos após semanas de intensa mobilização.

De acordo com o sítio de internet da Associação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME)⁵, organização indígena onde os grupos étnicos do Piauí têm representação, a distância entre as curvas de contaminação e recuperação tem aumentado. Neste sentido, a pandemia ainda está longe de atingir seu nível máximo nas terras indígenas da região neste primeiro semestre de 2021. E ainda que o número de indígenas recuperados da COVID-19 tenda a crescer com o passar do tempo, isso não significa que essas pessoas não possam vir a contrair a doença uma segunda vez. Assim, a manutenção de medidas de proteção e controle no acesso às aldeias é fundamental para a continuidade do combate à disseminação do coronavírus entre os povos indígenas.

Sendo assim, a pandemia pode ter consequências muito graves para os povos originários do Brasil. A SESAI reconhece que os povos indígenas estão em situação de maior vulnerabilidade às viroses, em particular a infecções respiratórias como a COVID-19. De acordo com a secretaria, doenças respiratórias são, ainda hoje, a principal causa de mortalidade infantil entre indígenas. Há de se recordar que viroses e doenças similares já causaram o genocídio de comunidades indígenas inteiras e deram sua contribuição para uma história de contatos forçados, guerras de extermínio, utilizadas para reduzir a população indígena no Brasil ao longo dos séculos e a favor do avanço sobre suas terras.

O Ministério Público Federal (MPF) compreende que, devido às particularidades dos povos indígenas, à vulnerabilidade social das diversas comunidades e ao alto índice de propagação do novo coronavírus, é real o risco de genocídio indígena em meio à pandemia. Com base nisso, o MPF emitiu uma série de recomendações a órgãos públicos, ministérios, estados e municípios. Também é factível que em meio à pandemia, as invasões às terras indígenas, através do garimpo e da extração de madeiras nobres, trazem o risco extra de contaminação de aldeias e grupos indígenas inteiros. Entre as medidas cobradas pelo MPF e por organizações indígenas, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), estão a necessária proteção de todos os territórios indígenas e medidas para a retirada imediata de garimpeiros, madeireiros, grileiros e os muitos invasores das terras tradicionais.

⁵ Importante salientar que os canais governamentais da esfera executiva nacional, inclusive os que dizem respeito aos indígenas, funcionaram e funcionam na pandemia de forma bastante precária, com informações que não acompanham a velocidade de disseminação do vírus, assim como deliberadamente nega informações importantes à população. Os dados que se dispõem estão disponíveis nos sítios de internet das organizações indígenas.

COVID-19 e povos indígenas no Piauí

A região Nordeste do Brasil é um dos palcos mais antigos das relações entre colonizadores e sociedades indígenas. O Piauí é um dos estados da região onde o processo de desterritorialização perpetrado por entes privados, sob as graças do estado brasileiro em formação, se deu de forma contundente e deletéria aos interesses de seus povos indígenas. Este processo de expropriação territorial está relacionado ao movimento da expansão pastoril ocorrido a partir do século XVII que levou os agentes coloniais à região do Piauí, confrontando e apresando as populações nativas. Estas, no entanto, resistiram às frentes de ocupação dos seus territórios construindo um capítulo da história colonial brasileira chamada de Guerra dos Bárbaros (LINHARES, 1996; MOTT, 1985; SURYA, CARRÉRA, 2010; PUNTONI, 2002).

Mas, a história contada pelos indígenas piauienses tem vivido alterações significativas, pelo menos desde meados da primeira década do século XXI, com o surgimento de reivindicações de direitos específicos feitos por organizações indígenas junto ao Ministério Público Federal como, por exemplo, a Associação de Remanescentes Indígenas de Piripiri, além do ressurgimento de famílias indígenas na região da Serra Grande, no município de Queimada Nova, região sudeste do Estado. Estes acontecimentos contrastam com a visão local a respeito das sociedades indígenas, correntemente invisibilizadas na condição pretérita de representantes do passado colonial. Esta negação da presença indígena atual liga-se à negação da própria origem em favor de uma visão de sociedade “civilizada”, livre de seus “nativos selvagens”.

É dentro deste quadro político do movimento indígena que, no ano de 2005, na região norte do estado do Piauí, no município de Piripiri, um grupo de famílias indígenas, posteriormente designado pela Funai como pertencentes à etnia Tabajara, uniu-se com o objetivo de formar uma organização indígena nomeada, a princípio, Associação de Remanescentes Indígenas de Piripiri. De acordo com seu estatuto, os objetivos da Associação – como a organização indígena ficou conhecida localmente desde então – foi o de reivindicar reconhecimento de direitos coletivos à terra, garantias de acesso à saúde, educação, moradia, políticas culturais específicas, além da participação política, tendo como base a identidade autoatribuída de indígenas.

Naquele mesmo período o governo do estado do Piauí, sob o mandato de Wellington Dias, chamado “o índio”⁶, eleito pela primeira vez em 2002 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), desenvolveu o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), cujo objetivo era proporcionar e/ou facilitar a aquisição de terra por grupos comunitários rurais, através de uma modalidade de financiamento em que o grupo adquire o imóvel de proprietários privados e paga o investimento de forma parcelada, através de possíveis ganhos na atividade rural. Foi a possibilidade de participar do PCPR, portando a marca étnica, que o grupo de indígenas piauienses fez surgir mais um capítulo no processo contínuo de reemergências indígenas do e no Estado do Piauí.

Para Souza Filho (2019, p. 20), ao referir-se à dinâmica do processo de reconfiguração das relações entre as organizações indígenas, o Estado e a sociedade civil,

⁶ Atual governador do Piauí, Wellington Dias tem adotado esta alcunha ou apelido, um potencial capital simbólico nas tratativas com os povos indígenas no estado, em referência a uma alegada ancestralidade indígena apresentada ainda de maneira “genérica”.

Essas organizações específicas podem ser muito úteis, mas a força dos povos está na sua tradição, isto é, organizações que juntem povos para a luta por direitos não precisam estar no papel, porque sua força não deriva de aceites prévios e contratos, mas da determinação e do apoio das lideranças e autoridades tradicionais.

Assim, a atuação do movimento indígena segue, ao mesmo tempo, negociando e pressionando o Estado com vistas à conquista do protagonismo ou da autodeterminação pretendidos pelos grupos étnicos na cena pública. A autonomia dos povos se refere ao que Bonfil Batalla (1987, p. 240) descreve como sendo a necessidade de os povos indígenas exercerem o poder de decidir sobre todas as instâncias de suas próprias vidas, como sustentabilidade, educação, saúde, sistema jurídico, etc. A este processo ele chama tomada do controle cultural. Este processo de autonomia cultural é percebido nas formas de atuação política implementadas pelo movimento indígena, que instrumentaliza “cultura” e “identidade” como poderosas ferramentas a legitimar suas reivindicações (SOUSA, 2019; OLIVEIRA, 2015).

Até o momento, a falta de política de saúde indígena no Piauí, assim como a falta de atendimento pela SESAI torna os povos piauienses particularmente vulneráveis ao COVID-19. Neste mesmo sentido as discrepâncias entre métodos de contabilizar os casos de indígenas no Piauí infectados pela doença empregados pela Secretaria de Saúde do Estado (SESAPI) e pelas organizações indígenas são facilmente identificadas.

Apesar disso é possível afirmar que, desde o início da pandemia, a SESAPI vem atuando junto aos povos indígenas afirmando reconhecer suas fragilidades e a existência de seus perfis epidemiológicos, procurando articular ações coordenadas com os municípios, contando ainda com profissionais que integram equipes multidisciplinares de saúde indígena. Não obstante a importância da iniciativa, ela tem se mostrado difusa e pouco transparente. Há, por exemplo, a proposta de se testar famílias indígenas, mas sem se esclarecer muito bem como fazê-lo diante da distribuição e situações dos povos e suas comunidades no estado (PIAUI, 2020) ⁷

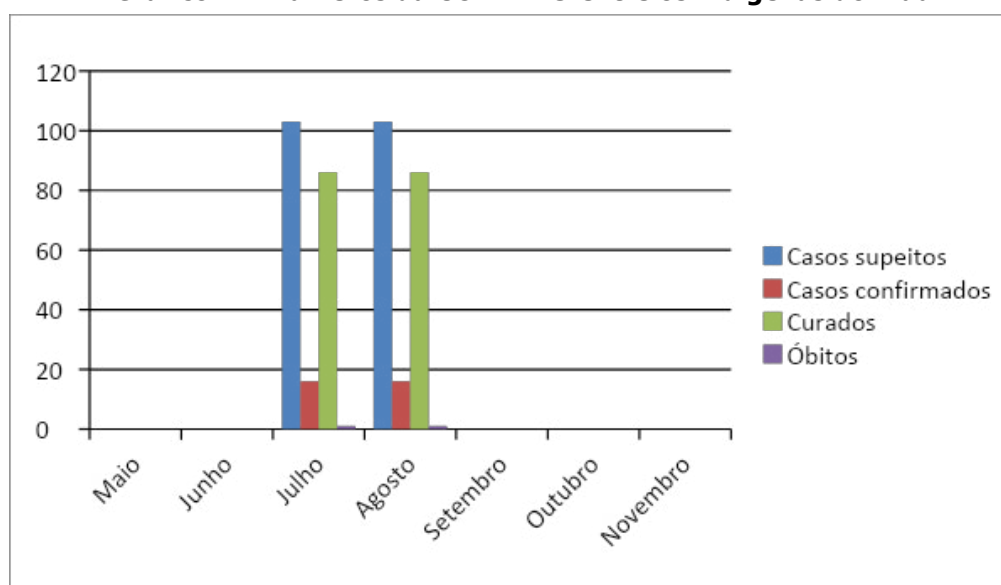
Há diferenças significativas entre os números oficiais e os apresentados pela APOINME no que se refere às notificações de casos e de mortes. Estas diferenças, como dito, estão ligadas à precariedade da assistência de saúde aos povos indígenas no estado e às tentativas dos coletivos indígenas de suprirem a ausência de dados, baliza fundamental para a adoção de políticas públicas. De maneira correlata, elas evidenciam a existência de significativa subnotificação que diz respeito também à situação dos não indígenas. Observa-se que o aumento vertiginoso de casos entre julho e agosto de 2020, por exemplo, conforme apresentado no gráfico a seguir, coincide com o início da testagem dos povos indígenas Tabajara, Tabajara Y-py, Tabajara-Tapuia Ytamaraty, Gueguê, Gamela e Warao feita pela SESAPI na referida quadra temporal. Esta situação leva a cogitar que a realidade anterior das comunidades indígenas era da presença e circulação do vírus, sem que episódios de adoecimento estivessem associados à pandemia.

À exceção dos Warao, populações indígenas deslocadas da Venezuela para o Piauí, cujos casos são monitorados pela Fundação Municipal de Saúde de Teresina (FMS), os demais povos indígenas

⁷ Disponível em: <http://www.saude.pi.gov.br/> Acesso em: 30 nov. 2020.

que habitam em outros municípios, não contam com atendimento diferenciado em razão de suas especificidades culturais e identitárias.⁸ Como decorrência, as agências de saúde não conseguem registrar o número de indígenas infectados, assim como da população de modo geral. Os boletins mais atualizados têm sido produzidos pelas próprias organizações indígenas e parceiros, tendo a relevância de fornecer dados que não estão sendo apresentados pelas agências de saúde pública até o momento. Além da situação de pandemia, setores anti-indígenas continuam mobilizados e perpetrando ataques contra as comunidades indígenas. O povo Gamela da aldeia Barra do Correntim no sul do Piauí, por exemplo, teve casas derrubadas e incendiadas no final do mês de junho de 2020 como consequência do violento processo de grilagem de terras na região.⁹ Este vive continuada experiência de violações das suas terras tradicionais, sendo fustigados a ceder espaço para a monocultura da soja no cerrado piauiense.

Gráfico 1 – Números da COVID-19 entre os indígenas do Piauí



Fonte: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME

As lideranças indígenas têm produzido dados, com o intuito de se manterem informadas da situação em suas localidades, na esperança de que sua ação sensibilize políticas de atenção aos povos indígenas, tanto nacionais como regionais e locais. Apontam, com isso, para a urgência da política de saúde indígena frente à ameaça da pandemia e da incerteza do atendimento. Os dados apresentados nos boletins da organização são resultado da soma de esforços das várias organizações indígenas, indigenistas e grupos de pesquisa das universidades públicas da região de abrangência da APOINME. As informações são coletadas diretamente junto ao movimento indígena, nas aldeias e nos boletins epidemiológicos municipais, estaduais e dos DSEI/SESAI. Para tanto, contamos também com a colaboração de grande número de estudantes indígenas universitários que, a partir de suas comunidades, têm envidado esforços para a mobilização e proteção dos indígenas.

É de grande importância para lideranças e comunidades acompanharem os casos de COVID-19

entre os povos indígenas piauienses, já que estes praticamente não contam com acompanhamento dos governos municipais, estaduais e federal. A informação de todos os casos colabora para que haja conhecimento sobre as realidades indígenas do Piauí e o que vivem neste momento. A APOINME tem acompanhado a situação e toma algumas providências, como por exemplo, a distribuição de kits contendo álcool em gel e máscaras de proteção (EPIs), em parceria com outros órgãos que também têm demonstrado preocupação com a saúde dos indígenas do Piauí. Apoiadores, como as Universidades Federais da região, juntamente com as organizações indígenas, vem tentando acompanhar a disseminação da pandemia entre os indígenas que vivem na área de atuação da APOINME, embora as possibilidades de intervenção estejam muito aquém das necessidades vividas pelas comunidades.

Considerações finais

O acompanhamento da evolução do novo coronavírus entre as populações indígenas representa, sem dúvida, um grande desafio a ser superado. Embora os números oficiais aos quais a população tem acesso informem sobre a dinâmica de notificação, não refletem possivelmente a extensão da pandemia. Ademais, a desagregação dos dados impede o reconhecimento de regiões e dos povos mais afetados pela pandemia. Outro problema relevante é a ausência de dados sobre indígenas que vivem fora de Terras Indígenas homologadas, o que inclui tanto as populações indígenas em situação urbana, a totalidade de quase todas as comunidades indígenas no Piauí, quanto aquelas que aguardam a finalização dos processos morosos de demarcação de suas terras.

Pela visível situação de subnotificação dos casos de COVID-19 entre indígenas pelos dados oficiais, organizações, como a APOINME, vêm realizando levantamentos independentes de casos e produzindo suas próprias estatísticas. Possivelmente os números sejam superiores aos notificados pela SESAI que tem considerado apenas casos em terras indígenas homologadas.

Destaca-se neste contexto a dificuldade para o atendimento de vários povos indígenas pelos DSEI. Em alguns casos, como o do Piauí, a ausência do próprio DSEI dificulta, sobremaneira, a contabilização dos casos, alguns testados pelas prefeituras municipais, mas nem sempre identificados como indígenas. É dessa forma que tem ocorrido com todos os povos indígenas do Piauí, no Rio Grande do Norte, entre os Tabajaras na Paraíba, Cariris e os Carão-Jaguaribaras no Ceará, de acordo com os dados da APOINME. Muitos indígenas apresentaram sintomas, desenvolveram o vírus, com alguns conseguindo acessar atendimento através do apoio de secretarias municipais ou estaduais. No entanto, tal atendimento é insuficiente para uma testagem que apresente um quadro mais aproximado da realidade sanitária atual.

Destaca-se neste período o esforço das comunidades indígenas que continuam na autoproteção de seus territórios, fazendo de suas organizações coletivas uma arma importante no enfrentamento da pandemia. São estratégias de luta orientadas pelas decisões comunitárias e de suas lideranças de acordo com suas organizações territoriais, suas relações intersocietárias ou interétnicas e redes apoio construídas em suas mobilizações políticas. Nas ações de enfrentamento à COVID-19

protagonizadas pelos indígenas há “cosmopolíticas pulsantes, resilientes, e organizações potentes” (MONDARDO, 2020).

Apesar da força destas mobilizações, a falta de informações e, por extensão, de ações coordenadas e planejadas de combate à pandemia para os povos indígenas distancia o estado e suas instituições da realidade vivida por estes povos. Assim, para um efetivo atendimento dos povos indígenas do Piauí urge a adoção das medidas de proteção determinadas ainda em agosto de 2020 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 709 (ELOY, s.d.). Diante do agravamento da situação, esta se apresenta como uma importante vitória do movimento dos indígenas brasileiros, uma vez que determina a extensão dos serviços do Subsistema Indígena de Saúde aos povos aldeados situados em terras não homologadas e aos não aldeados. A mesma ação reporta a elaboração e monitoramento de um Plano de Enfrentamento da COVID-19 para os povos indígenas brasileiros pela União com a participação direta do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e dos representantes das comunidades indígenas.

Por fim, a importância em dar maior visibilidade aos povos indígenas piauienses possui rebaixamentos na garantia de seus direitos, constitucionalmente estabelecidos, de assistência à saúde. Este aspecto se torna mais dramático por ocasião da pandemia em curso colocando estes povos em situação de maior vulnerabilidade, uma vez que não se dispõe de dados sobre eles. Tais dados, como se sabe, são necessários para balizar as ações dos órgãos públicos. Esta situação encontra-se fundamentalmente relacionada às territorialidades indígenas que carecem da regularização fundiária frente ao estado e seus agentes a fim de que se abram caminhos para um possível maior acesso às políticas públicas diferenciadas.

Referências

APOINME. Disponível em: <https://www.apoinme.org/boletim-leste-e-nordeste-do-coronav> Acesso em: 30 nov. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **A COVID-19 e os povos indígenas: desafios e medidas para controle do seu avanço.** Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/notas-oficiaisabrasco/a-COVID-19-e-os-povos-indigenas-desafios-e-medidas-para-controle-do-seu-avanco/45866/> Acesso em: 23 mar. 2020.

BONFIL BATALLA, Guillermo. Lo indio desindianizado. In: BONFIL BATALLA, Guillermo. **México Profundo: Uma civilización negada.** México: Editorial Grijalbo, 1990. p. 73-96.

COIMBRA JR., Carlos Everaldo Álvares.; SANTOS, Ricardo Ventura; CARDOSO, Andrey Moreira. Processo saúde–doença. In: BARROS, Denise Cavalcante; SILVA, Denise Oliveira; GUGELMIN, Silvia Ângela (org.). **Vigilância alimentar e nutricional para a saúde Indígena.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. p. 47-74. vol. 1.

COIMBRA JR., Carlos Everaldo Álvares; SANTOS, Ricardo Ventura; PONTES, Ana Lúcia. Um “fato social total”: COVID-19 e povos indígenas no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 36, n. 10, p.1-5, 2020.

ELOY, Luiz Henrique. **ADPF 709 no Supremo: povos indígenas e o direito de existir!** Disponível em: <http://apib.info/2020/08/01/adpf-709-no-supremo-povosindigenas-e-o-direito-de-existir/> Acesso em: 05 set. 2020.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

LANGDON, Esther Jean; GARNELO, Luiza (org.). **Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, dez. 1996.

MONDARDO, Marcos. Povos indígenas e comunidades tradicionais em tempos de pandemia da COVID-19 no Brasil: estratégias de luta e r-existência. **Finisterra**, v. LV, n. 115, p. 81-88, 2020.

MOTT, Luiz. **Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade**. Teresina: Secretaria de Cultura, 1985.

NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito. **Proteção social aos mais vulneráveis em contexto de pandemia: algumas limitações práticas do auxílio emergencial e a adequação dos benefícios eventuais como instrumento complementar de política socioassistencial**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020. (Nota Técnica nº 67)

OLIVEIRA, Luiz Antônio de. **Cultura, Direitos, Políticas: a construção de uma agenda pública no campo das políticas culturais para os povos indígenas e a diversidade étnica no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

PONTES, Ana Lúcia de Moura; MACHADO, Felipe Rangel de Souza; SANTOS, Ricardo Ventura; BRITO, Carolina Arouca Gomes de. Diálogos entre indigenismo e reforma sanitária: bases discursivas da criação do Subsistema de Saúde Indígena. **Saúde Debate**, v. 43, p. 146-59, 2019.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2002.

RIBEIRO, Darcy. Convívio e contaminação: efeitos dissociativos da depopulação provocada por epidemias em grupos indígenas. **Sociologia**, n. 18, p. 3-50, 1956.

SCHYMURA, Luiz Guilherme. A dificuldade de o auxílio emergencial chegar a quem precisa. **Conjuntura Econômica**, p. 6-9, abr. 2020.

SOUSA, Hélder Ferreira de. **Existências resistências, aí é apostado, Tii!!: reconhecimentos e identificações indígenas Tapuias e Tabajaras em Piri-piri – Piauí**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

SOUTO, Lucia Regina Florentino; TRAVASSOS, Claudia. Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia da COVID-19: construindo uma autoridade sanitária democrática. **Saúde Debate**, v. 44, n. 126, p. 587-592, jul./set. 2020.

SOUZA FILHO, Carlos Marés. "Organizações indígenas". In: PANKARARU, Paulo Celso de Oliveira (org.). **Fortalecimento dos povos e das organizações indígenas**. São Paulo: FGV, 2019. p.17-

20.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 709**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2020. p.17-20.

SURYA, Leandro; CARRÉRA, Mércia. Reflexos da colonização: o deslocamento de grupos indígenas no interior do nordeste. **Mneme**, Caicó, v. 9, p. 191-211, 2010.

TEIXEIRA, Carla Costa; GARNELO, Luiza (org.). **Saúde indígena em perspectiva**: explorando suas matrizes históricas e ideológicas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

“PUDIMOS SEGUIR ADELANTE A PESAR DE LAS DIFICULTADES”: REFLEXIONES
DE DOCENTES SOBRE LA EDUCACIÓN EN LOS PUEBLOS TOBA/QOM Y MBYÁ-GUARANÍ
DURANTE LA PANDEMIA DE COVID-19 EN ARGENTINA

“FOMOS CAPAZES DE AVANÇAR APESAR DAS DIFICULDADES”: REFLEXÕES D
OS PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO NAS ALDEIAS TOBA/QOM E MBYÁ
DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 NA ARGENTINA

“WE WERE ABLE TO GO ON DESPITE THE DIFFICULTIES”: TEACHERS’ REFLECTIONS
ON EDUCATION IN THE TOBA/QOM AND MBYÁ-GUARANÍ PEOPLES
DURING THE COVID-19 PANDEMIC IN ARGENTINA

Ana Carolina Hecht¹

 <https://orcid.org/0000-0001-8132-7897>

Mariana García Palacios²

 <https://orcid.org/0000-0001-5546-0862>

Noelia Enriz³

 <https://orcid.org/0000-0001-7918-0822>

Recebido em: 10 de janeiro de 2021.

Aprovado em: 07 de março de 2021.

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12476>

1 Dra. en Antropología, Universidad de Buenos Aires (UBA). Jefa de trabajos prácticos en la materia “Elementos de Lingüística y Semiótica” (Antropología), Universidad de Buenos Aires (UBA). Investigadora en Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). E-mail: anacarolinahecht@yahoo.com.ar

2 Doctora de la Universidad de Buenos Aires (área Antropología). Docente (Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Ciencias Antropológicas) Universidad de Buenos Aires (UBA). Investigadora Adjunta (Instituto de Ciencias Antropológicas, UBA), Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). E-mail: mariana.garciapalacios@gmail.com

3 Doctora (Ciencias Antropológicas) de la Universidad de Buenos Aires (UBA). Investigadora Adjunto de Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). E-mail: nenriz@yahoo.com.ar

RESUMEN: La pandemia del COVID-19 irrumpió en la cotidianeidad de todas las escuelas de Argentina, impactando especialmente en los sectores más empobrecidos, como son las comunidades indígenas. En este artículo, sistematizamos los desafíos actuales que enfrenta la Educación Intercultural Bilingüe con población indígena en dos provincias del noreste del país (Chaco y Misiones), a partir de una encuesta online a treinta y cinco docentes indígenas y no indígenas, que incluimos al reformular las técnicas usuales de nuestra aproximación etnográfica.

Palabras claves: Pandemia COVID-19; Educación Intercultural Bilingüe; Noreste argentino; Encuesta docente

RESUMO: A pandemia da COVID-19 invadiu a vida cotidiana de todas as escolas na Argentina, impactando especialmente os setores mais empobrecidos, tais como as comunidades indígenas. Neste artigo, sistematizamos os desafios atuais da Educação Bilíngüe Intercultural com populações indígenas em duas províncias do nordeste do país (Chaco e Misiones), com base em uma pesquisa on-line com trinta e cinco professores indígenas e não indígenas, que incluímos reformulando as técnicas habituais de nossa abordagem etnográfica.

Palavras-chave: Pandemia COVID-19; Educação Bilíngüe Intercultural; Nordeste da Argentina; Pesquisa com docentes

ABSTRACT: The COVID-19 pandemic broke into the daily life of every school in Argentina. It had a particular impact on the most vulnerable communities, such as the indigenous peoples. In this article, we systematize the current challenges facing Intercultural Bilingual Education with indigenous populations in two northeast provinces (Chaco and Misiones). It will be based on an online survey of thirty-five indigenous and non-indigenous school teachers, which we include by reformulating the usual techniques of our ethnographic approach.

Keywords: COVID-19 pandemic; Intercultural Bilingual Education; Argentinian northeast; School teachers survey

Este artículo es parte de una reflexión conjunta que como equipo venimos coordinando en el marco del Programa de Antropología y Educación de la Universidad de Buenos Aires: "Interculturalidad y educación en comunidades toba/qom y mbyá-guaraní de Argentina: una aproximación histórico-etnográfica a la diversidad étnica y lingüística en las escuelas". En 2020 a raíz de la pandemia del COVID-19 nos tuvimos que enfrentar a nuevos desafíos, no sólo al tener que reformular las problemáticas de estudio sino también las aproximaciones metodológicas; por lo tanto, este texto resulta de esta particular coyuntura. Específicamente, el objetivo de este artículo es sistematizar los impactos de esta emergencia socio-sanitaria en el quehacer cotidiano de la Educación Intercultural Bilingüe (EIB) con los pueblos toba/qom y mbya guaraní en Chaco y Misiones, respectivamente, a partir del análisis de material relevado a través de medios digitales.

La pandemia llegó a Argentina a mediados de marzo de 2020 y fue entonces cuando comenzaron a desarrollarse medidas de control del avance del coronavirus, frente al cual "permanecer en casa" parecía ser el único resguardo. De ese modo, el hogar pasó a ser el nodo desde el cual sucedía todo: clases virtuales de los niños, niñas y jóvenes, teletrabajo (*home-office*), múltiples reuniones, consultas médicas y profesionales, encuentros sociales virtuales, festejos familiares, etc. Es decir, que la comunicación virtual cobró una relevancia extrema, en desmedro de las ideas de privacidad, que solían enmarcarse en las dicotomías interior/exterior, público/privado. En pandemia, el exterior es sinónimo de peligros y contagios, mientras que el interior doméstico es pensado como resguardo.

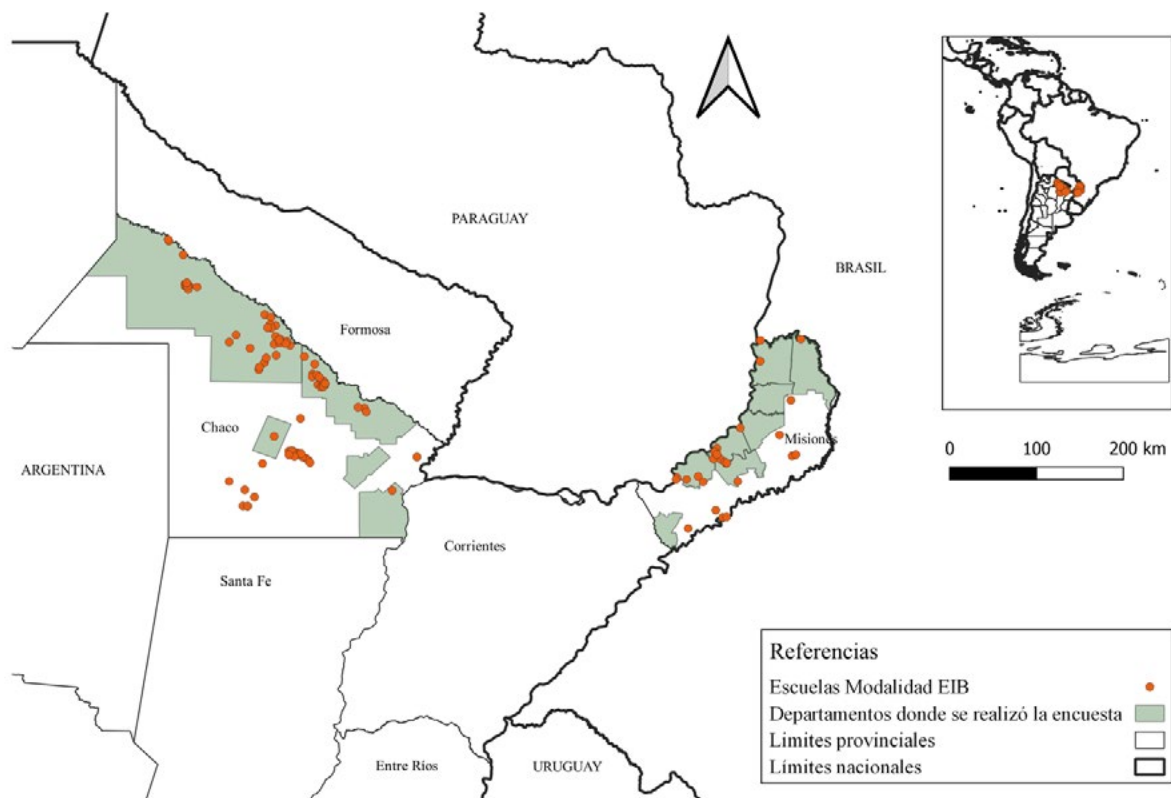
En el campo educativo una gran cantidad de cambios se promovieron a partir de la instauración del Aislamiento Social, Preventivo y Obligatorio (ASPO)⁴ y desafortunadamente en ellos las desigualdades del sistema escolar volvieron a quedar subrayadas. Nos proponemos desnaturalizar las acciones educativas que se desarrollaron y a partir de ello abrir interrogantes fundados en nuestra trayectoria de investigación educativa en espacios interculturales en las provincias de Chaco y Misiones. De ese modo, más allá de pensar en el momento presente de las acciones de la EIB, podemos reflexionar sobre la continuidad, los riesgos y los desafíos frente a los cuales se encuentra la escuela en esos contextos.

En Argentina, la suspensión de clases presenciales en todos los niveles educativos fue establecida el lunes 16 de marzo de 2020, a través de la Resolución N° 108/20 del Ministerio de Educación de la Nación. Las instituciones escolares de todos los niveles se cerraron y el dictado de clases pasó a "modalidad de educación virtual/a distancia", con el objetivo de desarrollar un proceso de "continuidad pedagógica". El lema del Ministerio de Educación de la Nación (Argentina) fue "Seguimos educando" y promovió el acceso a la educación a partir de nuevas estrategias sustentadas muy ampliamente en la virtualidad. Las escuelas indígenas en general forman parte de los programas de atención alimentaria; es decir, eran los nodos desde los cuales se distribuía periódicamente alimentos a las familias. Desde el Ministerio de Educación de la Nación se elaboraron cuadernillos impresos con los contenidos básicos para todos los ciclos, desde nivel maternal hasta secundario, programas televisivos y radiales. Gran cantidad de materiales y recursos (escritos y audiovisuales) se han colocado en la página web del Ministerio, distribuidos por niveles y orientados

4 El 20 de marzo, el presidente de la Nación Argentina, a través del Decreto de necesidad y urgencia 297/2020, declara el "aislamiento social, preventivo y obligatorio" (ASPO) como medida de vital importancia frente a la ausencia de un tratamiento antiviral efectivo, así como, la inexistencia de vacunas para su prevención (Taruselli et al. 2020).

por asignaturas escolares. Estos materiales se repartieron en todas las jurisdicciones nacionales y si bien promovían una base compartida de contenidos, no contemplaban las particularidades regionales. Por lo tanto, las distintas jurisdicciones provinciales han desarrollado estrategias propias, en algunos casos complementarias a los materiales nacionales, como fue el caso del Ministerio de Educación de la provincia del Chaco que creó la plataforma educativa digital *ele* (<https://ele.chaco.gob.ar/>). Más allá de estas particularidades, la propuesta de mediación virtual ha sido la constante para enfrentar la ausencia física en las instituciones educativas, lo que ha generado muchas incertidumbres respecto de su potencial en términos poblacionales generales. No obstante, quedan dudas e interrogantes para pensar en cómo impacta esto en la EIB, que suele estar desplazada de la agenda hegemónica, lo que nos proponemos mitigar con este texto.

Mapa 1: Departamentos de las provincias de Chaco y Misiones donde realizamos la encuesta y establecimientos escolares con modalidad de EIB



Fuente: Elaborado por Mariana Schmidt en base al Padrón oficial de establecimientos educativos 2019 (actualizado al 16/09/2019) del Ministerio de Educación de la Nación.

La Educación Intercultural Bilingüe en el campo educativo

En Argentina hay más de treinta y nueve pueblos indígenas y se hablan más de catorce lenguas. No obstante esta enorme pluralidad, recién a fines del siglo XX las poblaciones indígenas fueron contempladas como sujetos de la educación pública nacional y sus conocimientos como válidos

de ser incorporados en una currícula; por lo que se establecieron reglamentaciones específicas. El modelo educativo decimonónico generó una propuesta homogeneizadora y castellanizante para la población indígena centrada en la incorporación al conocimiento de la lengua, historia y geografía canónica en desmedro de los saberes indígenas. La pequeña porción de la población indígena que se sumó a dicho proceso escolar, lo hizo sin que esto supusiera un cuestionamiento del modelo hegemónico. Ahora bien, las propuestas escolares bilingües, que se propusieron contemplar las especificidades de las poblaciones indígenas, llegaron recién a finales del siglo XX como parte de políticas focalizadas que hacen un uso particular de la diversidad que muchas veces termina por encubrir las desigualdades socioeducativas.

De este modo, y tal como se señaló en investigaciones anteriores, los proyectos escolares para la población indígena parecen encasillarse en dos propuestas: por un lado, unas ligadas al universalismo asimilacionista y por otro, las particularistas (HECHT 2007; BORTON *et al.*, 2010; HECHT *et al.*, 2015). Consideramos que estas dos expresiones presentan en realidad un falso dilema, entre una propuesta de inclusión y otra que expresa la exclusión segregadora (BORTON *et al.*, 2010). Es decir, una engañosa dicotomía entre un esfuerzo de inclusión de la diversidad que resulta –tal vez involuntariamente– asimilacionista y un rescate de la diversidad que al folklorizarla y fijarla genera finalmente más segregación (HECHT, 2007; BORTON *et al.*, 2010).

La Constitución Nacional reconoce desde el año 1994 a la EIB como un derecho de las poblaciones indígenas. Su implementación en diversas provincias la coloca como un derecho de los grupos étnicos minorizados, quienes no sólo se encuentran así interpelados por “su” diversidad lingüístico-cultural, sino que además subsisten en entornos de extrema desigualdad y pobreza. Las escuelas de EIB se distribuyen a lo largo del país en aquellas provincias que implementan esta política, que son las que lo consideran necesario por el reconocimiento de la presencia de población indígena y establecen una cuota de niños y niñas indígenas que se debe cumplir para ello (en algunas provincias es el 70 u 80% de la matrícula escolar).

A nivel nacional, además de la Constitución Nacional se cuenta con la Ley Nacional de Educación Nº 26206 del año 2006, en donde la EIB se reconoce como una modalidad educativa destinada exclusivamente para niños/as y jóvenes indígenas. En sus inicios, el sistema educativo para la EIB fortaleció la educación de nivel primario, tal como ya anticipamos, por lo que en el que hay actualmente la mayor cantidad de establecimientos educativos de EIB se promueven en ese nivel. El nivel secundario ha sido una segunda etapa, mientras que el nivel inicial es el más joven en su desarrollo.

Respecto de los dos contextos estudiados, se trata de provincias con trayectorias diferentes frente a la implementación de la EIB. En el caso del Chaco, las experiencias sistemáticas de EIB comenzaron tempranamente, después de la sanción de la Ley Provincial Nº 3258 “De las Comunidades Indígenas” en el año 1987. A partir de esa época y hasta la actualidad puede caracterizarse a esta provincia como una de las más progresistas en cuanto al reconocimiento de los derechos indígenas en lo escolar, ya que se destaca legislación muy significativa como la que oficializa a las lenguas indígenas en la provincia (Ley Provincial Nº1848–W, ex Ley Nº 6604 del año 2010) y, más recientemente, la que postula la creación de las escuelas públicas de gestión social indígena (Ley Provincial Nº 7446 del año 2014). En cambio, en la provincia de Misiones, es recién durante la primer década

del 2000 que se dio inicio a un programa intercultural de frontera (básicamente con las escuelas lindantes con Brasil), y unos años más tarde se expandieron las iniciativas de educación bilingüe para las poblaciones indígenas locales mediante la incorporación de auxiliares bilingües (español y mbya guaraní) en las instituciones con alta matrícula mbya guaraní.

Las escuelas de EIB suelen ser precarias en su infraestructura edilicia y material, más aún en las instituciones emplazadas en ámbitos rurales. No obstante, como en Argentina se desarrolló un programa nacional de entrega de netbooks llamado "Conectar igualdad" que funcionó regularmente entre los años 2010 y 2014, muchos niños/as y docentes indígenas pudieron acceder a estos bienes, así como a la conectividad a internet por banda ancha e inalámbrica (*wifi*) en las instituciones. Hasta mediados de 2015, el programa había entregado cinco millones de computadoras y fortaleció a todo el sistema educativo en el uso de equipos tecnológicos. Luego fue discontinuado y si bien quienes recibieron las netbook pudieron quedarse con ellas, los dispositivos no pudieron ser actualizados o reparados. Por tanto, el paso de la modalidad presencial a la virtualidad llega luego de cuatro años de falta de entrega y renovación de equipamientos, en instituciones que tampoco tuvieron desarrollo de laboratorios informáticos y, como ya dijimos, se emplazan en contextos de extrema vulnerabilidad económica.

Acerca de la metodología

Efectuamos las reflexiones en el campo de la educación desde un abordaje antropológico, en el que la aproximación metodológica basada en la etnografía es central. Desde hace casi dos décadas desarrollamos nuestras investigaciones con dos pueblos indígenas del noreste de Argentina: el pueblo toba/qom (en comunidades de Buenos Aires y Chaco) y el mbyá-guaraní (en aldeas de Misiones). En estos años de experiencias en el campo hemos compartido diversas instancias como parte de la observación participante (las tareas cotidianas, reuniones, festejos, aniversarios, viajes de visita, etc.), trabajado en escuelas, convivido con las familias, entre muchas otras actividades. Desde nuestra perspectiva, la etnografía presupone un diálogo permanente con la teoría y, en la construcción de la aproximación al campo, habilita la combinación maleable de muchos métodos y técnicas.

Dado el contexto de ASPO y según las circunstancias en las que nos vimos afectadas, hemos debido redefinir las técnicas comúnmente utilizadas en nuestro trabajo de campo y así decidimos repensar y apoyarnos en otras herramientas metodológicas como la encuesta virtual. Las técnicas de la etnografía virtual han tenido un amplio desarrollo en la antropología (HINE, 2004; LUPON, 2020), en muchos casos para realizar registros de eventos del campo de lo digital (PINK et al., 2016), pero también para realizar indagaciones que están por fuera de ese campo específico. Nos referimos a investigaciones que utilizan espacios virtuales para acceder a información sobre el tópico que también se aborda por otros medios (JOCILES RUBIO, 2018). Desde nuestra condición de etnógrafas, recuperamos los vínculos construidos en el trabajo de campo para sostener una virtualidad productiva que nos acerque más allá de la distancia. En una primera instancia, nos basamos fuertemente en los diálogos a través de aplicaciones virtuales (whatsapp, facebook y otras redes sociales) por-

que al residir en Buenos Aires (a más de mil kilómetros de nuestros referentes empíricos), ya las utilizábamos con muchos/as de nuestros/as interlocutores/as y que, en este contexto, facilitaron el sostenimiento de los vínculos.

En los diálogos mediatizados a través de dichas tecnologías surgía mucha información y mucha contención. Pero la estrategia de sostener sólo una comunicación, más bien espontánea, en un contexto en que nosotras mismas nos vimos desbordadas por lo que la pandemia y las medidas implementadas para hacerle frente implicaron para nuestras obligaciones laborales y familiares (tareas de cuidado familiar de niños/as pequeños/as y/o en edad escolar y de adultos mayores) dificultaba la sistematización de la información que podíamos registrar. Por lo tanto, debimos repensar los modos de circunscribir, sistematizar y analizar lo relevado sobre los espacios donde hacemos trabajo de campo. Con esa primera información se nutrieron informes colectivos de los que participamos con el fin de documentar el impacto de la pandemia entre los pueblos indígenas de Argentina como detallamos en el siguiente párrafo.

La "Encuesta sobre educación intercultural en pandemia 2020" sobre la que se basa este escrito es parte de una serie de relevamientos efectuados ese año en el contexto de ASPO, ya que se produjo una interrupción de la cotidianeidad de la vida y una reorganización de las actividades en el campo escolar. Por un lado, formamos parte de un colectivo de universidades nacionales que se unieron con el propósito de abordar la situación de las poblaciones indígenas de Argentina en el contexto de ASPO. En la indagación, se incluyeron múltiples dimensiones: salud, educación, trabajo, territorio, etc.⁵ Asimismo, en el marco de la Red de Investigaciones en Derechos Humanos, Orientada a la Solución de Problemas del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (RIOSP de CONICET), redactamos el Informe "La Educación Intercultural Bilingüe en Chaco y Misiones frente a la pandemia del COVID-19" en mayo del 2020 (ALIATA et al., 2020).⁶ Así como de manera individual en el marco de nuestras investigaciones re-adaptamos las estrategias de trabajo de campo etnográfico en la virtualidad.

Pero luego, para una etapa de evaluación del ciclo lectivo ya terminado optamos por técnicas de encuesta virtual, y decidimos realizar la "Encuesta sobre educación intercultural en pandemia 2020" a través de los formularios de Google. La encuesta circuló solamente a través de contactos directos de whatsapp que ya poseíamos, por lo que nos conocían y conocíamos personalmente, y entre personas conocidas por los/as docentes, con el modelo de bola de nieve. En este sentido, esta metodología ha sido viable gracias a los lazos del trabajo de campo que desarrollamos desde hace décadas en las regiones, lo cual hizo factible tener una comunicación fluida pese a los estreñimientos del momento en un marco de confianza. Establecimos una fecha límite para comenzar la sistematización de las respuestas recibidas hasta ese momento, si bien el cuestionario continúa abierto para aquellos/as a quienes les llega y desean participar contando su experiencia.

Particularmente, nuestra encuesta sobre educación intercultural en pandemia tuvo como fin relevar las experiencias que tuvieron los/as docentes durante 2020, cómo cierran el año lectivo y qué expectativas tienen para el 2021. El formulario constaba de dos partes: la primera, más general

5 Disponible en: <http://publicaciones.filo.uba.ar/pueblos-ind%C3%ADgenas-y-covid-19-en-argentina> Acceso el: 14 ene. 2021

6 Disponible en: <https://www.conicet.gov.ar/wp-content/uploads/Informe-EIB-en-contexto-COVID-19.pdf> Acceso el: 14 ene. 2021.

abocada al registro de datos contextuales (comunidad, nivel educativo en el que se desempeña, antigüedad en el cargo, identidad étnica, conocimiento de la lengua indígena, etc.). La segunda parte se pregunta acerca de las modificaciones en la relación pedagógica, al quedar suspendida la presencialidad y las interacciones cara a cara, para pasar en la gran mayoría de los casos a la mediación a través de pantallas. Puntualmente se apunta a una auto-evaluación de la experiencia docente, el vínculo con las familias, los contenidos y modos de comunicación y expectativas para el 2021.

Además de los datos de nuestra encuesta digital y de los materiales recabados con anterioridad para los citados informes, complementamos el análisis con los resultados preliminares de una encuesta que realizó el Ministerio de Educación de la Nación (2020), evaluando la primera mitad del año escolar (hasta julio) en el proceso que implicó el pase a la virtualidad de la educación a nivel nacional. Si bien esta encuesta aporta datos generales que no permiten discernir entre la población indígena y no indígena, entre otros varios aspectos, es un insumo interesante porque hace posible poner en contexto los resultados más puntuales de nuestro relevamiento.

La "Encuesta sobre educación intercultural 2020" fue diseñada a partir de los elementos que consideramos más importantes en el marco de las indagaciones presenciales y especialmente de los intercambios por whatsapp y teléfono de la primera parte de 2020. Las respuestas fueron anónimas y enviamos los resultados estadísticos a quienes participaron de la muestra y como deseaban continuar en comunicación con nosotras nos ofrecieron sus datos de contacto. En todo momento el objetivo fue identificar singularidades de la situación educativa de la EIB, con la idea de fortalecer las propuestas que lograron mejores resultados para las y los docentes y también advertir debilidades que puedan interpelar a los diseñadores y efectores de políticas públicas educativas en vistas al inicio del ciclo lectivo 2021. Desde nuestra perspectiva, un diagnóstico de situación es un aporte valioso a la hora de proyectar la continuidad de los ciclos.

La encuesta se respondió en un formulario de Google y el link para ello circuló a través de whatsapp. Las respuestas fueron en total 35: 18 por Misiones y 17 por Chaco. Respondieron docentes que se identifican como indígenas y otros/as que no se identifican como indígenas. Las preguntas estaban diseñadas de manera tal que pudieran ser respondidas en un lapso de 10 minutos y con agilidad desde un teléfono celular, ya que sabíamos que en muchos casos los/as docentes no dispondrían ni de mucho tiempo ni de computadoras/dispositivos en las que desplegar y llenar el formulario, por lo que contemplar ambas variables era central para facilitar la tarea. Algunas de las preguntas tuvieron un formato más abierto, no obstante, suponemos que al ser respondidas a través de un celular las respuestas fueron más bien breves.

Un primer bloque de preguntas indagaba acerca de la persona consultada y ciertas características generales del contexto en el que se desempeña como docente, y una segunda parte sobre los temas específicos que queríamos conocer. Esto nos permitió rastrear que las 35 encuestas se distribuyeron en 19 localidades, siendo aquellas en donde desarrollamos centralmente nuestra investigación etnográfica, Puerto Iguazú (Misiones) y Presidencia Roque Sáenz Peña (Chaco), las más representadas, y, a su vez, las localidades que reúnen a la mayor cantidad de población indígena en cada una de las provincias que abordamos.

En coincidencia con las características que tiene la EIB a nivel nacional, el 76% de las respues-

tas fueron provenientes de docentes del nivel primario, el más representado en la matrícula general de la modalidad. Todas las respuestas recibidas son de maestras y maestros que se desempeñan en escuelas a las que asisten niños y niñas indígenas, aunque casi un 10% de las mismas no están amparadas por el marco de la EIB, es decir, no cuentan con personal indígena incluido en las aulas.

Un 30% de las personas que respondieron no se considera indígena, mientras que el 70% restante se distribuyó entre población toba/qom (para el caso de Chaco) y mbyá guaraní (para el caso de Misiones). De quienes respondieron afirmativamente, un 40% no era hablante de lenguas indígenas mientras que un 26% era hablante del toba/qom y un 25% del guaraní.

La mitad de los/as docentes tenía poca antigüedad en su cargo (30% menos de 5 años y un 20% entre 5 y 10), el porcentaje menor se corresponde con docentes que tienen entre 10 y 15 años de antigüedad (35%), mientras que sólo un 15% de quienes respondieron tenía antigüedad de 20 años en su tarea. Durante 2020, el 80% de los/as docentes que se desempeñan en escuelas a las que asisten niños/as indígenas formó parte de alguna actividad de capacitación virtual, lo que evidencia el compromiso con su tarea, aunque para no sobrecargar el formulario no pudimos relevar qué capacitaciones puntuales habían realizado.

Esta muestra, que incluye a docentes indígenas y no indígenas en porcentajes simétricos para ambas provincias, hombres y mujeres, de todos los niveles educativos y con diversas trayectorias, es suficientemente compleja como para dar cuenta de distintos aspectos de contenido escolar y, a su vez, de las características extendidas de quienes se desempeñan en aulas con matrícula indígena.

Síntesis de nuestro relevamiento

La "Encuesta sobre educación intercultural 2020" constaba de trece preguntas referidas al ejercicio de la docencia en ese período. Las dos primeras buscaban relevar de modo global las valoraciones de la práctica educativa. Se consultó acerca de cómo evaluarían su experiencia docente en modalidad virtual, para lo que ofrecieron cuatro opciones (mala, regular, buena y muy buena) y luego se solicitaba que fundamentaran la elección con sus propias palabras, lo cual nos permitió aproximarnos a algunas de sus impresiones generales. Las opciones más elegidas indican que la experiencia les resultó buena a un 40% (14 respuestas) y regular a otro 40% (14 respuestas), y fue menor el porcentaje que consideró que fue una mala experiencia (4 respuestas: 11,4%) o, en cambio, una muy buena (3 respuestas: 8,6%). Lo interesante es que en los tres primeros casos (opciones buena, regular o mala), las justificaciones resaltan en una amplísima mayoría los problemas de falta de conectividad a internet o de dispositivos tecnológicos. Así, todos/as los/as que contestaron que la experiencia fue mala o regular (17 de 18, porque una respuesta de la opción regular que no está justificada) comentaron la falta de recursos y de conectividad. Pero también lo hicieron 9 de las 14 personas que respondieron que fue una buena experiencia, y al explayarse sólo señalaron la misma dificultad y/o carencia -por lo que podría entenderse que la respuesta es "fue una buena experiencia y no una muy buena porque...". Cabe resaltar que una de ellas consignó que fue él o ella mismo/a quien tuvo inconvenientes para adaptarse a la tecnología. De los 5 restantes, 1 no

justificó su elección.

En términos de la distribución geográfica de las respuestas, encontramos mayor variabilidad en Misiones que en Chaco, ya que en este último de las 17 respuestas, 8 consignaron que fue una buena experiencia y 9 una regular, mientras que en Misiones, de las 18 respuestas, 4 dan cuenta de una mala experiencia, 5 de una regular, 6 de una buena y 3 de una muy buena. Estas últimas aluden a la posibilidad que se tuvo de mantener un vínculo con los niños y niñas y sus familias, y entre los/as propios/as docentes:

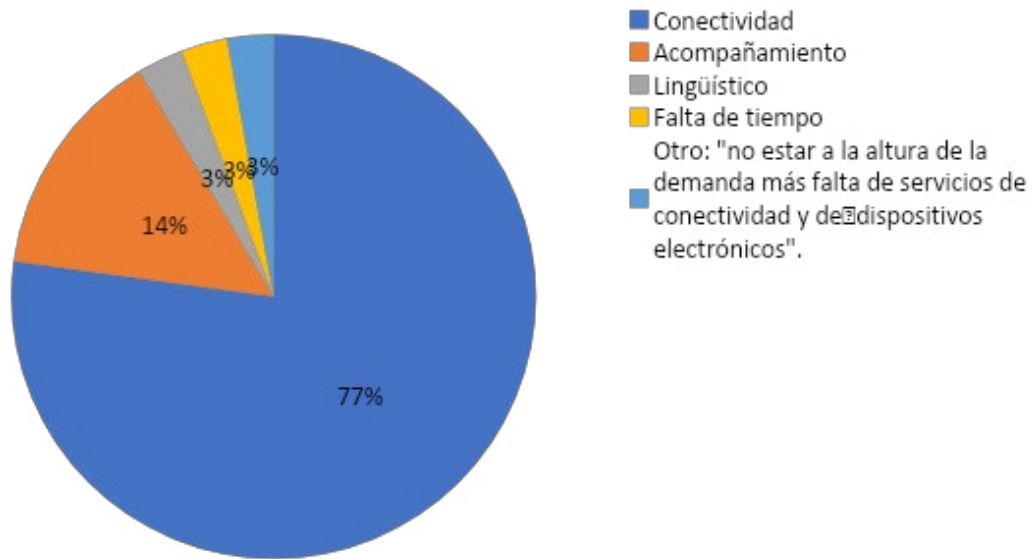
Un año donde la presencia en la institución escolar fue cotidiana, donde los alumnos estuvieron presentes, las familias participativas sin cortar el vínculo educativos con las medidas protocolares aplicadas responsablemente.

Nos vinculamos de manera constante con los docentes... a través de la virtualidad recibí cada semana las actividades para los alumnos... las cuales fueron impresas y distribuidas a los niños. (Fragmentos independientes de diversos formularios)

Resulta interesante que estas respuestas pertenecen a docentes con más de veinte años de ejercicio, probablemente en la misma escuela, lo cual implica un gran conocimiento de la comunidad educativa previo a la suspensión de la presencialidad en las aulas.

Los siguientes dos puntos indagaban acerca de los desafíos y problemas que encontraron en la enseñanza virtual durante la pandemia. La pregunta 3 era de respuesta libre y convocaba a explayarse sobre las propias impresiones: "¿Cuál te parece a vos que fue el principal desafío de la enseñanza virtual?"; la 4, en cambio, contaba con opciones: "¿Cuál te parece a vos que fue el principal problema de la enseñanza virtual? Vinculación/ Conectividad/ Lingüístico/Acompañamiento/ Otro: ¿cuál?". Aquí, nuevamente, la problemática de la tecnología (acceso a equipos, conectividad, conocimiento del lenguaje de las TIC, etc.) fue central en las respuestas de las personas encuestadas. Respecto de la pregunta referida a los problemas de la enseñanza virtual, la respuesta fue categórica: el 80% se refirió a los problemas de la conectividad. Si desglosamos ese valor, se evidencia que un 77% (27 elecciones) optaron por "conectividad", más un 3% (1 encuesta) que eligió "otros" y especificó que no estaban a la altura de la demanda y que faltaron servicios de conectividad y dispositivos electrónicos (ver gráfico N° 1).

Gráfico 1: Dificultades de la enseñanza virtual
¿Cuál te parece a vos que fue el principal problema de la enseñanza virtual?



Fuente: Elaboración propia.

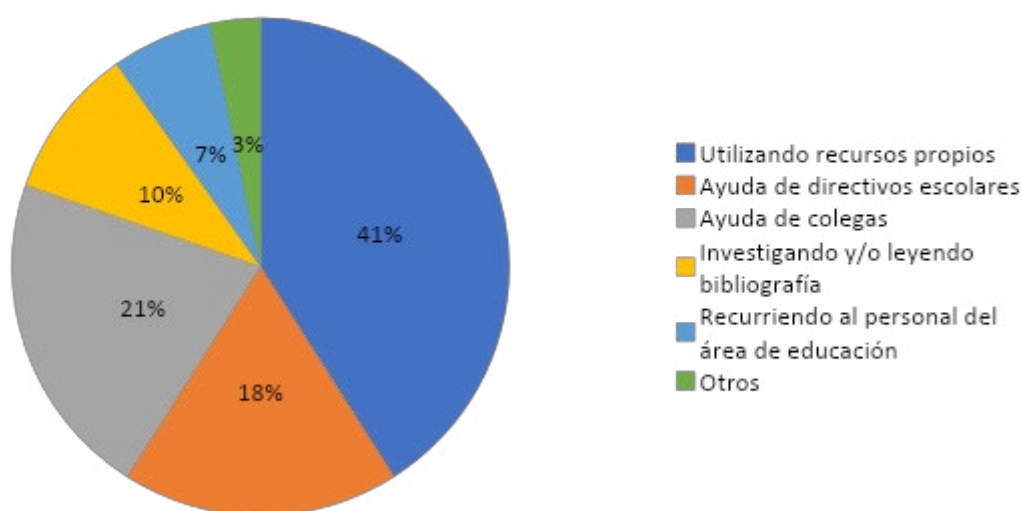
Respecto de los desafíos, 22 de las 35 respuestas (62,8%) señalaron alguna cuestión referida a la misma problemática, sea la falta de acceso de los/las estudiantes o los/as maestros/as a la conectividad o al equipamiento, el miedo al uso de las TIC por parte del plantel docente, etc. Como en este caso los/as encuestados/as podrían expresarse, hallamos matices interesantes respecto de lo tecnológico, puesto que algunos/as encuentran allí que si se salvara la dificultad de acceso, su uso podría ofrecer posibilidades enriquecedoras que los/as mueven a seguir capacitándose: "Si los alumnos contaran con algún elemento tecnológico sería un desafío muy interesante el poder mostrarles y enseñarles todo lo que hay al alcance para facilitarnos el estudio y muchas otras cosas" o "Primero contar con los dispositivos adecuados, y luego manejarlos, pero la verdad que nos dio una buena lección, por eso es importante seguir capacitandonos".

Estos datos construidos con nuestro relevamiento tienen muchos aspectos coincidentes con los registrados anteriormente por nosotras en el informe para la Red de Derechos Humanos, de CONICET, sobre la situación socioeducativa en Misiones y Chaco (ALIATA et al., 2020). Aquí, los datos analizados expresan importantes desigualdades entre las escuelas de gestión estatal y de gestión privada, y entre las urbanas y rurales, sobre todo en lo que refiere al acceso a Internet. Esto también fue relevado por el informe del Ministerio de Educación de la Nación (2020) sobre la implementación de la propuesta de continuidad pedagógica por parte de las escuelas. En dicho informe se plantea que esa continuidad se ha visto afectada por toda una serie de dificultades, tal como señalan los equipos directivos encuestados. Los datos analizados reflejan que el 95% de los equipos directivos indican que la falta y los problemas de conectividad a Internet, así como las dificultades asociadas a

la disponibilidad de recursos electrónicos, estarían afectando su trabajo y el de los/las docentes de las escuelas en general. Esta situación, sin duda, adquiere relevancia en tanto la conectividad y los equipamientos tecnológicos se tornan indispensables para lograr la implementación efectiva de las propuestas de enseñanza en entornos virtuales.

En tanto buscamos relevar las dificultades halladas, nos resultaba significativo consultar también acerca de los modos en que les hicieron frente. La pregunta presentaba cinco opciones (Ayuda de colegas, Recurriendo al personal del área de educación, Utilizando recursos propios, Investigando y/o leyendo bibliografía, y Ayuda de directivos escolares), sumado a la posibilidad de seleccionar más de una opción y de ingresar "otra". De las 61 elecciones, la utilización de recursos propios representa el 41% (fue elegido 25 veces). La opción "Ayuda de colegas" fue elegida 13 veces (21.3%), la de "Ayuda de directivos escolares", 11 veces (18%), la de "Investigando y/o leyendo bibliografía", 6 veces (9.8%), y la de "Recurriendo al personal del área de educación", 4 veces (6.6%). Solo dos personas incluyeron otras dos opciones: "Llevando las actividades a los padres... junto con ADI [Auxiliar Docente Indígena]" y "Participación de padres y hermanos" (ver Gráfico 2). Para quienes no encontraron una estrategia comunicativa, sin dudas la relación con las familias estuvo completamente anulada. Pero quienes lograron comunicación, se respaldaron en las familias y comunidades como soporte complementario de la continuidad pedagógica. De hecho, el vínculo con las familias fue otro aspecto relevado con nuestro cuestionario. Del total, un 42.9% encontró que la relación fue regular, un 28.6% buena, un 22.9% muy buena y solo un 5.7 mala.

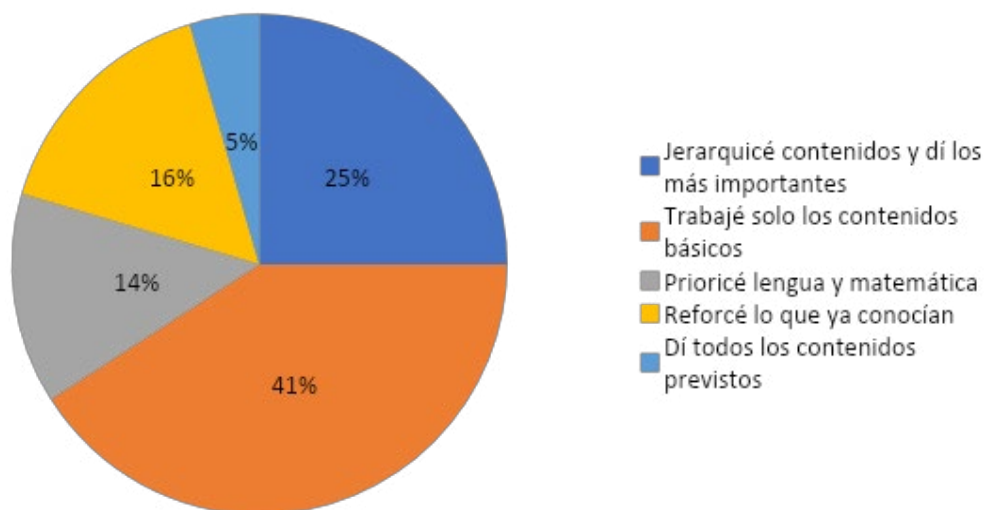
Gráfico 2: Resolución de dificultades profesionales (Elaboración propia)
¿De qué formas resolviste las dificultades profesionales que encontraste?



Fuente: Elaboración propia.

En cuanto a las respuestas referidas a qué contenidos se pudieron abordar en este año, se sugirieron una serie de opciones, pudiéndose elegir más de una de ellas, a los fines de estandarizar las respuestas. La opción seleccionada por la mayoría (40.9%: 18 veces elegida sobre un total de 44 elecciones) fue la que sostiene "Trabajé solo los contenidos básicos". Luego, la opción "Jerarquicé contenidos y dí los más importantes" (25%), "Reforcé lo que ya conocían" (15.9%) y "Prioricé lengua y matemática" (13.6%). La opción "Dicté los contenidos que tenía previsto" fue elegida solo dos veces (4.5%) (ver Gráfico 3). Así, se pone en evidencia algo que sucedió a nivel generalizado: en el contexto de pandemia se han seleccionado y priorizado los contenidos ya que ni las condiciones de conectividad ni los dispositivos accesibles permitieron una total transformación de la currícula del modo presencial al virtual.

Gráfico 3: Contenidos dictados (Elaboración propia)
¿Pudiste abordar todos los contenidos que estaba previsto que dieras este año?



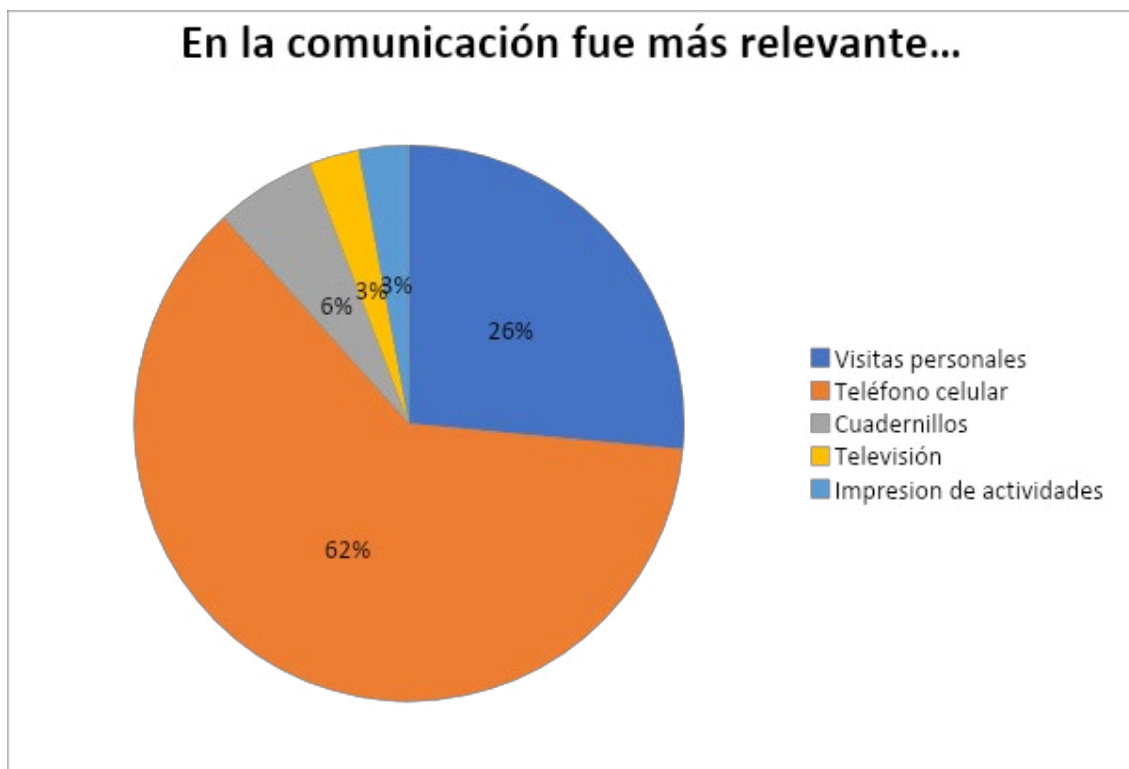
Fuente: Elaboración propia.

En relación con los materiales utilizados para el dictado de las clases, la gran mayoría apeló a materiales propios elaborados por los/as mismos/as docentes (53.3%) y en segunda instancia las producciones escritas, audiovisuales y de radio del Programa Seguimos Educando (25%) y luego quienes utilizaron materiales elaborados por el Estado provincial (18.3%) -la opción de materiales provistos por los organismos de las provincias fue elegida solo 2 veces (3.3%)-. Este tipo de respuestas pone en evidencia que los/as maestros/as en un contexto extraordinario como es el de la pandemia, han tenido que dedicar nuevos esfuerzos a elaborar materiales virtuales más allá de las rutinarias actividades docentes. Vale aclarar que el Estado nacional desarrolló materiales generales,

pero éstos no recuperan la variable intercultural, tanto en papel como en formato audiovisual (a través de canales de televisión y radios del Estado). Al respecto, y a diferencia de Misiones, la provincia de Chaco desarrolló tanto un sitio web específico, como unos cuadernillos interculturales para llegar a los hogares indígenas. Así, a partir de 'ELE', Plataforma Educativa Chaqueña se generaron contenidos específicos para la EIB en los diferentes niveles y para las tres lenguas indígenas de la provincia.

Algo que recabamos en nuestro formulario y que también ha sido documentado por el Ministerio de Educación de Nación refiere a que para la comunicación entre la institución escolar y las familias, el dispositivo más importante fue el teléfono celular (62%) seguido por las visitas personales (26%). Las demás opciones (la computadora y la televisión) fueron seleccionadas una sola vez cada una. Por último, los/as docentes incorporaron la opción de entrega de cuadernillos e impresión de actividades en la opción "otra" (ver Gráfico 4). Esto muestra que además del recurso al celular como dispositivo privilegiado durante la pandemia, se ha apelado, sobre todo en los contextos rurales, a las visitas de los/las maestros/as a las casas de las familias ya que la conectividad y la señal de internet no fue suficiente.

Gráfico 4: Medios de comunicación entre docentes y alumnos/as (Elaboración propia)



Fuente: Elaboración propia.

Nuestro relevamiento tiene dos aspectos interesantes para dialogar con lo que aconteció a nivel nacional. Los datos generales muestran que a la hora de comunicarse con las y los estudiantes, las escuelas recurren a una amplia variedad de medios: llamadas y mensajes por teléfono celular

y fijo, uso del correo electrónico, plataformas educativas y de reuniones virtuales, redes sociales, radios comunitarias, entre otros. También, se pusieron en juego en las propuestas de continuidad pedagógica otros materiales de la serie Seguimos Educando, tal el caso de los programas de TV o radio. Más allá de esta variedad de estrategias disponibles, según los datos del Ministerio de Educación de la Nación, los medios de comunicación más utilizados en los tres niveles de enseñanza (inicial, primaria y secundaria) son: en primer lugar, los mensajes de texto por teléfono celular a través de SMS, whatsapp, etc. (91% en el nivel inicial y 90% en el primario y secundario); en segundo lugar, las llamadas por teléfono celular (67% en el nivel inicial, 69% en el primario y un 70% en el secundario); y en tercer lugar, se registra el uso del correo electrónico al igual que plataformas de reuniones virtuales (Ministerio de Educación de la Nación, 2020). Así tenemos un punto en común entre los datos de nuestra encuesta y estos otros: el teléfono celular fue el gran mediador en la comunicación de las familias con la escuela. Justamente eso es porque el tema de la conectividad es una deuda pendiente en Argentina, y más aún en las provincias donde habita la población indígena.

En nuestros casos, en las capitales de las provincias de Misiones y Chaco poco más de la mitad de la población accede a tecnologías de la información (INDEC, 2020) y si bien las cifras no están desagregadas para localidades de menor cantidad de población, por nuestro conocimiento del territorio, es dable pensar que descienden muy drásticamente, por el costo que implica la llegada de fibra óptica para las empresas privadas. Además, el acceso a conectividad vía datos no es un bien público en Argentina sino un negocio privado. Casi no existen zonas con wi-fi libre; sino que la señal se obtiene a través de los abonos telefónicos o del consumo en lugares en donde ofrecen señal inalámbrica. La política pública del Estado no incluyó la liberación de datos móviles para beneficiar el acceso, tan solo recientemente lo ha designado como "servicio esencial", es decir del que nadie puede ser privado aunque no pagarlo implique la acumulación de una deuda. Por todo esto, el celular ha sido el medio privilegiado porque es un bien que poseen la mayoría de las familias, aunque eso no asegura una buena conectividad para todos/as. Y, por último, es fundamental recordar que los teléfonos móviles no son equipos pensados y diseñados para la realización de tareas escolares en formato virtual, para las cuales se necesita tener aplicaciones para leer o escribir archivos. Justamente, en los contextos de enorme vulnerabilidad (necesidades básicas insatisfechas, carencias de infraestructura y escasa conectividad) en donde trabajamos, los teléfonos suelen ser utilizados en la vida cotidiana como herramientas de comunicación y no de otro modo.

Pero nuestra encuesta muestra un dato bien disruptivo: como vimos, mientras en primer lugar se encuentra el uso de teléfono celular, en segundo lugar se mencionan las visitas personales a las casas de los/as estudiantes. Esta opción no ha sido incluida en la evaluación del Ministerio de Educación, claramente porque implica una transgresión a la normativa de ASPO, que solicitaba evitar los contactos interpersonales. No obstante, en los contextos de las comunidades y asentamientos indígenas ese resultó el modo de asegurar cierta continuidad pedagógica. El aislamiento más que en unidades domésticas tuvo un carácter colectivo-comunitario ya que las prácticas de sociabilidad cotidianas son más de actividades compartidas que exclusivas de la familia nuclear.

Frente a la pregunta abierta "Contanos la actividad que más te gustó de las que desarrollaste en este año", las respuestas fueron muy diversas y señalan centralmente aspectos como los referi-

dos al área de lengua y literatura, a las clases virtuales por videollamadas, el trabajo sobre los contenidos referidos a los protocolos de cuidado y prevención del COVID-19 y la asistencia alimentaria a las comunidades. A continuación transcribimos algunas de las respuestas más representativas que se registraron:

Realizamos las actividades relacionadas a las fábulas, los niños vieron videos de youtube y luego escribieron excelentes fábulas.

A través de videollamada en donde se trabajó 'la comunicación'.

Sinceramente, fue la actividad en la que debían abordar además de contenidos transversales, el tema a trabajar sobre COVID-19 los cuidados y realizaron una actividad en un video sobre lo trabajado.

Buscar palabras desconocidas relacionada a la Etno-matemática en qom la'aqtaq (lengua toba/qom) y registrar por escrito, audio o videos. Es una actividad que me ayuda evaluar la escritura y la pronunciación.

En el área de lengua, lectoescritura, donde ellos debían dibujar lo que comprendieron del texto y luego grabarse comentando las imágenes interpretada por lo leído. (Fragmentos textuales e independientes de diversos formularios)

Por último, el cuestionario finaliza con dos preguntas referidas al año escolar 2021. Por un lado, acerca de las expectativas para el siguiente ciclo lectivo; y por otro, sobre qué creen que sucederá con sus estudiantes ese año. Respecto de la primera pregunta, que era de respuesta abierta, las respuestas de la mayoría de los/as encuestados/as pueden dividirse en dos grupos, uno mayoritario que espera poder volver a la presencialidad en las clases y el contacto cara a cara con los/as alumnos/as; y otro grupo que pone énfasis en las mejoras en las condiciones de trabajo docente, sobre todo en cuanto a la capacitación y adquisición de herramientas tecnológicas.

La otra pregunta, referida específicamente a los/as estudiantes fue elaborada con opciones de múltiple elección. La opción "Volverán con dificultades" fue indicada 22 veces (44.9%), seguido por la opción "Volverán con muchas ganas" que fue elegida 14 veces (28.6%), "Algunos no volverán" fue elegida 7 veces (14.3%) y "Volverán fortalecidos en sus conocimientos" elegida 5 veces (10.2%) y un/a docente incorpora otra opción (2%). Estas respuestas señalan muchas de las dudas que quienes trabajamos en el campo de la EIB tenemos respecto de las secuelas de la pandemia, ya que la vulnerabilidad de muchas familias indígenas se vio agravada por la pandemia, por pérdidas humanas y materiales. Por lo tanto, como sostuvimos en los informes previos (ALIATA et al., 2020; AAVV, 2020) una de las consecuencias menos deseadas de la pandemia es el abandono de los/as niños/as y jóvenes indígenas de la escolaridad, sabiendo lo complicada que puede ser luego la reinserción.

Conclusiones

El contexto de ASPO nos obligó a desarrollar estrategias de indagación a distancia, que suponen las limitaciones similares a las que hemos detallado para el proceso educativo a distancia: no permiten acceder a quienes no tienen conectividad, obligan a comunicarse a través de tecnologías menos frecuentes en nuestras experiencias de investigación y por ello a establecer nuevos canales de diálogo. Tal como los/as docentes de la muestra que obtuvimos para este texto, intentamos mantener las relaciones que construimos a lo largo de años de trabajo de campo etnográfico y de ese modo habilitar la comunicación en un contexto muy desfavorable.

Sin duda como parte de un proceso de crisis social de gran impacto, las desigualdades sociales se hicieron más visibles aún. Para el caso de las asimetrías propias del sistema educativo, esperamos que las voces de niños, niñas, docentes y familias contenidas en este escrito sean un insumo de reflexión para quienes diseñan políticas públicas en vista de un nuevo ciclo lectivo que también comenzará con sobresaltos.

El propio Ministerio de Educación de la Nación reconoce en su informe que las desigualdades en el acceso a la conectividad y la disponibilidad de dispositivos digitales, las diferencias en las condiciones del hábitat y en las posibilidades de las familias de acompañar la educación en los hogares, así como las desiguales condiciones de trabajo de escuelas y docentes, impactan en la profundización de las brechas de desigualdad social y educativa ya existentes en la Argentina. Los resultados que dejan las distintas indagaciones sobre el proceso de continuidad pedagógica reflejan las heterogeneidades del sistema educativo argentino, sumado a que la situación de pobreza que afectaba ya al 50% de los niños, niñas y adolescentes en la edad de la educación obligatoria, irá en aumento con el devenir de la pandemia.

Las maestras y maestros de las escuelas de EIB recurrieron una vez más a la creatividad a la hora de implementar la continuidad pedagógica durante el ASPO, porque su tarea cotidiana siempre ha conllevado la necesidad de ajustar los mandatos hegemónicos del sistema educativo. En intercambios como los mencionados, así como en aquellos que se valieron de canales de comunicación como radios locales, las voces indígenas pudieron ser protagonistas, como lo son en las aulas. En los materiales generales, las lenguas indígenas estuvieron relegadas o ausentes, lo que genera gran impacto en las experiencias y en la vitalidad de las lenguas. Así, en muchos casos, las respuestas implicaron la transformación de las propuestas elementales realizadas por el Ministerio de Educación Nacional o la elaboración de materiales diseñados ad-hoc, y la reactualización de los vínculos con sus estudiantes a través de visitas o de programas radiales especialmente ofrecidos en emisoras locales, etc. En muchos de los casos, se acompañaron estos recursos con explicaciones en las lenguas indígenas. Los/as docentes que pudieron desarrollar esas acciones son quienes evalúan de un modo más positivo su desempeño en 2020. Han recibido comentarios de los/as estudiantes y de ese modo se pudieron ajustar las propuestas para incrementar su recepción. De modo que en el transcurso también lograron evaluar el proceso educativo, que no es solamente el desempeño escolar de las/as estudiantes, sino de un proceso más general en el que están involucrados/as niños/as, jóvenes, familias y docentes.

En algunas instituciones el sostenimiento de los aportes alimentarios fue el modo de vinculación con las familias y a partir de esas actividades se desarrollaron también los intercambios de materiales escolares. Hubo experiencias en que los alimentos se entregaban de forma quincenal, otras de forma semanal e incluso algunas en que se sostuvo el comedor escolar diario con distribución de viandas. Por otro lado, hubo docentes que desarrollaron dinámicas de visitas a los hogares de sus estudiantes con el objetivo de sostener la vinculación y con recursos propios u otros obtenidos mediante iniciativas autogestivas. En esas experiencias la continuidad pedagógica se ancló fuertemente en la relación con las familias, más allá de las limitaciones tecnológicas.

Un aspecto de especial preocupación en este contexto refiere a las dificultades de retención de los/as estudiantes. En nuestros campos, esto fue expresado como temor al abandono de la escolaridad. En consonancia, el informe del Ministerio de Educación Nacional sobre el impacto de la pandemia en la escolarización deja planteadas dudas frente a la participación de las/os estudiantes en el retorno a las aulas a nivel país. Es decir, si los datos a nivel nacional son alarmantes, más nos preocupan al momento de proyectarlos en los contextos indígenas donde estas cuestiones quedan más expuestas por las condiciones de desigualdad y poco acceso a la tecnología por parte de las familias indígenas.

También se evidenció la necesidad de que la/os docentes puedan desarrollar habilidades propias en lengua indígena y en el mismo sentido la relevancia del rol de agentes interculturales que por su proximidad han sido centrales en el proceso, muchas veces por vivir en las propias comunidades, otras porque podían enviar sin dificultad mensajes en lengua indígena que facilitarían las tareas de quienes realizaban los acompañamientos de los/as niños/as.

Es innegable que el sistema educativo, caracterizado por su rigidez y estabilidad, se vio obligado a desarrollar una estrategia de urgencia que lo obligaba a soslayar su aspecto más central que es la tarea cotidiana, simultánea y cara a cara en las aulas. Pero en esa respuesta, docentes y familias de las escuelas interculturales encontraron obstáculos particulares que reflejan desigualdades que no son nuevas, sino parte de las miradas hegemónicas del sistema escolar en su totalidad. En este sentido, como caracterización del año escolar, los/as docentes en respuesta a la posibilidad de incluir algún comentario más en nuestra encuesta, utilizaron de modo recurrente la idea de dificultad en el desarrollo de la tarea y destacaron el esfuerzo que les permitió llevarla a cabo de todas maneras: "fue un año difícil", "un año atípico", "mucho esfuerzo", "fue difícil para cada alumno, fue un desafío junto a sus familiares y docente que nunca bajaron los brazos", "Un año con muchas dificultades para nuestros alumnos y compañeros de trabajo". Todo esto nos obliga a detenernos y reflexionar sobre el sistema educativo que deseamos para nuestros/as niños/as y jóvenes, que tiene como horizonte la inclusión con igualdad que reconozca las diversidades y construya una escuela más justa. No es sostenible pensar caminos únicos e inmodificables en la educación, pero sí puentes que permitan el acceso de niños/as, jóvenes, familias y comunidades indígenas a las instituciones sin por ello resignar sus identificaciones, puentes bidireccionales que establezcan la comunicación y enriquezcan al sistema educativo para todas las personas.

Citas

AAVV. **Informe ampliado:** efectos socioeconómicos y culturales de la pandemia COVID-19 y del aislamiento social, preventivo y obligatorio en los Pueblos Indígenas en Argentina -Segunda etapa, junio 2020. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras; Universidad de Buenos Aires, 2020. Disponible en: <http://publicaciones.filo.uba.ar/pueblos-ind%C3%ADgenas-y-covid-19-en-argentina> Acceso el: 14 ene. 2021.

ALIATA, Soledad; BROSKY, Jacqueline; CANTORE, Alfonsina; ENRIZ, Noelia; GARCÍA PALACIOS, Mariana; GOLÉ, Carla; HECHT, Ana Carolina; MEDINA, Mónica; PADAWER, Ana; RODRIGUEZ CELÍN, María Lucila. **Informe técnico "La Educación Intercultural Bilingüe en Chaco y Misiones frente a la pandemia del COVID-19"** (primera quincena de mayo de 2020). Buenos Aires: Red de Investigaciones en Derechos Humanos, Orientada a la Solución de Problemas (RIOSP - CONICET), 2020. Disponible en: <https://www.conicet.gov.ar/wp-content/uploads/Informe-EIB-en-contexto-COVID-19.pdf>. Acceso el: 14 ene. 2021.

BORTON, Aristóbulo; ENRIZ, Noelia; GARCÍA PALACIOS, Mariana; HECHT, Ana Carolina. Capítulo 8. Una aproximación a las representaciones escolares sobre el niño indígena como sujeto de aprendizaje. In: Hirsch, S.; SERRUDO, A. (comps.). **La Educación Intercultural Bilingüe en Argentina.** Identidades, lenguas y protagonistas. Buenos Aires: Novedades Educativas, 2010. p. 197- 222.

HECHT, Ana Carolina. Educación intercultural bilingüe: de las políticas homogeneizadoras a las políticas focalizadas en la educación indígena argentina. **Revista Interamericana de Educación de Adultos**, v. 29, n. 1, p. 65-85, 2007.

HECHT, Ana Carolina; GARCÍA PALACIOS, Mariana; ENRIZ, Noelia; DIEZ, María Laura. Interculturalidad y educación en Argentina: reflexiones a propósito de un concepto polisémico. In: NOVARO, G.; PADAWER, A.; HECHT, A. C. (comp.). **Educación, pueblos indígenas y migrantes.** Avances desde México, Brasil, Bolivia, Argentina y España. Buenos Aires: Biblos, 2015. p. 43-64.

HECHT, Ana Carolina; ENRIZ, Noelia; GARCÍA PALACIOS, Mariana. Reflexiones acerca del impacto de la pandemia de COVID-19 en la educación de los pueblos indígenas de Argentina (NEA). **Desidades, Revista Electrónica de Divulgación Científica de Infancia y Juventud**, Rio de Janeiro, n. 28, año 8, p. 40-51, out./dez. 2020. Disponible en: <http://desidades.ufrj.br/es/featured-topic/reflexiones-acerca-del-impacto-de-la-pandemia-de-covid-19-en-la-educacion-de-los-pueblos-indigenas-de-argentina-nea/> Acceso el: 14 ene. 2021.

HINE, Christine. **La Etnografía Virtual.** Barcelona: Editorial UOC, 2004.

JOCILES RUBIO, María Isabel. La observación participante en el estudio etnográfico de las prácticas sociales. **Revista Colombiana de Antropología**, v. 54, n. 1, p. 121-150, 2018.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN DE LA NACIÓN. **Evaluación Nacional del Proceso de Continuidad Pedagógica - Informe Preliminar Encuesta a Equipos Directivos, Docentes y Familia.** 2020. Disponible en: <https://www.argentina.gob.ar/> Acceso el: 14 ene. 2021.

PINK, Sarah; ARDÈVOL, Elisenda; LANZENI, Débora (eds.). **Digital materialities: Design and anthropology.** London: Bloomsbury Publishing, 2016.

TARUSELLI, María Eugenia; AVELEYRA, Rocío; HADDAD, Rosario. Argentina y COVID-19: Breve estado de la situación. **Boletín Educar en la diversidad**, n. dedicado a la educación intercultural frente a la pandemia (II), jul. 2020.

EXPERIENCIAS EDUCATIVAS DE MAESTROS Y MAESTRAS BILINGÜES GUARANÍ, CHANÉ Y TAPIETE DE SALTA EN EL NOROESTE ARGENTINO EN CONTEXTO DE PANDEMIA

EXPERIÊNCIAS DOS PROFESSORES BILÍNGUES GUARANI, CHANÉ E TAPIETE DE SALTA NO NOROESTE DA ARGENTINA NO CONTEXTO DA PANDEMIA

EXPERIENCES OF THE GUARANÍ, CHANÉS AND TAPIETE'S BILINGUAL AUXILIARY TEACHERS OF SALTA IN NORTHWESTERN ARGENTINA IN THE CONTEXT OF A PANDEMIC

Ana Victoria Casimiro Córdoba¹

 <https://orcid.org/0000-0001-7335-3382>

María Eugenia Flores²

 <https://orcid.org/0000-0003-3419-4731>

María Macarena Ossola³

 <https://orcid.org/0000-0001-7222-7464>

Recibido em: 09 de dezembro de 2020.
Aprovado em: 18 de fevereiro de 2021.

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12286>

1 Licenciada en Antropología (UNSa), Diplomada en Pensamiento Latinoamericano y Caribeño (CLACSO), Especialista en Cultura Guaraní Jesuítica (UNAM), Doctoranda en Antropología (UBA). Docente del IES N°6053 “Abuelas de Plaza de Mayo” y Técnica Antropóloga de la Coordinación de Educación Intercultural Bilingüe del Ministerio de Educación, Cultura, Ciencia y Tecnología de la provincia de Salta (MECCyT). Coordinadora del Grupo de Estudios Etnográficos de las Yungas y el Chaco (GEEYCH) del Instituto de Investigaciones de Ciencias Sociales y Humanidades (ICSOH-CONICET-UNSa) y miembro del Grupo de Estudios Guaraníes (GEG) del Instituto de Estudios Sociales y Humanos (IESYH-CONICET-UNAM). Sus áreas de interés son: investigaciones sobre el pueblo guaraní desde perspectivas sociolingüística, etnohistórica y etnográfica. E-mail: anita.desafio@gmail.com

2 Profesora en la Facultad de Humanidades, Universidad Nacional de Salta (UNSa). Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). E-mail: pankraleon@gmail.com

3 Licenciada en Antropología (Universidad Nacional de Salta) y Doctora en Ciencias Antropológicas con mención Sociocultural (Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires). Investigadora Adjunta del CONICET en el Instituto de Investigaciones en Ciencias Sociales y Humanidades (ICSOH-UNSa). Dirige el proyecto PICT “Diversidad Lingüística, Literacidad y Educación. Estudio de los procesos de adquisición y uso de las lenguas wichí y español entre jóvenes bilingües en la provincia de Salta”. Es Coordinadora del Grupo de Estudios Etnográficos en las Yungas y el Chaco (GEEYCH). Sus líneas de trabajo y publicación se centran en las juventudes indígenas y las problemáticas educativas en contextos de diversidad cultural y lingüística. E-mail: macosola@gmail.com

RESUMEN: El artículo reflexiona acerca de las situaciones atravesadas por los y las docentes bilingües guaraní, chané y tapiete de la provincia de Salta (Argentina) en el marco de la pandemia por COVID-19. En primer lugar, realizamos una contextualización de la situación general de la Educación Intercultural Bilingüe en la provincia de Salta, luego analizamos los efectos de la pandemia sobre las prácticas de los y las docentes bilingües a partir de una encuesta y de algunas experiencias educativas desarrolladas en contexto virtual.

Palabras claves: Educación; Interculturalidad; Pueblos Indígenas; COVID-19.

ABSTRACT: The article reflects on the situations experienced by the Guaraní, Chané and Tapiete Bilingual Auxiliary Teachers of the province of Salta (Argentina) in the framework of the COVID-19 pandemic. First, we contextualize the general situation of Intercultural Bilingual Education in the province of Salta, and then we analyze the effects of the pandemic on the practices of bilingual teachers in a virtual context.

Keywords: Education; Interculturality; Indigenous People; COVID-19.

RESUMO: O artigo reflete sobre as situações vividas pelos Professores Bilíngues guaraní, chané e tapiete da província de Salta (Argentina) no marco da pandemia pelo COVID-19. Em primeiro lugar, fazemos uma contextualização da situação geral da Educação Intercultural Bilíngue na província de Salta, depois analisamos os efeitos da pandemia nas práticas dos professores bilíngues a partir de uma enquete e algumas experiências educacionais desenvolvidas em contexto virtual.

Palavras-chave: Educação; Interculturalidade; Povos Indígenas; COVID-19.

La pandemia por COVID-19 alteró profundamente las relaciones entre las sociedades y las formas de producir y hacer circular los conocimientos. Para Souza Santos (2020) la cuarentena y el confinamiento profundizaron el genocidio de las poblaciones vulnerables, y acentuó también las distintas formas de epistemicidio (etnocidio) y racismo científico. Dentro del ámbito escolar se ampliaron las desigualdades estructurales y se multiplicaron las problemáticas socioeducativas. Esto se reflejó, sobre todo, en contextos de diversidad cultural y lingüística.

La presente contribución indaga la situación atravesada por los y las maestros/as bilingües⁴ guaraní, chané y tapiete en el ámbito educativo formal de la provincia de Salta (Argentina) durante el contexto de la pandemia por COVID-19. Las preguntas que guiaron el estudio refieren a cómo las medidas de Aislamiento Social, Preventivo y Obligatorio (ASPO) afectaron los procesos de enseñanza intercultural y bilingüe que llevan adelante estos actores, qué tipo de problemáticas surgieron y cómo las afrontaron. El objetivo principal del artículo es dar cuenta de: (a) la información recibida sobre COVID-19 en castellano y en lenguas indígenas, como así también el tratamiento de la prevención dentro del ámbito escolar; (b) las posibilidades de conectividad y acceso a internet; (c) las competencias en Tecnologías de la Información y la Comunicación (en adelante TICs) con las que estos/as docentes cuentan; y (d) las estrategias de enseñanza y aprendizaje desarrolladas en contexto de aislamiento.

Las metodologías utilizadas para este trabajo son mixtas. Mientras regían las medidas de ASPO (entre marzo y noviembre del año 2020) en el país se emplearon estrategias de recolección de datos cualitativas (entrevistas en línea, entrevistas telefónicas y registro de jornadas y conversatorios virtuales). En cuanto a las técnicas cuantitativas, se realizó una encuesta virtual a los y las maestros/as bilingües⁵, a través de la cual se recolectó información vinculada a los cuatro ejes enunciados arriba (a, b, c y d). Esta información fue complementada con el trabajo de campo realizado previamente por dos de las autoras⁶ y la aplicación de técnicas estadísticas y de análisis de discurso.

Los pueblos guaraní, chané y tapiete de Salta

En la región del chaco y las yungas de la provincia de Salta (Argentina) habitan los pueblos guaraní, chané y tapiete, los que forman parte de la gran Nación Guaraní presente en Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay y Uruguay (MGC, 2016). El Mapa Guaraní Continental⁷ (MGC) muestra de

4 El nombre del cargo es “Docente auxiliar de lengua y cultura aborígen” (Res. 460, 2008) pero las categorías sociales de uso generalizado son “maestro/a bilingüe” o “docente bilingüe”, en este trabajo utilizaremos estas últimas.

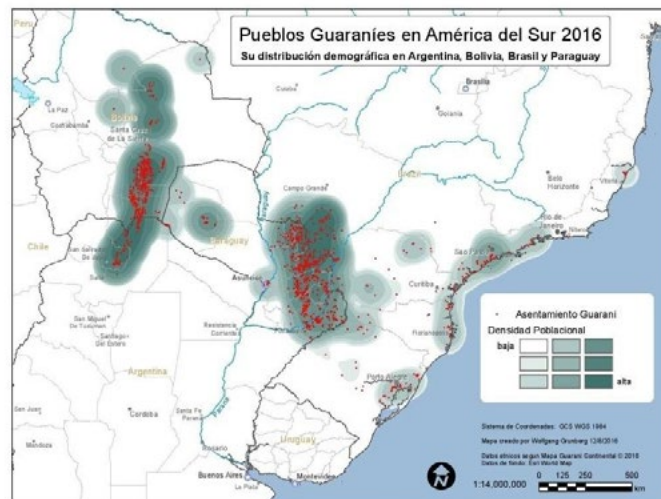
5 *Roipota rome yasoropaytuicha, opaeteoporomboevaeretaoyapokuaembaravikijaremiari reta, ñamom+rantavaerakuambaekuatia* [Lengua guaraní]. Queremos agradecer profundamente a las y los maestros/as bilingües que generosamente respondieron a la encuesta y las entrevistas que sustentan la información volcada en este artículo.

6 Se desarrolla trabajo de campo desde el año 2016 con maestros/as bilingües y médicos tradicionales guaraní, chané y tapiete, en el marco de proyectos de investigación y vinculación de la Universidad Nacional de Salta. Una de las autoras ha desarrollado proyecto en el área de gestión educativa dentro del ámbito público.

7 Este mapa fue realizado con el trabajo *ad honorem* de equipos de las siguientes universidades y organismos de la sociedad civil: Universidad de Dorado, la Universidad de Viena, Universidad de Salta, Universidad de Asunción, la Pastoral Aborígen de Argentina y Organizaciones No Gubernamentales de Bolivia. El mapa incluye un libro que ilustra la situación problemática que viven los guaraníes hablantes de Sudamérica, sus despojos, formas actuales de supervivencia, así como también la lucha por los derechos humanos.

manera gráfica la condición transfronteriza de esta nación originaria, la pervivencia de relaciones de parentesco y las dinámicas territoriales de estos pueblos⁸.

Mapa 1 - Representa la presencia continental de la Nación Guaraní, en su diversidad y heterogeneidad.



Fuente: Mapa Guaraní Continental, 2016.

Como se observa en el mapa 1, en el Norte Argentino (NOA) algunos pueblos de esta nación se encuentran en los Departamentos San Martín y Orán de la provincia de Salta, y en los departamentos Ledesma y Santa Bárbara de la provincia de Jujuy, formando un solo corredor cultural, que a su vez, se conecta con el oriente boliviano. En lo que respecta a población, el MGC registra 45.000 habitantes distribuidos en 123 comunidades, 69 en la provincia de Salta y 54 en Jujuy (MGC, 2016). Estos habitan tanto en zonas rurales como periurbanas.

Los guaraní, chané y tapiete de la provincia de Salta hablan lenguas de la familia tupí-guaraní pero mantienen identidades étnicas diferenciadas. Los tres pueblos comparten una historia en común a partir de la colonización de América, vinculándose en alianzas contra los conquistadores y en guerras interétnicas, pero cada uno de ellos posee sus propias organizaciones comunitarias y autoridades.

En el siguiente mapa se visualiza la presencia de algunas comunidades de los pueblos que interesan analizar, donde se ubican también las escuelas. La provincia no dispone con mapas de las escuelas con EIB, tampoco tiene estadísticas de la cantidad de escuelas afectadas a esta modalidad.

Mapa 2 - Representa la presencia de comunidades Guaraní, Chané y Tapiete.

Fuente propia, 2021.

En relación con la lengua, estos tres pueblos mantienen relaciones de proximidad y distancia entre sí con respecto a las variedades que hablan. Desde la perspectiva del pueblo guaraní, los tapiete y chané manejan una variedad diferente, dado que algunas palabras difieren, pero igualmente se entienden y pueden dialogar. En este sentido el contraste entre estas variedades es constante, presentándose de forma imbricada pero a la vez diferenciada (CASIMIRO CÓRDOBA; FLORES, 2017, p. 27).

La situación de estas tres lenguas es preocupante, puesto que pierden terreno frente al avance del castellano. En líneas generales, se pueden mencionar distintos aspectos que influyen en los procesos de pérdida de la lengua indígena por parte de estos pueblos:

Entre los factores que más influyeron en la pérdida de la lengua se encuentran los procesos de desalojo y expulsión del territorio provocado por el avance del capitalismo agrario y la expansión de la frontera agrícola. Esto ha generado la migración masiva hacia las ciudades y la imposibilidad de mantener muchas de sus prácticas culturales. La incorporación al mercado laboral urbano, los matrimonios inter-étnicos y la presencia de misiones católicas y de iglesias evangélicas han contribuido a consolidar el aprendizaje del castellano (CASIMIRO CÓRDOBA, 2019, p. 107).

Todo ello ha desembocado en un fenómeno relativamente reciente de ruptura abrupta en la transmisión de la lengua a las generaciones más jóvenes (HIRSCH; GONZÁLEZ; CICCONE, 2006, p. 104). De esta manera, entre las nuevas generaciones, las lenguas guaraní, chané y tapiete son cada vez más usadas como segundas lenguas, incluso en muchos casos recién son aprendidas en la escuela, donde los y las docentes bilingües la transmiten.

La Educación Intercultural Bilingüe y los/as maestros/as bilingües guaraní, chané y tapietes

En Argentina existen más de 30 pueblos originarios y se hablan 15 lenguas indígenas y dos lenguas de origen indígena producto de la colonización (CENSABELLA, 2009; MESSINEO; HECHT, 2015). Frente a esta diversidad étnica y lingüística, las políticas educativas destinadas a los pueblos originarios tienen distintas características según los períodos históricos y los contextos sociopolíticos. A su vez, cada provincia desarrolló sus propios enfoques y modelos educativos, desplegando dispositivos de intervención territorial con características locales (NÚÑEZ; CASIMIRO CÓRDOBA, 2020).

En la provincia de Salta entre los y las guaraní, chané y tapiete las primeras iniciativas educativas con perspectiva bilingüe fueron realizadas por la iglesia católica a principios de 1980⁹ y por el Estado provincial salteño a mediados de esa década¹⁰. Estas experiencias piloto devinieron en la creación del cargo de *Maestro Especial de Idioma Aborigen* para luego, durante la década de 1990, dar paso a la figura del *Auxiliar Docente Aborigen* (Decreto N° 1488, 1991). Paralelamente el entonces Instituto de Pueblos Aborígenes (IPA) y algunas ONGs de la iglesia católica realizaron capacitaciones destinadas a maestros/as bilingües y contribuyeron así a su formación pedagógica.

El perfil de los/as primeros/as docentes bilingües fue muy variado, la gran mayoría fueron seleccionados/as por la iglesia católica, muchos/as eran catequistas o monaguillos, algunos/as poseían saberes prácticos –carpinteros, artesanos, músicos, pintores– y otros se habían capacitado a través de diferentes talleres (NÚÑEZ; CASIMIRO CÓRDOBA, 2020, p. 348). Estos/as maestros y maestras encararon el desafío de aprender a enseñar y transmitir la lengua y la cultura indígena en el ámbito escolar a través de sus propios medios, aunque muchos de ellos/as tomaron como ejemplo los desarrollos de la educación intercultural de Bolivia (FLORES, 2020, p. 107).

El proceso de designación de estos/as maestros/as comprende dos esferas, la comunitaria y la ministerial. En primer lugar, los/as candidatos/as son elegidos por las comunidades indígenas ya sea a través de asamblea, votación o por la decisión de las autoridades comunitarias. Allí intervienen factores tales como el manejo de la lengua nativa y del castellano, el nivel educativo adquirido, las relaciones de parentesco, las alianzas políticas y la participación activa en la comunidad. Luego la Dirección de Nivel Primario del Ministerio de Educación, Cultura, Ciencia y Tecnología provincial (en adelante MECCyT) analiza las candidaturas en función de la normativa específica que considera el cumplimiento de algunos requisitos, tales como la presentación del aval comunitario, la acreditación del nivel primario completo como mínimo o la acreditación de residencia en la provincia (Res. 460/08). Solo tras varios años en el cargo estos/as docentes bilingües pueden postular a la titularización, es decir, lograr una plena incorporación al sistema educativo (Res. 4619/08, Res. 3826/12 y Res. 431/17).

La inclusión de estos/as docentes bilingües dentro de la comunidad educativa se orienta al trabajo en pareja pedagógica, dispositivo que busca promover el intercambio de saberes occidentales e indígenas para garantizar el derecho de los niños y niñas indígenas a una educación intercultural.

9 El Equipo Nacional de Pastoral Aborigen (ENDEPA) junto con la Fundación Padre Ernesto Martearena iniciaron un profuso trabajo con las comunidades indígenas. Estas primeras experiencias fueron importantes para que el gobierno provincial comenzara a generar políticas públicas específicamente destinadas a la población indígena

10 Entre 1984 y 1985 el ex Consejo General de Educación creó esta figura el marco de una propuesta de educación bicultural.

Sin embargo, el trabajo en parejas estuvo atravesado por tensiones interétnicas y desigualdades socioeducativas entre docentes indígenas y no-indígenas.

Para nosotros esto representó un paso importante en nuestro camino con la educación, sin embargo, hacia dentro de las escuelas tanto los docentes bilingües como los contenidos que enseñaban fueron percibidos como “poco importantes” o menos valiosos. De este modo, muchos/as de nuestros/as maestros/as bilingües fueron relegados a lugares marginales dentro de la institución (CAMARGO; CASIMIRO CÓRDOBA; LÓPEZ; SEGUNDO, 2020, p. 5)

En 2008, la Ley N° 7546, siguiendo la legislación nacional, estableció la Educación Intercultural Bilingüe como modalidad del sistema educativo de la provincia en todos los niveles y creó la Coordinación de Educación Intercultural Bilingüe, dependiente del MECCyT. Como parte de este proceso de consolidación de una política educativa provincial focalizada en pueblos indígenas y con el objeto de reducir las brechas de desigualdad entre docentes indígenas y no indígenas se tomaron algunas medidas. En primer lugar, el cargo de Auxiliar Docente fue renombrado como *Docente auxiliar de lengua y cultura aborígen* (RES. 460, 2008), en segundo, se otorgaron derechos laborales y gremiales equivalentes entre docentes y docentes bilingües, y en tercero, se avanzó con la titularización de estos/as últimos (DECRETO 4619, 2008).

Este giro discursivo y normativo del Estado provincial produjo un nuevo marco de acción para los/as maestros/as bilingües guaraní, chané y tapiete, sin embargo, sus tareas y funciones concretas, ni los contenidos específicos que deben desarrollar en el aula fueron determinadas con claridad. Es por ello que aún existe cierta ambigüedad respecto de su rol, y son las dinámicas sociales locales las que finalmente lo determinan (CASIMIRO CÓRDOBA, 2017, p. 262-263). En efecto, han sido los/as mismos/as docentes bilingües quienes más han contribuido a definir su función en la escuela a partir de sus propias prácticas y experiencias. En la actualidad la vinculan a la “revitalización” de la lengua y la transmisión del “modo de ser” o ñanderekode estos tres pueblos:

Al comienzo muchos no sabíamos cuál era nuestro rol específico, se hicieron talleres para capacitar de qué forma íbamos a trabajar los docentes bilingües dentro de la escuela. En las escuelas rechazaban esta figura del docente bilingüe ¿por qué? porque no sabían el rol que debíamos tener. Muchos se quedaron con eso, les molestaba, pero muchos seguimos trabajando, peleando lo nuestro, sabiendo que con el tiempo íbamos a fortalecer este vínculo y la forma de enseñar el ñandereko. Obviamente lo que más queríamos como personas idóneas de la comunidad era trabajar sobre lo nuestro. (...) Desde ese tiempo hasta la actualidad hemos avanzado mucho y ha sido fructífera nuestra tarea, porque en muchas comunidades, especialmente en el campo, todavía se habla la lengua y eso nos fortalece para seguir trabajando como educadores, como comunicadores y como parte del ñandereko [“cultura” o “modo de ser”] (Luis Domínguez, Misión Charenta, 2020)¹¹

En la actualidad la provincia cuenta con más de 350 Docentes Auxiliares Bilingües que forman parte de la planta docente: 61% como titulares y 39% como interinos¹², lo cual ha implicado una mayor estabilidad laboral para este sector. De acuerdo con el Departamento de Estadística del MECyT el 27,62% de los/as docentes bilingües trabajan en el nivel inicial, el 54% en el nivel primario

11 Recuperado de exposición en la Primera Jornada Virtual de prácticas y experiencias educativas EIB, organizada por la Coordinación de EIB de la provincia de Salta en 2020.

12 Datos recabados por la Dirección General de Nivel Inicial y Primario de la provincia de Salta en el 2018.

(entre ellos la gran mayoría en el primer ciclo) y el 12% en ambos niveles. Esta distribución se vincula con la asociación de esta figura a las primeras etapas del niño y la niña dentro de la escuela, pues aún persiste la idea de que su rol fundamental es facilitar el aprendizaje del castellano y las pautas culturales escolares.

Actualmente los y las maestros/as bilingües tienen un papel muy importante, ya que deben transmitir la lengua y la cultura indígena en el aula, y necesitan generar formas propias de enseñar conocimientos, modos de apropiación e interpenetración de saberes y experiencias. Uno de los desafíos actuales que enfrentan tiene que ver con el desarrollo de las competencias comunicativas interculturales, las cuales aluden a la capacidad de interrelación de ellos/as con los otros actores en la institución educativa, para lograr acuerdos y establecer acciones comunicativas intensas y bajo protocolos formales e informales (VILÁ, 2003). Esto resulta fundamental para desarrollar el trabajo áulico y co-participativo entre docentes indígenas y no indígenas.

Otro desafío es la producción sistematizada de material intercultural y bilingüe. En la actualidad existe una producción atomizada, es decir, desarrollos por comunidades educativas y no a nivel regional. Así, hay algunas con mayor amplitud y capacidad de gestión de este tipo de materiales¹³ y otras con baja o nula producción. Lo cual nos indica también las condiciones de desigualdad entre las escuelas y entre los/as propios/as maestros/as bilingües. A partir de la experiencia previa en territorio, es notable que las escuelas con largas trayectorias de trabajo con ONGs, Universidades y programas estatales nacionales y provinciales lograran consolidar, con el tiempo, equipos docentes muy fortalecidos. Mientras que las que están por fuera de estas redes suelen tener menor capacidad de gestión institucional, lo que impacta directamente en las posibilidades de implementar proyectos institucionales con enfoque intercultural y bilingüe.

El impacto de la pandemia en Salta y su sistema educativo

La emergencia sanitaria por la pandemia de coronavirus (COVID-19) fue decretada en Argentina el 13 de marzo de 2020 mediante el Decreto 260/20201. Entre otras medidas, allí se estableció el aislamiento obligatorio como una disposición para prevenir el contagio. En la provincia de Salta, el Decreto de Necesidad y Urgencia N° 250/20202 del 16 de marzo de 2020 declaró el Estado de Emergencia Sanitaria en el territorio de la Provincia de Salta y, entre otras medidas, decretó el cierre de establecimientos educativos; museos y teatros.

En Salta se registraron 23.860¹⁴ casos positivos en todo el territorio provincial, registrándose 1048 muertes por COVID 19. Sin embargo, la región del chaco y las yungas, que comprende los Departamentos de Orán, San Martín y Rivadavia, se presentaron casos de contagio y muerte notablemente mayores a otras regiones de la provincia, registrándose alrededor del 40% de contagios en la provincia. En lo que refiere particularmente a la situación educativa, cabe señalar que en el marco del confinamiento obligatorio, las escuelas cerraron sus puertas y se detuvo el desarrollo

13 Sobre materiales pedagógicos didácticos guaraní-español ver (CASIMIRO CORDOBA, FLORES, 2017)

14 Información publicada por el Comité Operativo de Emergencia del Gobierno de la provincia de Salta, datos actualizados al 7 de febrero 2021. Ver el siguiente enlace: <https://COVID19.salta.gob.ar/>

presencial de las clases en todos los niveles, tanto en el sector público como en el sector privado. El Decreto Provincial N° 250/2020 estableció en su artículo N° 9: “Instrúyase al Ministerio de Educación, Cultura, Ciencia y Tecnología a garantizar tanto la prestación de los servicios educativos como la asistencia alimentaria de aquellos alumnos que momentáneamente se vean impedidos de concurrir a los establecimientos educativos en razón de la emergencia sanitaria dispuesta en el presente” (Decreto N° 250/2020). En la práctica, esto se tradujo en dos acciones:

la primera de ellas es la mediación tecnológica de los vínculos escolares, lo cual incluye el envío de las cartillas y las actividades pedagógicas por correo electrónico, la realización de clases virtuales a través de plataformas (tales como Zoom, Google Meet u otras), etc. Esta acción comprende a todos los niveles escolares y a la mayoría de los sectores socioeconómicos. La segunda medida se vincula con la apertura esporádica de los establecimientos educativos para proveer de alimentos a las y los estudiantes (y en ciertas ocasiones también a sus familias). Esta medida está focalizada en los sectores más vulnerables de la sociedad (donde se encuentran incluidos los pueblos indígenas) (OSSOLA, 2020, p. 36)¹⁵.

Es importante señalar que la zona donde se realiza nuestro estudio cuenta con población que desarrolla su vida en condiciones de acuciante precariedad. Al respecto, hay que destacar que la declaración de la Emergencia Sanitaria por COVID-19 está precedida por otras dos declaraciones de emergencia: Salta decretó la Emergencia Alimentaria para todo el territorio provincial en septiembre de 2019, fecha en la que también fue aprobado el Plan Alimentario Salteño, que tiene como objetivo garantizar el funcionamiento de las escuelas como comedores durante los días sábados, domingos y feriados (Decreto N° 1281, del 10 de septiembre de 2019). De esta forma, se buscaba paliar la crítica situación de desnutrición y malnutrición de aproximadamente 200.000 salteños/as (gran parte de los/as destinatarios/as son miembros de pueblos indígenas). Asimismo, en enero de 2020 como respuesta a los casos de muerte por desnutrición de seis niños del pueblo indígena wichí, el gobierno provincial declaró la Emergencia Sociosanitaria en los Departamentos de San Martín, Orán y Rivadavia (Decreto N° 140/2020, del 31 de enero de 2020), donde se asientan la mayoría de las comunidades indígenas (OSSOLA, 2020, p. 36-37)¹⁶.

De acuerdo con el “Relevamiento de la situación de comunidades indígenas frente al COVID-19 en las tierras altas y bajas de la Provincia de Salta” realizado por antropólogos/as de la Universidad Nacional de Salta (2020) la pandemia y el aislamiento preventivo provocaron una interrupción y reorganización de la vida cotidiana de los pueblos indígenas lo que agudiza las desigualdades preexistentes. Con relación a la continuidad educativa en entornos virtuales se registraron dificultades en el acceso a internet, limitado en las áreas periurbanas y restringido en localidades y parajes rurales. El acceso desigual a la red, la escasez de dispositivos tecnológicos (computadoras, tablets, celulares), así como las limitaciones para utilizarlos produjo entre las comunidades indígenas “una

15 Triangulando con datos cualitativos, se encuentra que en algunas instituciones transcurrieron varias semanas de aislamiento hasta que las distintas escuelas de la zona pudieron hacer efectiva la entrega de mercadería. Tal situación significó una pérdida de alimentos diarios entre las familias.

16 “El Chaco es la zona con mayor cantidad de comunidades indígenas registradas, en total 282 (representan el 72% del total), le sigue la zona de la Puna con 67 comunidades (17%), 21 comunidades con personería en los Valles Calchaquíes (5%), 10 en la región Este-Sur (3%) y 2 comunidades en los Valles de Lerma (1%). Por último, son 9 las comunidades que tienen registro, pero en el mismo no se especifica la zona” (OSSOLA, 2015, p. 244).

brecha excluyente determinada tanto por la ubicación del lugar de residencia como por las capacidades económicas de cada familia” (ABELED0 et al., 2020, p. 19). De allí que, las propuestas pedagógicas basadas exclusivamente en la virtualidad resultaron poco viables y/o inadecuadas en estos espacios.

Estas brechas digitales alcanzan también a los/as Docentes Auxiliares Indígenas que se desempeñan únicamente en la zona del Chaco y las Yungas, cuya labor de acompañamiento pedagógico es fundamental, especialmente en lo que hace al fortalecimiento de la lengua y la cultura. Estos docentes están desarrollando su trabajo con muchas dificultades pues no cuentan con las mismas herramientas ni conocimientos que sus parejas pedagógicas para desenvolverse en el entorno virtual. Asimismo, estos han señalado la escasez de materiales pedagógicos disponibles en versión digital que les permita abordar los contenidos interculturales y bilingües. Todo ello profundiza las asimetrías preexistentes entre docentes indígenas y no indígenas como así entre los contenidos curriculares y las lenguas en la que estos son impartidos (ABELED0 et al., 2020, p. 20).

Esta situación presenta gradientes, pues mientras en el departamento de Rivadavia las brechas digitales alcanzan un alto grado, dado que son escasos los puntos de conexión, en los departamentos de Orán y San Martín se cuenta con una mejor conectividad aunque de calidad media a baja. De manera que, los márgenes de operatividad para desarrollar procesos de enseñanza y aprendizaje en entornos virtuales fueron diferentes. Por otra parte, aunque los/as docentes contaran con cierto acceso a dispositivos e internet, esto no significa que las familias también lo hicieran, por lo que las estrategias desarrolladas dependían mucho del acompañamiento en el hogar.

Cabe resaltar que, más allá de la conectividad, las escuelas encararon la situación de confinamiento y cuarentena de diferentes maneras, en este sentido fueron varios los factores involucrados: el monitoreo remoto de los supervisores, la residencia de los equipos directivos en la zona, la trayectoria previa de la institución, las capacidades de gestión y resolución de conflictos del equipo docente, los vínculos entre la escuela y la comunidad, la identificación de los y las estudiantes con la institución, entre otras.

La situación de las/los maestras/os bilingües frente a la pandemia

En el presente apartado se desarrolla el impacto de la pandemia en las formas de ejercer la docencia entre los y las maestros/as indígenas. Para ello analizamos datos obtenidos a partir de una encuesta realizada a docentes bilingües de los tres pueblos mencionados a través de un formulario de Google en el marco de actividades realizadas por el Grupo de Estudios Etnográficos en Yungas y Chaco (ICSOH-UNSa). Dicha encuesta fue realizada entre junio y agosto de 2020. El objetivo de la misma fue conocer algunos aspectos del desarrollo de la enseñanza y el aprendizaje en el marco de la pandemia y el aislamiento social.

Respecto de la opción metodológica, la misma se adaptó a la coyuntura en el marco de la pandemia por COVID-19. Cabe destacar que el trabajo sostenido por miembros del Grupo de Estudios en la zona es de carácter sostenido desde hace más de diez años, asentándose principalmente en metodologías cualitativas (mayoritariamente trabajo de campo y entrevistas). La realización de una

encuesta digital tuvo un carácter sui generis, al desconocer las investigadoras cuál sería la recepción de la misma y las posibilidades de circulación. En relación con esto último, la encuesta circuló a través de contactos previos de las investigadoras con miembros de los pueblos indígenas de Salta y fue compartida a través de grupos de WhatsApp y Facebook.

La encuesta fue respondida por 22 personas, el 100% adscribe a un pueblo indígena y se desempeña como docente auxiliar bilingüe al momento de contestar. El 82% de los y las encuestados/as, se reconocen guaraníes, chanés y tapietes¹⁷, mientras que el 18% corresponde a otros pueblos¹⁸. Cabe señalar que de los 72 maestros/as bilingües guaraníes, chanés y tapietes de toda la provincia, 20 respondieron la encuesta, lo que representa el 25%.

En relación a la composición de la muestra cabe mencionar que de los 22 participantes, 12 se identificaron como varones y 10 como mujeres (ver gráfico N°1). En cuanto a las edades, las mismas oscilan entre los 23 y los 55 años, contando con mayor cantidad de personas en los grupos de 41-45 años, seguido por el grupo etario 29-34 años.

Gráfico 1 - Distribución de bilingües por género.



Fuente: Propia, Encuesta 2020.

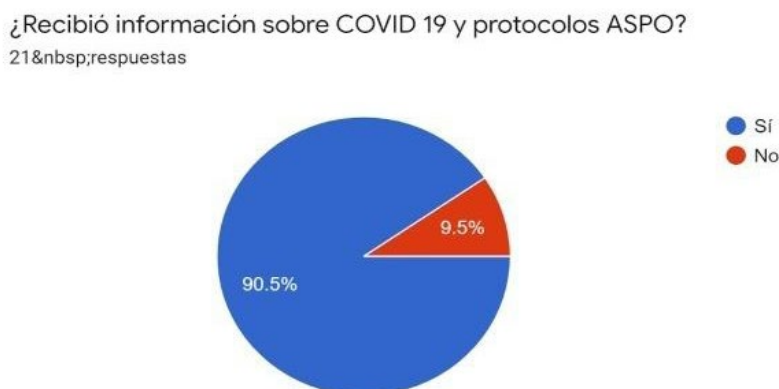
Respecto de la antigüedad en los cargos docentes, esta variable refleja una gran diversidad de situaciones. Hubo quienes indicaron contar con un año de antigüedad y otros/as con 24 años de dedicación como auxiliar bilingüe. Esto último, la permanencia prolongada en el cargo, podría indicar que si bien la posibilidad de desempeñarse como auxiliar bilingüe es una de las pocas opciones de trabajo estatal rentado en los contextos indígenas (el otro es el puesto de agente sanitario), no pueden desarrollar una carrera docente, es decir, no hay cargos de mayor jerarquía a los que puedan aspirar en el contexto escolar¹⁹.

Información sobre COVID-19

La primera pregunta en este ítem se refirió a si se recibió información sobre esta nueva enfermedad por parte de los diferentes gobiernos e instituciones. Allí encontramos que el 90% de los/as

encuestados (19 personas) declaran haber recibido información sobre este virus y la enfermedad que desencadena. Sólo el 10% (tres personas) declararon no haber recibido información al respecto (gráfico 3).

Gráfico 3 - Información sobre COVID 19.



Fuente: Propia, Encuesta 2020.

Se preguntó también por las lenguas en las cuales fue recibida la información sobre COVID-19. Es llamativo que las respuestas fueron muy parejas, 52% indicó que no recibió información en lengua indígena, frente a un 48% que sí la recibió. Es importante señalar que la indagación por las lenguas utilizadas en el marco de la prevención del COVID-19 se relaciona con la preocupación manifiesta por parte de los organismos del Estado por traducir las medidas de protección contra el coronavirus: lavado de manos, uso de alcohol en gel, distanciamiento social.

En esta línea se consultó a maestros y maestras acerca de su participación en actividades de traducción, y las respuestas fueron muy parejas: la mitad indicó que sí participó y la otra mitad apuntó que no lo hizo.

Una forma de participar en la promoción de las medidas preventivas fue la realización de tareas de traducción del español a la lengua indígena²⁰. Algunos/as maestros/as hicieron una traducción literal de las consignas universales sobre la prevención del COVID-19, que circularon por las redes sociales. Cabe mencionar que para este trabajo de traducción no se realizaron consultas a las comunidades, sino que se replicaron los tratamientos y medidas preventivas sugeridas por la medicina hegemónica occidental. Se trata de una manera restringida de pensar y encarar los procesos de salud, enfermedad y curación, que va en detrimento de las perspectivas propias de los pueblos indígenas. La traducción de este material genérico a la lengua no contempló principios de interculturalidad ni generó espacios de encuentro o diálogo de saberes.

Como veremos más adelante, algunos de los/as maestros/as bilingües complementaron la traducción literal con desarrollos propios tendientes a poner en valor y promocionar cuidados y tra-

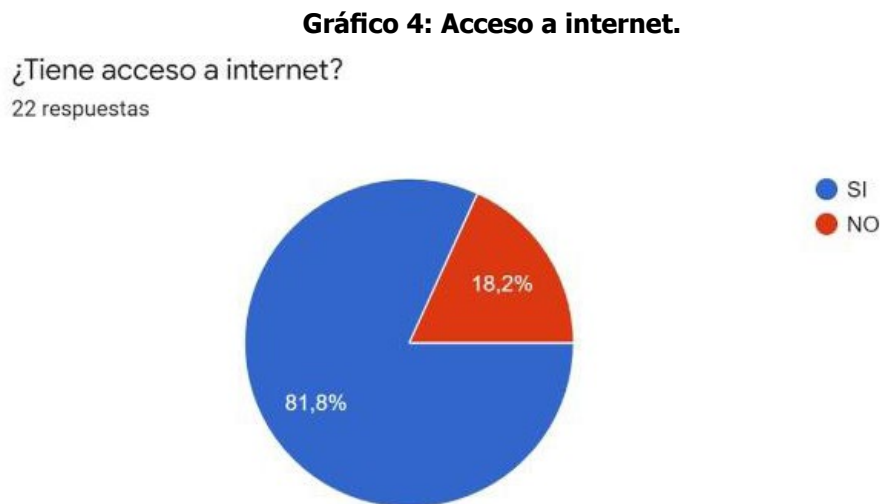
20 La Secretaría de Asuntos Indígenas y Desarrollo Comunitario, dependiente del Ministerio de Desarrollo Social de la Provincia de Salta produjo una serie de videos difundidos por las redes sociales sobre medidas de prevención del COVID-19, escritos y narrados en español y en guaraní.

tamientos de la enfermedad basados en la medicina indígena.

Conectividad

En los últimos años es notable el avance de las TICs, las cuales han permeado casi todas las esferas de la vida cotidiana. El uso de los medios digitales supone tanto la posibilidad de contar con los soportes materiales que permitan el acceso (teléfono inteligente, computadora o tablet), como también de la disposición de una conexión a la red que posibilite el ingreso a internet.

Debido a lo anterior, en la encuesta se indaga particularmente por la conectividad y el acceso a internet, en el marco de la virtualización de la educación acontecida. En ese aspecto, un 82% indicó tener conexión a internet y un 18% declaró no tenerla (gráfico 4).



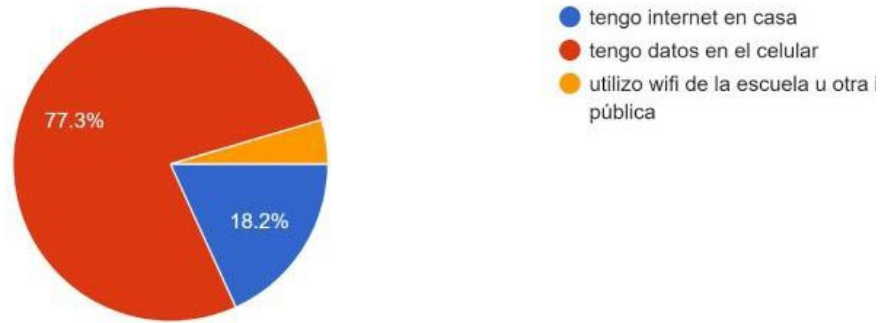
Fuente: Propia, Encuesta 2020.

Uno de los aspectos a destacar es el tipo de conexión utilizada para acceder a internet (banda ancha, wifi, datos móviles en el celular). Un 77% de los/as entrevistados/as se conecta haciendo uso de los datos móviles que tiene en el celular, el 18% tiene internet en su hogar y el 5% sólo accede a través del wifi de la escuela u otra institución pública. Esto se vincula con las características de conectividad propias de los departamentos de San Martín y Orán, que fueron descritas más arriba.

Gráfico 5 - Medios de conexión a internet.

¿A través de que medio?

22 respuestas



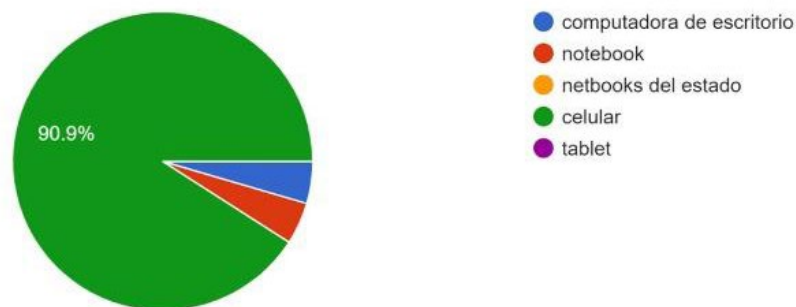
Fuente: Propia, Encuesta 2020.

Como se observa en el gráfico, entre estos/as docentes es preponderante la conexión a través de datos móviles del celular. Esto se vincula con otros dos aspectos: el dispositivo utilizado y la calidad del internet. En relación con el dispositivo, una abrumadora mayoría (91%) accede a través del celular, siendo este el dispositivo a través del cual vehiculizan la enseñanza en contexto de pandemia. Esta situación abre varios interrogantes respecto de cómo se adapta la relación pedagógica cara a cara a la mediación a través de pantallas de celulares. Asimismo, respecto de la calidad de la conexión, el 68% de los/as entrevistados/as indicó que su conectividad es de calidad regular, mientras el 32% restante aseguró que la calidad del internet es mala.

Gráfico 6 - Dispositivos de conexión.

¿A través de qué dispositivo se conecta?

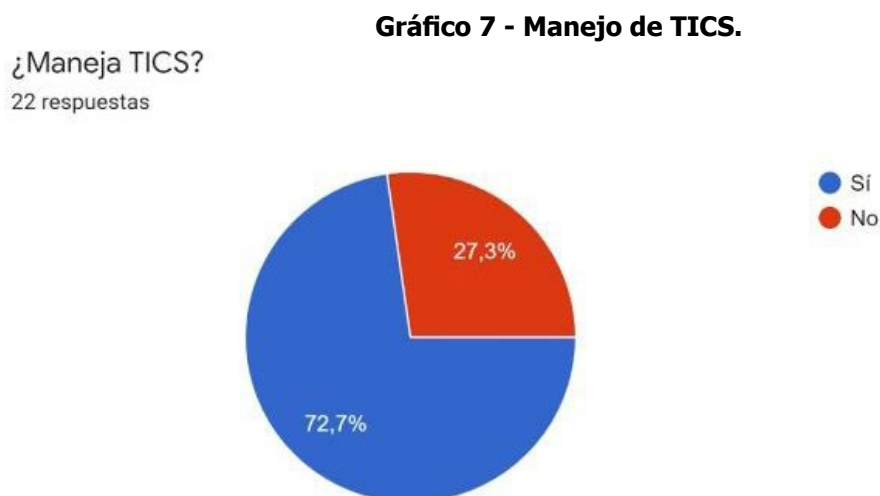
22 respuestas



Fuente: Propia, Encuesta 2020.

A través de la encuesta también se recabó información acerca de las competencias TICs que

tienen estos/as docentes. Un 72,7% indicó que sí están relacionados al manejo de las TICs, siendo el 27,3% restante un segmento que no está familiarizado con las mismas.



Fuente: Propia, Encuesta 2020.

También se preguntó si recibieron capacitaciones en TICs para el desarrollo de su trabajo. Las respuestas a esta pregunta se analizan en relación con sus demandas por capacitaciones en aspectos interculturales, manejo de TICs y producción de material bilingüe, aspectos que son recurrentes en los intercambios mantenidos con estas/os docentes. Se observa que casi la mitad de los encuestados, el 45,5% no realizó capacitaciones específicamente en TICs. Mientras que el 54,5% si las realizó. Si vinculamos este porcentaje con el 72% que manifiesta saber utilizar herramientas vinculadas a las TICs, se puede notar que un 27% se ha formado por fuera de las capacitaciones.

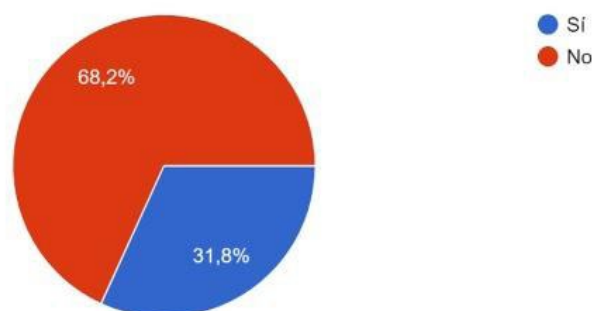
Estrategias de enseñanza virtuales, materiales didácticos y pareja pedagógica

En la encuesta también se indaga sobre el desarrollo de estrategias y materiales virtuales para la continuidad de la educación en contexto de pandemia. Un 68,2% de los/s encuestados/as manifiesta que no tuvo elementos ni herramientas de trabajo virtual que sirvieran para el dictado de clases en el contexto de la pandemia. Este es un alto porcentaje de maestros/as bilingües que no cuentan con los materiales adecuados para desarrollar sus actividades docentes en entornos virtuales. Es por ello que, como veremos más adelante, muchos de ellos/as decidieron construirlos por sus propios medios.

Gráfico 8 - Material para periodo lectivo.

¿Recibió los materiales (libros, cartillas) previstos para el dictado de clases de este periodo lectivo?

22 respuestas



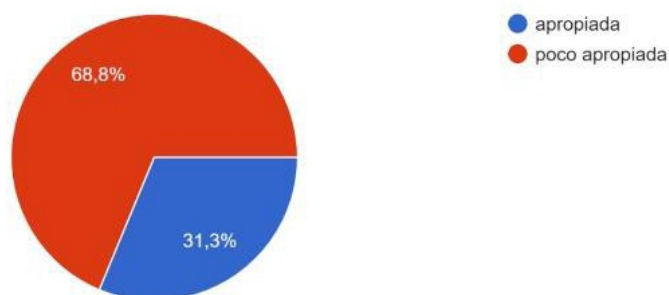
Fuente: Propia, Encuesta 2020.

Cuando se preguntó por la recepción de insumos didácticos, el 31,8% de los/as encuestados/as manifiesta haber recibido material como libros y/o cartillas para el dictado de clases. Pero, como se observa en el gráfico 9, la mayoría considera que este material no es adecuado para su desempeño en la función de educador indígena ni tienen la perspectiva necesaria para generar espacios interculturales.

Gráfico 9 - Evaluación de material.

¿De qué forma evalúa este material para el contexto en el que Usted se desempeña?

16 respuestas

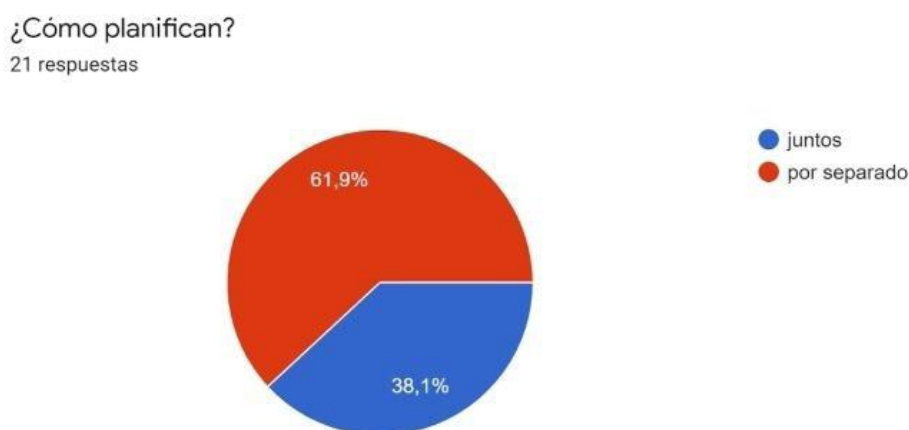


Fuente: Propia, Encuesta 2020.

En relación con la comunicación con su par pedagógico (docente de grado), el 90% de los/

as encuestados/as mantuvo comunicación con ellos/as, a través de diferentes medios: correo electrónico, whatsapp, notas. Un encuestado manifestó que tuvo un encuentro cara a cara con su par pedagógico. Por otro lado el 61,9% de los/as encuestados/as afirmó que la planificación de las actividades de enseñanza durante la pandemia fue realizada sin vinculación con su par pedagógico, mientras que el 38,1% afirma haber trabajado en conjunto. Este dato es muy interesante de analizar porque nos muestra que la gran mayoría no trabajó en conjunto con supareja pedagógica.

Gráfico 10 - Planificación con el par pedagógico.



Fuente: Propia, Encuesta 2020.

Experiencias formativas en contextos de pandemia

En este apartado se señalan algunas de las experiencias formativas en entornos virtuales acontecidas durante la pandemia y de las cuales participaron algunos de los/as maestros/as que respondieron a la encuesta. En tales experiencias asumieron roles de disertantes, expositoras/es, narradoras/es y productoras/es²¹.

Un primer ejemplo de esto es la Jornada Virtual en el contexto de la pandemia "Celebrando 50º años de Comunidad Misión San Francisco (Pichanal). Aportes de la Escuela a la Etnohistoria y la Memoria Comunitaria" organizada por la Coordinación de Educación Intercultural y Bilingüe (MEC-CyT) realizado vía zoom y retransmitido en vivo por Facebook²². En esta jornada el equipo docente de la Escuela N° 4738 dio a conocer algunos materiales pedagógicos y didácticos interculturales y bilingües desarrollados en años anteriores en el marco del proyecto escolar "Con la voz de mi abuelo". Como resultado de dicho proyecto se obtuvieron diez cuentos infantiles (elaborados con técnicas

21 Es importante señalar que este no es el caso de la mayoría de las y los docentes, sino que se trata de aquellos/as que se encuentran en ciudades tales como Pichanal (Departamento Orán), Tartagal o Aguaray (Departamento San Martín), que, como hemos visto, cuentan con mejores condiciones de conectividad.

22 Las jornadas están disponibles en la fan page de Coordinación de Educación Intercultural y Bilingüe, se puede acceder a través del siguiente enlace: <https://www.facebook.com/102588991611766/videos/395271838176489>

de dibujo, collage y reciclado) y un libro que relata la etnohistoria de la comunidad. En el contexto de la pandemia, estas producciones escritas fueron digitalizadas y se realizaron diez audiovisuales en los que los niños y las niñas enviaron videos filmados en sus propias casas.

Otro caso paradigmático fue el Ciclo Virtual de Formación Docente "Caminos recorridos: miradas y desafíos" organizado por la Dirección General de Desarrollo Profesional (MECCyT) en el que participaron como disertantes y expositores Mirna Camargo y Eliana Airase, maestras bilingües de la Escuela N° 4738 (Comunidad guaraní Misión San Francisco, Pichanal), y Luis Domínguez, maestro bilingüe de la Escuela N° 4168 (Comunidad guaraní Misión Cherenta, Tartagal). Junto a ellos también estuvo Catalina Huenuan, una de las primeras maestras bilingües, hoy jubilada, que llegó a ser directora de la Escuela N° 4736 (Comunidad Chané Tuyunti, Aguaray)²³. En este espacio virtual los/as bilingües compartieron sus experiencias EIB dentro del sistema educativo formal y entablaron diálogo con docentes no indígenas de distintos puntos de la provincia.

Por otra parte, hemos de mencionar que algunos/as docentes bilingües realizaron producciones audiovisuales vinculadas a algunas efemérides del calendario escolar difundidas en distintas redes sociales. Fue el caso de Daniel Vázquez de la Escuela N° 4168 de la comunidad guaraní de Misión Cherenta (Tartagal), quien participó de los festejos del Día Mundial del Ambiente organizados por el Ministerio de Producción y Desarrollo Sustentable de la provincia de Salta²⁴. El maestro leyó en guaraní la "Promesa de Cuidado Ambiental" que realizaron los niños y las niñas de 5° grado de todas las escuelas primarias de la provincia en cumplimiento de la Ley Provincial N° 8011/17. El corto también compiló las promesas de estudiantes de distintos puntos de la provincia, entre los que se encontró un niño guaraní de Misión Cherenta, quien grabó su promesa en lenguas castellana y guaraní desde la huerta de su casa.

Otro ejemplo fue el de Marcelo Soria, maestro bilingüe de la Escuela N° 4001 de la Comunidad guaraní de Yacuy, quien participó de un ciclo de cortos organizados por la Coordinación EIB (MECCyT) con ocasión del 12 de octubre²⁵. El docente grabó su mensaje en guaraní y en español, instando a resignificar la fecha desde una perspectiva crítica. De manera análoga, la docente bilingüe Natalia Valdez de la Escuela N° 4111 de la comunidad guaraní Yariguarenda (Tartagal) realizó de manera autogestionada un video sobre esta efeméride que tuvo circulación en las redes sociales. De la misma manera, otros/as docentes realizaron sus propias producciones audiovisuales para el día de la madre, el día del maestro o la semana de los pueblos originarios. Estas producciones complementaban otras estrategias de seguimiento y acompañamiento a los/as estudiantes y a las familias que involucran materiales impresos y fotocopias, visitas a las casas y acompañamiento a las familias.

En relación con el abordaje del COVID-19 dentro de la escuela, los/as maestros/as desarrollaron diferentes proyectos que les permitían trabajar contenidos vinculados a diferentes áreas de ma-

23 El ciclo incluyó tres encuentros internos y tres eventos públicos que fueron transmitidos en vivo a través de redes sociales. De las participaciones mencionadas solamente la de Catalina Huenua fue abierta y está disponible en la fan page de la Coordinación de Educación Intercultural y Bilingüe: <https://www.facebook.com/102588991611766/videos/773395396561818>

24 El corto está disponible en el canal de youtube del Ministerio de Producción y Desarrollo Sustentable de la provincia de Salta: https://www.youtube.com/watch?v=mM1Ip_K7WXI

25 El corto está disponible en el canal de youtube de Coordinación de Educación Intercultural y Bilingüe: <https://www.youtube.com/watch?v=3juLGeA8HMk&t=7s>

nera transversal. Teniendo en cuenta que no todas las familias de la comunidad tienen la posibilidad de comprar alcohol en gel, la maestra de grado y la maestra bilingüe de la Comunidad guaraní de Misión San Francisco (Pichanal) pensaron una estrategia para que los niños y las niñas trabajaran con sus padres en la elaboración de un jabón bactericida. Utilizaron plantas tales como *aloe vera*, albahaca, menta y, fundamentalmente, tusca, las docentes crearon una receta que compartieron con las familias.

Por su parte, las docentes bilingües guaraníes de la Escuela N° 4735 (Comunidad guaraní Caraparí, Aguaray) realizaron actividades para la recuperación de saberes vinculados al tratamiento del resfrío, la congestión y las dificultades de respiración. En la Escuela N° 4736 (Comunidad Chané-Tuyunti, Aguaray) también se abordaron estos temas a partir de una cartilla digital e impresa que recopilaban las propiedades y usos del limón, el eucalipto, las flores y la corteza del chañar para tratar dolores de garganta, facilitar la respiración y la descongestión. En ambos casos se consideró que estos cuidados no se oponían a las recomendaciones y cuidados preventivos emitidos por las entidades de salud pública. Contrariamente, eran vistos como complementarios y, en los casos de no contar con los recursos necesarios para adquirir los medicamentos o de no optar por ellos, eran vistos como eficientes reemplazos que permitían aliviar los síntomas leves. En esta línea las maestras bilingües realizaron la traducción al guaraní de las medidas de prevención del Ministerio de Salud de la provincia.

Cabe señalar que el uso de plantas, flores y árboles de la zona en estas recetas estuvo directamente asociado a la recuperación y puesta en valor de saberes culturales. Así, estos/as docentes abordaron la prevención de manera holística, contemplaron la relación con la naturaleza, su potencial para curar enfermedades y la armonía entre el cuerpo humano, las plantas y el territorio. También se desarrollaron contenidos relacionados con la valoración de los abuelos y las abuelas como grandes conocedores de las plantas, las recetas y los cuidados del cuerpo. Por su parte, las medidas de prevención y distanciamiento fueron trabajadas con adaptaciones al entorno comunitario, como es el ejemplo de la "canción del coronavirus" elaborada por Docentes de las Escuela N° 4738 y N° 4286 de la Comunidad guaraní de Misión San Francisco (Pichanal):

Ep+tanerëtape/Agü+yeëjjaerupi/COVIDjeevae/Ñandeap+ratama/Yayekuakuyave/Yandepuereyayep+u/Yayep+ukatu/Kuambaeras+ güi M...M.../Yayangarekokavi/Yande ye/Ngarakokuambaeras+/Yanemurane"/Yamondoñeepuräta/Tëtarareta pe/Toiyanderekove/Tüpaipope/Cuidémonos bien/entre nosotros/no puede esta enfermedad/sorprendernos más/le mandamos fuerzas/a las familias/que esté nuestra/salud en las manos de Dios/toiyanderekove/tüpaipope/ngarakokuambaeras+/ yanemurane" + ²⁶

Estas experiencias muestran que algunos/as docentes bilingües pusieron en marcha diferentes dispositivos de enseñanza a-sincrónicos que combinan recursos digitales y físicos, visitas a las casas y comunicación vía redes sociales. Así, en todos los casos reseñados, la producción audiovisual era un componente más dentro de las estrategias desarrolladas por los y las docentes, algunas veces en equipo con los/as maestros/as de grado y otra veces de forma autónoma. Asimismo, se obser-

26 Letra compuesta por el maestro bilingüe Silvano López (N° 4738) y con la voz del maestro bilingüe Raúl López y N° 4286 y niñas de la Comunidad Guaraní de Misión San Francisco (Pichanal). Material inédito.

va que las instituciones que mejor han encarado la situación de cuarentena han sido aquellas que contaban con equipos previamente consolidados, es decir que las desigualdades (en términos de capacidad de gestión y producción de materiales pedagógicos didácticos) entre las escuelas permanecen y se profundizan.

Reflexiones finales

Desde la Antropología se reconoce que la pandemia por COVID-19 tuvo un impacto sin precedentes a nivel mundial, y que sus efectos en cada localidad se vinculan con los modos organizativos y las particulares formas de dialogar con el Estado. Debido a ello, en este trabajo se presentó una de las tantas formas de vivir la pandemia y el ASPO, a partir del estudio de las situaciones vividas en este contexto actual por los y las docentes bilingües de la provincia de Salta, en el noroeste argentino. A lo largo del artículo se describieron, triangularon y analizaron las experiencias educativas que atravesaron los docentes bilingües, pensando y reflexionando sobre las alternativas posibles que llevaron a cabo los mismos para asegurar la continuidad de la EIB, en el marco de las múltiples adaptaciones que realizan los grupos sociales en condiciones de desigualdad (SOUSA SANTOS, 2020, p. 22).

De manera específica, en el artículo se analizaron las formas en las que las y los docentes guaraní, chané y tapiete desarrollaron sus tareas en el marco del aislamiento social decretado a raíz de la pandemia por COVID-19. Una de las primeras conclusiones que se puede destacar es que estos/as docentes continuaron sus actividades de enseñanza, pese a la abrupta reconfiguración de las mismas (principalmente a raíz de la virtualización de la mayor parte de las actividades escolares), logrando también mantener el vínculo con las escuelas y con las y los estudiantes.

En relación específica al manejo de información sobre COVID-19, es relevante destacar que la gran mayoría de las y los docentes sí recibieron información y que varios de ellos, asimismo, participaron en estrategias de traducción (español-guaraní). En cuanto a la conectividad, los y las docentes señalan que sí tienen acceso a internet, principalmente a través de los datos móviles en sus teléfonos portátiles (celulares). Este dato abre nuevos interrogantes respecto de cómo se produce la enseñanza a través de este tipo de dispositivos, a la vez que señala la importancia de indagar, a futuro, sobre el acceso de las niñas y los niños a las consignas escolares entregadas por los y las docentes a través de medios virtuales, y sobre cómo fue la respuesta a las mismas. Debido a ello, se señala como una tarea a futuro el estudio de las formas en que los/as niños/as y las familias respondieron a los requerimientos de la educación formal en contexto de pandemia.

Con respecto al manejo de TICs se encuentra que un elevado porcentaje de maestros/as tiene formación en el uso de las mismas. No obstante, varios/as indican que su formación no fue realizada en el marco de su trabajo docente. Esto condujo al interés por las experiencias formativas que ocurren por fuera del ámbito escolar. Debido a ello, se incluyó en el artículo un apartado en el cual se presentan algunas de las experiencias formativas virtuales de las y los docentes guaraní, chané y tapiete durante la pandemia. Estas experiencias muestran un importante avance en la apropiación que estos/as docentes realizan de las plataformas virtuales, destacándose también el compromiso

asumido para afrontar, desde prácticas y saberes interculturales, la prevención y curación frente al COVID-19.

Cabe señalar que el panorama descrito se encuentra atravesado por factores previos a la pandemia, que se vinculan a las trayectorias institucionales de las distintas comunidades educativas. Se observó que las instituciones que mejor han afrontado la situación de cuarentena han sido aquellas que contaban con equipos docentes previamente consolidados, mayor capacidad de producción de materiales pedagógicos didácticos y de gestión institucional. También influyó la cercanía a las ciudades, la disponibilidad de puntos de conectividad y el contexto socioeconómico. En este sentido, las desigualdades entre las escuelas se profundizaron.

Por último, es importante destacar que las alternativas que desplegaron los y las maestros/as bilingües muestran el desarrollo de competencias interculturales para el trabajo virtual individual, colectivo y en articulación con diferentes actores tales como MECCyT, la Secretaría de Asuntos Indígenas, el Ministerio de Producción y Desarrollo Sustentable y la Universidad Nacional de Salta.

El manejo de las TICs combinado con una serie de herramientas y estrategias pedagógicas, también permitió discutir aspectos importantes como la producción y validación de los conocimientos provenientes de diferentes tradiciones culturales, las formas sociales de prevenir y curar las enfermedades, y el impacto de la pandemia en el tejido social en general. Asimismo, se puede analizar este contexto actual de los y las bilingües como parte de procesos más amplios de reelaboración de los modelos educativos en contextos indígenas del noroeste argentino.

Citas

ABELED, Sebastián; ACHO, Emilio; ÁLVAREZ, Marcela Amalia; CASIMIRO CÓRDOBA, Ana Victoria; FLORES, María Eugenia; FLORES KLARIK, Mónica; FORMÍA, Martín; KANTOR, Leda; LUNA FIGUEROA, Lucía; MILANA, Paula; NAHARRO, Norma Teresa; SABIO COLLADO, María Victoria. Relevamiento de la situación de comunidades indígenas frente al COVID-19 en las tierras altas y bajas de la Provincia de Salta. In: ABELED, Sebastián et al. **Efectos socioeconómicos y culturales de la pandemia COVID-19 y del aislamiento social, preventivo y obligatorio en los Pueblos Indígenas del país**, 2020. Disponible en: <http://www.icsoh.unsa.edu.ar/efectos-socioeconomicos-culturales-COVID-19/> Acceso el: 06 mayo 2021.

CAMARGO, Mirna; CASIMIRO CÓRDOBA, Ana; LÓPEZ, Silvano; SEGUNDO, Andrea. La lengua y la cultura guaraní en la escuela. Hacia una educación originaria, comunitaria e intercultural (en prensa). In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE TRADUCCIÓN, TERMINOLOGÍA Y DIVERSIDAD LINGÜÍSTICA, 5., 2020, San Lorenzo. **Anais** [...]. Paraguay: Fundación YvyMarãe'ỹ, 2020.

CASIMIRO CÓRDOBA, Ana. La Universidad Pública y su contribución a la formación de líderes guaraníes. El caso de los maestros bilingües de Salta. **Revista de Extensión Universitaria**, n. 7, p. 254-269, ene./dic. 2017. Disponible en: <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Extension/article/view/7070/10316> Acceso el: 06 mayo 2021.

CASIMIRO CÓRDOBA, Ana; FLORES, María Eugenia. La lengua Guaraní en el umbral al Chaco.

Tramas/Maepova, v. 5, n. 1, p. 19-38, abr. 2017. Disponible en: <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/cisen/issue/view/639/showToc> Acceso el: 06 mayo 2021.

CASIMIRO CÓRDOBA, Ana Victoria. **Patrimonio lingüístico y cultural de los pueblos originarios de Salta. Manual digital para docentes**. Salta: Fondo Ciudadano del Desarrollo Cultural; Ministerio de Cultura, Turismo y Deportes de la Provincia de Salta. 2019.

CENSABELLA, Marisa. Argentina en el Chaco. In: UNICEF; FUNPROEIB ANDES. **Atlas sociolingüístico de pueblos indígenas en América Latina**. Cochabamba, Bolivia: FUNPROEIB, 2009. p. 159-169.

EQUIPO MAPA GUARANÍ CONTINENTAL. **Cuaderno Mapa Guaraní Continental: Pueblos Guaraníes en Argentina, Bolivia, Brasil y Paraguay**. Campo Grande: Gráfica Mundial, 2016. Disponible en: <http://www.icsoh.unsa.edu.ar/mapa-continental-guarani-reta/> Acceso el: 06 mayo 2021.

FLORES, María Eugenia. El territorio como espacio educativo: etnografías con maestros bilingües y médicos tradicionales guaraní y chané. **Intersticios de la política y la cultura. Intervenciones latinoamericanas**, v. 9, n. 17, p. 102-122. ago. 2020. Disponible en: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/intersticios/article/view/28089> Acceso el: 06 mayo 2021.

HIRSCH, Silvia; GONZÁLEZ, Hebe; CICCONE, Florencia. Lengua e identidad: ideologías lingüísticas, pérdida y revitalización de la lengua entre los tapietes. **Indiana**, n. 23, p. 103-122, 2006.

INDEC. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas**. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadísticas, 2010.

MESSINEO, Cristina; HECHT, Ana Carolina. **Lenguas Indígenas y Lenguas Minorizadas**. Estudios sobre la diversidad (socio) lingüística de la Argentina y países limítrofes. Ciudad de Buenos Aires: EUDEBA, 2015.

NUÑEZ, Yamila Irupé; CASIMIRO CÓRDOBA, Ana. La Educación Intercultural Bilingüe y sus desafíos para población Guaraní de Salta y Misiones (Argentina). **Revista Mexicana de Investigación Educativa**, v. 25, n. 85, p. 419-447. ago. 2020. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/343837217_LA_EDUCACION_INTERCULTURAL_BILINGUE_Y_SUS_DESAFIOS_PARA_POBLACION_GUARANI_DE_SALTA_Y_MISIONES_ARGENTINA Acceso el: 06 mayo 2021.

OSSOLA, María Macarena. Pueblos Originarios. In: PAZ, Jorge (org.). **Mapa social de la Provincia de Salta para la Cooperación Internacional**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Consejo Federal de Inversiones; Gobierno de la Provincia de Salta, 2016. p. 239 - 257. Disponible en: <http://biblioteca.cfi.org.ar/wp-content/uploads/sites/2/2016/01/mapa-social-de-salta.pdf> Acceso el: 06 mayo 2021.

OSSOLA, María Macarena. La formación superior indígena en contexto de pandemia (Salta, Argentina). **Educación en la diversidad. Boletín del Grupo de Trabajo Educación e Interculturalidad**, v. I, n. 2, p. 34-40. jul. 2020. Disponible en: <https://www.clacso.org/boletin-2-educar-en-la-diversidad/> Acceso el: 06 mayo 2021.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **La cruel pedagogía del virus**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020. Disponible en: <https://www.clacso.org/la-cruel-pedagogia-del-virus/> Acceso el: 06 mayo 2021.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Ao sul da quarentena. **Jornal Sul21** [on-line], 9 abr. 2020. Disponible en: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/04/a-sul-da-quarentena-por-boaventura-de-sousa-santos/> Acceso el: 06 mayo 2021.

VILÀ, Ruth. El desarrollo de la competencia comunicativa intercultural en una sociedad multicultural y plurilingüe: una propuesta de instrumentos para su evaluación". In: PERERA, Joan. **Plurilingüisme i educació: els reptes del segle XXI**. Ensenyar llengües en la diversitat i per a la diversitat. Barcelona, España: Institut de Ciències de l'Educació, 2003. p. 259 – 270.

Legislación consultada

Decreto Nº 1488, 1991.

Res. 460, 2008.

Decreto 4619, 2008.

Decreto Provincial Nº 250/2020.

Ley Provincial Nº 8010/17.

EL “TERRITORIO” Y LA “SALUD” EN CONTEXTO DE PANDEMIA: REORIENTACIONES EN LOS LENGUAJES CONTENCIOSOS DEL PUEBLO MAPUCHE TEHUELCHÉ (PUELMAPU, ARGENTINA)

O “TERRITÓRIO” E A “SAÚDE” NO CONTEXTO DE UMA PANDEMIA: REORIENTAÇÕES NAS LÍNGUAS CONTENCIOSAS DO POVO MAPUCHE TEHUELCHÉ (PUELMAPU, ARGENTINA)

“TERRITORY” AND “HEALTH” IN THE CONTEXT OF A PANDEMIC: REORIENTATIONS IN THE CONTENTIOUS LANGUAGES OF THE MAPUCHE TEHUELCHÉ PEOPLE (PUELMAPU, ARGENTINA)

Ana Margarita Ramos¹

 <https://orcid.org/0000-0003-1119-0172>

Florencia Yanniello²

 <https://orcid.org/0000-0002-6767-4136>

Recebido em: 05 de janeiro de 2021.
Aprovado em: 18 de fevereiro de 2021.

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12436>

RESUMEN: El artículo pretende analizar los lenguajes contenciosos habilitados en el campo de la política para dirimir las disputas territoriales que atraviesa el Pueblo Mapuche Tehuelche en Argentina. Se propone entender cómo en el contexto de aislamiento por la pandemia del COVID-19, las orientaciones de sentido cambiaron y se generaron nuevos encadenamientos ideológicos en torno a la “salud” y el “territorio” que potenciaron y resignificaron la brecha existente entre las comunidades y el Estado en relación con los conflictos territoriales preexistentes.

Palabras claves: pandemia; pueblo mapuche tehuelche; territorio; salud.

RESUMO: O artigo tem como objetivo analisar a linguagem contenciosa habilitada no campo da política para resolver as disputas territoriais que atravessa o povo Mapuche Tehuelche na Argentina. Nós propomos compreendo os reorientações de significado que mudaram no contexto do isolamento social devido à pandemia COVID-19 e novas cadeias ideológicas que foram geradas em torno da “saúde” e do “território”, que aprofundaram e resignificaram a brecha entre as comunidades e Estado em conflitos territoriais pré-existentes.

Palavras-chave: pandemia; povo mapuche tehuelche; território; saúde.

1 Dra. en Antropología Social, Instituto de Investigaciones en Diversidad Cultural y Procesos de Cambio, Universidad Nacional de Río Negro (UNRN) y CONICET, Argentina. E-mail: aramosam@gmail.com

2 Doctora en Comunicación, Universidad Nacional de la Plata. Docente Adscripta a la materia Antropología del Control Social, Universidad Nacional de Río Negro, Argentina. Integrante del Grupo de Estudios sobre Memorias Alterizadas y Subordinadas (GEMAS). E-mail: florenciayanniello@gmail.com

ABSTRACT: This article intends to analyze the contentious languages used in the field of politics to deal with the disputes for territory that the Mapuche Tehuelche people have been experiencing. We aim at understanding how the meaning orientations have changed in the context of the confinement due to COVID-19 pandemic and how new ideology chains of “health” and “territory” have emerged, deepened and given a new meaning to the gap between the communities and the state about previous conflicts for territory.

Keywords: pandemic; mapuche tehuelche people; territory; health

El presente artículo analiza los lenguajes contenciosos (ROSEBERRY, 1994, p. 9) habilitados en el campo de la política para dirimir las disputas territoriales que atraviesa el Pueblo Mapuche Tehuelche en Argentina³. Al respecto, nos interesa particularmente reconocer las orientaciones de sentido que fueron profundizadas a partir del Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (ASPO) por la pandemia del COVID-19, desde su implementación en marzo de 2020. De acuerdo con William Roseberry, entendemos que los lenguajes de contienda –por más diversos que sean sus posicionamientos ideológicos– refieren a una grilla común de significados (ROSEBERRY, 1994, p. 10); en otras palabras, son maneras de hablar sobre las relaciones sociales que exponen los términos centrales y alrededor de los cuales pueden ocurrir la impugnación y la lucha en determinado tiempo y lugar.

Desde este ángulo, nos proponemos identificar los encadenamientos ideológicos (LACLAU, 1996, p. 68) que se produjeron en contexto de emergencia sanitaria, en torno a la conflictividad territorial. La emergencia sanitaria habilitó una uniformización de las políticas gubernamentales que el Pueblo Mapuche Tehuelche puso en cuestión⁴, generando un debate –diferencialmente público– que inicia en la idea de “salud” y escala en la de “territorio”. Al recorrer este proceso, analizamos algunos de los sentidos que se enfatizaron en los vocabularios contenciosos durante el transcurso de 2020. Veremos que, a partir de cómo se concibe la salud, se posibilitan o no ciertas conexiones

3 El análisis está centrado en *Puelmapu*, la parte del territorio mapuche tehuelche que se encuentra al este de la cordillera de los Andes, actual territorio argentino.

4 Esta tendencia a la uniformización, objeto de los cuestionamientos indígenas, abarca el conjunto de políticas nacionales, provinciales y municipales, cuyas diferencias, además, no siempre son identificables para las personas.

o desconexiones de sentidos en las demandas territoriales, y se producen nuevos escenarios políticos. Señalaremos que, para el Pueblo Mapuche Tehuelche, algunos de estos encadenamientos hegemónicos producidos en contexto de pandemia significaron un retroceso en materia de derechos indígenas⁵.

Cuando Foucault (1999, p. 179) define el arte de gobierno neoliberal, introduce la noción de biopoder para dar cuenta de una dinámica regulatoria que apunta a la administración de la vida de un nuevo sujeto colectivo que es la población, para que esta pueda ser más productiva, eficiente, segura y regular. Por lo tanto, se trata de una dinámica en la que adquiere centralidad política la gestión del riesgo. Sin adentrarnos en esta línea de análisis, nos preguntamos qué tipos de desafíos emergen –o podrían ocurrir– cuando la epistemología del riesgo se transforma en el marco estructurante de los lenguajes políticos contenciosos. La pandemia suscitó un escenario global y concreto en el que se debe enfrentar, con las herramientas disponibles, el contagio masivo, el colapso sanitario y las muertes. En nuestro país, y con excepción de algunos posicionamientos minoritarios, la política del aislamiento social fue la respuesta consensuada con la que se alineó gran parte de la población, de distintos sectores sociales y con distintas ideologías. Las autoras de este artículo escribimos estando en aislamiento social y vamos a seguir estándolo, pero creemos también que una monoacentuación del riesgo excluye formas alternativas de conectar los problemas y las soluciones. Haciendo referencia a la epistemología del riesgo, Cortes Oggero (2018, p. 13-14) señala que, en ciencias de la salud, esta se define desde la epidemiología tradicional, la cual se centra en tres elementos: la ocurrencia de casos, la base de referencia poblacional total y la base de referencia temporal, es decir, el período específico de tiempo que se observa. En este sentido, el enfoque de riesgo de las ciencias de la salud se basaría en un marco de observación estadística de las variables biológicas y demográficas. En relación con ello, nos preguntamos qué otras epistemologías de riesgo vinculado a la salud pueden haber adquirido relevancia política para algunos sectores del Pueblo Mapuche Tehuelche.

Otro aspecto a tener en cuenta en contextos de emergencia –fuertemente enmarcados en la gestión del riesgo– son las lógicas de reacción (FUENTES; SCHÜLER, 2014, p. 7). Por ejemplo, qué lógicas se instituyen desde los gobiernos como las más racionales para revertir el impacto económico del aislamiento social preventivo. El carácter de emergencia que adquieren las decisiones políticas en estos contextos suele ser propicio para llevar adelante iniciativas gubernamentales –como formas necesarias y pragmáticas de “salir de la crisis”– que vienen siendo fuertemente discutidas por las organizaciones y movimientos sociales.

Finalmente, la epistemología del riesgo, basada en la idea universal de población, promueve lenguajes homogeneizadores, como lo expresa la epidemiología crítica: “el concepto de riesgo homogeneiza las contradicciones en el presente, estableciendo que sólo se puede administrar el riesgo de modo racional” (ALMEIDA; CASTIEL; AYRES, 2009, p. 325). Nuestra pregunta no se enfoca tanto en el universalismo de las políticas en salud preventiva dirigidas a la población, sino en las situacio-

5 A pesar de la divergencia de sentidos y acentos en las demandas territoriales de comunidades y organizaciones mapuche tehuelche, estas coinciden en denunciar las violencias y el despojo territorial que ha llevado a cabo el Estado contra su pueblo, así como en reclamar una revisión, amplitud y creación de los derechos indígenas con el fin de revertir ese proceso histórico de exclusión y expropiación. Para ver un estado de la cuestión sobre el tema ver: LAZZARI; RODRÍGUEZ; PAPAIZIAN; 2015.

nes en las que el contexto de emergencia habilita “un modo racional” que impacta en otros ámbitos de la vida social, en perjuicio de ciertas luchas y subjetividades políticas.

En el marco de estos interrogantes, nos preguntamos específicamente cómo las políticas gubernamentales en contexto de pandemia impactan directamente en las disputas por el territorio y por las maneras en las que, en esos escenarios políticos, comunidades y organizaciones mapuche tehuelche promueven y recrean los argumentos socioculturales de sus demandas territoriales. Los siguientes apartados despliegan los encadenamientos y las asociaciones de sentido que articulan los lenguajes y prácticas de esta contienda.

En primer lugar, identificamos las racionalidades gubernamentales puestas en juego a la hora de definir la salud como el principal eje de la política. Segundo, y frente a esas lógicas hegemónicas, describimos las diferencias epistémicas que devienen políticas para los/as mapuche tehuelche. Como se verá, esas diferencias se enmarcan en la centralidad que adquiere la conjunción salud-territorio para los pueblos indígenas. A continuación, introducimos dos discusiones paralelas que, en estos contextos de emergencia sanitaria, profundizaron las brechas entre quienes separan y quienes juntan la salud y el territorio. Una es la que se desarrolla en el tercer apartado, cuyos anclajes son la tensión entre cuidar la salud y desarrollar la economía, y la decisión política de solventar la crisis económica con los proyectos extractivos en el territorio. La otra, planteada en el cuarto apartado, surge cuando la emergencia sanitaria pone al descubierto la insuficiencia habitacional manifestada por las “tomas de tierras” y las decisiones gubernamentales –nacionales y provinciales– orientadas a defender prioritariamente la propiedad privada. Prestando atención a estas dos últimas disputas, nos interesa no solo mostrar cómo el territorio se transformó en uno de los principales recursos en disputa, sino, sobre todo, cómo el Pueblo Mapuche Tehuelche interviene en estos enfrentamientos con sus propios argumentos políticos.

Al no poder realizar las entrevistas en las formas habituales del trabajo de campo presencial, para este artículo hemos utilizado una metodología ad hoc para producir los materiales de análisis, basada en la lectura etnográfica de notas de los medios de comunicación, de conversaciones mantenidas por modalidad virtual, de los materiales que nos envían nuestros/as interlocutores/as por las redes y de algunos intercambios puntuales por vía telefónica. Puesto que los temas de este artículo han sido la preocupación desde que empezó la pandemia del Grupo de Estudios sobre Memorias Alterizadas y Subordinadas (GEMAS)⁶ –del cual formamos parte–, también contamos con el material de los informes elaborados grupalmente con las mismas metodologías señaladas.

Por lo tanto, el universo al que aquí nombramos como Pueblo Mapuche Tehuelche está representado por las personas, comunidades y organizaciones que, a partir de marzo, han sido nuestros/as interlocutores/as en esos trabajos colectivos, y cuya selección responde solo a las posibilidades de internet, a trayectorias de trabajo compartidas previamente, y a nuestro parcial posicionamiento como audiencia (no todos los mensajes producidos en el territorio mapuche tehuelche llegan a nuestras redes). A pesar de ello, son referentes de estas reflexiones distintas comunidades y organizaciones de las provincias de Neuquén, Río Negro y Chubut⁷.

6 Para conocer más sobre el grupo de investigación ver: <https://gemasmemoria.com/>

7 En este trabajo se presentan explícitamente solo las comunidades y organizaciones mapuche tehuelche de las que citamos alguna iniciativa o discurso como ejemplo representativo; pero el universo de nuestras reflexiones es más amplio y sus límites más

La salud en tiempos de COVID-19

La situación de emergencia que se generó a partir de la pandemia influyó profundamente en la trama de medios políticos/jurídicos para la disputa (CORNELL, 1990, p. 369) y, en consecuencia, en las formas en que se fueron moldeando los lenguajes contenciosos habilitados. Estos cambios resultaron de un reacomodamiento de prioridades en el cual la salud pasó a ser la ordenadora de la vida social. El cuidado de la salud se constituyó en el centro del discurso político, así como los/as expertos/as, en los/as principales productores/as de los sentidos sobre los cuales se fundamentó y legitimó el ASPO.

Este giro responde a un drástico cambio en los contextos sociales y a los múltiples diagnósticos que lo interpretaron como una situación de "emergencia sanitaria". Al respecto, coincidimos con Koziner, Aruguete y Zunino (2020, p. 83) cuando plantean que el COVID-19 es un ejemplo perfecto de lo que Suzanne Staggenborg (1993, p. 320) denominó "evento crítico", esto es, un acontecimiento contextualmente dramático cuyo significado radica en el impacto que tiene tanto en la atención pública como en las elites políticas y en la percepción generalizada de que es necesario accionar de modo urgente. Por lo tanto, en estos nuevos marcos de gubernamentalidad signados por la emergencia, las palabras enunciadas desde el Estado (ROSEBERRY, 1994, p. 10) adquieren un poder especial para moldear, de formas aceleradas, los lenguajes contenciosos.

Como señala Sierra Caballero (2020, p. 10), en la era de la globalización y la conectividad total, debemos aprender a gestionar el incremento de la incertidumbre y las amenazas planetarias que trascienden las tradicionales fronteras y los espacios territoriales, y atender a cómo estos temas marcan la agenda pública, sin que la teoría y la práctica de la acción política hayan madurado en sus lógicas de reflexividad y proyección constatada esta nueva dinámica de reproducción. Desde este ángulo nos preguntamos: ¿Cuáles son los efectos sociales colaterales de gestionar los riesgos en escenarios político-sanitarios de emergencia?, ¿cuáles son las cadenas significantes que se producen en el marco de la "emergencia" y sus consecuencias en el devenir de los escenarios de disputa que estaban en proceso?

Si como sostiene Cris Shore (2010, p. 34), las políticas públicas suelen definir sus problemas y sus soluciones al descartar definiciones alternativas, los contextos de emergencia tienden a profundizar esta tendencia. El discurso percibido como tecnicismo racional enmarcó las políticas públicas y definió sus soluciones como las "naturales" para el tipo de problemas que enfrentamos. El punto de este artículo no reside en poner en cuestión la efectividad de esas decisiones, sino preguntarnos en qué medida, con qué alcances y con cuáles efectos estas "logran desplazar el discurso a un registro que posiciona el debate fuera de la política y, por lo tanto, en una esfera donde el desacuerdo es visto como inapropiado o imposible" (SHORE, 2010, p. 34).

indefinidos, puesto que responde a una historia colectiva de trabajo.

“Nuestra manera de ver la salud es diferente”

Como ya anticipamos, las decisiones en torno al aislamiento sanitario de la población fueron presentadas como parte de una política de salud pública para la prevención de contagios. De esta manera, en una primera instancia se anunció el ASPO para su aplicación en todo el territorio nacional desde el 20 de marzo hasta el 26 de abril de 2020 inclusive; y luego se fueron habilitando algunas medidas segmentada regionalmente, de aislamiento o distanciamiento, según la situación sanitaria de cada lugar⁸. Esto conllevó restricciones diferenciales en torno al funcionamiento de ciertas instituciones, la movilidad de las personas, la posibilidad de reunirse, así como controles oficiales para asegurar el cumplimiento del aislamiento social por parte de la población.

Observamos, entonces, una centralidad de la temática de salud en las agendas políticas y mediáticas y la instalación paulatina de la premisa indiscutible de que “la salud es lo primero”. En esa línea, el discurso de funcionarios/as públicos/as y científicos/as especialistas se centró en que la prioridad máxima en estos tiempos debía ser el cuidado de la salud y para ello la necesidad de cumplir el aislamiento social. El diario digital El Cronista recuperaba las palabras del presidente Alberto Fernández para anunciar el comienzo de la cuarentena: “A partir de ese momento nadie puede moverse de su residencia, todos tienen que quedarse en su casa. Es hora de que comprendamos que **estamos cuidando la salud de los argentinos**”⁹. Fernández decía también en aquellos meses que “aquel que no pueda explicar qué hace en la calle se verá sometido a las sanciones que prevé el Código Penal para quienes violan las normas que dispone la **autoridad sanitaria** para frenar la pandemia”^{10, 11, 12}. La “autoridad sanitaria” fue entonces la que tuvo (y tiene) la última palabra sobre las decisiones políticas: “son médicos infectólogos y epidemiólogos y están entre los más reconocidos en sus disciplinas a nivel local e internacional”¹³; “los médicos epidemiólogos e infectólogos que integran ese comité de expertos [...] vienen de los más variados institutos, hospitales y organismos de salud del país e internacionales”¹⁴.

8 Portal Oficial del Estado Argentino. **Aislamiento social, preventivo y obligatorio**. Disponible en: <https://www.argentina.gob.ar/coronavirus/aislamiento> Acceso en: 15 oct. 2020.

9 El Cronista. **Coronavirus: el Gobierno decretó la cuarentena total en la Argentina**. Disponible en: <https://www.cronista.com/economiapolitica/Coronavirus-el-Gobierno-decreto-la-cuarentena-total-en-la-Argentina-20200319-0082.html> Acceso en: 10 sep. 2020.

10 El Cronista. **Coronavirus: el Gobierno decretó la cuarentena total en la Argentina**. Disponible en: <https://www.cronista.com/economiapolitica/Coronavirus-el-Gobierno-decreto-la-cuarentena-total-en-la-Argentina-20200319-0082.html> Acceso en: 10 sep. 2020.

11 En sus discursos y extensiones del ASPO, el presidente hizo hincapié una y otra vez en esta idea, como lo destaca el diario Matanza Digital: “**Nuestro interés primero es cuidar la salud de los argentinos y las argentinas**” (ver: <https://www.matanzadigital.com.ar/alberto-fernandez-nuestro-interes-primero-es-cuidar-la-salud-de-los-argentinos-y-las-argentinas/> Acceso en: 12 sep. 2020) y también el diario Ámbito: “el Presidente reiteró que en primer lugar **‘se ubica la salud’**, en el marco de la pandemia de coronavirus” (Ver: <https://www.ambito.com/politica/alberto-fernandez/reitero-que-la-renegociacion-la-deuda-paso-un-segundo-o-tercer-plano-n5093527> Acceso en: 7 oct. 2020).

12 Las negritas que se utilizan para resaltar algunas palabras son de las autoras.

13 Perfil. **Quién es quién en el comité de expertos que asesora a Alberto Fernández**. Disponible en: <https://www.perfil.com/noticias/politica/coronavirus-medicos-quien-es-quien-en-el-comite-de-expertos-que-asesora-a-alberto-fernandez.phtml> Acceso en: 10 oct. 2020.

14 Perfil. **Quién es quién en el comité de expertos que asesora a Alberto Fernández**. Disponible en: <https://www.perfil.com/noticias/politica/coronavirus-medicos-quien-es-quien-en-el-comite-de-expertos-que-asesora-a-alberto-fernandez.phtml> Acceso en:

Ahora bien, desde el momento en que el discurso político se enmarcó en la autoridad de la medicina y la biología para gestionar los riesgos de la pandemia, se tomaron medidas de alto impacto preventivo en la población, pero también se habilitaron permisos locales de control social, muchas veces motivados por otros intereses políticos. Esto llevó a que ciertos sectores sociales, como algunas comunidades mapuche tehuelche –que citaremos más adelante en el artículo–, empezaran a cuestionar ciertos criterios monolingües de esa “autoridad sanitaria”.

En ese sentido, tal como señala el Segundo Informe sobre el Impacto social y propuestas del Pueblo Mapuche y Mapuche Tehuelche frente al aislamiento social obligatorio por COVID-19, del GEMAS¹⁵, el Estado argentino tiene una deuda histórica no resuelta con los pueblos originarios por el genocidio, despojo, violencia y racismo institucional, y falta de reconocimiento de sus espacios territoriales. Asimismo, el informe destaca que “las medidas implementadas en la cuarentena pronuncian estos problemas y generan otros que se suman a su vez a complicaciones más recientes que atraviesan las comunidades mapuche y tehuelche” (GEMAS, 2020, p. 3).

En este marco, las demandas y diagnósticos que surgen de ese informe giran en torno a los modos en que ciertas normativas dificultaron el desarrollo de la vida cotidiana y la posibilidad de lograr el bienestar (*kvmefelen*) de las personas mapuches. El *kvmefelen* se sustenta en la necesidad de actuar, de vivir y de comportarse de acuerdo con ciertas normativas ancestrales que regulan las relaciones con el territorio e implica ejercer la soberanía en ejercicio de la propia identidad (YANNIELLO, 2020, p. 1). Entre los impedimentos que destacan, se encuentran la falta de adecuación territorial y sociocultural de algunas medidas de gobierno a la vida de las personas y la ausencia de participación de sus especialistas y autoridades en las decisiones (GEMAS, 2020, p. 4).

En líneas generales, las comunidades consultadas en el informe¹⁶ acuerdan en la prioridad de sostener ciertos protocolos de circulación con el fin de prevenir los contagios:

“...hay acuerdo con la necesidad de cuidarse y atenerse a las medidas en procura del bienestar de toda la sociedad [...] todos o la mayoría estamos tomando todo tipo de precaución, cuidándonos como podemos y con lo que tenemos” (*logko*¹⁷ comunidad Ancalao) (GEMAS, 2020, p. 8).

Pero también señalan que sus definiciones de “salud” abarcan dimensiones de la vida que se vieron alteradas o prohibidas por las políticas sanitarias de los gobiernos, en desmedro del *kvmefelen* del Pueblo Mapuche Tehuelche. En el informe se recupera la voz del *machi* (autoridad ancestral especialista en salud) de la Ruka Lawen (Comunidad Millalonco-Ranquehue, San Carlos de Bariloche), quien destaca la importancia de ejercer sus propias acciones preventivas: “Mantener nuestra

10 oct. 2020.

15 Informe realizado a partir de un relevamiento por parte de miembros de comunidades y organizaciones Mapuche y Mapuche-Tehuelche del Puelmapu durante los días 15 y 28 de mayo de 2020. Disponible en: <https://gemasmemoria.com/2020/06/03/segundo-informe-red-gemas/> Acceso en: 15 jul. 2020.

16 En el informe del GEMAS fueron consultadas familias, comunidades y organizaciones indígenas de las provincias de Neuquén (2), Río Negro (11) y Chubut (34). La información relevada fue aportada durante la segunda quincena del mes de mayo y la primera semana de junio de 2020, por personas que se identifican a sí mismas como mapuche, mapuche pehuenche, tehuelche, mapuche-tehuelche.

17 Autoridad o líder de la comunidad.

fuerza espiritual, en nuestro *gillapun, gillatun* (ceremonias), en nuestros propios espacios, lugares en donde estemos, donde vivamos familiarmente, comunitariamente, para seguir fortaleciéndonos” (GEMAS, 2020, p. 8). En relación con esto, agrega un integrante de la comunidad mapuche Raquithue:

Nuestra manera de ver la salud es diferente, por el contacto con la tierra que tenemos, por cómo nos relacionamos. Por supuesto que pensamos y tenemos miedo y no queremos que nadie se enferme por eso tenemos que ser más responsables con el cuidado de nuestro entorno, de nuestro lugar dónde nos relacionamos con todo (GEMAS, 2020, p. 11).

Este informe concluye que las comunidades manifestaron una preocupación particular por la restricción de la circulación, en tanto muchas veces impide la realización de ceremonias fundamentales para la salud de las personas y el *kvmefelen* de las comunidades (GEMAS, 2020, p. 11). La alteración de los ciclos de ceremonias y de los compromisos espirituales con los seres y fuerzas del territorio, explican, “afectará directamente al equilibrio de quienes habitan el *Wallmapu*” (GEMAS, 2020, p. 11).

Unas semanas después de la realización de este informe, algunas comunidades y organizaciones mapuche tehuelche iniciaron, desde distintos puntos geográficos de las provincias de Chubut, Río Negro y Neuquén, diversas campañas con el fin de demandar el libre ejercicio de su medicina. Por ejemplo, la campaña realizada por el Movimiento de Mujeres Indígenas por el Buen Vivir titulada “La cordillera no es frontera/Chi Mawiza Malal Femngelay”, dirigida a que una *machi* que había cruzado la cordillera (de Chile a Argentina) para atender a sus pacientes, pudiera volver a cruzarla para regresar a su hogar y a su *rewe* (lugar ceremonial). La campaña consistió en mostrar los fundamentos espirituales y territoriales de la medicina mapuche. En esta misma dirección, diferentes comunidades mapuche tehuelche del *Puelmapu* iniciaron una campaña en una dirección similar. En el comunicado público que elaboraron colectivamente, explicaban:

A mediados de marzo del corriente año, por la pandemia del coronavirus, se cerraron las fronteras estatales. Nuevamente se mutila la dinámica de nuestro Pueblo, las Pu Machi (medicas/os Mapuche) no pueden cruzar desde la Puelmapu a Gulumapu y viceversa (Argentina-Chile). Cientos de pacientes quedaron a medias con sus tratamientos. Transcurrieron los meses y, sin embargo, muchas actividades “esenciales” se protocolizaron para su apertura, entre ellas todas las prácticas de la medicina estatal. (...) esa omisión significa la muerte de muchos pacientes que esperan el *mapu lawen* (medicina natural) preparado por pu Machi o pu Lawuentuchefe y la continuación de su tratamiento. (...) Al Pueblo Mapuche Tehuelche: debemos unirnos en el reclamo de nuestros derechos más innegociables, como lo es el derecho a la salud¹⁸.

Para esa misma fecha, un *lawuentuchefe* (especialista en medicina mapuche o *lawen*) y militante de la comunidad Paicil Antriao (Neuquén) explicaba la importancia de resguardar los diferentes territorios, de preservar la biodiversidad que crece en ellos y defender el libre tránsito del *lawen* (remedios naturales), sobre todo en contextos de pandemia:

18 Comunicado de Comunidades Mapuche Tehuelche. Disponible en: <https://gemasmemoria.com/2020/09/20/el-lawen-el-derecho-a-la-medicina-mapuche-tehuelche/> Acceso en: 2 oct. 2020.

...también hay una clasificación de enfermedades dentro del mundo mapuche. (...) y además que la medicina de todos los pueblos originarios no funciona con una sola clase de planta, son combinaciones, y todo depende del contexto también, por eso es que entendemos que es muy importante. [...] Así que como nosotros decimos mapuche, mapuche significa gente de la tierra o gente que está relacionada con todas las fuerzas naturales¹⁹.

Con estas campañas, comunicados y escritos, las personas del Pueblo Mapuche Tehuelche no solo demandan la implementación de medidas que sean acordes con las prácticas de la medicina mapuche tehuelche y con los principios de sus conocimientos en salud. También cuestionan las definiciones oficiales de salud por no tener en cuenta la importancia del territorio y el resguardo de sus fuerzas constitutivas, imprescindibles para tener *kvmefelen*, es decir, salud y bienestar (TOMAS; SANTISTEBAN, 2020, p. 1). Desde la perspectiva mapuche tehuelche, la pandemia puso en relieve que las soluciones brindadas por la salud pública occidental tienden a ser cortoplacistas y en este caso, ligadas solo a la inminente amenaza del virus.

El eje de esta contienda no reside en cuestionar la emergencia sanitaria, la importancia de la prevención y la centralidad de la salud en las decisiones políticas, sino más bien, en la hegemonía epistémica que se manifiesta a la hora de definir emergencia sanitaria, prevención y salud. Estos desacuerdos se dirimen más en torno a las dimensiones epistémicas y ontológicas que la medicina hegemónica no abre al debate y a la negociación, y no tanto en relación con ciertos tecnicismos específicos. Para el Pueblo Mapuche Tehuelche son muchas las dimensiones de la vida que no están contempladas en el discurso político hegemónico de la salud. En contrapunto, desde la perspectiva de las políticas públicas de la salud, las prácticas y conocimientos de la medicina mapuche son excesos (BLASER; DE LA CADENA, 2008, p. 3), esto es, un acontecer que desborda el rango de las preguntas de los marcos políticos (RAMOS, 2016, p. 133), porque estos no disponen aún de categorías conceptuales adecuadas para pensarlo, o porque las disponibles son insuficientes y pervierten la capacidad de dar cuenta de ello (TROUILLOT, 1995, p. 82).

El extractivismo como actividad esencial

Como decíamos inicialmente, los contextos de emergencia habilitan un reacomodamiento de prioridades, que, si bien en un primer momento fueron organizadas en el campo de la salud, luego entraron en tensión con las urgencias económicas. A medida que pasaron los meses de aislamiento, la noción "economía" también se cargó discursivamente con fuerza performativa. En el marco de un proceso que permanece abierto, se sucedieron diferentes etapas en las que la visión sanitarista y la económica quedaron enfrentadas con distinta intensidad (KOZINER; ARUGUETE; ZUNINO, 2020, p. 86). En esta tensión entre los significantes "salud" y "economía", se construyó, desde el gobierno y desde los medios de comunicación, la idea de que "hay que resolver" rápidamente esa "encrucijada". Si bien los discursos oficiales siguieron sosteniendo que "de la economía se vuelve, de las

19 TOMAS, Marcela; SANTISTEBAN, Kaia. **Reflexiones de Lorenzo Loncon acerca de la importancia del lawen, lawuentuchefe y militante de la Lof Paicil Antriao (Neuquén)**. 2020. Disponible en: <https://gemasmemoria.com/category/que-corra-la-voz/ensayos/lawen/> Acceso en: 5 oct. 2020.

muerter no²⁰ y que existe un "falso dilema"²¹ acerca de si se debe priorizar la salud o la economía, las medidas tomadas pueden interpretarse de distintas maneras.

Luego de que el gobierno nacional promoviera la reivindicación de la salud como el eje ordenador de las prioridades, nos encontramos con que la primera medida de los gobiernos (nacional y provinciales) de cara a la "resolución" de la disyuntiva entre salud y economía, fue la habilitación de los emprendimientos extractivos, considerándolos "actividades esenciales". El Decreto de Necesidad y Urgencia 297/2020 y la resolución administrativa 49/2020 agregaron hacia el 10 de abril nuevos sectores que podían comenzar su actividad, entre ellos la operación de centrales nucleares, el sostenimiento de actividades vinculadas a la minería y las curtiembres. El diario Infobae publicaba esta nueva lista de actividades esenciales y señalaba que:

la sola enumeración va dando cuenta de la complejidad que involucra el normal funcionamiento de la economía. Cualquier industrial sabe que no puede parar un 'proceso continuo'. Tampoco se pueden desatender la operación de centrales nucleares o los desechos de la actividad minera²².

Ante estos anuncios llegaron los comunicados y repudio de organizaciones ecologistas y de asambleas socioambientales. En una declaración de la Unión de Asambleas Patagónicas, red que nuclea asambleas ambientalistas de la región sur del país, se planteó el repudio "ante la decisión del Gobierno Nacional de eximir del aislamiento obligatorio y preventivo por la pandemia del COVID-19 a las actividades extractivas"²³. En la declaración se denuncia que resulta contradictorio que el Gobierno Nacional se pronuncie en pos de la salud de la comunidad y habilite en simultáneo las actividades extractivas:

El Gobierno considera como actividades 'esenciales en la emergencia' a la producción, distribución y comercialización forestal y minera; curtiembres; exploración, prospección, producción, transformación y comercialización de combustible nuclear; fumigaciones; entre otras. El modelo extractivo que Alberto Fernández insiste en imponer contra la voluntad de los pueblos, contradice flagrantemente la supuesta intención de velar por la salud de toda la población al decretar el estado de excepción y el aislamiento social²⁴.

Desde distintas organizaciones ecologistas y movimientos socioambientales se había planteado antes de la pandemia que los monocultivos (y el uso de agrotóxicos) y la megaminería se pre-

20 Página 12. Alberto Fernández: "De la economía se vuelve, de las muertes no". Disponible en: <https://www.pagina12.com.ar/256235-alberto-fernandez-de-la-economia-se-vuelve-de-las-muertes-no> Acceso en: 4 sept. 2020.

21 Página 12. Alberto Fernández: "De la economía se vuelve, de las muertes no". Disponible en: <https://www.pagina12.com.ar/256235-alberto-fernandez-de-la-economia-se-vuelve-de-las-muertes-no> Acceso en: 4 sept. 2020.

22 Infobae. Cuáles son las 48 actividades de la economía que el Gobierno considera esenciales en medio de la cuarentena. <https://www.infobae.com/economia/2020/04/12/cuales-son-las-48-actividades-de-la-economia-que-el-gobierno-considera-esenciales-en-medio-de-la-cuarentena/> Acceso en: 16 nov. 2020.

23 Tinta Verde. Covid 19: El extractivismo no cumple la cuarentena. Disponible en: <http://tintaverde.com.ar/?p=1995> Acceso en: 5 sept. 2020.

24 Tinta Verde. Covid 19: El extractivismo no cumple la cuarentena. Disponible en: <http://tintaverde.com.ar/?p=1995> Acceso en: 5 sept. 2020.

sentan desde los gobiernos nacional y provinciales como las “únicas alternativas posibles” para salir de una nueva crisis económica. A lo cual se suma el señalamiento de la contradicción de las políticas estatales de “velar por la salud” e imponer el extractivismo como única salida de la crisis económica (contradicción retomada por distintos militantes y académicos ambientalistas²⁵).

Particularmente en la provincia de Chubut, el conflicto se acentuó durante la cuarentena ante el anuncio del gobernador, Mariano Arcioni, de la puesta en marcha del Plan Estratégico para el desarrollo Minero, en el que presentó el proyecto para avanzar con una zonificación a fin de habilitar la megaminería en el territorio provincial²⁶. Las asambleas ambientales chubutenses presentaron en paralelo un proyecto por Iniciativa Popular para prohibir la megaminería con 30.916 firmas verificadas que representan el 7% del padrón (la normativa exige el 3%)²⁷.

Algunos sectores del movimiento ambiental de Argentina articularon históricamente con pueblos indígenas de distintas regiones en la lucha contra la megaminería. En Patagonia, este vínculo se volvió a actualizar en el Parlamento Mapuche que se llevó adelante en El Maitén, Chubut, en enero de 2020, donde participaron comunidades mapuche tehuelche, asambleas socioambientales, organizaciones feministas, vecinos/as autoconvocados/as y medios comunitarios de comunicación. En el parlamento se reafirmó que, frente a escenarios de adversidad, es necesario el entendimiento y el diálogo de todos los actores que confluyen en luchas territoriales contra la megaminería y la defensa del agua, entre otras²⁸. Pero también hubo consenso en reconocer que los pueblos originarios tienen una relación distintiva con la naturaleza porque necesitan del territorio para vivir y también para desplegar un modo de ser (MARTÍNEZ ALIER, 2008, p. 14).

Es así que la alianza entre comunidades mapuche tehuelche y las diversas asambleas socioambientales contra el extractivismo se promueve, por los mismos actores, como una fuente importante de representaciones y prácticas del espacio con potencial político para revertir formas de segregación espacial y de control social vía la estigmatización. Al mismo tiempo, representa un medio de recuperación de lo heterogéneo (MERKLEN, 2015, p. 157), como podemos ver en el comunicado de la asamblea No a la Mina de la localidad chubutense de Trevelin:

En Trevelin desde hace un tiempo se entendió que los pueblos originarios son parte importante, básica, de esta resistencia (...) Es por ello que se decidió plantear una alianza de actividades y dinamismo con la Lof [comunidad] que está más cerca de nuestra comunidad, la Lof Paillako. Tenemos que seguir charlando, pero sabemos que en todas las Lof en Resistencia, la minería jamás entrará. Eso nos une. Sabemos que en las Lof en Resistencia se cuida el ambiente, el agua, el aire [...] ... la lucha que nos une, la lucha por el territorio, la reivindicación cultural, el agua, el amor a la tierra y el deseo profundo de dejarle a nuestrxs descendientes

25 Por ejemplo, Santiago Elisio reflexiona, en un ensayo publicado en el portal ambiental Tinta Verde sobre esa misma contradicción: “los conflictos por el agua, la tierra, los envenenamientos, el alimento y la contaminación, que hablan precisamente de salud, hoy son frenados en seco por ‘salud’” (ELISIO, 2020).

26 No a la mina. **Arcioni anunció que van por la zonificación de Chubut.** Disponible en: <https://noalamina.org/argentina/chubut/item/44430-arcioni-anuncio-que-van-por-la-zonificacion-de-chubut> Acceso en: 6 de nov. 2020.

27 No a la mina. **Arcioni anunció que van por la zonificación de Chubut.** Disponible en: <https://noalamina.org/argentina/chubut/item/44430-arcioni-anuncio-que-van-por-la-zonificacion-de-chubut> Acceso en: 6 de nov. 2020.

28 AnRed. **Proclama del Parlamento por el Agua y en Defensa del Río Chubut.** Disponible en: <https://www.anred.org/2020/02/03/proclama-del-parlamento-por-el-agua-y-en-defensa-del-rio-chubut-decir-que-el-agua-es-vida-implica-un-compromiso/> Acceso en: 25 nov. 2020.

un lugar donde jugar sin tener que usar barbijo²⁹.

En definitiva, las articulaciones potenciales entre el movimiento ambientalista y el Pueblo Mapuche Tehuelche parten de compartir una posición crítica “en el camino del desarrollo”, pero también de reconocer que los pueblos indígenas elaboran “planes de vida” que responden tanto a los procesos modernos/globales como a lógicas culturales de larga data (ESCOBAR, 2012, p. 37). Desde esas lógicas, en las que la salud es indisociable del territorio (SABATELLA, 2011, p. 7), la contradicción ya señalada, entre salud y extractivismo, se experimenta de un modo más radical, porque para el Pueblo Mapuche Tehuelche, como explica Daniel Loncon:

La alteración del territorio también impacta en el equilibrio de las personas Mapuche, dado a que es necesaria una relación armónica entre los diversos elementos en donde la persona (che), es solo un elemento más. Las ceremonias espirituales, el crecimiento de las plantas medicinales (lawen) y los diversos eventos naturales, se desarrollan en el territorio y es allí donde las autoridades de nuestro Pueblo mantienen un ordenamiento en relación con pu newen (las fuerzas) del lugar. Donde algunos ven recursos para explotar, nosotros vemos elementos vitales que nos sostienen³⁰.

En cambio, para la perspectiva oficial, la salud constituye un campo de acción disgregado de las políticas económicas que involucran territorio. Por ende, ambas emergencias, sanitarias y económicas, se administran por separado, así como también se aíslan los tipos de problemas y de soluciones que abarcan. De este modo se fue profundizando una representación hegemónica de las luchas contra la megaminería como si estuviesen disociadas de las necesidades económicas básicas de las personas, del fomento del trabajo y del crecimiento regional. Es así como se construye la idea de un “conflicto mapuche” basado en un discurso etnocéntrico que apela al naturalismo moderno que responsabiliza a los indígenas de causar el estancamiento del progreso y de los procesos económicos y políticos en marcha (DEL VALLE ROJAS; MALDONADO RIVERA, 2010, p. 1). En contraste, el Pueblo Mapuche Tehuelche impugna las formas de entender el “desarrollo” y la misma disociación hegemónica entre salud y territorio:

Los proyectos extractivistas que implican la destrucción del territorio constituyen un atentado contra los ngen y las fuerzas que habitan en él y esto atenta contra la vida misma de los pueblos originarios, que solo son incorporados en los discursos como muestra de la falta de “desarrollo”, lo cual justificaría la depredación y destrucción del territorio. A fines del siglo XIX nuestro pueblo sufrió un intento de exterminio físico y simbólico con la excusa del progreso y la civilización. La historia se repite dos veces, primero como tragedia, luego como farsa³¹.

El desacuerdo en torno a cómo concebir la salud, y los disensos asociados con respecto a

29 No a la mina. **Documento No a la Mina, 4 de diciembre de 2020**. Disponible en: <https://www.facebook.com/noalamina.travelin/photos/a.1393652787599981/2526713994293849/> Acceso en: 12 nov. 2020.

30 Con sello patagónico. **Wewaiñ (Venceremos). Defender el territorio para seguir existiendo**. Disponible en: <https://www.consellopatagonico.com/noticia/18165/Wewain-Venceremos> Acceso: 5 dic. 2020.

31 Con sello patagónico. **Wewaiñ (Venceremos). Defender el territorio para seguir existiendo**. Disponible en: <https://www.consellopatagonico.com/noticia/18165/Wewain-Venceremos> Acceso: 5 dic. 2020.

qué es urgente e indiscutible, no son solo ideológicos, sino que también son, como en este caso, epistémicos –sobre las formas de conocer y dar cuenta del mundo– y ontológicos –sobre las formas de organizar las experiencias sensibles del mundo– (BRIONES, 2019, p. 30). El contexto de emergencia, diagnosticado desde los diferentes posicionamientos, se interpreta entonces desde distintas cadenas significantes. Por un lado, la emergencia sanitaria y económica habilitó un discurso oficial donde se conectan, sin contradicciones, el resguardo de la salud y la salida necesaria de la crisis económica vía el extractivismo. Por el otro, la emergencia sanitaria encadena el resguardo de la salud con el resguardo del territorio frente a los proyectos extractivistas.

Como afirma Blaser (2013, p. 553), la redefinición de lo “que es políticamente posible” va más allá de lo que algunos/as analistas hubieran esperado, puesto que en las luchas indígenas contra los constreñimientos del multiculturalismo no sólo emergió un “indio disfuncional” que pelea por los recursos sino también el “indio aborrecido”: uno que, para sorpresa de muchos, cuestionará la certeza de que son simplemente recursos lo que está en juego en la política. En ese sentido, Ramos (2016, p.136) señala que algunos militantes mapuche tehuelche también luchan por el derecho a sus mundos y a desarrollar en ellos sus proyectos de vida –entendidos como antagónicos a los impuestos por el progreso y la modernización de las epistemologías dominantes–. Por ejemplo, cuando cuestionan los fundamentos de las empresas extractivas en nombre de una forma de hacer política que incluye otras agencias no humanas en las negociaciones acerca de cómo hacer las cosas necesarias para vivir en el mundo (DE LA CADENA, 2015, p. 43).

Las “tomas de tierras” como delito

De acuerdo con lo dicho hasta aquí, observamos que la producción de cadenas significantes, en el contexto de emergencia sanitaria y en relación con las luchas indígenas, se fue centrando cada vez más en el territorio como recurso en disputa. Esta focalización responde, en gran parte, a las preocupaciones del Pueblo Mapuche Tehuelche acerca de cómo se define oficialmente la “salud”, a la apuesta de los gobiernos en los proyectos extractivos como salida de la crisis económica, y a los posicionamientos que se fueron enfrentando en estos debates. Sin embargo, para completar los significantes que se fueron encadenando en torno al territorio nos falta incorporar un último tema: la cuestión de las “tomas de tierras”.

En la medida en que se profundiza la crisis económica, muchas de las iniciativas de los sectores subordinados se orientaron hacia la discusión sobre el acceso desigual a la vivienda y se manifestaron en diversas acciones políticas de ocupación o tomas. En un contexto de mayor control estatal sobre las personas y los territorios, varias de estas iniciativas fueron desactivadas por las fuerzas de seguridad, pero su impacto en las agendas públicas determinó los vocabularios y lenguajes en los conflictos por el territorio. Nos interesa aquí analizar el impacto de estas discusiones en las luchas del Pueblo Mapuche Tehuelche de Puelmapu.

Cuando los medios de comunicación pusieron el foco en las “tomas de tierras”, el territorio volvió a ser, en las agendas públicas, el principal recurso en disputa³². A modo de ejemplo, el diario

32 En otros contextos previos, la disputa en torno al recurso de las tierras se construyó en las arenas públicas sobre otras cadenas

Infobae titulaba la noticia sobre el operativo de desalojo en la localidad bonaerense de Guernica³³ con la frase: “Los dueños del predio de Guernica tras el desalojo, entre el miedo a una nueva toma y la sensación de victoria” y anunciaba la “vuelta al estado de derecho”³⁴. En una nota al diario *Ámbito*, el ex ministro de Agroindustria de la Nación acusaba al Gobierno de “apoyar con funcionarios” la “usurpación de tierras” en el conflicto con su hermana, Dolores Etchevehere³⁵: “Hubo una usurpación y toma de tierras. Nos da miedo por lo que pasa en la provincia de Buenos Aires y en el Sur con los mapuches que toman rehenes”³⁶. La centralidad que adquiere este tema llevó al presidente Fernández a declarar que “la propiedad privada nunca estuvo en discusión en la Argentina”³⁷. Al respecto, el diario *France 24* ponía en contexto el desalojo de Guernica:

Argentina: el violento desalojo de un terreno pone en evidencia la pobreza agudizada por la pandemia [...] Cientos de familias ocupaban el predio en la localidad de Guernica, un reflejo de la creciente pobreza agravada por la pandemia. Sin embargo, algunos los catalogan como “usurpadores” y rechazan que el Gobierno les conceda ayudas para reubicarlos [...] En los últimos años, las tomas de tierras se han multiplicado en Argentina, un país que vive una fuerte recesión agudizada desde 2018 y con el 40,9% de sus 44 millones de habitantes en situación de pobreza³⁸.

Con estas breves referencias sobre un debate que lideró los medios de comunicación durante los primeros meses del ASPO, presentamos el significante hegemónico en el que se englobaron diferentes reivindicaciones. En el vocabulario de las tomas –“ocupación”, “terrenos”, “derecho a la vivienda”– se subsumieron otros –“recuperación”, “territorio”, “pueblo”–. En definitiva, las recuperaciones de las comunidades Lafken Winkul Mapu (Villa Mascardi), Gallardo Calfu (El Foyel) y Buenuleo (Bariloche) fueron redefinidas como “tomas de tierras”:

significantes, como la “extranjerización de la tierra” en el año 2004. En esta oportunidad la Organización Mapuche Tehuelche 11 de octubre y la comunidad mapuche Santa Rosa Leleque habían recuperado territorio a la empresa multinacional Benetton. El significante de la extranjerización articulaba las alianzas políticas de formas más transversales y menos racistas hacia los/as mapuche.

33 En la localidad de Guernica, a unos 37 kilómetros de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, se desató un conflicto territorial a mediados de 2020, cuando alrededor de 3.000 personas ocuparon un terreno ante el déficit habitacional y la Justicia ordenó el desalojo del predio. Durante las negociaciones del Gobierno provincial se logró reubicar unas 400 familias, sin embargo, en octubre se realizó un violento operativo policial que desalojó a las familias restantes.

34 Infobae. **Los dueños del predio de Guernica tras el desalojo: Entre el miedo a una nueva toma y la sensación de victoria.** Disponible en: <https://www.infobae.com/sociedad/2020/11/01/los-duenos-del-predio-de-guernica-tras-el-desalojo-entre-el-miedo-a-una-nueva-toma-y-la-sensacion-de-victoria/> Acceso en: 4 nov. 2020.

35 La familia Etchevehere (una de las más poderosas de la provincia de Entre Ríos, propietaria del Grupo Etchevehere) se vio envuelta durante 2020 en una disputa que trascendió el ámbito privado, luego de que Dolores Etchevehere cediera el 40 por ciento de las tierras que heredó al Proyecto Artigas, un modelo de producción agraria libre de agrotóxicos. Ante esta cesión, su hermano, Luis Miguel Etchevehere, ex Ministro de Agroindustria de la Nación y ex presidente de la Sociedad Rural Argentina, realizó una denuncia y la Justicia obligó a Dolores a restituir el campo.

36 *Ámbito*. **Crece la tensión: la guerra de los Etchevehere.** Disponible en: <https://www.ambito.com/politica/luis-miguel-etchevehere/crece-la-tension-la-guerra-los-etchevehere-las-tierras-la-familia-rios-n5142242> Acceso en: 25 nov. 2020.

37 *Télam*. **Fernández: “Nadie promueve la toma de tierras”.** Disponible en: <https://www.telam.com.ar/notas/202010/530310-fernandez-guernica-etchevehere.html> Acceso en: 2 nov. 2020.

38 *France 24*. **Argentina: el violento desalojo de un terreno pone en evidencia la pobreza agudizada por la pandemia.** Disponible en: <https://www.france24.com/es/am%C3%A9rica-latina/20201029-argentina-terrenos-ocupados-pobreza-pandemia> Acceso en: 5 nov. 2020.

“La **toma de tierras** en Villa Mascardi, un conflicto que se expande”³⁹

“Detuvieron a cuatro mapuches por **ocupar un campo** y tener sitiada a una familia en Bariloche”⁴⁰

“Comunidad mapuche **toma tierras** en El Foyel: “Hace 40 años nos despojaron del territorio mediante una estafa”⁴¹

“Los mapuches avanzaron en la **toma de tierras** en la Patagonia: cada hectárea está valuada en USD 100 mil”⁴²

La localización de este debate en la provincia de Río Negro responde, además, a un enfrentamiento ideológico más amplio entre el gobierno nacional y provincial, cuyas oposiciones partidarias se desplegaron también hacia al Pueblo Mapuche Tehuelche⁴³. Al respecto, la gobernadora Arabela Carreras y el senador rionegrino Miguel Ángel Pichetto acusaron al Instituto Nacional de Asuntos Indígenas (INAI) de “tener ‘una participación no constructiva’ en el conflicto”, sosteniendo que ese organismo “da su aval a las usurpaciones” y que “es una locura que un Estado consienta esto”⁴⁴. No pretendemos aquí analizar las disputas entre las políticas nacionales y provinciales, sino ejemplificar cómo a pesar de los profundos desacuerdos, se fue instalando la idea de que las acciones políticas mapuche tehuelche en relación con el territorio pueden ser suficientemente abarcadas por la problemática del acceso a la tierra y a una vivienda digna. En este escenario, nos preguntamos por los efectos que este giro hegemónico tuvo en los lenguajes contenciosos sobre los procesos de lucha del Pueblo Mapuche Tehuelche.

El lugar de las agencias políticas que en otros ámbitos de contienda suele nombrarse, por ejemplo, como movimiento social, militancia u organización de base, suele ser referido por las mismas organizaciones, comunidades y personas mapuche tehuelche como “estar en lucha” (RAMOS, 2005, p. 419). Quienes “están en lucha” son quienes se construyen como sujetos de un litigio (RANCIERE, 1996, p. 29), definen los objetos de reclamo, eligen y orientan las acciones de su rei-

39 Clarín. **Jorge Lanata: la toma de tierras en Villa Mascardi, un conflicto que se expande y un pedido insólito de los mapuches**. Disponible en: https://www.clarin.com/politica/jorge-lanata-toma-tierras-villa-mascardi-conflicto-expande-pedido-insolito-mapuches_0_oUX110L3z.html Acceso en: 26 oct. 2020.

40 La Nación. **Detuvieron a cuatro mapuches por ocupar un campo y tener sitiada a una familia en Bariloche**. Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/politica/buscan-desalojar-mapuches-tienen-cercada-familia-bariloche-nid2484096> Acceso en: 20 oct. 2020.

41 AnRed. **Comunidad mapuche toma tierras en El Foyel: «Hace 40 años nos despojaron del territorio mediante una estafa»**. Disponible en: <https://www.anred.org/2020/10/15/comunidad-mapuche-toma-tierras-en-el-foyel-hace-40-anos-nos-despojaron-del-territorio-mediante-una-estafa/> Acceso en: 30 oct. 2020.

42 Infobae. **Los mapuches avanzaron en la toma de tierras en la Patagonia: cada hectárea está valuada en USD 100 mil** <https://www.infobae.com/politica/2020/08/04/los-mapuches-avanzaron-en-la-toma-de-tierras-en-la-patagonia-cada-hectarea-esta-valuada-en-usd-100-mil/> Acceso en: 25 nov. 2020.

43 Al tratarse de un conflicto en curso no hay producción académica al respecto, sin embargo, para profundizar el tema puede consultarse el siguiente artículo: Revista Anfibia. **La Trampa del mapuchómetro**. Disponible en: <http://revistaanfibia.com/ensayo/la-trampa-del-mapuchometro/> Acceso en 10 enero 2021.

44 Infobae. **Más críticas al Instituto Nacional de Asuntos Indígenas por “avalara” las tomas de tierras en Villa Mascardi**. Disponible en: <https://www.infobae.com/politica/2020/09/06/mas-criticas-al-instituto-nacional-de-asuntos-indigenas-por-avalara-las-tomas-de-tierras-en-villa-mascardi/> Acceso en: 25 nov. 2020.

vindicación (BUTLER, 2008, p. 165) y producen los sentidos socioculturalmente significativos para sus luchas presentes (HILL, 1992, p. 814). A pesar de las formas diversas de ocupar y habilitar ese espacio de la contienda política, el Pueblo Mapuche Tehuelche ha ido entramando un lenguaje común centrado en la idea compleja de la “recuperación territorial”.

El vértice articulador de toda recuperación se fundamenta en la idea de “retorno al territorio injustamente usurpado a los antepasados”, como punto de inflexión en los contextos de interlocución con el Estado. Ahora bien, estas prácticas de “estar en lucha” orientadas por la recuperación del territorio no solo tienen una larga historia en nuestro país, sino que también se plasmaron en lenguajes de contienda habilitados y, fundamentalmente, en ampliación de los derechos indígenas. Como ejemplo podemos citar una de las recuperaciones más antiguas: la de la familia Prane (Chubut), que en 1950 retornó al territorio de Boquete Nahuelpan, traspasado al Ejército Nacional, del que habían sido desalojados/as junto con otras familias en 1937.

El proceso de recuperación territorial se intensificó con la apertura de la democracia, con la iniciativa organizacional de *RagiñKo* (provincia de Neuquén), en 1992, cuya impronta fue el reclamo por tierras suficientes y una vida digna para quienes habían sido obligados/as a migrar a las ciudades (BRIONES; RAMOS, 2020, p. 26). Paralelamente se creaba la Organización de Comunidades Mapuche Tehuelches 11 de octubre (RAMOS, 2018, p. 159), cuyo proyecto político estaba centrado en articular diversas recuperaciones de territorio y poner en discusión una historia de despojos arbitrarios hasta entonces invisibilizados. Sin embargo, estas no fueron las únicas iniciativas, puesto que estas se multiplicaban en diferentes sitios, a distintos tiempos y con argumentos diversos (BRIONES; RAMOS, 2020, p. 26).

Desde el retorno de la democracia (1983) y a razón de estas –y otras– formas políticas mapuche tehuelche de protesta y de reivindicación, la acción de recuperar territorio fue promoviendo debates, revisión de los presupuestos hegemónicos y modificaciones en los criterios de legitimidad de los reclamos, desde las ideas de pueblo, autonomía y territorio. Este proceso tuvo su corolario en reformas constitucionales, tratados internacionales y leyes diferenciales (BRIONES; RAMOS, 2020, p. 10), que compartían entre sí un espíritu común: reparar la deuda histórica que el Estado tenía hacia los pueblos indígenas y ampliar las inclusiones de un Estado democrático en formación.

No obstante, estos lugares emergentes de contienda se encuentran en permanente construcción y redefinición. En principio, porque gran parte de los derechos que ya fueron plasmados en leyes todavía no han sido aplicados o tienden a quedar subordinados a otras legislaciones. En segundo lugar, porque se han ido manifestando heterogéneas trayectorias de despojo territorial que no estaban suficientemente contempladas en esas leyes. Y, en tercer lugar, porque en el mismo proceso de “estar en lucha”, el Pueblo Mapuche Tehuelche se profundizó, a partir de sus memorias y conocimientos, los sentidos de recuperar⁴⁵.

Desde sus inicios, este proceso de reivindicación mapuche tehuelche, basado en la práctica política de la recuperación territorial, generó discursos políticos de desautorización, basados en la producción de una dicotomía hegemónica, tan funcional a los intereses del poder como interpelan-

45 En Briones y Ramos (2020, p. 1) se identifican estos cambios en tres historicidades que, si bien se fueron haciendo visibles en las arenas públicas en etapas, se yuxtaponen y retroalimentan entre sí: la historicidad del parentesco, la historicidad de la subordinación y la historicidad de los existentes.

te: los indios permitidos y los intolerables (HALE, 2004, p. 17). Los contenidos y moralidades que definieron a unos y otros en el transcurso de estos años fueron cambiando de acuerdo con la naturaleza de los medios políticos de contienda disponibles y de los intereses en los recursos en disputa. El indio permitido se fue personificando en los atributos de lo folklórico, de lo rural-campesino y de las actitudes nombradas como tradicionales –comportamientos que suelen ser condensados en la expresión “indios respetuosos”– (BRIONES, 1998, p.19), en la figura del indio-proyecto (BOCCARA, 2007, p. 203) el cual vehiculiza sus demandas por la vía de los subsidios enmarcados en políticas de desarrollo, o en el perfil del indio-representante, cuyas demandas se canalizan por las vías burocráticas institucionalmente establecidas. En contraposición a estas construcciones autorizadas, también se fueron definiendo de modos cambiantes las presencias indígenas intolerables. Estas construcciones escalaron hacia un discurso de criminalización, puesto que pasaron de la sospecha de autenticidad –por ser urbanos o políticos, es decir, “indios truchos”– a la disidencia radical –“terroristas”, “sediciosos”–. En todos los casos, la definición del indio intolerable demarca aquellas subjetividades políticas –sujetos de litigio y de demandas– que se excluyen de los espacios de interlocución política.

En el marco de estos procesos, nos interesa analizar cómo los discursos hegemónicos enmarcados en la “toma de tierras” fueron construyendo una otredad mapuche tehuelche no autorizada en el escenario de la política durante el contexto específico de la pandemia del COVID-19. En los medios de comunicación hegemónicos se configuró una nueva figura de delincuente asociada a las demandas territoriales –accionadas como tomas o recuperaciones– como epitome de los delitos contra la propiedad privada. Una figura de delincuencia que, como nunca antes, redefine la protesta social, el reclamo colectivo y la lucha por condiciones más dignas e igualitarias. Por ejemplo, el diario La Nación, en referencia a la toma de tierras en la localidad de Guernica, expresa que, “además de los cortes de luz, desde que comenzó la toma, ha habido múltiples intentos de robo en el country”⁴⁶, así como en relación con Villa Mascardi y la inseguridad de sus vecinos/as, sostiene que desde que inició “la toma de tierras de los mapuche”, surgieron “un sinnúmero de denuncias que los vinculan a hechos de violencia, saqueos, cortes de ruta y quemas”. En esta última nota, además, el diario cuestiona la propuesta nacional de “diálogo”, argumentando que, de este modo “se abre espacio de negociación en base a la comisión de un delito” y preguntándose retóricamente “a quién se le ocurre negociar con un ladrón o ver cuáles son sus necesidades”⁴⁷. Son innumerables las noticias que en distintos medios describen las recuperaciones territoriales con el vocabulario de la delincuencia (“violenta toma de la lof”, “operativos de contención”, “impunidad”, “grupo de delincuentes encapuchados”, “captura”, “inseguridad de los vecinos”, entre otros).

Este giro inicia cuando la historia de larga duración de las recuperaciones territoriales deja de ser considerada la reivindicación de un pueblo, para transformarse en una manifestación más de las tomas u ocupaciones de tierras. Otra nota del mismo diario expresa:

46 La Nación. **Guernica: Los vecinos de alrededores de la toma viven con miedo y exigen el desalojo.** Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/politica/guernica-los-vecinos-alrededores-toma-viven-miedo-nid2468866> Acceso en: 10 nov. 2020.

47 La Nación. **Río Negro: bajo la amenaza ancestral de los mapuches.** Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/politica/rio-negro-bajo-amenaza-ancestral-mapuches-nid2488698> Acceso en: 25 oct. 2020.

El conflicto por el acceso a la tierra y las ocupaciones se transformó en los últimos meses en un tema de agenda que claramente no es ajeno a la Patagonia, donde persisten importantes focos, tanto en Bariloche como El Bolsón. Sumado a la problemática urbana, que se repite en otros puntos del país, la región acarrea situaciones complejas que involucran a comunidades mapuches. La provincia tuvo en todos los casos una firme postura de rechazo y esta semana logró que el presidente Alberto Fernández cambiara el interlocutor para el abordaje en Villa Mascardi. Especialistas en el tema señalan la falta de políticas públicas y advierten como necesario unificar criterios y posturas⁴⁸.

La demanda de algunos sectores de unificar políticas públicas, criterios y posturas representa un retroceso en torno a los avances en materia de derecho indígena, no solo por desconocer las legislaciones vigentes, sino por volver a foja cero las discusiones que los pueblos indígenas fueron abriendo en torno a la propiedad del territorio.

Sin desmedro de las movilizaciones sociales por un acceso digno a la vivienda y por una distribución más equitativa del territorio, creemos que cualquier intento de uniformar las experiencias de desigualdad y los procesos diversos de subjetivación política es una manera efectiva de desconocer sus historias, sus argumentos, sus desidentificaciones e identificaciones políticas. Este es el caso de los pueblos indígenas, quienes han enmarcado históricamente sus reivindicaciones territoriales como respuesta a los procesos de colonización y de despojo llevados a cabo por el Estado argentino. El reconocimiento del genocidio y de las injusticias posteriores cometidas contra el Pueblo Mapuche Tehuelche, preexistente a los Estados, eran pisos de interlocución política ganados y vocabularios comunes en los lenguajes contenciosos post-democracia. Hoy en día, frente al territorio como recurso en disputa –por parte de privados y por instituciones estatales– los medios políticos y jurídicos puestos en práctica tienden a “des-mapuchizar” la historia, los conflictos y los reclamos, al englobar procesos diferentes de lucha en un mismo recurso de alterización: la protesta social como delito contra la propiedad privada⁴⁹.

Palabras finales

Para cerrar este artículo, nos gustaría hilar lo que abordamos en los cuatro apartados propuestos. En primer lugar, planteamos cómo la emergencia sanitaria –y la salud como eje ordenador de la vida social– reacomodó las prioridades, moldeando también los vocabularios de los lenguajes. En esta línea, encontramos que el Pueblo Mapuche Tehuelche expresó su disidencia con respecto a las definiciones de salud y de riesgo dominantes, ya que como señalamos, para este pueblo la salud incluye las relaciones con el territorio y el riesgo a la salud implica también cualquier proyecto que ponga en peligro el territorio, como los emprendimientos extractivos.

48 La Nación. **Río Negro: bajo la amenaza ancestral de los mapuches**. Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/politica/rio-negro-bajo-amenaza-ancestral-mapuches-nid2488698> Acceso en: 25 oct. 2020.

49 Si bien no lo profundizamos en este artículo, debemos prestar atención analítica al modo en que estos lenguajes contenciosos –estructurados centralmente en defensa de la propiedad privada–, se extienden a otras formas tradicionales de protesta social, a las cuales también se las define como actos delictivos (por ejemplo: cortes de ruta o pintadas en la vía pública).

En este marco, los lenguajes de contienda del Pueblo Mapuche Tehuelche, en articulación con distintas organizaciones ambientalistas, hicieron cada vez más visible una lógica política en la que el territorio es condición de la salud, y condición de existencia de un Pueblo. Mientras tanto, desde los discursos dominantes –apropiados de modos diversos por funcionarios y medios– se situó a la salud como algo aislado, y se produjo un encadenamiento con la emergencia (la salud sumada a la economía) sobre el cual se construyó una forma monolítica de velar por la salud y de salir de la crisis económica. Estas tensiones pusieron de manifiesto que, desde la perspectiva mapuche tehuelche, las soluciones brindadas por la salud pública occidental no contemplan sus propias concepciones de salud y del vínculo indisociable entre la salud y el territorio.

Desde este discurso, el territorio devino el principal recurso en disputa, profundizando ciertas cadenas ideológicas y moldeando, de formas aceleradas, los lenguajes de contienda en torno al desarrollo y a la propiedad privada. Asimismo, se promovió la homogenización de los discursos en relación con la megaminería como única alternativa posible para salir de las dificultades económicas que trajo consigo la pandemia. Es entonces cuando los debates sobre la posesión y el resguardo del territorio del Pueblo Mapuche Tehuelche entró en un punto álgido de tensión, equiparándose con las tomas de tierras y contraponiéndose a la defensa de la propiedad privada.

En este sentido, sostenemos que en Argentina nos encontramos ante una gran brecha en cuanto a los procesos de recuperación territorial y de reivindicación del Pueblo Mapuche Tehuelche, por un lado, y los discursos y políticas públicas de gestión del riesgo que se promovieron en el marco de la pandemia, por el otro. Esta brecha profundiza el desentendimiento entre las comunidades y los gobiernos y da cuenta de que las medidas y declaraciones promovidas por el Estado parecieran desconocer los avances en materia de derecho indígena en las últimas décadas, que incluyen la promulgación en 2006 de la Ley Nacional 26.160, de relevamiento territorial de comunidades indígenas, cuyo objetivo fue dar respuesta a la situación de emergencia territorial de las comunidades, en consonancia con el artículo 75 de la Constitución Nacional, en donde se reconoce “la preexistencia étnica y cultural de los pueblos indígenas” (YANNIELLO, 2020, p. 1). Como ya mencionamos, algunos de los encadenamientos hegemónicos que se produjeron en el transcurso de 2020 significaron un retroceso en materia de derechos indígenas, ya que desplazaron el discurso sobre el territorio por fuera de la política.

Por último, observamos cómo en este nuevo escenario los discursos hegemónicos construyeron una otredad mapuche no autorizada en el escenario de la política: pasamos del “indio terrorista”, “separatista” y “extranjero” al “indio delincuente”. Consideramos que se está produciendo un cambio vinculado al recurso en disputa (territorio) en el que se “des-mapuchiza” el conflicto y se los aborda como “delincuentes” que toman tierras. En esta unificación de criterios, en el discurso político se equiparan los debates sobre las recuperaciones territoriales y la posesión ancestral con las tomas de tierras en barrios periféricos o los conflictos de tierras entre privados o particulares. Será imprescindible continuar el análisis sobre este giro discursivo, que no hace otra cosa que profundizar los conflictos históricos que tiene el Estado con los pueblos originarios.

Citas

ALMEIDA FILHO, Naomar de; CASTIEL, Luis David; AYRES, José Ricardo. Riesgo: concepto básico de la epidemiología. **Salud colectiva**, Buenos Aires, v. 5, n. 3, p. 323-344, sep./dic. 2009. Disponible en: <https://www.redalyc.org/pdf/731/73111844003.pdf> Acceso en: 25 nov. 2020.

BLASER, Mario. Ontological Conflicts and the Stories of Peoples In Spite of Europe: Towards a Conversation on Political Ontology. **Current Anthropology**, v. 54, n. 5, p. 547-568, oct. 2013. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/672270?seq=1> Acceso en: 8 oct. 2020.

BLASER, Mario; DE LA CADENA, Marisol. Introduction. **World Anthropologies Network E-Journal**, n. 4, p. 3-10, ene. 2008. Disponible en: http://ram-wan.net/old/documents/05_e_Journal/journal-4/jwan4.pdf Acceso en: 8 nov. 2020.

BOCCARA, Guillaume Bruno. Etnogubernamentalidad. La formación del campo de la salud intercultural en Chile. **Chungara, Revista de Antropología Chilena**, v. 39, n. 2, p. 185-207, mayo/jun. 2007. Disponible en: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/chungara/v39n2/art03.pdf> Acceso en: 8 oct. 2020.

BRIONES, Claudia. **La alteridad del "Cuarto Mundo": una deconstrucción antropológica de la diferencia**. Buenos Aires: Ediciones del Sol, 1998.

BRIONES, Claudia. Políticas contemporáneas de convivialidad Aportes desde los pueblos originarios de América Latina. **Mecila Working Paper Series**, San Pablo, n. 20, p. 1-35, 2019.

BRIONES, Claudia; RAMOS, Ana Margarita. Los porqués del "de acá nos van a sacar muertos". Procesos de recuperación de tierras en la Patagonia Norte. **Intersticios de la política y la cultura. Intervenciones Latinoamericanas**, Córdoba, v. 9, n. 17, p. 9-43, jun./jul. 2020. Disponible en: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/intersticios/article/view/28918> Acceso en: 15 nov. 2020.

BUTLER, Judith. ¿Qué es la crítica? Un ensayo sobre la virtud de Foucault. In: BUDEN, Boris; BUTLER, Judith; DE NICOLA, Alberto, HOLMES, Brian; KASTNER, Jens; LAZZARATO, Maurizio; LOREY, Isabell; NOWOTNY, Stefan; RAUNIG, Gerald; ROGGERO, Gigi; SÁNCHEZ CEDILLO, Raúl; STEYERL, Hito; VECCHI, Benedetto; VON OSTEN, Marion. **Producción cultural y prácticas instituyentes**. Líneas de ruptura en la crítica institucional. Madrid: Traficante de Sueños, 2008. p. 141-167.

CORNELL, Stephen. Land, labour and group formation: Blacks and Indians in the United States. **Ethnic and Racial Studies**, v. 13, n. 3, p. 368-388, 1990.

CORTES OGGERO, Julián. Hacia una aproximación biopolítica a las condiciones epistemológicas y subjetivantes del riesgo socionatural en contextos de desastres naturales. (O del homo profanum). Congreso Chileno de Ciencia Política, 13., 2018, Santiago de Chile. **Anais [...]**. Santiago de Chile: Universidad del Desarrollo, 2018.

DE LA CADENA, Marisol. **Earth Beings. Ecologies of Practice Across Andean Worlds**. Durham: Duke University Press, 2015.

DEL VALLE ROJAS, Carlos; MALDONADO RIVERA, Claudio. **Lógicas del desplazamiento del 'conflicto mapuche' al espacio virtual. Resistencia desde los hipertextos**. Temuco: Universidad Católica de Temuco; Universidad de La Frontera, 2010.

ELISIO, Santiago. Reflexiones en tiempos del COVID-19: Desde la frontera. **Tinta Verde**. Disponible en: <http://tintaverde.com.ar/?p=1998> Acceso 4 nov. 2020.

ESCOBAR, Arturo. Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso. **Revista**

de **Antropología Social**, Madrid, v. 21, p. 23-62, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Estética, ética y hermenéutica**. Barcelona: Paidós, 1999. (Obras esenciales)

FUENTES, Lissette; SCHÜLER, Úrsula. **La política social del Mercalli**. El terremoto y la oportunidad de los empresarios. Santiago: Ceibo Ediciones, 2014.

GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE MEMORIAS ALTERIZADAS Y SUBORDINADAS (GEMAS). **Segundo Informe sobre el Impacto social y propuestas del Pueblo Mapuche y Mapuche-Tehuelche frente al aislamiento social obligatorio por COVID-19**. San Carlos de Bariloche, 2020. Disponible en: <https://gemasmemoria.com/2020/06/03/segundo-informe-red-gemas/> Acceso en: 4 sep. 2020.

HALE, Charles. Rethinking indigenous politics in the era of the "indio permitido". **NACLA Report on the Americas**, v. 38, n. 2, p. 16-21, 2004.

HILL, Jonathan. Contested Pasts and the Practice of Anthropology. **American Anthropologist**, v. 94, n. 4, p. 809-815, 1992.

LACLAU, Ernesto. **Emancipación y diferencia**. Buenos Aires: Ariel, 1996.

LAZZARI, Axel; RODRÍGUEZ, Mariela Eva; PAPAIZIAN, Alexis. Juegos de visibilización. Antropología sociocultural de los pueblos indígenas en Pampa y Patagonia. **Papeles de Trabajo**, n. 9, v. 16, p. 56-109, 2015.

MASSEY, Doreen. **Thrown togetherness: The Politics of the Event of Place**. Londres: Sage Publications, 2005. p. 149-162.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. Conflictos ecológicos y justicia ambiental. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, n. 103, p. 11-28, 2008. Disponible en: https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/PDF%20Papeles/103/Conflictos_ecologicos_justicia_ambiental.pdf Acceso: 7 nov. 2020.

MERKLEN, Denis. **Pobres ciudadanos**. Las clases populares en la era democrática (Argentina, 1983-2003). Buenos Aires: Gorla, 2005.

MERLINSKY, María Gabriela; TOLEDO LÓPEZ, Virginia; SCHMIDT, Mariana; FERNÁNDEZ BOUZO, Soledad; TOBÍAS, Mariana; LANGBEHN, Lorenzo; PEREIRA, Pablo; CAPALBO, Tomás. **Defender lo común: qué podemos aprender de los conflictos ambientales**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires; Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2018.

RAMOS, Ana Margarita. **Trayectorias de aboriginalidad en las comunidades mapuche del noroeste de Chubut (1990-2003)**. Tesis (Doctorado en Antropología Sociocultural) - Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2005.

RAMOS, Ana Margarita. Un mundo en restauración: relaciones entre ontología y política entre los mapuche. **Avá**, Misiones, n. 29, p. 131-154, 2016. Disponible en: <http://www.ava.unam.edu.ar/images/29/n29a05.pdf> Acceso en: 5 oct. 2020.

RAMOS, Ana. La Organización de Comunidades Mapuche y Tehuelche 11 de Octubre. In: CANALES TAPIA, Pedro; VARGAS, Sebastião (eds.). **Pensamiento indígena en Nuestra América**. Debates y Propuestas en la Mesa de Hoy. Santiago de Chile: Ariadna Ediciones, 2018. p. 159-190. (Colección Estudios de las Ideas, v. 3)

RANCIERE, Jacques. **El Desacuerdo. Política y Filosofía**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión,

1996.

ROSEBERRY, William. Hegemonía y el lenguaje de la contienda. In: GILBERT, Joseph; NUGENT, Daniel (comp.). **Every day Forms of State Formation**. Revolution and the Negotiation of Rule in Modern Mexico. Durham and London: Duke University Press, 1994. p. 355-366.

SABATELLA, María Emilia. **Procesos de Subjetivación Política**: Reflexiones a partir de un proyecto de medicina mapuche en Los Toldos. San Carlos de Bariloche: IIDyPCa; Universidad Nacional de Río Negro; CONICET, 2011.

SIERRA CABALLERO, Francisco. Información y pandemia. Apuntes marxistas para una comunicología posible y necesaria. **Question**, v. 1, n. mayo, p. 1-18, mayo 2020. Disponible en: <https://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/question/article/view/5974/5132> Acceso en: 8 nov. 2020.

SHORE, Cris. La antropología y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la 'formulación' de las políticas. **Antípoda**, Bogotá, n. 10, p. 21-49, ene./jun. 2010. Disponible en: <https://www.redalyc.org/pdf/814/81415652003.pdf> Acceso en: 8 nov. 2020.

STAGGENBORG, Suzanne. Critical events and the mobilization of the pro-choice movement. **Research in Political Sociology**, n. 6, p. 319-345. 1993.

TOMAS, Marcela; SANTISTEBAN, Kaia. **Reflexiones de Lorenzo Loncon acerca de la importancia del lawen, lawuentuchefe y militante de la Lof Paicil Antriao (Neuquén)**. 2020. Disponible en: <https://gemasmemoria.com/category/que-corra-la-voz/ensayos/lawen/> Acceso en: 5 oct. 2020.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past**. Power and the Production of History. Boston: Beacon Press, 1995.

UNIÓN DE ASAMBLEAS PATAGÓNICAS (UAP). **Declaración de la Unión de Asambleas Patagónicas ante la decisión de liberar al extractivismo de la cuarentena**. Colectivo Tinta Verde, 2020. Disponible en: <http://tintaverde.com.ar/?p=1995> Acceso en: 9 nov. 2020.

YANNIELLO, Florencia. **Conflictos socioambientales en el Gran La Plata**: una mirada comunicacional. Tesis (Doctorado en Comunicación) - Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2020. Disponible en: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/95509> Acceso en: 27 sep. 2020.

YANNIELLO, Florencia. El Kvme Felen: la cosmovisión de vida Mapuce. **Observatorio de Derechos Humanos de Pueblos Indígenas**. oct. 2020. Disponible en: <http://odhpi.com/el-kvme-felen-la-cosmovision-de-vida-mapuce/> Acceso en: 2 dic. 2020.

PANDEMIA COVID-19 Y PUEBLOS INDÍGENAS EN LA REGIÓN METROPOLITANA DE BUENOS AIRES – ARGENTINA: LA NECESIDAD DE UN ABORDAJE INTERCULTURAL

PANDEMIA COVID-19 E POVOS INDÍGENAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BUENOS AIRES – ARGENTINA: A NECESSIDADE DE UMA ABORDAGEM INTERCULTURAL

PANDEMIC COVID-19 AND INDIGENOUS PEOPLES IN THE METROPOLITAN REGION OF BUENOS AIRES – ARGENTINA: THE NEED FOR AN INTERCULTURAL APPROACH

Carolina Maidana¹

 <https://orcid.org/0000-0002-3747-8441>

Alejandro Martínez²

<https://orcid.org/0000-0002-8767-5152>



Liliana Ester Tamagno³

Recebido em: 10 de janeiro de 2021.
Aprovado em: 23 de fevereiro de 2021.

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12475>

1 Licenciada en Antropología y Doctora en Ciencias Naturales por la Facultad de Ciencias Naturales y Museo (FCNyM) de la Universidad Nacional de La Plata (UNLP) – Buenos Aires, Argentina. Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Profesora de la FCNyM - UNLP. Es integrante del Laboratorio de Investigaciones en Antropología Social (LIAS) de esta casa de estudios, donde desarrolla la línea de investigación “Identidad, etnicidad, Interculturalidad. Indígenas en ciudad”. E-mail: maidanacarolinaa@yahoo.com.ar

2 Doctor en Antropología, Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Ciencias Naturales y Museo (FCNyM-UNLP). Profesor asistente na carrera de Antropología, en la misma institución. E-mail: alephmartinez@hotmail.com

3 Master of Arts Universidad de Upsala, Suecia. Doctora en Ciencias Naturales Orientación Antropología de la Universidad Nacional de La Plata; Profesora Titular de la UNLP; Investigador Principal de CONICET y Directora del Laboratorio de Investigaciones en Antropología Social LIAS de la Facultad de Ciencias Naturales y Museo UNLP. E-mail: lctama5@yahoo.com.ar

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es describir y analizar las respuestas de los pueblos indígenas ante la pandemia COVID-19, específicamente las acciones de ciertas organizaciones indígenas de la Región Metropolitana de Buenos Aires (RMBA) - Argentina. Si bien éstas se vinculan a saberes y prácticas ancestrales, también se relacionan con sus historias, trayectorias y transformaciones. Por ello se plantea que para valorar los potenciales aportes de otras cosmovisiones para enfrentar la emergencia sanitaria es imprescindible revisar el racismo y etnocentrismo desde donde se descalifican a estos "otros" conocimientos y a sus portadores.

Palabras claves: pueblos indígenas; pandemia COVID19; estrategias comunitarias; interculturalidad.

RESUMO: O objetivo deste trabalho é descrever e analisar as respostas dos povos indígenas à pandemia COVID-19, especificamente as ações de certas organizações indígenas na Região Metropolitana de Buenos Aires (RMBA) - Argentina. Embora vinculadas a saberes e práticas ancestrais, também se relacionam com suas histórias, trajetórias e transformações. Por isso, propõe-se que, para avaliar as potenciais contribuições de outras cosmovisões para o enfrentamento da emergência sanitária, é imprescindível revisar o racismo e o etnocentrismo dos quais esses "outros" saberes e seus portadores são desqualificados.

Palavras-chave: povos indígenas; pandemia do COVID19; estratégias comunitárias; interculturalidade.

ABSTRACT: The objective of this work is to describe and analyze the responses of indigenous peoples to the COVID-19 pandemic, specifically the actions of certain indigenous organizations in the Metropolitan Region of Buenos Aires (RMBA) - Argentina. Although these responses are link to ancestral knowledge and practices, they also relate to their histories, trajectories and transformations. For this reason, we propose that in order to assess the potential contributions of other worldviews to face the health emergency, it is essential to review racism and ethnocentrism, which disqualify these "other" knowledge and its carriers.

Keywords: indigenous peoples; COVID19 pandemic; community strategies; interculturality.

El objetivo de este trabajo es describir y analizar las respuestas de los pueblos indígenas ante la pandemia COVID-19, específicamente las acciones que ciertas organizaciones indígenas de la Región Metropolitana de Buenos Aires - Argentina han logrado poner en práctica para enfrentar los impactos sanitarios, sociales y económicos generados por la expansión del virus. Si bien sus formas organizativas y conocimientos se vinculan a saberes y prácticas ancestrales, también se relacionan con sus historias, trayectorias y transformaciones. Ello implica necesariamente tener en cuenta los desplazamientos geográficos, los espacios en los que se encuentran, los aspectos demográficos, los procesos de territorialización, las demandas y las formas organizativas que se han dado en tensión con los poderes estatales y no estatales.

En América Latina la presencia urbana de los pueblos indígenas es sumamente significativa. Según los censos nacionales realizados hacia 2010, el porcentaje urbano en la población indígena estaría alrededor del 50% (CEPAL, 2014). Si bien algunos pueblos habitaban los espacios donde las ciudades se erigieron antes de que éstas se fundaran e hiperpoblaran, muchos otros se sumaron en diferentes momentos históricos, como resultado de procesos migratorios originados por la expropiación territorial, la violencia, la discriminación vivida en los lugares de origen y la necesidad de encontrar mejores condiciones de existencia: acceder al trabajo, la educación, la salud y la vivienda digna. En la década de 1960, las denominadas migraciones internas produjeron un desmesurado aumento de la población urbana en períodos muy cortos de tiempo. En Argentina este crecimiento vertiginoso hizo que el Conurbano Bonaerense⁴ pasara de contar con aproximadamente 3.700.000 habitantes en 1960 a 6.800.000 en 1980 (MAIDANA; TAMAGNO, 2017). Luego, a lo largo de las décadas, el tamaño y la participación relativa del conurbano sobre el total provincial continuaron incrementándose, aunque el ritmo de crecimiento a partir de 1980 fue menor al que había experimentado en décadas anteriores (BRUNO, 2015). El Censo Nacional de 1991 registró en esta área 7.969.324 habitantes, cifra que ascendió a 8.684.437 en 2001 y a 9.916.715⁵ en 2010.

A pesar de la significación del imaginario de Argentina como país europeo, la presencia de los pueblos indígenas fue y es una realidad objetiva y un objeto de preocupación, debate y subestimación demográfica por parte de los sectores dominantes de la sociedad nacional, de acuerdo con sus intereses (MAIDANA *et al.*, 2014). En el año 1869 se aplicó por primera vez un formulario censal único sobre la población de la Argentina. Si bien sus comunidades e integrantes no fueron efectivamente censados en esta oportunidad, diversos pueblos indígenas aparecen consignados en los apartados correspondientes a la descripción de territorios que aún no se encontraban plenamente sujetos a la jurisdicción del Estado. En el "Segundo Censo de la República Argentina", llevado a cabo en 1895, la cobertura se extendió a territorios nacionales -ya incorporados a la jurisdicción del Estado central- donde, según las estimaciones realizadas, eran 30.000 las personas pertenecientes a pueblos indígenas sobre un total de 3.954.911 habitantes. En 1914, al realizarse el tercer censo nacional, esta población fue parcialmente censada, es decir, una parte fue censada y el resto estimada: se relevaron 18.425 indígenas y se estimó una cifra suplementaria de otros 20.000. Los siguientes censos nacionales de 1947, 1960, 1970, 1980 y 1991 directamente no incluyeron la

4 Área integrada por 24 municipios que rodean la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA) con la que se entran conformando un continuo urbano que se conoce con la expresión "Gran Buenos Aires" (GBA). (MACEIRA, 2012)

5 Esta cifra representaba entonces el 63% del total de la población de la provincia, que ascendía a 15.5625.084 habitantes (BRUNO, 2015).

variable indígena en las mediciones. Esta variable recién fue incorporada en el Censo Nacional de Población Hogares y Viviendas del año 2001, y marca un hito en la historia demográfica del país⁶ (INDEC, 2006). Se estimó entonces la cantidad de hogares de Argentina donde al menos una persona se reconocía como perteneciente o descendiente de algún pueblo indígena. Luego se elaboró la Encuesta Complementaria de Pueblos Indígenas (ECPI) 2004-2005, con la cual se retornó a una parte de los 281.959 hogares detectados a través del censo 2001, con el objetivo de "caracterizar al conjunto de la población que integraba dichos hogares". De acuerdo a la ECPI 600.329 personas se reconocían pertenecientes y/o descendientes de algún pueblo indígena en primera generación. En el Censo 2010 la cantidad de hogares ascendió a 368.893 y la de personas que se declararon indígenas o descendientes de pueblos indígenas a 955.032 en todo el país. De acuerdo con los datos arrojados por el censo 2010, ocho de cada diez indígenas en Argentina viven en ciudades y tres de ellos lo hacen o en la CABA o en el GBA.

En la actualidad, se encuentran con sus personerías jurídicas registradas -o en proceso de estarlo- al menos 15 comunidades del pueblo Qom, 12 comunidades del pueblo Guaraní, 4 comunidades del pueblo Kolla, 3 comunidades del pueblo Mapuche, 3 comunidades del pueblo Tonokoté, 1 comunidad del pueblo Moqoit, 1 comunidad del pueblo Kakan/Diaguita, 1 comunidad del pueblo Quechua, y un conjunto de comunidades que refieren una doble-adscripción o la pertenencia a diversos pueblos: 1 comunidad Mapuche-Tehuelche, 1 comunidad Aymara-Guaraní, 1 comunidad Quechua-Aymara-Chichas, 2 comunidades "Multiétnicas", y 1 comunidad Qom-Moqoit. Ciertamente, son muchas más que las mencionadas las comunidades y nucleamientos que se encuentran en RMBA, ya que no todos han iniciado el proceso de institucionalización legal que produce el reconocimiento estatal a través de sus personerías jurídicas. (INFORME AMPLIADO, 2020, p. 272-273)

Considerar estas cifras, más allá de los cuestionamientos respecto a las mismas, conduce a señalar que los pueblos indígenas no pueden comprenderse sin sus presencias en las ciudades (TAMAGNO, 2001), de la misma manera que las ciudades no pueden comprenderse sin considerar las presencias indígenas (WEISS *et al.*, 2013) histórica y sistemáticamente negadas/ocultadas.

Con la pandemia se puso en evidencia la profunda desigualdad social y los modos en que ésta afecta a los pueblos indígenas en general y a los nucleamientos⁷ de la RMBA⁸ en particular (ALJANATI Y OTROS, 2020), lo que deja en claro que si la desigualdad no se neutraliza, se obtura la

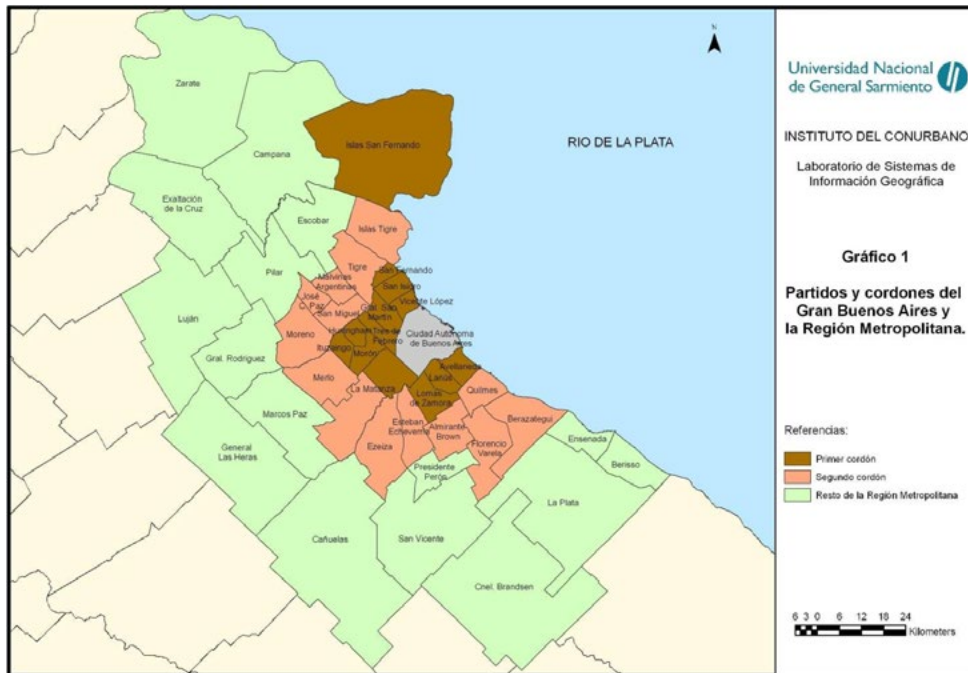
6 Cabe destacar que el denominado Censo Indígena Nacional (CIN), instituido por decreto N° 3998/65 desde el Ministerio del Interior, constituye un importante antecedente de medición de la población indígena a nivel nacional. Más allá de la cifra de 165.381 indígenas arrojada en esta instancia -condicionada por la concepción esencialista desde la cual se abordó a dicha población y a cuestiones metodológicas a ello asociadas (LENTON, 2004; MAIDANA *et al.*, 2010)- sentó las bases de un reconocimiento que ya no podría ser negado.

7 Término propuesto por Tamagno (2001) para dar lugar a la comprensión de la dinámica de los pueblos indígenas, las migraciones que ésta involucra, y referir a las formas en las cuales se concentran en el espacio, evitando el uso de conceptualizaciones que remiten a configuraciones cerradas en sí mismas y conllevan expectativas de homogeneidad y ausencia de conflicto. En este sentido el término abona la idea de que una territorialidad empíricamente discontinua no implica, necesariamente, discontinuidad social ni fracturas a nivel simbólico (MAIDANA, 2012).

8 Región conformada por la CABA, el GBA y otros partidos contiguos, cuyo número varía según los criterios adoptados para su delimitación, llegando a comprender un total de cuarenta municipios si se incluye al denominado Gran La Plata (conformado por La Plata, Berisso y Ensenada). Según criterios de carácter socio-económico y la mayor o menor cercanía a la CABA la región ha sido subdividida por estudiosos y planificadores en coronas o cordones en torno a dicha ciudad. En función de ello gran parte de la bibliografía considera los 24 partidos del GBA como distribuidos en los dos primeros cordones o coronas, mientras que el resto de los partidos de la RMBA conformarían una tercera corona (MACEIRA, 2012). Ver Figura 1.

posibilidad de efectivización de los derechos que por ley asisten a dichos pueblos.

Figura 1



Fuente: Maceira 2012

También se reveló el racismo -el modo de cosificar y considerar inferior a quienes es imprescindible expropiar y explotar (MENÉNDEZ, 1972)- y su agudización. La violación de derechos y el racismo son inescindibles y complementarios y han atravesado históricamente la vida de los pueblos indígenas, que han sido reprimidos con violencia cuando se oponían a ello. Antes frente a la expropiación y el desarrollo de los primeros emprendimientos productivos (ganadería, algodón, caña de azúcar), hoy ante el avance de los extractivismos, la minería a cielo abierto, los agronegocios, el megaturismo y los grandes emprendimientos inmobiliarios. Pero las situaciones denunciadas no deben contribuir a considerarlos sólo como víctimas. Por ello, tras describir las observaciones realizadas en torno a cómo transitan esta peculiar coyuntura los pueblos indígenas de la RMBA, señalamos cómo los propios referentes junto a quienes trabajamos nos convocaron a generar propuestas conjuntas en torno a la planificación de estrategias de control, prevención y monitoreo del COVID-19, en la necesidad de valorar sus formas organizativas y sus conocimientos. Finalmente planteamos la expresión “los pueblos indígenas son parte de la solución” para dar cuenta de que sus prácticas y conocimientos colectivos-comunitarios pueden constituir, en este estado de las cosas, un aporte a la resolución de las problemáticas socioculturales emergentes y al diseño e implementación de programas sociales que los involucren. Dichas prácticas y conocimientos evidencian formas alternas de pensar y actuar que fundadas en el pasado, son efectivas en el presente, no sólo para enfrentar la emergencia sanitaria sino también para la resolución de otras emergencias, de cara a construir un futuro mejor, común a todos.

El COVID-19 y las organizaciones colectivo-comunitarias en la RMBA

Las organizaciones indígenas y sus miembros vieron en el contexto de la pandemia de COVID 19 -y ante las medidas de Aislamiento Social, Preventivo y Obligatorio (ASPO)⁹ primero y Distanciamiento Social, Preventivo y Obligatorio (DISPO)¹⁰ después- disminuidas sus posibilidades de trabajo (en su mayoría de carácter informal); incrementadas las dificultades para acceder a algún tipo de asistencia que implicara acceso y manejo de internet/dispositivos necesarios para su tramitación vía web; limitadas las posibilidades de contar con insumos necesarios para la evitar la propagación del virus (lavandina, alcohol, barbijos, etc.) ante el aumento de los precios; profundizadas las situaciones de racismo, discriminación, violencia verbal y física; restringidas las posibilidades de continuidad pedagógica por los problemas en la disponibilidad de dispositivos digitales y conectividad a internet. Además, en este contexto, se pusieron de relieve las dificultades que en muchas zonas existen para obtener agua potable, recolección de residuos, acceder a la atención médica y medicamentos; así como las condiciones de hacinamiento en las que viven muchas comunidades y las necesidades alimentarias que poseen (INFORME AMPLIADO, 2020). Ante estas situaciones observamos entre los nucleamientos indígenas de la RMBA un aumento generalizado de la organización, la movilización de contactos y ampliación de las redes de contención (INFORME AMPLIADO, 2020). En este contexto las mujeres son principalmente las que llevan adelante no sólo el cuidado de los otros (fundamentalmente de los niños y ancianos) sino también los crecientes esfuerzos que suponen mantener la continuidad pedagógica de niños/as y adolescentes a través de la enseñanza en el hogar, la realización de ollas populares y la atención en comedores, muchos de los cuales continuaron en actividad, en este tiempo, con el retiro de viandas. Además, frente a la paralización del empleo informal, se pusieron en marcha colectas de donaciones en dinero (por transferencia bancaria) y de alimentos / productos de limpieza / ropa (para vecinos que puedan acercarse) así como rifas y venta de artesanías on-line. Las redes de relaciones de parentesco y paisanaje que une a los nucleamientos que pertenecen a un mismo pueblo indígena, tanto aquellos asentados en la RMBA como los que se encuentran en otras ciudades y provincias, funcionan (mediante el correo electrónico y la mensajería instantánea) como plataforma para difundir información no sólo sobre las situaciones de violencia, discriminación y posibles contagios, sino también sobre medidas de prevención, cuidado y atención frente a la pandemia. También es el caso de redes panétnicas, conformadas por organizaciones que nuclean a comunidades de distintos pueblos indígenas del país¹¹.

9 Medida establecida por Decreto 297/2020 el 19/03/2020 con el fin de prevenir la circulación y el contagio del virus COVID-19. Acorde a la misma se resolvió que las personas permanecieran en sus residencias habituales o en la residencia en que se encontraran a las 00:00 horas del día 20 de marzo de 2020, absteniéndose de concurrir a sus lugares de trabajo y movilizándose sólo para aprovisionarse de artículos de limpieza, medicamentos y alimentos (Art. 1); quedando exceptuados del cumplimiento de esta disposición los trabajadores declarados “esenciales” (Art. 6). Además se suspendieron todos los eventos que implicaran concurrencia masiva de personas (Art. 5).

10 Mediante el Decreto 875/2020 del 07/11/2020, se habilitó la circulación de personas en distintas jurisdicciones (entre ellas la RMBA) respetando la distancia mínima de DOS (2) metros entre personas, la utilización de tapabocas en espacios compartidos, y las medidas de higiene (Art. 5) así como el desarrollo de ciertas actividades económicas, deportivas y artísticas cumpliendo protocolos de funcionamiento (Art. 6 y 7).

11 Este es el caso de OPINOA, organización que nuclea comunidades de distintos pueblos indígenas del noroeste argentino, entre las que se encuentra el Consejo de la Nación Tonokoté Llutki. Este consejo está compuesto por 38 comunidades indígenas de dicho pueblo: 33 de ellas asentadas en territorio ancestral -hoy llamado Santiago del Estero-, una en Tucumán, una en Santa Fe, y 3 en la provincia de Buenos Aires, específicamente en la RMBA.

El desarrollo de nuestra línea de investigación implicó, desde sus orígenes, y en el marco de lo que Bourdieu y otros (1975) definen como objetivación participante, la valoración del diálogo con los referentes indígenas junto a los cuales trabajamos. Fue, con frecuencia, en el intercambio abierto de pareceres y a medida que compartíamos no sólo el desarrollo de proyectos de investigación/ extensión universitaria, participaciones en espacios científicos-académicos e intervenciones en talleres y jornadas organizados por organismos gubernamentales y no gubernamentales, sino también nuestra cotidianeidad, que se manifestaron aspectos decisivos en la producción de conocimiento; producción que categorizamos como “conjunta” (TAMAGNO *et al.*, 2005) al reconocer la significación del saber aportado por los referentes indígenas a la reflexión crítica. Entendemos que sin estos saberes el conocimiento producido corre el riesgo de estar sustentado en prejuicios o apreciaciones del sentido común que conducen a lo que hemos denominado críticamente actitudes propias de los “censores de la indianidad” (TAMAGNO, 1991). Por ello nuestra postura teórico-metodológica se aparta de la manera tradicional de distinguir entre “gente observada” y “observadores”, informantes e investigadores, y se funda en la razón y la emoción, aspectos que también entendemos son inseparables a la hora de producir conocimiento. Así, el concepto de “sentipensar” (ESCOBAR, 2014) ilumina la tensión que recorre nuestra trayectoria de investigación que comprometida en términos afectivos, intelectuales y políticos se orienta a encontrar en los contextos de producción antropológica y sociopolítica planteamientos y conceptualizaciones que permitan explicar cabalmente las presencias y demandas de los pueblos indígenas más allá de los territorios a los que históricamente se los asociaron (MAIDANA *et al.*, 2020a).

Al reconocer que son los diálogos y espacios de producción de conocimiento conjunto los que contribuyen a la capacidad explicativa de la disciplina y con ello a sus potenciales aportes para la construcción de un futuro mejor, atendimos en este contexto de pandemia al señalamiento de los referentes indígenas junto a los cuales trabajamos sobre la necesidad de valorar sus formas organizativas y sus conocimientos, que pueden constituir, en este estado de las cosas, un aporte a la resolución de problemáticas emergentes y al diseño e implementación de programas sociales que los involucren.

La Unidad Coronavirus -integrada por el Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación (MIN-CyT), el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y la Agencia Nacional de Promoción de la Investigación, el Desarrollo Tecnológico y la Innovación (Agencia I+D+i)- se conformó frente a la crisis sanitaria, con el objetivo de poner a disposición las capacidades de desarrollo de proyectos tecnológicos, recursos humanos, infraestructura y equipamiento que puedan ser requeridas para el diagnóstico e investigación sobre COVID-19. En marzo de 2020 la Comisión Ciencias Sociales de esta Unidad convocó a relevar el impacto social de las medidas del ASPO, en el marco de esta convocatoria contactamos para una encuesta a referentes indígenas con vasto conocimiento sobre la situación de sus pueblos y comunidades. Tras este relevamiento, sumando esfuerzos con otros equipos de investigación, en el mes de abril presentamos un informe titulado “Los efectos socioeconómicos y culturales de la pandemia COVID-19 y del aislamiento social, preventivo y obligatorio en las comunidades indígenas de la RMBA, NOA, NEA y Patagonia” y luego, junto a grupos de investigación de todo el país, el “Informe ampliado: efectos socioeconómicos y

culturales de la pandemia COVID-19 y del aislamiento social, preventivo y obligatorio en los Pueblos Indígenas en Argentina -Segunda etapa, junio 2020-“ donde relevamos la situación de 30 pueblos indígenas, dando cuenta de la realidad que atraviesan estos colectivos en Argentina y sus reclamos ante derechos vulnerados. Pero, más allá de las denuncias los propios referentes indígenas nos convocaron a valorar sus formas organizativas y sus conocimientos, por eso elaboramos junto a tres comunidades de la RMBA pertenecientes a los Pueblos Indígenas Qom (Comunidad “Nam Qom”), Ava guaraní (Comunidad “Iwi Imemb’y”) y Tonokoté (Comunidad “Chañar Sisa”) -ubicadas en el 2do. y 3er. cordón de la RMBA¹²- el proyecto “Saberes y prácticas indígenas en un contexto de emergencia sanitaria: aportes a la salud, la educación y el ambiente en el marco de la planificación de estrategias de control, prevención y monitoreo del COVID-19”¹³, que fue financiado en el marco del Programa de Articulación y Fortalecimiento Federal de las Capacidades en Ciencias y Tecnología COVID-19 (destinado a fortalecer el sistema de salud reforzando la articulación entre municipios y provincias) (MAIDANA et al., 2020b). Para su desarrollo partimos de las recomendaciones presentadas en el “Protocolo de actuación para organismos gubernamentales de la provincia de Buenos Aires que reciben demandas de personas, comunidades y pueblos indígenas por la efectivización de sus derechos” (2017)¹⁴, que refieren a: 1) la necesidad de que toda política indígena parta de revisar la conceptualización de la Argentina como país “blanco” y sin “indios” que impide reconocer en toda su dimensión las trayectorias de los pueblos indígenas y su situación actual; 2) la centralidad del principio de autoadscripción y el hecho de que no corresponde a los funcionarios de organismos gubernamentales ni a los especialistas esgrimirse como “censores de indianidad” (TAMAGNO, 1991), sino que es facultad de las personas y las comunidades definirse como parte de estos pueblos; 3) la necesidad de reconocer todas las formas organizativas que se den a sí mismos estos pueblos y, en ese sentido, que el Estado-nación se identifique como plurinacional; 4) que los líderes deben ser considerados referentes en cuanto expresan -a nivel individual- las transformaciones, las luchas y las demandas de los colectivos con los cuales se referencian; 5) la obligación de los Estados de consultar a los pueblos indígenas sobre los asuntos que los afecten en distintos contextos; que en todo procedimiento judicial se deben considerar las visiones de mundo de estos pueblos; 6) que al abordar la cuestión territorial es imprescindible considerar el etnocidio y, al mismo tiempo, el hecho de que las culturas no mueren, sino que se transforman, y que estos procesos implican también movilidad geográfica; 7) que es imprescindible preguntarse sobre quiénes produjeron las acciones que derivaron en las situaciones en que hoy se encuentran los pueblos indígenas, dejando en claro que las mismas son producto de la explotación y la desigualdad y no de condiciones internas de dichos conjuntos; 8) que lo comunitario no se limita a la territorialidad sino a sentirse parte de un conjunto; 9) que los sujetos de derecho son los pueblos indígenas y que el reconocimiento de las personerías jurídicas a sus comunidades es consecuencia de esta afirmación; 10) que los aconteci-

12 Las dos primeras en la periferia de la ciudad de La Plata y la última en Florencio Varela.

13 Proyecto financiado en el marco del Programa de Articulación y Fortalecimiento Federal de las Capacidades en Ciencias y Tecnología COVID 19 (destinado a fortalecer el sistema de salud reforzando la articulación entre municipios y provincias).

14 Documento diseñado en el marco de un protocolo adicional al Convenio de Cooperación Técnica y Asistencia Recíproca celebrado entre el defensor del pueblo de la Provincia de Buenos Aires y la Universidad Nacional de La Plata (UNLP)-Facultad de Ciencias Naturales y Museo (FCNyM), que forma parte de las políticas de defensa y promoción de los derechos humanos que la Defensoría del Pueblo de la provincia de Buenos Aires lleva adelante.

mientos que puntualmente generan demandas deben ser comprendidos en la dimensión histórica que los explica; 11) que no debemos perder de vista que el racismo aparece ante los intereses de los sectores dominantes y sus proyectos en el contexto de la sociedad de mercado; 12) que las políticas culturales no deben desvincularse de las demandas sobre la tierra, la salud, la educación, el trabajo y la vivienda. Respecto a este último punto se han manifestado un sinnúmero de veces los referentes indígenas junto a quienes trabajamos señalando que la búsqueda de soluciones requiere ir más allá de los modos que priman en la actualidad; requiere -en una interesante consonancia con los planteos de Souza Santos (2020)- del reconocimiento de una pluralidad de conocimientos que sólo suelen hacerse visibles a través de los actos de resistencia de los grupos sociales sometidos a la injusticia, opresión o destrucción sistemática en manos del capitalismo.

El siguiente testimonio de una joven qom da cuenta de la significación de estas prácticas y las redes que involucran:

Particularmente como estudiante de una carrera sanitaria, enfermería y ya teniendo conocimiento sobre el sistema corporal humano más allá de las enseñanzas de mis adultos mayores respecto del cuidado, me fui dando cuenta de cómo iba actuando el COVID 19 en cada individuo. No tardó en hacerse presente la preocupación por mis allegados del pueblo qom y sin ir más lejos también pensando en las otras etnias, sus recursos disponibles y de cómo abordar este tema con sus respectivos protocolos tal como las recomendaciones sanitarias de la OMS, como la higiene, distanciamiento social, uso de barbijo, alcohol en gel, desinfectante sumado al lavado de manos constante antes y después de cada actividad. Para mí esto fue algo normal porque de hecho el lavado de manos en sus cinco momentos o el lavado pre-quirúrgico fue el tema central que utilicé en un examen final que tuve la oportunidad rendir justo antes de la cuarentena. Dicho tema se hizo sensible en todo el mundo. El 19 de mayo del 2020 se dio a conocer el primer caso positivo en el barrio y desde entonces se comenzó un abordaje único e histórico con diferentes ONG's del barrio las cuales cobraron esfuerzo en seguir con sus tareas habituales de dar contención y acompañamiento a cada vecino además de repartir la vianda alimenticia y de acompañar a niños y jóvenes en las tareas escolares, algo que se venía haciendo desde hace años frente a un contexto socioeconómico de la comunidad que lleva años en su lucha por aquellos que necesitan un respaldo muchas veces también afectuoso. Gracias al Director del CAPS¹⁵ Nro 42, que fue en su momento el Dr. Jorge Benítez, quien impulsó una organización para afrontar la pandemia de manera concisa convocando a voluntarios, a las organizaciones y a extras. De repente no sentí discriminación alguna sino que fue una linda unión en conjunto para acercar la atención de nivel primario a cada hogar sin distinción de raza ni nivel social. Nuestra voluntad fue ayudar y buscar al virus para evitar la propagación o disminuir su impacto cuando esto ocurriese, concientizando a las personas respecto del avance del virus. No se buscó a quien llevó el virus por no cuidarse sino que haciendo el operativo casa por casa nos dimos cuenta de las necesidades básicas para atender a los adultos mayores, niños y embarazadas, a las personas con enfermedades crónicas y controlar la medicación. El operativo se realizó repartiendo folletería, barbijos y cuando se podía un alcohol en gel y en casos extremos elementos de limpieza o alimentos. También se abordó los casos de violencia de género y la salud reproductiva. Algunos de los hermanos fundadores de la Comunidad Nam Qom de La Plata y hermanos del Gran Chaco se nos fueron en esta pandemia. A ellos mi eterno agradecimiento por enseñarnos nuestros valores respecto a la vida, a ser fuertes y a mantener la sonrisa y a mantenerse firmes a pesar de las circunstancias. Cada uno dejó su huella y en momentos formidables en los que con su personalidad hicieron historia. Agradezco a los hermanos que están con nosotros que siguen luchando por su tierra, por su familia, por la comunidad y sus descendientes, a las personas que con objetos materiales nos ayudan mucho para poder seguir viviendo y estudiando, a las autoridades de mi comunidad Nam Qom que me vieron crecer y a mis abuelos Rogelio Canciano y María Puntano, a mis padres Julia Gómez y Gustavo Canciano y a mi tía Eufrosia Rossi. Gracias al Vo-

15 Los CAPS son Centros de Atención Primaria de la Salud que implementan programas preventivos y ofrecen asistencia en las zonas donde se encuentran.

Intariado de Ciencias Médicas y al de Redes en Salud de Ciencias Exactas, que acompañaron los operativos, al INAI y al equipo del Laboratorio de Investigaciones en Antropología Social (LIAS) de la UNLP.

Uno de los objetivos específicos del proyecto antes mencionado es contribuir, a través de las tecnologías de la información y comunicación (herramientas que adquirieron un mayor protagonismo en el contexto de pandemia en tanto posibilidades de conexión, cooperación e intercambios) al sostenimiento y fortalecimiento de los lazos y prácticas comunitarias que contribuyen a las capacidades locales y comunales para hacer frente a los nuevos condicionamientos producidos por la actual coyuntura. Por ello, tras relevar las condiciones de acceso a distintos servicios por parte de las comunidades involucradas nos encontramos trabajando problemáticas en torno al acceso a las tecnologías de la información y comunicación (TICs). En el contexto de aislamiento y distanciamiento el no acceso a las TICs profundiza las desigualdades; algo que se ha reconocido a través del DNU 690/20, mediante el cual el Poder Ejecutivo nacional determinó como servicios públicos esenciales y estratégicos a las TICs. De allí la importancia de garantizar la conectividad y la disponibilidad de dispositivos. Además, dados los condicionamientos que restringen hasta hoy la circulación y reunión de personas en el territorio nacional, nos permiten poner en práctica técnicas propias de una "etnografía digital" mediante las cuales estamos indagando sobre el conocimiento, el acceso a la información y los cuidados llevados adelante en las comunidades en relación al COVID-19.

Los pueblos indígenas son parte de la solución

La pandemia revela un modelo de sociedad capitalista desigual, que comenzó a imponerse a nivel mundial a partir del siglo XVII, y cuyos daños son evidentes (SOUZA SANTOS, 2010). Una de las características esenciales de este modelo es la usurpación violenta y devastadora de esa parte del mundo que la sociedad moderna occidental delimitó, poco a poco, como dominio ontológico autónomo, en términos de "naturaleza". Este dualismo propio de la era moderna (DESCOLA, 2002) que separa el ámbito de la naturaleza (lo permanente) del ámbito de la cultura/sociedad (lo transformable) habilita no sólo la apropiación depredatoria de esa "naturaleza" -expresada hoy en diversos extractivismos- sino que es también utilizado para legitimar la explotación y la desigualdad social. Como señala Stolcke (2002) no hay método político más eficaz para avalar injusticias que atribuir las a la "naturaleza" de los propios colectivos subordinados.

La expansión colonial, que permitió la acumulación originaria de capital imprescindible para que una Europa en crisis pudiera desarrollarse en términos capitalistas, implicó el establecimiento de una relación fatídica de superioridad/inferioridad entre conquistadores y conquistados (WORSLEY, 1966), habilitó la expropiación territorial y permitió convertir a las poblaciones oprimidas en mano de obra casi esclava para los emprendimientos productivos. Esta ética del conquistador, fundada en el interés económico (WORSLEY, 1966), devino luego en lógica del conquistador, para transformarse finalmente, y una vez conformados los Estados nación en lo que Quijano (2000) y otros denominan colonialidad. Esta mentalidad colonial no ha desaparecido y continúa guiada por esa relación fatídi-

ca de inferioridad/superioridad que justifica y legitima las enormes desigualdades y los profundos grados de explotación en el mundo. Está detrás y alimenta constantemente la idea de “pensamiento único” que nos dice que no es posible otro orden que difiera del que imponen los extractivismos, los agronegocios, el megaturismo y los grandes emprendimientos inmobiliarios (TAMAGNO, 2019).

Sin embargo, desde los inicios disciplinares antropólogos y antropólogas han mostrado en sus trabajos la existencia de una gran diversidad de concepciones/visiones de mundo que habilitan diferentes tipos de relaciones con la alteridad humana y no humana. Así, la diversidad sociocultural objeto de indagación antropológica, junto a la desigualdad estructural que la atraviesa, ha habilitado reflexiones que no sólo discuten la noción de un ser humano estándar, sino también la noción de pensamiento único ligada al desarrollo capitalista industrial. En este mismo sentido, la pandemia de COVID-19 no sólo ha puesto de manifiesto las desigualdades sociales, sino también las alternativas que el sistema político democrático ha sido forzado a dejar de discutir (SOUZA SANTOS, 2020) y de las cuales las ontologías indígenas son ejemplo.

En su resolución del 10 de abril de 2020 sobre la pandemia y los derechos humanos en las Américas, la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) exhortó a los Estados miembros a mantener altos estándares en materia de respeto y garantía a los derechos humanos durante la pandemia. Respecto a los Pueblos indígenas señaló específicamente la necesidad de proporcionar información sobre la pandemia en sus propias lenguas, respetar el aislamiento voluntario, garantizar el derecho a recibir una atención de salud con pertinencia cultural, sin dejar de atender a los cuidados preventivos, las prácticas curativas y las medicinas tradicionales, y “abstenerse de promover iniciativas legislativas y/o avances en la implementación de proyectos productivos y/o extractivos en los territorios de los pueblos indígenas durante el tiempo en que dure la pandemia” (p. 18). Pese a estas recomendaciones, en el caso de Argentina se ha continuado con la agenda extractivista y se ha avanzado sobre los territorios indígenas, incluso los urbanos. Los intentos de desalojos de comunidades indígenas de sus territorios se intensificaron durante la cuarentena. En la RMBA, desde principios del mes de Noviembre la Comunidad ava guaraní “Iwi Imemb’y” (Hijos de la tierra) ha denunciado acoso policial y amenazas por parte de “hinchas”¹⁶ del Club Gimnasia y Esgrima de La Plata para expulsarlos de las 4 has. en la localidad de Abasto que les fueran cedidas a la comunidad el 26 de febrero de 2019. El intendente de La Plata, en cumplimiento de una decisión de la Defensoría del Pueblo de la Nación tomada conforme la legislación vigente, firmó un contrato de comodato por 99 años, que fue refrendado por unanimidad por el Consejo Deliberante el 15 de octubre del 2020, para reagrupar a todas las familias miembro y que éstas puedan ejercitar sus costumbres ancestrales de pueblo agricultor en relación con la naturaleza, cultivando la tierra, favoreciendo a la preservación de su identidad y cosmovisión.

En relación a ello las organizaciones indígenas reclaman un cambio de modelo ya que el actual -fundado en el individualismo, la acumulación y la mirada de la naturaleza como una fuente inagotable de recursos- genera no sólo la degradación ambiental que incrementa el riesgo de nuevas pandemias, sino que también profundiza las desigualdades y multiplica las emergencias (no sólo sanitarias). La forma en que se gestionan la tierra/los territorios está en el centro de la discusión, no

16 Grupos de adherentes a los clubes que actúan de forma corporativa mostrando un profundo fanatismo.

sólo la preservación de los bosques¹⁷ y la manera en que se producen los alimentos¹⁸, sino también las formas de habitar los espacios, incluidos los urbanos, constantemente amenazados por emprendimientos inmobiliarios. En las últimas décadas, en la segunda y la tercera corona de la RMBA, han avanzado los megaemprendimientos privados. Nuevas urbanizaciones (clubes de campo, barrios cerrados y clubes de chacras) están ocupando un porcentaje de territorio cada vez mayor. Dado que los grandes ejes de crecimiento se han desarrollado a lo largo de las vías más importantes de penetración a la Ciudad de Buenos Aires, los nuevos emprendimientos se concentran a lo largo del Acceso Norte, del Acceso Oeste, de la Autopista Buenos Aires - La Plata y de la Autopista Ricchieri - Cañuelas. En estos dos últimos ejes, los barrios privados están en constante expansión, por dos motivos: primero, la zona Norte presenta un estado próximo a la saturación¹⁹; y segundo y como consecuencia de lo anterior, los valores del mercado inmobiliario se han elevado de manera excesiva para una franja de población de un estrato socioeconómico medio (VIDAL KOPPMANN, 2001). De allí que en las noticias referidas a los intentos de desalojo de la Comunidad Iwi Imemb'y de las cuatro hectáreas que le fueran otorgadas en la localidad de Abasto refieren a los intereses sobre las mismas para ser loteadas para la construcción de clubes de campo²⁰.

Las comunidades indígenas y su organización frente a la pandemia representan una visión que antepone el beneficio colectivo-comunitario al interés individual. Para estos pueblos la "comunidad" y/o lo "comunitario" aparece como lo opuesto a la propiedad en común que supone el concepto liberal en el cual suelen centrarse las normas legales y políticas públicas que colocan a la "comunidad" en el horizonte de lo "propio" y de la "propiedad", haciendo énfasis en la idea de un individuo que busca un alter ego semejante en todo y para todo, y así supone que la comunidad es una "propiedad" o "sustancia", una cualidad que se agrega a la naturaleza de los sujetos (TAMAGNO, 2019). A quienes conforman las comunidades indígenas los une, no una "propiedad" sino, justamente, un deber o una deuda; están unidos no por un más (alguna propiedad externa a ellos) sino por un menos. Lo "común" está fundado en la obligación que se ha contraído con el otro y que se expresa en lo que no se puede conservar, guardar ni acumular para sí pues no se es por entero dueño de ello. La "comunidad" se vincula a la "reciprocidad", al "don", que determina entre unos y otros un "compromiso", por el ser de alguna manera el otro. Esta lógica de reciprocidad, como señala (MENÉNDEZ, 1972) es propia de lo humano en tanto dio lugar a la vida en sociedad

17 Argentina es uno de los países que más ha visto disminuir sus bosques nativos en el último cuarto del siglo XX (pasando de 35 millones de hectáreas en 1987 a 31 millones en 1998, y luego descendiendo a 26 millones en la actualidad). Los desmontes generan severos efectos en el ambiente en su conjunto, así como en diversos sectores sociales, entre ellos, los pueblos indígenas (en particular, en regiones como el NOA y el NEA). Son numerosas las limitaciones y dificultades en la implementación de Ley Nro. 26.331 "de Bosques" e incluso en el contexto del aislamiento, se multiplicaron las denuncias por acciones en abierta violación de la legislación vigente en las provincias de Salta, Santiago del Estero, Chaco y Formosa (INFORME AMPLIADO, 2020).

18 En los meses del ASPO se denunció la continuidad de la pulverización con agrotóxicos para el cultivo de transgénicos, principalmente soja, en distintas provincias del país. Cabe recordar que las actividades agropecuarias fueron exceptuadas del cumplimiento del ASPO por considerarse actividades "esenciales". (INFORME AMPLIADO, 2020)

19 Fue en la zona norte del Gran Buenos Aires donde, en las décadas de 1960 y 1970, se desarrollan los primeros countries que se consolidaron en la década siguiente como lugares para segunda vivienda y en 1990 como lugares para vivir de forma permanente, especialmente en Pilar y sus alrededores. Ello coincide con la mejora y la extensión de los principales accesos de autopistas a Buenos Aires —particularmente la Panamericana—.

20 Disponible en: <https://www.eldia.com/nota/2020-11-19-19-30-0-la-comuna-le-cedio-4-hectareas-de-estancia-chica-a-una-comunidad-indigena-la-ciudad> Acceso el: 04 abr. 2021.

que se hizo posible precisamente a partir de la cooperación y no de la competencia. Por ello, esta lógica cuyas expresiones suelen hacerse visibles en momentos de crisis como la que transitamos, no deben ser interpretadas como originadas sólo en situaciones de carencia. Las organizaciones indígenas señalan fines que no se vinculan a la acumulación y explotación de la alteridad humana y no humana, sino que se relacionan al bienestar del ser humano en armonía con el entorno, por eso desde sus organizaciones señalan que "la lucha es por la vida". De allí también que aparezca la expresión "los pueblos indígenas son parte de la solución" para dar cuenta de que sus prácticas y conocimientos colectivos-comunitarios constituyen alternativas de vida que pueden aportar a la reducción de fenómenos como el calentamiento global, la pérdida de biodiversidad, la ocurrencia cada vez más frecuente de eventos climáticos extremos y el brote de epidemias y pandemias como la ocasionada por el virus SARS-CoV-2 (MAIDANA et al., 2020b).

Consideraciones finales

La pandemia nos convoca a aunar esfuerzos para enfrentar los nuevos desafíos que plantea y los viejos problemas que agudiza. Si bien los pueblos indígenas han sido muy afectados por ésta, dadas las situaciones de carencia material previas, han mostrado una enorme capacidad de respuesta fundadas en lo comunitario, que permite abordar no sólo la emergencia sanitaria sino otras emergencias cuya resolución permita proyectar sociedades más justas. Por ello se torna necesario e indispensable valorar sus "otras" ontologías/visiones de mundo que dan lugar a este tipo de prácticas, pero para esto es preciso antes valorar a sus portadores/as a partir del desarrollo de prácticas interculturales.

Uno de los desafíos centrales, en este momento especial y crítico, es el de la comunicación. Se ha puesto de manifiesto, en esta particular coyuntura, la necesidad de efectivizarla en tanto derecho que habilita la búsqueda de soluciones. La comunicación abre no sólo la posibilidad de continuidad pedagógica y de contar con información oficial respecto a los protocolos o el accionar sobre el COVID-19, sino también de fortalecer aquellos lazos que les posibilitan resolver a los pueblos indígenas, de forma colectiva-comunitaria, problemáticas vinculadas a la subsistencia, la defensa de los territorios, los bienes comunes, es decir, la vida.

Estas consideraciones han sido posibles debido a una concepción metodológica que reconoce la "construcción de conocimiento conjunto" y una concepción teórica que hemos desarrollado a lo largo de años de investigación y que implica las consideraciones que aparecen en el protocolo antes citado, en definitiva una concepción epistemológica que permite superar racismos.

Citas

ALJANATI, Lucía; BARBOSA BECERRA, Joice; BOMPADRE, José María; BROWN, Avelina; CASTELNUOVO BIRABEN, Natalia; CHERÑAVSKY, Sasha Camila; COLLA, Julia; ENGELMAN, Juan; GOLÉ, Carla; GERRARD, Ana Cecilia; HERRERA, Valeria; MAIDANA, Carolina; MÍGUEZ PALACIO, Rocío M; MOREY, Eugenia; QUISPE, Luciana; RADOVICH, Juan Carlos; REINOSO, Paula; RODRÍGUEZ RAMÍREZ, Sofía; SCHMIDT, Mariana; TAMAGNO, Liliana; TOLOSA, Sandra; VALVERDE, Sebastián; VARISCO, Sofía. **Pueblos indígenas y COVID-19 en Argentina Principales lineamientos de un informe colaborativo**. Buenos Aires: EFFyL – CLACSO, 2020.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **El oficio del sociólogo**. México: Siglo XXI, 1975.

BRUNO, Matías. La población del conurbano en cifras. In: KESSLER, Gabriel (dir.). **Historia de la provincia de Buenos Aires**. Buenos Aires: Edhasa – Unipe, 2015. p. 159-191. (Tomo 6: El Gran Buenos Aires)

CEPAL. **Síntesis**. Los pueblos indígenas en América Latina. Avances en el último decenio y retos pendientes para la garantía de sus derechos. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2014.

CIDH. **Pandemia y derechos humanos en las Américas, Resolución 1/2020**. Disponible en: www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-1-20-es.pdf Acceso en: 18 dic. 2020.

DESCOLA, Philippe. La antropología y la cuestión de la naturaleza. In: PALACIO, Germán; ULLOA, Astrid (Eds.). **Repensando la naturaleza**. Encuentros y desencuentros disciplinarios en torno a lo ambiental. Bogotá. Universidad Nacional de Colombia, 2002. p. 155-174.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

INFORME AMPLIADO: **efectos socioeconómicos y culturales de la pandemia COVID-19 y del aislamiento social, preventivo y obligatorio en los Pueblos Indígenas en Argentina -Segunda etapa, junio 2020**. Elevado al Instituto Nacional de Asuntos Indígenas (INAI) y ante la Comisión de Ciencias Sociales de la Unidad Coronavirus (MINCYT-CONICET-ANPCyT).

INDEC. **Encuesta Complementaria de Pueblos Indígenas**: resultados provisionales 2004-2005. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadísticas y Censos, 2006.

LENTON, Diana. 'Todos éramos desarrollistas...': la experiencia del Primer Censo Indígena Nacional. **Etnia**, Instituto de Investigaciones Antropológicas de Olavarría, v. 46/47, p. 187 – 206, 2004.

MACEIRA, Verónica. Notas para una caracterización del Área Metropolitana de Buenos Aires. **Boletín Informativo. Observatorio das Metrópoles**, año 3, n. 224, 2012.

MAIDANA, Carolina; TAMAGNO, Liliana; MARTÍNEZ, Alejandro. Pueblos indígenas y academia sobre la gestación de espacios de producción conjunta de conocimiento. Actas del Congreso de Historia de la Antropología Argentina. **Revista Corpus - Archivos Virtuales de la Alteridad Americana**, v. 10, n. 1, p. 227-244, 2020a.

MAIDANA, Carolina; MARTÍNEZ, Alejandro; TAMAGNO, Liliana; GARCÍA, Stella Maris; BERMEJO, Diego; ALJANATI, Lucía; ARAGON, Griselda; VOSCOBOINIK, Nadia; SILVA, Sofía; ALONSO, Fernanda;

ROMERO GOZZI, Paloma; ESCOBAR, Facundo; DI SOCIO, Juan Manuel. Los pueblos indígenas son parte de la solución. Alternativas comunitarias de cuidado frente a la crisis sanitaria. **Revista idts. Innovación y Desarrollo Tecnológico y Social**, v. 2, n. 2, p. 237-251, 2020b. Disponible en: <https://revistas.unlp.edu.ar/IDTS/issue/view/734/pdf%20completo> Acceso el: 04 mayo 2021.

MAIDANA, Carolina; TAMAGNO, Liliana. Ciudades, territorialidades y derechos indígenas. Una mirada antropológica. **Revista GeoPantanal**, n. 22, p. 73-87, 2017.

MAIDANA, Carolina; OTTENHEIMER, Ana Cristina; ZUBRZYCKI, Bernarda. Estado y tratamiento de la diversidad étnica. Los dispositivos de relevamiento de población indígena y afro descendiente. In: TAMAGNO, Liliana; MAFFIA, Marta (Comp.). **Indígenas y afros**. Convergencias, divergencias y desafíos. Buenos Aires: Biblos, 2014. p. 229-244.

MAIDANA, Carolina. **Migrantes toba (qom)**. Procesos de territorialización y construcción de identidades. Disertación (Doctorado en Ciencias Naturales) - Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2012.

MAIDANA, Carolina; ZUBRZYCKI, Bernarda; SAMPRÓN, Agustín; DI SOCIO, Juan Manuel; GARCÍA, Stella Maris; COLÁNGELO, Adelaida; GÓMEZ, Julia; TAMAGNO, Liliana. Censos y pueblos indígenas en Argentina. **Cuadernos de Antropología**, n. 5, Segunda Época, p. 33-52, 2010.

MENÉNDEZ, Eduardo. Racismo Colonialismo y Violencia Científica. **Revista Transformaciones**, Centro Editor de América Latina, p. 169-196, 1972.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **La cruel pedagogía del virus**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

STOLCKE, Verena. "¿Es el sexo para el género lo que la raza para la etnicidad... y la naturaleza para la sociedad?". *Política y cultura*, n. 14, p. 25-60, 2002.

TAMAGNO, Liliana. Reflexiones sobre el malestar. Pensando la etnografía. In: EPELE, María; GUBER, Rosana (Comp.). **Malestar en la etnografía**. Malestar en la antropología. Buenos Aires: IDES, 2019. p. 48-68.

TAMAGNO, Liliana. **Nam Qom Hueta 'a na doqshi I' ma**. Los tobas en la casa del hombre blanco. Identidad, memoria y utopía. Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2001.

TAMAGNO, Liliana. La cuestión indígena en Argentina y los censores de la indianidad. **América indígena**, v. LI, n. 1, p. 123-152, 1991.

VIDAL-KOPPMANN, Sonia. Segregación residencial y apropiación del espacio: La migración hacia las urbanizaciones cerradas del Área metropolitana de Buenos Aires (Argentina). **Scripta Nova**, v. 70, n. 94, p. 1-17, 2001.

WEISS, María Laura; ENGELMAN Juan Manuel; VALVERDE, Sebastián. Pueblos indígenas urbanos en Argentina: un estado de la cuestión. **Pilquen-Sección Ciencias Sociales**, v. 16, n. 1, p. 4-14, 2013.

WORSLEY, Peter. **El tercer mundo**. México: Siglo XXI, 1966.

INCIDENCIA DEL COVID – 19 EN PUEBLOS INDÍGENAS Y AFRODESCENDIENTES DE CHILE Y LA IMPORTANCIA DE LA AUTOGESTIÓN COMUNITARIA

INCIDÊNCIA DE COVID - 19 EM POVOS INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES DO CHILE E AUTOGESTÃO COMUNITÁRIA

INCIDENCE OF COVID - 19 IN INDIGENOUS PEOPLES AND AFRO-DESCENDANTS OF CHILE AND COMMUNITY SELF-MANAGEMENT

Luis Campos¹

 <https://orcid.org/0000-0002-9983-8799>

Javiera Chambeaux²

 <https://orcid.org/0000-0001-5404-3856>

Claudio Espinoza³

 <https://orcid.org/0000-0003-0472-5132>

Recebido em: 19 de janeiro de 2021.

Aprovado em: 22 de março de 2021.

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12536>

1 Antropólogo y Licenciado en Antropología por la Universidad de Chile; Licenciado en Educación por la Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación; Magister y Doctor en Antropología por la Universidad de Brasilia. Desde el año 2000 se desempeña como docente en la Escuela de Antropología de la Universidad Academia de Humanismo Cristiano y es investigador principal del Centro de Estudios Interculturales e Indígenas - CIIR. E-mail: luiseugeniocampos@gmail.com

2 Antropóloga Social de la Universidad Academia de Humanismo Cristiano y Maestra en Antropología Social, mención Antropología Política y Jurídica por el Centro de Investigaciones y Estudios Superiores de Antropología Social (CIESAS). Cuenta con más de 10 años de experiencia laboral en diversos campos de la antropología, tales como docencia, investigación, trabajo de terreno, y participación ciudadana. E-mail: aviera.chambeaux@gmail.com

3 Doctor en Antropología y Master en Antropología por el Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS), México DF. Licenciado en Antropología por el Escuela de Antropología de la Universidad Academia de Humanismo Cristiano. Actualmente es Director de la Escuela de Antropología de la Universidad Academia de Humanismo Cristiano. E-mail: cespinoza@academia.cl

RESUMEN: En este artículo presentamos la síntesis de una investigación que se llevó a cabo durante la primera ola de la pandemia en Chile y tiene como objetivo dar cuenta de los impactos del COVID-19 en los pueblos indígenas y afrodescendientes, focalizando en las respuestas que se han dado desde sus propias organizaciones tradicionales y desde su cosmovisión. Lo anterior ha puesto de manifiesto que cuando falta la acción estatal los pueblos indígenas tienen un alto grado de autogestión basado en sus propias formas culturales.

Palabras claves: Pandemia; Chile; Pueblos Indígenas; Afrodescendientes.

RESUMO: Neste artigo, apresentamos a síntese de uma investigação realizada durante a primeira onda da pandemia no Chile e tem como objetivo dar conta dos impactos da COVID-19 sobre os povos indígenas e afrodescendentes, com foco nas respostas que foram dadas. dados de suas próprias organizações tradicionais e de sua visão de mundo. O exposto demonstrou que, na falta de ação do Estado, os povos indígenas possuem um alto grau de autogestão com base em suas próprias formas culturais.

Palavras-chave: Pandemia; Chile; Povos indígenas; Afro-descendentes.

ABSTRACT: In this paper we present the synthesis of an investigation that was carried out during the first wave of the pandemic in Chile and aims to account for the impacts of COVID-19 on indigenous peoples and Afro-descendants, focusing on the responses that have been made. given from their own traditional organizations and from their worldview. The foregoing has shown that when state action is lacking, indigenous peoples have a high degree of self-management based on their own cultural forms.

Keywords: Pandemic; Chile; Indigenous Peoples; Afro-descendants.

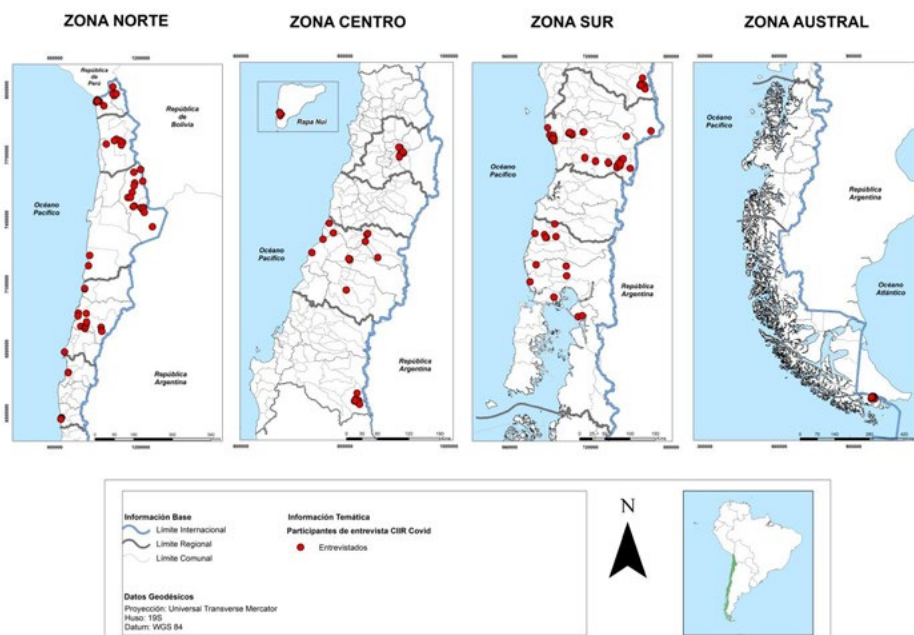
La población indígena en Chile según el censo de 2017 asciende a más de 2 millones de personas, a los que se le suman hoy los afrodescendientes reconocidos en abril del año 2019 y también el pueblo chango cuya ley de reconocimiento fue promulgada recién en octubre de 2020. El pueblo indígena mayoritario es el mapuche representando más del 80% de la población indígena del país, seguido de aymaras, diaguitas, atacameños, rapanui, collas, kaweshkar y yámanas. La construcción de una formación nacional de alteridad basada en patrones eurocéntricos y con una lógica pigmentocrática excluyó del proyecto de nación tanto a indígenas como afrodescendientes, promoviendo procesos de usurpación de tierras, invisibilización, marcación y blanqueamiento que se fueron consolidando en los últimos años de la colonia y durante los primeros años de la república. A fines de la década de 1870 Chile comenzó un proceso de expansión que le permitió, luego de la Guerra del Pacífico (1879-1881), anexar amplios territorios en el norte del país; período seguido de la llamada Pacificación de la Araucanía que anexó a Chile más de 10 millones de hectáreas hasta esa fecha en propiedad de comunidades mapuche (1881-1883); y, por último, con la anexión de la Isla de Pasca o Tepito o Te Henua que suma como indígenas chilenos al pueblo Rapa Nui de origen polinésico (BENGOA, 2000). A partir de entonces la población indígena y afrodescendientes fue estigmatizada y excluida del proyecto de estado-nación y sólo a inicios de la década de 1990 y en el contexto de los procesos de democratización que estaban sucediendo en el país, se avanzará en el reconocimiento efectivo de sus derechos luego que se promulgara la Ley Indígena 19253 del año 1993 y se comenzarán a desarrollar políticas indígenas que apuntaban al reconocimiento de derechos específicos, la restitución de tierras y políticas de corte multicultural relativas a educación, salud, patrimonio y fomento productivo (CEPAL, 2014). Es en esos mismos años en que la población mapuche que había migrado a Santiago y otras grandes urbes comenzará también un proceso de organización y visibilización, lo que fue reforzado por los resultados del Censo de 1992 el que señaló la presencia de más de 500.000 mapuches viviendo en la capital (MARIMAN, 1997). A pesar de lo anterior con el pasar de los años se ha venido acrecentando el llamado "conflicto mapuche" el que ha confrontado por décadas a los descendientes de colonos que fueron asentados en las tierras del sur del país, con centenas de comunidades que luchan hasta la actualidad por la restitución de sus tierras. Además de lo anterior, los últimos años han reemergido, en lo que se ha denominado un proceso de etnogénesis (CAMPOS, 2018), pueblos que habían sido considerados desaparecidos tales como los diaguitas (2006); afrodescendientes (2019) y changos (2020), a los que se le suma la demanda de reconocimiento de los selknam actualmente en tramitación en el Senado.

En todos estos años la relación con el Estado de Chile no ha dejado de ser conflictiva y ambivalente estando enmarcada en un contexto de alta discriminación y de la mantención de un modelo colonial afirmado en una dominación de tipo cultural, la discriminación racial y la explotación económica. Las políticas de corte multicultural que se desarrollaron en los últimos 30 años si bien han posibilitado mayores cuotas de reconocimiento de los derechos indígenas, no han podido cambiar aspectos de fondo en la relación que, como veremos, será un punto de importancia cuando se indague sobre los efectos que ha tenido la pandemia del COVID-19 sobre los pueblos indígenas y afrodescendientes en Chile.

En abril de 2020 y siguiendo las investigaciones que se estaban realizando en Argentina con respecto al impacto de la pandemia COVID-19 en los pueblos indígenas (ALJANATI et al., 2020), iniciamos un levantamiento de tipo cualitativo que pudiera incluir a la mayoría de los pueblos originarios del país contemplando los diferentes territorios en los que habitan. Para tales efectos se diseñó un instrumento con seis preguntas que abarcaran los diversos impactos en lo económico, social, político que pudieran caracterizar la incidencia de la diferencia cultural tanto para la propagación del virus como también para generar respuestas diferenciales que ayudaran al control de la pandemia. Nuestro objetivo era poder caracterizar el impacto de las medidas estatales para el control de la pandemia y evaluar si es que habían existido políticas específicas con pertinencia cultural que se desarrollaran con los pueblos originarios. La investigación se llevó a cabo de manera colaborativa con investigadores de los mismos pueblos anclados en los diferentes territorios diseñándose un levantamiento por oleadas de entrevistas. Se abordaron quince territorios y se realizaron en cada oleada tres entrevistas por cada caso totalizando cerca de 135 instrumentos aplicados hasta agosto de 2020.

De esta manera se pudo trabajar con la totalidad de los pueblos indígenas de Chile, a excepción del pueblo kaweshkar del extremo sur del país. En el norte de Chile se entrevistó a aymaras, afrodescendientes y quechuas. Más al sur con likantanay, collas, changos y diaguitas. En la zona centro sur se abordó la realidad mapuche y otros pueblos residentes en la Región Metropolitana de Santiago, como también de la población mayoritariamente mapuche que habita en la región del Maule. En las regiones del Biobío y de la Araucanía se hizo un levantamiento con diversas situaciones relativas al pueblo Mapuche, considerando sus diferencias territoriales como también de identidades culturales pehuenches, lafkenches y williches. Por último, en el extremo sur del país se trabajó con el pueblo Yagan y en la región insular con los Rapa Nui de la Isla de Pascua.

Mapa 1 - Distribución de las entrevistas realizadas en la investigación



Se debe destacar el hecho de que, si bien los afrodescendientes no corresponden a un pueblo indígena, la manera en que en Chile se ha manifestado su demanda es en muchos sentidos similar a cómo se ha relacionado el Estado de Chile con los pueblos indígenas. Fueron negados e invisibilizados, sufrieron la invasión de sus territorios a fines del X. XIX, sus tierras fueron usurpadas y comenzaron un proceso de reemergencia a inicios de la década del 2000 al amparo de transformaciones en tanto en la legislación nacional como internacional (CAMPOS, 2017).

A partir de la información obtenida presentamos en primer lugar una síntesis de los impactos económicos, políticos y sociales, para focalizar luego en las variables de tipo cultural que se manifestaron a la hora de realizar las entrevistas y que reflejaron que, más allá de la inoperancia del Estado y sus inexistentes políticas públicas con pertinencia cultural, los pueblos originarios aprovecharon su propio capital cultural para llenar los vacíos de la acción estatal y que este proceso se dio a partir de sus organizaciones de base sustentadas por sistemas cosmovisionales que ayudaron a contener en gran medida la pandemia en sus territorios.

En último lugar incluimos una reflexión acerca del papel que pueden jugar las ciencias sociales en procesos como los que estamos viviendo y la importancia del trabajo territorial colaborativo con los pueblos indígenas, tanto para nutrir al aparato público de insumos para una labor más pertinente, como también para visibilizar aspectos de importancia que por la negación cultural o por simple desconocimiento, no están siendo considerados en la actualidad. En este sentido, si bien la pandemia ha tenido efectos desastrosos en la mayor parte de la población de Chile y en especial en los pueblos originarios, ha provocado también respuestas específicas y diferenciales que han resaltado el valor de la autonomía y la autogestión de los pueblos indígenas, lo que se ha visto reflejado en un fortalecimiento de sus autoridades tradicionales en la toma de decisiones y en un posicionamiento desde sus propias bases culturales para enfrentar la pandemia.

Impactos económicos, sociales y políticos de la pandemia

Al igual que en la mayoría de los países a lo largo del mundo Chile ha tenido dificultades para enfrentar la pandemia con políticas ambiguas que con el tiempo han privilegiado la mantención de las actividades económicas más que la salud de las personas. Los antecedentes señalan que hubo un cierre tardío de las fronteras lo que permitió una rápida diseminación del virus por el país lo que llevó a decretar una cuarentena total que duró cerca de 3 meses, luego de lo cual se fue desarrollando una estrategia que hoy se denomina de Paso a Paso que implica una selectividad en las medidas de restricción según el número de contagiados y otros factores que se evalúan semana a semana. En la mitad de la pandemia el ministro de Salud fue removido de su cargo y se promovieron medidas más restrictivas que no obstante se han ido relajando con el tiempo. El funcionamiento casi sin control de los centros comerciales, de los grandes emprendimientos mineros y de la construcción, son algunos de los ejemplos de políticas ambiguas que por otro lado mantienen restricciones de circulación para toda la población a partir de las 22:00 horas, lo que ha sido interpretado, además, como un intento por frenar la revuelta social que se venía dando en Chile desde mediados de octubre de 2019, en el conocido Estallido Social.

Los impactos de la pandemia en las poblaciones indígenas han sido de gran alcance y en todos los aspectos de la vida social, desde las relaciones sociales cotidianas hasta los aspectos rituales vinculados a las ceremonias tradicionales. En primer lugar, los principales cambios en la vida diaria se refieren al uso de mascarilla, lavado de manos, encierro y aislamiento social, actividades que con el tiempo se han ido normalizando o naturalizando. También es importante distinguir las realidades urbanas de las rurales. A este respecto, las personas en las zonas rurales señalan que no habría grandes cambios:

La vida diaria para mí no ha cambiado mucho, para la gente del campo no es tan raro el tema de la pandemia porque la gente del campo no está ligada tan estrechamente a la ciudad, se hacen las compras una vez al mes y se sigue haciendo de la misma manera, excepto las personas que tienen un emprendimiento, que sí tienen una relación ligada directamente con la ciudad. Ellos sí se han visto afectados en la parte económica (Mapuche de la cuenca del Mayolafken).

Las principales dificultades cotidianas que se señalan en el ámbito rural son relativas al abastecimiento y la comercialización de productos, disminución del transporte público, y mala señal de telefonía e internet, lo que afecta a los adultos que trabajan por este medio y también a los estudiantes:

La suspensión de clases produjo que los niños deben quedarse en casa con la implementación de clases por video llamadas. Esto ha tenido dificultades debido a la baja disponibilidad de equipos para que todos los estudiantes puedan conectarse a las clases en simultáneo, lo que se hace más complejo cuando alguno de los padres debe trabajar y/o conectarse. (Mapuche zona central).

Por otra parte, los cambios en las relaciones sociales parecen afectar transversalmente a personas del ámbito urbano y rural lo que se deriva del distanciamiento social que se manifiesta a nivel familiar, de amistades y del impacto que han tenido las medidas de control de la pandemia en la organización social. En el ámbito familiar, se encuentran también referencias negativas. En primer lugar, se hace mención del alejamiento producto de las cuarentenas más rígidas y los efectos del encierro prolongado: "Con estos cuatro meses de pandemia están pasando cosas con las familias, como la salud mental, violencia intrafamiliar (VIF), necesidades económicas, aumentos de deudas, separaciones de parejas, etc." (Mapuche urbano de Santiago).

En este sentido, a lo largo del estudio se han ido encontrando múltiples referencias con respecto a que la disminución de las relaciones sociales presenciales ha implicado serias afectaciones psicológicas derivadas del temor o miedo a contagiarse, incertidumbre por el futuro, lo que se relaciona con la vida cotidiana y con el aspecto económico. Igualmente hay referencias a una preocupación ante una eventual reanudación de las actividades (escolares y laborales). "El no saber cuándo pasará esto a medida que pasa el tiempo el estrés comienza a notarse con el insomnio, bruxismo, taquicardia y sueños que atacan casi todas las noches y uno no sabe cómo explicarse" (Mapuche Williche de San Juan de la Costa).

Por otra parte, en los pueblos indígenas se manifiesta una alta preocupación por los adultos

mayores, al ser señalados como población de riesgo, por contar con menor manejo de tecnologías que los comuniquen con otras personas y porque han debido depender de otros para realizar compras, junto al encierro y el temor al contagio. Veremos más adelante cómo aquello que en principio se presentaba como un problema, ha sido abordado desde las mismas bases culturales, primero valorando la experiencia de los adultos mayores, como también dando organizacionalmente la asistencia a sus necesidades.

En relación con las organizaciones, comunidades y asociaciones indígenas, la imposibilidad de hacer reuniones ha derivado en problemas afectivos, pero también organizacionales y económicos por la suspensión de diferentes proyectos comunitarios.

La pandemia se ha visto reflejada en la cotidianidad de la asociación y en las relaciones sociales, ejemplo de eso es que no podemos reunirnos para organizar o simplemente conversar y compartir, tampoco hemos podido cumplir con las ceremonias que van con nuestra cultura como el We Tripantu y hemos tenido que cambiar la forma de comunicarnos, haciéndolo de una manera más tecnológica (Mapuche región del Maule).

Con respecto al número de personas contagiadas y que pertenecen a los pueblos indígenas, al igual que en el ámbito nacional, se ha ido dando un incremento de contagios lo que es refrendado por personas entrevistadas pertenecientes a los pueblos aymara, afrodescendiente, quechua, chango, mapuches urbanos metropolitanos, mapuche del Maule, mapuche pehuenche del Alto Biobío, mapuche de la cuenca del Mayolafken, mapuche williche, y yagan. El siguiente cuadro sintetiza la evolución de la pandemia en las comunas donde viven las personas que han participado del estudio:

Cuadro 1 - Comparativo Casos Confirmados

Fase Investigación	Fase 1. Mayo	Fase 2. Junio	Fase 3 Julio
Comuna	Casos Confirmados	Casos Confirmados	Casos Confirmados
	Informe Epidemiológico N°24 08/06/2020	Informe Epidemiológico N°33 13/07/2020	Informe Epidemiológico N° 43 17/08/2020
Arica	904	2721	6131
Putre	1	28	55
Calama	756	5450	6902
Pozo Almonte	121	508	850
Copiapó	207	991	3362
Tierra Amarilla	26	99	278
Taltal	37	99	153
Isla de Pascua	5	5	5
Talca	433	1635	2258
Alto Biobío	120	167	176
Saavedra	91	99	99
Pucón	52	72	93
San Juan de la Costa	34	42	60
Cabo de Hornos	21	22	22

Fuente: Elaboración propia, con Información de Informes Epidemiológicos N° 24, N° 33 y N° 43, Enfermedad por SARS-CoV-2 (COVID-19) Chile.

Es interesante destacar aquí el caso de la Isla de Pascua, que luego de 5 contagios iniciales,

cerró su frontera, implementó el *Tapu*, y no ha tenido nuevos contagios ni debe lamentar fallecimientos por COVID-19. Como señala la máxima autoridad de la isla:

En la Isla estamos todos quietos, yo inmediatamente supe de esto, lancé un concepto, 'Tapu', que lo han anunciado mis ancestros por siglos y es poner una orden sagrada sobre una materia o algo que uno desea que no se desobedezca. En Rapa Nui, cada vez que alguien escucha esa palabra, sabe de que se trata de una orden que no se cuestiona y hay que acatarla, así que estamos todos en nuestras casas, estamos saliendo exclusivamente a hacer algunas compras, eso anda bien (PAOA, 2020).

Con respecto a los fallecidos por COVID-19, según la percepción de los propios territorios, el número de casos había ido en aumento, señalándose específicamente lo difícil que es respetar las ritualidades mortuorias indígenas en un contexto de altas restricciones del manejo de los cuerpos de aquellos que fallecieron por el contagio y también por las prohibiciones con respecto al número de personas que podían asistir a los velatorios y a los funerales:

“Yo creo que la pandemia está dejando muchas secuelas emocionales en la gente, hay gente que ni siquiera puede ver el cuerpo, lo que me contaba...cuando su hijo llegó del trabajo, por lo que yo entendí. De repente se desplomó y quedó ahí, lo acomodaron a una cama y llamaron al sistema de salud y se demoraron como tres o cuatro horas en llegar a la casa, y el cuerpo estaba ahí. Yo creo que eso debe ser chocante, debe afectar, afortunadamente nosotros pudimos ver a nuestros tíos, yo tuve la oportunidad de vestirlo y todo, porque no fue por COVID, hay gente que viven afuera no se alcanzan ni a despedir. Eso yo creo que deja secuelas emocionales, al menos la gente que aquí, las costumbres, lo que es velarlo, acompañarlo, así que es complicado el tiempo de pandemia con respecto a hacer los rituales” (Likanantay de San Pedro de Atacama).

Cuadro 2 - Impactos de la pandemia en comunas en que se realizaron entrevistas.

* Comuna	Casos Confirmados	Tasa de Incidencia Acumulada	Tasa de Mortalidad
4 Arica	6.131	2476,7	34,7
1 Camarones	25	2027,6	81,1
1 Putre	55	2186,9	0
2 Pozo Almonte	850	4886,5	80,5
1 Ollagüe	24	8362,4	0
1 Calama	6902	3626,2	111,9
1 Tierra Amarilla	278	1942,4	0
1 Copiapó	3362	1957,3	13,4
2 Caldera	191	983,2	5,1
1 Serena	2.753	1102,7	13,2
1 Chañaral	81	615,3	0
1 La Pintana	10.402	5494,0	166,9
1 Puente Alto	23580	3650,7	89,8
1 La Florida	13824	3435,1	119,5
3 Isla de Pascua	5	60,4	0
1 Constitución	23.580	3650,7	89,8
1 Molina	334	670,7	26,1
1 Talca	2258	953,9	15,2
3 Alto Biobío	176	2597,8	0
1 Temuco	1324	437,1	9,2
2 Nueva Imperial	150	444,1	11,8
3 Pucón	93	312,3	0
3 Saavedra	99	773,9	0
1 Puerto Varas	250	514,2	6,2

1	Fresia	88	695,3	15,8
1	Hualaihué	22	231,0	10,5
3	Cabo de Hornos	22	1109,4	0

*Número de entrevistas realizadas por comuna.

Fuente. Elaboración propia, con Información del Informe Epidemiológico N° 43 Enfermedad por SARS-CoV-2 (COVID-19) Chile, 17/08/2020.

En términos económicos, los principales impactos que se han dimensionado tienen relación con las medidas que ha tomado el gobierno de Chile para enfrentar la pandemia. Hay que aclarar que desde el comienzo las directrices estatales han apuntado a resguardar las actividades económicas a gran escala, lo que en el caso de los pueblos indígenas ha tenido directa relación con el aumento de los casos que se vivieron en determinados territorios. Ejemplo de lo anterior son los brotes de la pandemia que se dieron en territorios indígenas cercanos a grandes emprendimientos de explotación minera y también en la zona sur con el cultivo de salmones. En el caso de la gran minería, aún en tiempos de cuarentena, no se detuvieron los desplazamientos de trabajadores, muchos de ellos provenientes de la Región Metropolitana de Santiago, lo que contribuyó a la difusión del virus en los mismos territorios indígenas.

Lo anterior no deja de ser contradictorio ya que los principales impactos que han sufrido los pueblos originarios tienen relación con la restricción de desplazamiento derivadas de las largas cuarentenas que ha debido soportar la ciudadanía basadas en la condición de vida de las principales ciudades del país y de un estilo de vida burgués. Ejemplo de lo anterior es la prohibición de traslado a lo que se considera una segunda vivienda lo que ha impedido que pueblos del norte, que tienen una gran movilidad estacional, hayan podido mantener el cuidado de los animales o visitar sus chacras en altura. También ha impedido el desplazamiento para comerciar sus productos lo que ha tenido impactos severos en su principal sustento económico, como en el caso de los pehuenches, con la comercialización de los piñones en diferentes enclaves cercanos a las zonas cordilleranas donde habitan y lo mismo ha sucedido con los aymaras y otros pueblos ubicados en zonas cercanas a Perú y Argentina que sufren complicaciones derivadas del cierre de las fronteras internacionales (ARAVENA, 2020). En este sentido, los cordones sanitarios han dificultado la comercialización de productos como la miel, las artesanías, las papas, mariscos, pescados y algas y los toques de queda han imposibilitado el trabajo de pescadores cuya labor es principalmente nocturna.

Otro rubro altamente golpeado, incluso más allá de los mismos pueblos indígenas, ha sido el turismo cultural, turismo rural o turismo en tierras indígenas. Desde hace ya varios años que este tipo de turismo ha pasado a ser una fuente importante de recursos (DE LA MAZA, 2018), los que se han perdido debido a los efectos de la pandemia. Lugares emblemáticos para el turismo indígena como San Pedro de Atacama o la misma Isla de Pascua han debido suspender todas sus actividades, decisión que, no obstante, ha sido tomada inicialmente por las mismas autoridades indígenas, incluso más allá de las decisiones que se han implementado desde el poder central. Se desprende aquí uno de los principales planteamientos que se levantan en este artículo: ante los vacíos derivados de la falta de instrucción y medidas coherentes acerca de cómo enfrentar la pandemia, los pueblos indígenas han hecho valer su autonomía y sus bases culturales como las mejores herramientas para

enfrentar el COVID-19, lo que ha sido señalado en otros países como México (BARABAS, 2020). Aún así, el impacto en la producción y venta de comida, restaurantes, hospedajes, venta de artesanías y la suspensión de ferias culturales y otros eventos de promoción de lo indígena ha sido mayor, lo que ha obligado a buscar en las bases comunitarias las alternativas para enfrentar la situación.

Otro aspecto que ha impactado económicamente a los pueblos indígenas es la imposibilidad de ejecución de una serie de proyectos tanto públicos y privados que servían para incentivar la producción y para potenciar el desarrollo comunitario, los que también generaban ingresos importantes para las familias tanto en el ámbito rural como en la ciudad. En las principales urbes la pérdida de empleos y la falta de apoyo directo del gobierno ha precarizado la situación de pobreza que desde antes de la pandemia ya era problemática para la mayor parte de las personas que pertenecen a los pueblos originarios. En la misma línea se señala la pérdida de trabajo de profesores relacionados a temas culturales (lengua, cerámica, cosmovisión, danza, etc.).

Por último, los gastos para satisfacer las necesidades básicas se han incrementado producto del alza en el transporte y sobre todo por la escasez de algunos productos y la imposibilidad de desplazarse a las ciudades para comprar a mejor precio. Al respecto, según un testimonio de Rapa Nui:

El aumento excesivo de los precios nos ha afectado a toda la comunidad, si bien el avión llega una vez por semana con los abastecimientos básicos y cosas que nos acostumbrábamos a consumir ahora se han convertido en privilegios, si bien se considera que el costo de vida en la isla es caro, y para la población ya era normal, ahora acostumbrarse a los nuevos precios excesivos, tomara su tiempo, como por ejemplo 1 huevo ahora \$300, antes (200) una sopa maggi ahora \$1000 antes (450) y el kilo de fruta ahora \$3650 antes (2600) entre otras cosas. Esta nueva alza sin el ingreso de la principal fuente de recursos enfocado al turismo ha generado la circulación del dinero de las personas que trabajan en los servicios públicos, los gastos de los ahorros familiares o el dinero adquirido en los trabajos del día a día (Entrevista 23, Rapa Nui).

De esta manera, buscando alternativas ante la falta de apoyo estatal y frente a la escasez de medidas diferenciadas, muchos pueblos indígenas han transitado hacia lo que hemos denominado una "reinvención económica" que les permite así enfrentar las dificultades por las que han pasado los últimos meses. Artesanas dedicadas a la confección de mascarillas y venta de comida a domicilio, son dos ejemplos de esta reconversión, lo que ha implicado, además, una revalorización de actividades productivas vinculadas a autonomías alimentarias (agricultura, ganadería, pesca, recolección). En este sentido, la gente ha optado por hacer huertos propios, de manera tal de llegar al autoabastecimiento. Testimonios entregados por los quechuas y williches dejan en claro esta situación:

La gente igual está yendo a las chacras para reactivar la agricultura no más eso es lo único que nos queda y reactivarla y sembrar para comer porque resulta que como están los tiempos lo único que nos queda es la Madre Tierra no más pues, trabajarla para que nos dé por lo menos para comer pues. (Quechua región de Tarapacá).

Nosotros tenemos hartos ganados, tenemos harta llama, pero no se pueden vender tampoco, es que aquí la economía, como le decía, ha bajado demasiado, nosotros como tenemos la frontera venían las personas, los turistas entonces también nuestras fiestas religiosas todo eso ha bajado en nuestro pueblo casi estamos como un pueblo fantasma como las azufreras. (Quechua, región de Tarapacá).

Por supuesto, respecto de los ingresos “formales” han disminuido en un 50%, pero hemos compensado estas necesidades con la producción y recolección de alimentos aquí en el territorio. Lo que nos hace ir analizando, de manera más profunda, aspectos relacionados con la autonomía tanto energética, como alimentaria (Mapuche williche San Juan de la Costa).

Estas diferentes estrategias para enfrentar las dificultades económicas van desde la reconversión, pasando por la revalorización de actividades tradicionales e incluyen elementos como el trueque:

Con la pandemia bajaron los ingresos y aumentó el trueque, el dinero acá no sirve mucho porque somos como una isla y no vamos mucho a Serena. Más nos sirve la comida porque prefiero cambiar lo que tengo mucho por otra cosa. Me sale más fácil cambiar. Con la señora del minimarket cambio el pescado por mercadería. Voy allá, llevo todas las cosas que necesitamos en la casa, por ser sale \$25.000, yo después voy y le llevo \$25.000 en pescado para ella. O también hago eso con las parcelas, me voy con un saco y lo cambio por coliflor, tomates, lechuga, papas, repollo. Uno va para allá con tanto pescado y así. La mayoría de las cosas prefiero cambiarlas con tal de no ir a la ciudad (Chango región de Atacama).

El encarecimiento de artículos de primera necesidad se ha hecho mucho más notorio, la harina y los combustibles fueron los primeros en encarecer, frente a esto se ha producido un gran movimiento social que tiene que ver con volver al trueque o chawke como forma de generar economía (Mapuche williche San Juan de la Costa).

Otras estrategias comunitarias para hacer frente a la dura situación económica están relacionadas con la organización. Así entre el pueblo mapuche se hace referencia al *kelluwün*, asociado a campañas de recolección de alimentos no perecibles, elementos de protección y dinero. Otro ejemplo se da en Santiago donde la organización *Kiñe Pu Liwen* ha realizado diversas gestiones y tareas:

Como directiva logramos contactar a la coordinadora de la Dirección de Desarrollo Comunitario (DIDECO) de La Pintana, a través de ella, enviamos una lista de familias que necesitan ayuda en mercaderías, los días viernes, es un trabajo social para ayudar a los y las *lamgen* de la *Kiñe Pu Liwen* y a vecinos/as de la comuna, a través de los contactos de los 4 sectores de La Pintana, hemos apoyado con las listas a 60 familias, la DIDECO entrega las cajas de mercaderías los lunes, miércoles y viernes (Mapuche urbano de Santiago).

Respuestas locales y configuraciones simbólicas de la pandemia

Como hemos afirmado anteriormente, ante la incapacidad del gobierno central por llegar de manera pertinente a los territorios, los pueblos indígenas han desarrollado diferentes respuestas locales que han estado sustentadas en sus propias configuraciones simbólicas y tradiciones culturales. Al respecto, la organización local territorial de base ha permitido acoger las demandas de las personas pertenecientes a los pueblos indígenas desempeñando las autoridades tradicionales un importante rol a la hora de encarar la pandemia. Por ejemplo, la mayoría de los entrevistados mencionan la importancia de dirigentes, referentes y organizaciones para el control de la enfermedad, y la solución que estos han propuesto a problemas comunitarios o territoriales:

Son los mismos pueblos y las personas de las comunidades los que han sabido atender las necesidades territoriales generando ayudas sociales, canastas de víveres, visitas a adultos mayores que necesitan ayuda, campañas solidarias de vestimenta, además de hacer campañas para informar a la gente de las comunidades sobre los pasos a seguir en cuanto a desinfección y eliminación del virus. En cuanto a la cosmovisión y tradiciones, nos ha mantenido fuertes y tranquilos, ha permitido que la gente se centre más en estar con su núcleo familiar sanos y seguros en sus comunidades y hogares, evitando el uso de locomoción colectiva, valorando la salud de los ancianos y población de riesgo (Mapuche pehuenche del Alto Biobío).

Ha sido un trabajo local de apoyo mutuo, tanto para mercadería, ollas comunes, visitas domiciliarias a personas adultas mayores o seguimiento para apoyar con información respecto del COVID (Mapuche urbano de Santiago).

El papel que han jugado las personas en mi comunidad, especialmente las adultas mayores, ha sido sobre el acompañamiento porque se llaman por teléfono, tratan de estar comunicadas, de saber cómo están, como se encuentran, han tratado de apoyarse en las carencias económicas que puedan surgir a cada una de ellas, entregando algún apoyo, no de grandes cantidades de mercadería, pero sí preocupándose incluso si alguna le falta un kilo de pan. (Afrodescendiente de Arica)

Las personas que tienen un liderazgo o que son reconocidas como referentes válidos en las comunidades han intentado cumplir un rol de apoyo a las personas que están contagiadas con el virus así como también llegar a acuerdos con las autoridades sanitarias para generar políticas viables en este sentido, sin embargo, la misión no ha sido fácil fundamentalmente porque las autoridades que ejercen en la región tienen otros lineamientos jerárquicos que les imposibilita actuar de acuerdo a lo que la comunidad solicita (Aymara de Arica).

Algunas de las acciones realizadas por referentes locales, dirigentes, y organizaciones han sido intermediar con el gobierno comunal para restringir el acceso a personas que no viven en los pueblos rurales, organizar controles de acceso, organizar ollas comunes para enfrentar las dificultades de alimentación, organizar recolección y distribución de alimentos e insumos básicos.

Por mi parte no reconozco ninguna efectividad por ninguna autoridad del país. Considero que fuimos un territorio abandonado, acá no vino nadie del Servicio de Salud, no tuvimos capacitación ni nada al respecto y relacionado con el coronavirus. Yo soy el lonko de la comunidad y en ningún momento recibí el apoyo de nadie de afuera, nosotros aquí nos apoyamos como comunidad y así salimos adelante (Mapuche pehuenche Alto Biobío).

Otro cambio relevante son la proliferación de ollas comunes, ya que por las precarias condiciones socioeconómicas se ha hecho necesario apoyar y masificar este tipo de ayuda auto gestionada conozco en las comunas de la Pintana y Puente Alto (Mapuche urbano de Santiago).

Mucha gente está viviendo solo con lo que saca del mar. Solo esos recursos para comer y para lo demás hacemos ollas comunes (Chango de Atacama).

Por lo mismo, intentamos colocar una barrera por las 5 mil personas que no son de acá y que igual llegaron a su segunda vivienda, pero automáticamente comenzaron a mover los hilos (políticos) y a presionar al intendente y al de salud local para que vinieran las autoridades y en la misma noche que nosotros colocamos la barrera nos la arrebataron, la sacaron y se la llevaron las autoridades. Aún, tratando de protegernos nosotros a nosotros mismos en una autoprotección por la falta de protección de la autoridad, no nos respetaron (Chango de Atacama).

En la misma línea de empoderamiento local se han realizado censos y catastros desde las mis-

mas comunidades que han permitido identificar las principales necesidades, proponer barreras sanitarias y canalizar la información tanto de los territorios hacia los gobiernos regionales y centrales, como también informando de lo que sucede en el resto del país a sus propios territorios. Como señalamos en un informe anterior publicado en el CIIR:

Se evidencia la visita y ayuda a adultos mayores, distribución de cajas de alimentos de las autoridades (juntas de vecinos), gestión de wifi para educación y teletrabajo (chango), donación de mercadería a Juntas de Vecinos y ollas comunes (Cooperativa de pescadores chango), adquisición de 2 ventiladores mecánicos (comunidad Mau Henua), entrega de canastas familiares a adultos mayores (Consejo de Pueblos Atacameños), y como se señaló anteriormente, la realización de cordones sanitarios auto convocados (CAMPOS, 2020).

Otras medidas de autocuidado colectivo han consistido en la suspensión de ceremonias, festividades y otras manifestaciones culturales más o menos masivas tales como la fiesta de la Chacana, el We Tripantu, el Mara Taka, Machac Mara o Inti Raymi, Pentecostés, San Marcos, la Virgen del Rosario, San Antonio de Padua, San Pedro pescador o las festividades relacionadas con la Virgen del Carmen. No obstante, y a pesar de las dificultades espirituales, afectivas, religiosas y económicas que conlleva la suspensión de actividades culturales, la gran mayoría de los entrevistados señalan haber priorizado el cuidado colectivo y la celebración más íntima o familiar.

Otro tema de importancia han sido los cuidados preventivos y paliativos que surgen del conocimiento cultural, lo que incluye infusiones de plantas medicinales, sahumeros para desinfección (aymara, colla), alimentación saludable para fortalecer las defensas, también tomar lawen con hierbas medicinales para prevenir enfermedades (mapuche, quechua, colla, chango):

Tenemos una familia que son yatiri y han ido a las casas donde está el COVID y ellos han llevado y preparado donde están en los montes los remedios caseros para la gente y nosotros como comunidad hemos repartido hartos implementos como mascarillas, jabón líquido, el municipio ha repartido alimentos no perecibles junto a la cajita que da el Estado pero en cuanto a resguardo estamos en cuarentena la gente que va a trabajar así es que como que hicimos una cuarentena voluntaria, este lunes recién volvimos a los trabajos y a todas esas cosas" (Quechua región de Tarapacá).

Interesante también han sido los análisis e interpretaciones que han surgido desde los mismos territorios indígenas con respecto a las razones y las causas de la pandemia, las que se identifican en su mayoría con la idea de una ruptura del orden cosmológico por los excesos de una vida dedicada al consumo y por los impactos de las actividades productivas en el medio ambiente. Se plantea así un alejamiento de la misma naturaleza y por lo tanto debería ser en ella donde se pudieran encontrar las soluciones para enfrentar la pandemia. Si el origen de la enfermedad son los desequilibrios, una solución es volver a producir los propios alimentos y sanarse tomando remedios que puede entregar la misma naturaleza para fortalecerse frente a la enfermedad, destacándose las hierbas medicinales, la preparación de comida más saludables y la quema de pastos para matar al virus:

Hemos cultivado para 45 días lo que son alimentos, también hemos molido nuestras semillas para hacer harina, hemos hecho conservas de los frutos, también en vinagreta y aceite en

almidón, hemos hecho todo lo que se puede para hacer durar un gran tiempo, como las chuchocas, habas, lentejas y porotos y todos esos granos es una forma de conservación en que se hace un hoyo en la tierra y se guarda la plantación. (Colla región de Atacama)

Esta ruptura del equilibrio estaría apuntando a la desvinculación con la madre tierra siendo considerada la pandemia como una enfermedad provocada y llevada a sus territorios por los no indígenas.

Lo que se ha relacionado, además, con ciertos indicios o señales que habrían aparecido en los últimos tiempos, como el que ciertas plantas (la quila) den flor de manera irregular, o con la presencia de eclipses (dos en el último año) y otras alteraciones cosmológicas que se han detectado y que habrían avisado de la pandemia.

Hemos tenido una activa participación y función como dirigente y Werken (autoridad ancestral mapuche) apoyándonos en el feyentun (obedecer) o espiritualidad ancestral mapuche haciendo un llamado a las comunidades y autoridades ancestrales para levantar el llellipun, nguillatu (oración) y koyitu (ofrenda) a los dueños de la naturaleza, a los antepasados que ya pasaron por pandemia, y a las fuerzas del cosmos para pedir fuerza espiritual y así estar bien físicamente y emocionalmente de forma individual y pidiendo por la protección de nuestros seres queridos, comunidad y familia y que esta pandemia se retire lo antes posible de nuestras vidas para recuperar la vida mapuche y volver a nuestras costumbres, tradiciones, rogativas y vida en comunidad (Mapuche del lago Budi, Puerto Saavedra).

Nuestra comunidad es guiada por nuestro guía espiritual, nos aconseja rogativa de sanación a la pacha mama recurrir a la medicina natural y ancestral (sahumerios, desinfectar las manos con agua ardiente a base de yerbas) (Colla región de Atacama).

De la misma manera y como ya hemos mencionado, en la Isla de Pascua se ha hecho referencia al Tapu transformando la antigua categoría asociada al tabú en un mecanismo eficaz de control de los desplazamientos y del autocuidado frente a la pandemia.

Conclusiones y reflexiones finales

Los efectos de la pandemia en los pueblos indígenas y afrodescendientes en Chile han sido semejantes al resto de la población nacional. Políticas públicas antojadizas y enfocadas a mantener la producción y el comercio a gran escala, dejando sin protección a los pequeños productores, ha sido la línea principal del trabajo del gobierno, dejando que cada persona y cada comunidad resuelva de la mejor manera posible, pero sin apoyo estatal, los problemas derivados del COVID-19. Por lo mismo, desde los primeros días de la pandemia, comenzaron a escasear medidas tomadas con pertinencia y lo que se pudo apreciar más bien era la imposición de un modelo central carente de toda lógica de la diferencia cultural.

Ante este escenario, los pueblos indígenas a lo largo de todo el país han tenido que responder desde sus propias bases culturales lo que ha permitido revalorizar conocimientos ancestrales y potenciar sus organizaciones territoriales de base. Al respecto se puede destacar el papel que le ha sido dado a los adultos mayores, los ancianos, con respecto a la interpretación y al análisis de lo que

está sucediendo, como también al rescate de los saberes propios, muchas veces depositados sólo en la memoria de los más viejos.

La idea de que las causas de la pandemia se derivan de un rompimiento en las relaciones con la pachamama y de desequilibrios provocados por un modo de vida no indígena también ha sido recurrente, lo que está en sintonía con la idea ya extendida de que los pueblos indígenas son los principales protectores de los ecosistemas que pueden ser afectados por los grandes emprendimientos. Más allá de la ya conocida romantización asociada a las representaciones que desde una mirada externa se tiene con respecto a los pueblos indígenas, lo anterior no deja de tener algo de verdad ya que muchos de los actuales territorios indígenas se localizan en zonas de refugio asentadas sobre recursos naturales que están siendo hoy demandados por los diferentes proyectos extractivistas (ROMERO, 2019), los que de llevarse a cabo terminaría por afectar aún más los delicados equilibrios que tan bien han señalado los pueblos indígenas participantes de esta investigación.

Por último, está el tema de la labor de las ciencias sociales en procesos como los que hemos vivido y la posibilidad de avanzar en investigaciones de terreno y con pertinencia, aún con las restricciones actuales. El trabajo que hemos realizado no hubiera sido posible sin la existencia de años de co-labor con diferentes territorios indígenas lo que ha permitido una llegada eficaz y con pertinencia cultural a cada uno de los pueblos indígenas con los que hemos trabajado los últimos meses, destacándose la conformación intercultural y dialógica de los equipos de trabajo en donde la mayor parte de quienes realizaron las entrevistas son parte de los mismos pueblos originarios y afrodescendientes. La labor de las ciencias sociales debe ser en todo momento participativa y de manera crítica poder llenar los vacíos que la formación nacional de alteridad impide desarrollar con pertinencia cultural.

Citas

ALJANATI, Lucía et al. **Pueblos indígenas y COVID-19 en Argentina: principales lineamientos de un informe colaborativo**. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2020.

ARAVENA, Andrea et al. Efectos y contingencias de la pandemia COVID-19 en los pueblos indígenas de Chile. Una primera aproximación a la situación de los pueblos aymara, mapuche y rapanui. In: RISIU. **Contribución Continental al Informe del Relator Especial sobre los derechos de los pueblos indígenas sobre el Impacto de COVID-19 en los pueblos indígenas**. México: Red de Investigaciones Sobre Indígenas Urbanos, 2020. p. 124-131.

BARABAS, Alicia. La autogestión de la pandemia COVID-19 en los pueblos originarios de Oaxaca, México. **Antropologías Del Sur**, Santiago de Chile, v. 7, n. 14, p. 1-13, 2018. Disponible en: <http://revistas.academia.cl/index.php/rantros/article/view/1890>. Acceso en: 30 dec. 2020. DOI: <https://doi.org/10.25074/rantros.v7i14.1890>

BENGOA, José. **La emergencia indígena en América Latina**. Santiago: FCE, 2000.

CAMPOS, Luis. Los negros no cuentan. Acerca de las demandas de reconocimiento de los afrodescendientes en Chile y la exclusión pigmentocrática. **Antropologías del Sur**, Santiago de Chile, v. 4, n. 8, p. 15-31, 2017. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6756926> Acceso en: 25 abr. 2021.

CAMPOS, Luis et al. **Los efectos socioeconómicos y culturales de la pandemia COVID-19 y del**

aislamiento social, preventivo y obligatorio en los pueblos indígenas y afrodescendientes en Chile. Santiago: CIIR, 2020. (Serie Policy Papers, n. 9) Disponible en: <http://www.ciir.cl/ciir.cl/wp-content/uploads/2020/07/policy-paper-UPP-n%C2%BA-9-2020-1.pdf> Acceso en: 25 abr. 2021.

CEPAL. **Los pueblos indígenas en América Latina. Avances en el último decenio y retos pendientes para la garantía de sus derechos.** Santiago: CEPAL, 2014.

DE LA MAZA, Francisca. Gobierno local, política y turismo indígena: enfoque etnográfico en contextos interculturales. **Antropologías Del Sur**, Santiago de Chile, v. 5, n. 9, p. 199-213, 2018 Disponible en: <http://revistas.academia.cl/index.php/rantros/article/view/939> Acceso en: 25 abr. 2021.

DEPARTAMENTO DE SALUD PÚBLICA. **Araucanía en tiempos de pandemia.** Temuco: CIGES-CEES: Facultad de Medicina-UFRO, 2020.

MARIMAN, Pablo. La diáspora mapuche. Una reflexión política. **Liwen**, n. 4, p. 221-222, 1997.

PAOA, Petero. Entrevista. Entrevista por Carolina Ceballos. **El Desconcierto**, Santiago de Chile, 28 mar. 2020. Disponible en: <https://www.eldesconcierto.cl/2020/03/28/alcalde-de-isla-de-pascua-llevaria-a-kramer-de-testigo-si-manalich-me-demandara/> Acceso en: 26 feb. 2021.

ROMERO-TOLEDO, Hugo. Extractivismo en Chile: la producción del territorio minero y las luchas del pueblo aimara en el Norte Grande. **Colombia Internacional**, Bogotá, issue 98, p. 3-30, 01 apr. 2019. Disponible en: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/10.7440/colombiaint98.2019.01> Acceso en: 28 mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.7440/colombiaint98.2019.01>

NOTAS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE FESTAS COMUNITÁRIAS PARA A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM UMA REGIÃO DE ORLÂNDIA-SP

NOTES ON THE CONTRIBUTIONS OF COMMUNITY PARTIES TO IDENTITY CONSTRUCTION IN A REGION OF ORLÂNDIA-SP

Bruno César Pereira¹

<https://orcid.org/0000-0002-7975-6024>

Recebido em: 24 de novembro de 2020.
Aprovado em: 04 de abril de 2021.

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12188>

RESUMO: Este estudo propõe realizar uma análise acerca da potencialidade de duas festas comunitárias na construção de uma certa identidade no extremo-leste do município de Orlandia, localizado na região nordeste do Estado de São Paulo. Nossa proposta busca identificar como estes dois eventos comunitários, a Festa Junina da Travessa X e a Quermesse de Santa Rita, ao longo das últimas três décadas, forjaram a identidade de “morador local” nesta região (que corresponde aos bairros Jardim Santa Rita e Conjunto Habitacional José Vieira Brasão).

ABSTRACT: This study proposes to carry out an analysis about the potential of two community parties in the construction of a certain identity in the far east of the municipality of Orlandia, located in the northeastern region of the State of São Paulo. Our proposal seeks to identify how these two community events, the Festa Junina da Travessa X and Quermesse de Santa Rita, over the past three decades, have forged the identity of a “local resident” in this region (which corresponds to the neighborhoods Jardim Santa Rita and José Vieira Brasão Housing Complex).

Palavras-chave: identidades; festas comunitárias; cotidiano; sociabilidades.

Keywords: identities; community celebrations; daily; sociabilities.

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO, Campus Irati (2018). Atualmente realiza mestrado em História pela mesma Instituição de Ensino Superior. Bolsista CAPES. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4804034110506202>. E-mail: bruno_o8cesar@outlook.com

Ao longo das últimas décadas, as Ciências Humanas e Sociais, através da Antropologia, Sociologia, História e Geografia, têm evidenciado a potencialidade de se investigar as festas comunitárias enquanto importantes espaços de lazer e sociabilidade dos sujeitos. Da mesma forma, estes estudos têm destacado outro aspecto dessas festas, o seu poder de construção de identidades locais.

Ao longo desta investigação, buscaremos enfatizar que a criação da identidade de “morador local”, observada no extremo-leste do município de Orlândia, que corresponde aos bairros Santa Rita e Brasão, se desenvolveu e se consolidou através das festas comunitárias ocorridas neste espaço, pois foi a partir destes eventos que os sujeitos, que até então eram desconhecidos entre si, começaram a desenvolver os primeiros laços de vizinhança, amizade e solidariedade.

Destacaremos que foi a partir da Quermesse de Santa Rita e da Festa Junina da Travessa X, bem como de outros espaços, como bares, igrejas etc., que os sujeitos nesta região começaram a desenvolver uma noção de unidade e sentimentos de pertença ao espaço.

Salientaremos que foi a partir desta noção de unidade e sentimentos de pertença que se forjou a identidade de “morador local”. Tal identidade, como destacaremos, foi base para a criação de uma distinção entre moradores locais e os de fora, estes “de fora”, os não pertencentes ao espaço, sobretudo, correspondiam aos migrantes nordestinos.

Na construção desta investigação, que corresponde a parte de uma dissertação de mestrado em História que se encontra em andamento, nos utilizaremos das metodologias da História Oral, partindo, principalmente dos pressupostos teórico-metodológicos de Alessandro Portelli (1996/1997).

A partir da perspectiva deste autor, observamos as narrativas orais enquanto lembranças seletivas dos sujeitos entrevistados, neste sentido esta fonte não corresponde a uma narrativa contemporânea aos fatos. Da mesma forma, estes depoimentos, mesmo sendo consideradas enquanto individuais, encontram-se entrelaçadas a questões mais amplas, ou seja, o falar sobre si acaba por envolver outros sujeitos, outras trajetórias, assim como destacam contextos mais amplos que o seu dia a dia ou sua experiência. Partindo de Portelli, buscaremos evidenciar que a memória destes sujeitos (individual), evidenciada através de sua narrativa, também pode ser compreendida enquanto uma memória social que encontra-se dentro de um quadro de referências dos indivíduos que estão narrando as suas histórias.

Também destacamos que outros autores nos auxiliaram na compreensão e problematização das narrativas orais, como por exemplo Stuart Hall (2012), João Carlos Tedesco (2004) e Maurice Halbwachs (2006).

As entrevistas utilizadas como fontes neste estudo foram coletadas em dois períodos, sendo o primeiro correspondente aos meses de dezembro de 2019 a março de 2020, e o segundo entre julho e outubro de 2020². As narrativas coletadas tratam sobre as trajetórias de vida dos sujeitos que habitam o extremo-leste, narrando sobre suas chegadas, sobre os laços com os sujeitos e espaços, bem como falam sobre intrigas, brigas, sobre o lazer, trabalho e cotidiano.

2 Visando seguir as recomendações dos principais órgãos de saúde (nacional e internacional), acerca do isolamento social, devido a pandemia gerada pelo COVID-19 provocada pelo novo corona vírus (SARS-COV-2), optou-se neste estudo o uso de novas estratégias para a coleta de fontes. Em nossa investigação utilizamos plataformas virtuais de troca de mensagens e telefonemas para a coleta dos depoimentos orais.

Assim, partindo de perspectiva de Porttelli, ao longo deste texto, daremos destaque às vivências e as interpretações dos sujeitos no extremo-leste, destacando a formação identitária de “morador local”.

Para um melhor vislumbre das questões expostas neste estudo, optaremos por dividi-lo em duas seções. Na primeira, dedicaremos um aprofundamento sobre a história da cidade de Orlandia, a ocupação do extremo-leste e explicitaremos alguns conceitos chave para nossas análises, como os conceitos de cotidiano, sociabilidades, identidade e memória.

Já na segunda seção, concentraremos nossas análises sobre as festas comunitárias e defenderemos a hipótese de sua importância no que tange a criação da identidade de “morador local”.

Nossa proposta visa evidenciar as complexidades e tramas de um cotidiano em um pequeno município paulista. Neste sentido, buscamos contribuir com mais um estudo em História que destaca as construções identitárias através do cotidiano e da sociabilidade. Contudo, salientando as especificidades desta região e de seus sujeitos.

Extremo-Leste orlandino: história, cotidiano e formações identitárias

Ao longo das décadas finais do século XX, a administração local do município de Orlandia, localizado na região metropolitana de Ribeirão Preto, nordeste do Estado de São Paulo, realizou uma série de ações que visavam ampliar sua malha urbana. Esta ampliação se deu sobretudo nos sentidos leste e oeste.

A ampliação do tecido urbano da cidade, ao longo do período supracitado, ocorreu devido a dois processos que se encontram entrelaçados. O primeiro é referente ao processo de “interiorização do desenvolvimento” e o segundo corresponde a construção de diversos conjuntos habitacionais a leste e oeste do antigo centro urbano.

Sobre o primeiro processo, Rosana Baeninger (2002) destaca que a partir dos anos de 1970, com a desconcentração industrial da região metropolitana paulista e a instalação de novas (e o desenvolvimento das antigas) indústrias na região interiorana do Estado de São Paulo, estes espaços seriam grande polo de atração de sujeitos, sejam da migração entre cidades, bem como entre estados.

Outo autor que aborda tal questão é Paiva (2019), que, ao discorrer sobre tal processo, destaca que as cidades interioranas do Estado de São Paulo, a partir da década de 1970, receberiam “[...] pesados investimentos estatais com o intuito de também torná-las receptoras de investimentos industriais privados, como opções em relação à metrópole, no âmbito das políticas de interiorização do desenvolvimento assumidas pelos governos federal e estadual” (PAIVA, 2019, p. 06).

Paiva (2019, p. 08) ainda pontua que é,

[...] importante também ressaltar nesse processo que, no período [pós 1970], a Região Metropolitana de São Paulo não deixa de crescer, porém, outras áreas do estado, como o Nordeste Paulista [Ribeirão Preto e sua região metropolitana] e várias outras regiões do país, como um todo, crescem mais, havendo o surgimento de novas economias e, por consequência, novas aglomerações urbanas.

No contexto orlandino, este período, pós 1970, seria marcado pela fundação e ampliação de uma série de indústrias³, que contribuiriam de forma significativa para a atração de novos moradores para a cidade. Desta forma, a ampliação da cidade se tornou necessária.

Este aumento populacional, como indicado por Paiva (2019), ocorreu devido ao êxodo rural, assim como com as migrações entre cidades e entre estados. Estas populações, os novos moradores, seriam atraídos devido a fase de desenvolvimento econômico na qual a cidade de Orlandia vivia até então. E esta atração, ao longo dos anos, causou um déficit habitacional devido ao aumento do contingente populacional.

A solução para a questão habitacional foi a ampliação da rede urbana do município, que se deu através de duas formas. A primeira foi a implantação de novos loteamentos e a segunda, que se refere, de modo geral, ao segundo processo de grande aumento da área urbana, corresponde a construção de conjuntos de habitação social.

O crescimento populacional neste período é considerável. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na década de 1970 Orlandia possuía pouco mais de 15 mil habitantes, já na década seguinte (1980), este número ultrapassava os 22 mil. Este considerável crescimento não cessou nas décadas posteriores. Orlandia aumentou sua população para pouco mais de 27 mil habitantes em 1990, e este número novamente aumentou no censo seguinte, chegando a 35 mil nos anos 2000 e 40 mil no censo de 2010. De modo geral, entre as décadas de 1970 e 2010, Orlandia mais que dobrou sua população, um crescimento de mais de 25 mil habitantes em poucas décadas.

Como acima citado, a ampliação da rede urbana de Orlandia seguiu dois sentidos, leste e oeste. E, em ambos os sentidos, se destacaram duas formas de construção de residências. A primeira consistiu em loteamentos, onde ficou a cargo do poder público: implantar a infraestrutura necessária, como a demarcação e pavimentação das ruas e avenidas, instalação da iluminação pública e redes de saneamento básico; e aos moradores: a construção das casas.

Já a segunda forma, correspondeu a construção de conjuntos habitacionais. Que consistiu na doação por parte da prefeitura de terrenos para empresas que ficaram responsáveis pela construção das residências, bem como implantar a infraestrutura necessária, como a demarcação e pavimentação das ruas e avenidas, instalação da iluminação pública e redes de saneamento básico.

Foi a partir deste processo de desenvolvimento que ocorreu a ocupação do extremo-leste orlandino, composto pelos bairros Jardim Santa Rita, criado em 1989, e Conjunto Habitacional José Vieira Brasão, criado em 1992 e ampliado em 1994. Os sujeitos que ocuparam esta região eram moradores locais, migrantes de outras cidades paulistas, bem como migrantes de outros Estados, notadamente mineiros e nordestinos.

Ao longo deste artigo, nos deteremos em analisar o cotidiano desta região, na busca de identificarmos os processos identitários formados a partir do cotidiano, do lazer e dos espaços de socia-

3 As indústrias orlandinas beneficiadas neste período foram: Industria Brejeiro, ligada ao beneficiamento de grãos, Companhia Mogiana de Óleos Vegetais COMOVE, Metalúrgica Orlandia – MORLAN S/A., Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlandia – CAROL, Industria de Terminais Elétricos - INTELLI. Assim como algumas usinas, que a partir do PROÁLCOOL ampliaram as terras plantadas bem como investiram em tecnologia.

bilidades no extremo-leste orlandino.

O cotidiano o qual analisaremos, partindo da perspectiva do historiador Michel de Certeau (2014), e a qual adotaremos, não possui nada de entediante, aborrecido e/ou rotineiro, como uma mera repetição mecânica dos mesmos gestos, desde o café da manhã até o anoitecer, de maneira geral, o cotidiano nada tem de monótono.

Como destacaremos, o cotidiano periférico⁴ não pode ser resumido apenas no acordar, sair do bairro para trabalhar e retornar à sua habitação para descansar para próximo dia de trabalho. Ao considerarmos este dia a dia tão resumido, reforçamos ideais de que a região periférica é um mero local de mão de obra à espera de atender os desejos do capital.

Ao propormos nos debruçar sobre as análises do cotidiano periférico, buscaremos destacar as relações dinâmicas deste espaço. As relações de amizade, solidariedade e a criação de laços de compadrio. Neste artigo, destacaremos que este cotidiano também foi marcado por relações de intrigas, brigas e disputas. Sobretudo, evidenciaremos que foi em meio a este cotidiano que se construiu uma série de identidades locais. Como, por exemplo a de “morador local”, objeto de reflexão desta investigação.⁵

Estas identidades no extremo-leste orlandino são compreendidas enquanto processos de identificação entre os sujeitos que foram construídas através de laços como o da naturalidade, de vizinhança, de amizade, solidariedade, companheirismo e compadrio, a partir das relações cotidianas, bem como dos espaços do trabalho, de lazer e da sociabilidade. Partimos sobretudo da perspectiva de Stuart Hall (2012), que compreende identidades sociais enquanto construções que se criam a partir das representações dentro dos discursos culturais/sociais; que informam como um determinado grupo vive e compartilha seus significados.

Da mesma forma, buscaremos evidenciar que as identidades encontradas no extremo-leste orlandino, e em certo ponto até mesmo fora desta região, partindo da perspectiva de Roberto C. de Oliveira (1976) e Michael Pollak (1992), se constituíram a partir de sua busca por uma criação e diferenciação entre o “nós” em contraponto aos “outros”.

Como destaca Oliveira (1976, p. 05), “[...] quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição”. Seguindo a proposta deste pesquisador, as identidades, sejam elas individuais ou coletivas, não se afirmam de forma isolada, existe sempre a necessidade de um “outro” como seu contraponto.

Salientamos ainda, que o processo de construção, reconstrução e manutenção das identidades no extremo-leste, se deram através das memórias individuais e coletivas (ou sociais) dos sujeitos que habitam esta região.

A memória, como destaca Ivo Santos Canabarro, Lilian Maria Moser e Eduardo Servo Ernesto (2018, p. 114),

4 A região do extremo-leste de Orlândia, corresponde a região periférica desta cidade, em todos os sentidos, seja social, econômico, geográfico e simbólico. Ver: Pereira, 2020a; 2020b.

5 Salienta-se ainda que nesta mesa região ocorreram o desenvolvimento de outras identidades locais, como por exemplo a de “piauí” (PEREIRA; SCHÖRNER, 2020) – a qual buscaremos traçar algumas considerações no final deste estudo, e a de “morador periférico” (PEREIRA, 2021, no prelo).

[...] não é algo contínuo, uma vez que ela se dá pouco a pouco, com base na experiência vivida, rememorada, retida anteriormente e sintetizada, construída ou reconstruída. E é em virtude disso que a memória é um componente essencial para a identidade, uma vez que está correlacionada ao compartilhamento de uma cultura, sendo assim, ela é uma representação social entre indivíduos.

Para João Carlos Tedesco (2004, p. 31),

[...] a memória está ligada a um papel importante no mundo social, a de conservar informações psíquicas capaz de atualizar impressões passadas, assim como representações sociais que são naturalizadas do cotidiano de um grupo, informando ainda a estes indivíduos inseridos em uma coletividade o sentido de sua própria colocação no tempo, interligando o passado ao presente.

Neste sentido, como destacam Canabarro, Moser e Ernesto (2018, p. 115), ao analisar as contribuições de Tedesco (2004) para o debate acerca da memória, pode-se afirmar que as memórias de grupos sociais possuem “[...] quadros de significação, com estratégias, simbologias, representações, experiências da vida cotidiana que criam temporalidades e espacialidades”. Estas perspectivas, ou melhor, estas visões de mundo, se relacionam ao que Hall (2012) compreendeu enquanto “centralidade cultural”. A memória gera pertencimento entre os membros de um mesmo grupo que compartilham sua significação, resultando na identidade, justamente enquanto uma forma simbólica, pois se “veem” como iguais, por compartilharem uma mesma perspectiva de mundo.

Outra importante referência nas discussões acerca da memória é Halbwachs (2006). Este pesquisador compreende a memória enquanto um instrumento social, que corresponde a uma construção coletiva. Canabarro, Moser e Ernesto (2018), salientam ainda, que as contribuições de Halbwachs (2006), também servem para as discussões acerca das identidades. Segundo os autores:

Pode ser considerado válido dizer, que a obra de Halbwachs, é de suma importância para se analisar questões de identidade. Quando esse autor concentra sua análise na memória, refletindo sobre como ela é compartilhada em uma dada coletividade, em um tempo e um espaço, mostra funções de identidade cultural, uma vez que revela que o grupo pensa um passado a partir de um presente e, ao mesmo tempo pensando no futuro; é o passado como uma forma de transmissão de significações e tradições que se ligam a centralidade cultural do grupo que compartilha tais sentimentos e representações. Halbwachs mostra, então, como as lembranças de um grupo trazem noções de localização e temporalidade como a forma da casa, os móveis, a forma de expressão da religião que são experiências que se ligam ao cotidiano do grupo. (CANABARRO; MOSER; ERNESTO, 2018, p. 117)

Vale ressaltar que a identidade a qual nos debruçaremos, se construiu através do cotidiano e dos espaços de sociabilidade no extremo-leste. Bem como, esta identidade pode ser evidenciada e construída a partir da memória dos sujeitos que vivem nesta região.

Tratando-se acerca da importância dos espaços de sociabilidade no extremo-leste, e sua importância no que tange a formação da identidade de “morador local” nesta região, salientamos que foram através destes espaços que houve, partindo das narrativas dos sujeitos, o estreitamento dos laços entre estes.

Destacamos que os espaços de sociabilidade não correspondem apenas aos locais de lazer ou de mera interação entre os sujeitos. Compreendemos por sociabilidade, partindo da perspectiva de Simmel (2006), uma forma lúdica de socição, na qual os indivíduos, em razão de variados interesses, desenvolvem uma espécie de unidade comum, produzindo novas formas de ser e estar com o outro, ou seja, de interações.

Neste sentido, salientamos que, para que exista a sociabilidade, é necessário que os indivíduos, além de estarem sociados/interagindo por interesses específicos, se relacionem em função de certos sentimentos e por uma satisfação mútua de estarem socializados. Assim, a sociabilidade consiste em uma derivação da interação.

Ressaltamos ainda, que a consequência, as condições, bem como os resultados destes processos de sociabilidade, são exclusivamente dos sujeitos que se encontram em interação, numa situação em que a sociabilidade permanece limitada somente a seus participantes (SIMMEL, 2006, p. 66). Partindo de tal prerrogativa, nos espaços onde ocorreria a sociabilidade – por exemplo, as festas comunitárias – não eram todos os sujeitos que se encontravam nestes espaços que se encontram ligados as redes de sociabilidade construídas nestes locais. Neste sentido, para muitos sujeitos que frequentavam estes espaços, tais locais eram tomados enquanto meros espaços de lazer ou de interação.

Nossa proposta, caminha em evidenciar que alguns espaços no extremo-leste (e fora dele) corresponderiam à locais de sociabilidade, por possuírem funções mais complexas que somente o lazer e a interação. Estes espaços, além de locais onde os sujeitos “gastam seu tempo livre”, também possuíam como funções estreitar os laços de amizade e solidariedade, reviver as raízes, bem como, nestes locais, se forjaram ou se redefiniram identidades locais.

Partindo destas considerações, na seção seguinte, dedicaremos atenção a formação da identidade de “morador local”.

Quermesse e a Festa Junina: espaços de lazer, sociabilidade e criação de sentimentos de unidade e pertença ao espaço

Ao longo desta seção, temos por objetivo central evidenciar dois eventos anuais ocorridos no extremo-leste. Estes eventos são a Quermesse de Santa Rita, organizada pela Paróquia Santa Rita ao longo do mês de maio, que conta com a participação e organização do evento a partir de seus fiéis, e a Festa Junina da Travessa X, organizada pelas famílias que habitam esta parte do bairro Brasília.

Estes dois eventos, partindo da perspectiva das autoras Alini Nunes de Oliveira e Maria Del Carmen Cavalcante (2012), relacionam-se em um primeiro momento como formas de lazer, manifestações culturais, bem como se consolidam enquanto importantes espaços de socialização e atrativos turísticos para esta região da cidade.

Da mesma forma, um destes eventos, a Quermesse, traz significativas contribuições a Paróquia, que através de seus ganhos financeiros ao longo dos últimos anos realizou uma série de

construções e reformas na Igreja Santa Rita e na praça em seu entorno.

Já o segundo evento, a Festa Junina realizada na Travessa X, não tem por objetivo a arrecadação, o evento é organizado através de doações dos moradores desta travessa e de outros moradores das ruas e avenidas em seu entorno. Este segundo evento nasceu a partir de um “pagamento de promessa”, contudo deixou de ser algo individual, de uma pessoa/família e acabou por englobar uma série de outros sujeitos.

As contribuições destes dois eventos anuais, encontram-se também na construção e consolidação de laços de amizade e solidariedade entre seus participantes, e ambos os eventos podem ser observados enquanto responsáveis pela construção de uma certa noção e sentimentos de unidade, identidade e pertença ao espaço.

Começamos pela tradicional Quermesse de Santa Rita. Poucos anos após a criação da Igreja Santa Rita na década de 1990, circunscrita entre as ruas 12 e 14 e avenidas X e Y, localizada na praça que leva o nome da igreja, Praça Santa Rita, a Paróquia, com auxílio dos fiéis que a frequentavam, passou a realizar tradicionalmente no mês de maio a Quermesse de Santa Rita.

Este evento anual ocorria inicialmente na avenida X de frente a Igreja, e posteriormente foi alocado na Escola Sylvia Ferreira, ao lado da Igreja. O evento contava com a realização de bingos (onde como prêmio aos ganhadores era dado um frango assado) e possuía barracas de macarrão, foggazzas, batatas fritas, cachorros-quentes, pastéis, bebidas, doces e uma barraca da pesca. Todo o montante em dinheiro arrecadado com as vendas de cartelas de bingo e nos produtos das barracas durante a Quermesse de Santa Rita eram revertidos para as construções e reparos na Igreja e na praça.

As quermesses, como destaca Larissa Geórgia Bráulio Moura (2012), correspondem a eventos organizados na maioria das vezes por organizações religiosas, notadamente católicas, que possuem como características marcantes serem domésticas e comunitárias, e, em sua maioria, são festas de arrecadação de fundos.

O casal Rosa e José⁶, participantes e organizadores deste evento, destacam que a Quermesse de Santa Rita, era um dos poucos eventos ocorridos no extremo-leste onde os moradores possuíam um espaço para se divertir, conversar e socializar com outras famílias dos bairros Brasão e Santa Rita.

Aqui o que tinha de bom, e pra fazer só [risos] era a Quermesse. A gente que fazia, era a moda antiga sabe, fazíamos no início ali na rua [Avenida X], aí depois que veio a escola a gente fazia dentro da escola. A gente fazia e o dinheiro que arrecadava era para construir a capela Santa Rita, pra aumentar, pra lidar na praça. Então nós fazíamos, eu participei disso, ela [sua esposa] participou, meus filhos também depois ajudaram. Trabalhava na barraquinha, ia em uma depois na outra ia ajudando no que podia. A festa que nós tinha era essa aí e jogar futebol sabe ali na rua oito tinha um campinho de futebol, era a diversão nossa, aí se você quisesse diversão você tinha que ir lá pro Jardim Boa Vista, pro centro sabe, tipo dança essas coisas assim tinha que ir pra lá, aqui nossa diversão era só a quermesse, uma vez no ano, na semana de maio. (JOSÉ, 2020)⁷

6 Optaremos, a partir de autorização dos entrevistados, utilizar seus nomes reais neste estudo. Ao utilizarmos fragmentos de suas narrativas utilizaremos notas de rodapé para melhor identificar os sujeitos bem como as datas e locais de realização das entrevistas.

7 José Osmar Melo, 58 anos, paulista, auxiliar de comércio. Entrevista realizada em seu estabelecimento comercial (Sorveteria Lagoa Azul), rua 12, em 04 de fevereiro de 2020.

Como supracitado, o evento era organizado pela Paróquia Santa Rita com o auxílio de seus fiéis. Estes sujeitos colaboravam na organização e atuavam ao longo do evento, seja trabalhando na confecção e venda dos alimentos que iriam ser vendidos, vendendo cartelas do bingo e ajudando com doações de produtos e dinheiro para a realização do evento.

A quermesse ocorria ao longo das noites, durante uma semana do mês de maio. Antes do início das vendas dos produtos e do bingo, era realizada uma missa na Igreja Santa Rita e, quando finalizada, os sujeitos se dirigiam ao evento. A Quermesse tinha o poder de juntar moradores do Santa Rita, Brasão, bem como de outros bairros da cidade de Orlândia. Da mesma forma, devemos destacar que nem todos os frequentadores do evento eram participantes do rito católico, muitos esperavam o fim da missa em suas casas, ou até mesmo na praça Santa Rita, e, depois do término da missa, seguiam de onde estavam para o evento. A Quermesse pode ser vista como um dos mais importantes espaços comuns de lazer desta região periférica, que agregava ali diferentes sujeitos, de diferentes idades e credos.

A importância desta quermesse, para além de espaço de lazer periférico, também se encontra em seu poder de criação e formação de laços de amizade, solidariedade e identidade. Os moradores desta região, seja do loteamento Santa Rita, como do Conj. Hab. José Vieira Brasão, eram sujeitos advindos de diferentes bairros da cidade de Orlândia, e até mesmo de fora dela, como é o caso da chegada de migrantes de outras cidades do Estado de São Paulo e de outros Estados do país.

Neste sentido, a Quermesse acabou por possibilitar a criação de laços entre os sujeitos que dividiam um mesmo credo religioso, neste caso, o católico. A realização de um evento comunitário, possibilitava que os fiéis desta Igreja trabalhassem, conversassem e dividissem ideias, o que acabou por criar e estreitar laços entre tais sujeitos que até então eram apenas vizinhos e, em sua maioria, desconhecidos um do outro.

Quando a gente chagou aqui, não conhecia ninguém, né. Eu até tinha uns conhecidos que vieram para cá também, só que era tudo longe, eu aqui na Y, a minha conhecida lá no fim da Z, era longinho, então os vizinho aqui eu nem sabia quem eram. (MARIA, 2020)⁸

Esta possibilidade de criação de uma unidade, de laços entre os moradores desta região criada a partir deste evento, a Quermesse, também pode ser observado no segundo evento destacado no início deste segundo tópico, a Festa Junina.

Este segundo evento nasceu a partir de uma promessa feita por uma moradora da Travessa X, Maria de Lurdes Monteiro. Maria, moradora do Conjunto Habitacional José Vieira Brasão desde 1993, no início dos anos 2000 acabou sofrendo um acidente de trabalho e, a partir deste acontecimento, fez uma promessa a Santo Antônio, que, caso se recuperasse de tal acidente, realizaria todos os anos, no mês de junho, uma festa junina. Com a recuperação, Maria passou a realizar a festa com a ajuda família e vizinhos todos os anos.

Este evento contava inicialmente com uma missa realizada na Travessa X, com orações de

⁸ Maria Dalva dos Santos Borges, 62 anos, costureira, natural de Novo Oriente-PI. Entrevista realizada em sua residência, avenida Y, em 17 de fevereiro de 2020.

agradecimento à benção alcançada. Após o momento de oração, era realizado uma encenação de um casamento na roça, que contava com um par de noivos, um “padre”, e vários casais de jovens vestidos de “caipiras”, na sequência, após a encenação, os jovens começavam a dança da quadrilha.

Esta parte do evento, a encenação e dança, não correspondia a algo improvisado. Os jovens que participavam desta encenação, filhos e netos dos moradores da travessa e de outras partes do bairro, ao longo de algumas semanas que antecediam o evento, com o auxílio de um adulto, realizavam diversos ensaios para que tudo ficasse perfeito no grande dia.

Findada a apresentação, era servido aos presentes uma série de pratos típicos desta festa, como quentão de pinga, bolo de fubá, cri-cri (amendoim açúcarado), cachorro-quente e pipoca.

Esta festa, que inicialmente partia de uma promessa de Maria Monteiro e de sua família, aos poucos acabou por envolver boa parte dos moradores da travessa onde a família residia, bem como das avenidas e ruas próximas. Para a sua realização, os moradores desta travessa e seu entorno se uniam, e cada um ficava responsável por uma parte do evento, seja a doação de alimentos, a confecção dos pratos tradicionais, a organização e decoração do local, os ensaios com os jovens e, após o evento, a limpeza do espaço.

Este segundo evento, assim como o primeiro, além de proporcionar um espaço de lazer e diversão nesta região, possuía grande importância no que tange a criação e aprofundamento dos laços entre os sujeitos. O evento também correspondia a um espaço de sociabilidade. Esta festa comunitária, diferentemente da primeira, não tinha por objetivo gerar lucros, sua realização se deu enquanto “um pagamento de promessa”, algo que nasce de uma maneira individual, mas que, com o passar dos anos, acaba por englobar uma série de outros sujeitos.

Partindo da apresentação destes dois eventos, consideramos que ambos contribuíram significativamente enquanto espaços de criação de laços entre os sujeitos. Acreditamos que estas duas festas, seja a Quermesse como a Festa Junina, serviram como forma de criação de uma unidade, baseada em laços de amizade e solidariedade com o outro.

Estes eventos se caracterizavam como festas comunitárias que moviam um número de sujeitos para sua realização. Em ambos os casos, estas duas festas têm como base a religião, a Quermesse ocorreria em homenagem a Santa Rita, além de gerar fundos para a Igreja, e a Festa Junina correspondia ao pagamento de uma promessa feita por uma moradora.

Da mesma forma, as festas comunitárias também podem ser consideradas enquanto espaços onde os sujeitos criam laços identitários. Conforme a proposta de Habesbaert (1999, p. 180), a identidade é construída subjetivamente em usos, costumes e valores e “recorre a uma dimensão histórica do imaginário social, de modo que o espaço serve de referência, e condensa memória do grupo”.

Estas festas, com o passar dos anos, acabam por englobar novos sujeitos, seja na sua realização e público. José, como destacou em sua narrativa acima citada, afirmou que quando seus filhos atingiram uma certa idade, os levou para a participarem da Quermesse, para trabalharem nas barracas junto a ele e sua esposa. Na festa junina, os jovens ficavam responsáveis pela encenação e dança, assim como, ao atingirem uma certa idade, acabavam por assumir outras atividades no evento.

A ocupação das funções por outra geração, como destaca Simone Semensatto (2012) são comuns em festas comunitárias, e, segundo a pesquisadora, esta passagem para a geração seguinte acaba por criar e reforçar os laços construídos, além de fundar uma tradição nas comunidades e consequentemente contribuir para a sua continuidade.

Ao longo das entrevistas realizadas com os moradores do extremo-leste, em grande parte de suas narrativas, ao ser abordada a temática do lazer e festas, suas respostas são quase automáticas, de modo geral, a uma unanimidade entre os sujeitos entrevistados em abordarem estes dois eventos, a Quermesse e a Festa Junina da Travessa X.

Para Halbwachs (2003) a memória se vincula à afetividade das pessoas do convívio social dos sujeitos, as lembranças se relacionam aos contextos e às pessoas que estavam presentes nele. Da mesma forma, a memória se constitui por vivências inerentes aos sujeitos e são produzidas em determinadas localidades em diálogo com os respectivos contextos sociais dos mesmos.

Como destaca Michael Pollak (1992), as memórias são constituídas por marcos variantes e invariantes, e possuem em vista determinados acontecimentos que perpassam as vivências dos indivíduos e constituem parte fundante de sua identidade e da identidade de outros. As lembranças corroboram para a construção das identidades pessoais, bem como da identidade de uma localidade.

Cabe salientar que estes moradores sempre se recordam destes eventos por estes fazerem parte de seu cotidiano há décadas. Da mesma forma, narrar sobre estes eventos envolve uma série de memórias que remetem as relações afetivas e identitárias que estes possibilitaram. Mas, também devemos destacar que a menção exclusiva a estes eventos pode se dar devido a serem as únicas festas comunitárias que ocorrem nesta região. Isto pode ser observado a partir de alguns depoimentos orais, como de Ana “[...] aqui, para gente sair e ver bastante gente era só com a quermesse ou a festa junina ali de baixo, fora isso tinha nada aqui”⁹, Rosa “[...] aqui o bom é a quermesse, fora isso não tem mais nada, assim que de para ir todo mundo, ver os vizinhos tudo sabe”¹⁰ e José “[...] e você quisesse diversão você tinha que ir lá pro Jardim Boa Vista, pro centro sabe, tipo dança essas coisas assim tinha que ir pra lá, aqui nossa diversão era só a quermesse, uma vez no ano, na semana de maio”.

As narrativas acima corroboram para com as considerações de Sposito (1993), que destaca que “nos bairros periféricos, nos grandes conjuntos habitacionais, as formas de lazer institucionalizadas ou públicas são praticamente inexistentes”. Contudo, cabe destacar que, além destes espaços, destas festas comunitárias, havia outros locais de lazer, como, por exemplo, alguns pequenos botecos (bares) e lanchonetes espalhados pelo extremo-leste, todavia estes locais correspondiam a espaços de sociabilidade de grupos específicos.

Sobre este ponto, partindo de investigações acerca dos bares/botecos enquanto espaços de lazer e sociabilidade, podemos dizer que os botecos eram espaços sobretudo masculinos (URIA, 2003/2015; JUNIOR BANDUCCI; NASCIMENTO, 2012). Em nosso estudo, isto também é destacado através da moradora Aparecida, visto que ela ressalta que o público do boteco de seu falecido ma-

9 Ana Leocadia Silva, 64 anos, ex-empregada doméstica. Entrevista realizada em sua residência, na avenida Y, em 18 de fevereiro de 2020.

10 Rosa Maria Gazola, 49 anos, comerciante. Entrevista realizada em seu estabelecimento comercial (Sorveteria Lagoa Azul), rua 12, em 04 de fevereiro de 2020.

rindo era composto somente por homens.

O meu marido abriu um bar aqui no Brasão, o primeiro a abrir esse tipo de negócio aqui. Ai só vinha homens, rapazes né, saíam do serviço, e já passavam aqui, tomavam uma, jogavam cartas. [Mulheres não frequentavam o bar?] Não, não, era lugar de homens né, tanto que quando ele morreu eu não toquei, fechou até um dos meus filhos assumir. (APARECIDA, 2020)¹¹

Todavia, não desconsideramos estes tipos de espaços enquanto importantes locais de sociabilidades e lazer. Jorge Uria (2015, p. 62) destaca a importância dos bares enquanto importantes espaços de sociabilidade das camadas mais populares, nestes locais, segundo o pesquisador “[...] es, en sin, el espacio para el rumor o las noticias sobre un nuevo trabajo, a la vez que frecuente punto de la partida desde donde articular la resistencia, el conflicto e la negociación de sus duras condiciones”.

Ainda sobre a importância destes espaços, o pesquisador salienta que

[...] la taberna emegió como una realidad omnipresente em la estructura popular del ocio; y como un espacio de enorme significación en ele intercambio y socialización de valores, em la gestión gestión social de los conflictos y consensos de dia a dia, e on la resolución prácticas de las decisiones más elementares de la vida cotidiana popular. (URIA, 2015, p. 65)

Neste sentido, para o autor os bares podem ser compreendidos enquanto um espaço indispensável da vida cotidiana, seja como centro social da comunidade e como espaço de intercâmbio de informações, notícias e uma oferta de lazer, “era, en definitiva, uno de los espacios de sociabilidad popular más importantes e indispensables en la gestión cotidiana y la socialización inherentes a la vida diaria” (URIA, 2015, p. 66).

Contudo, como destacado parágrafos acima, este espaço concentra-se enquanto um local de sociabilidade específica de um grupo de sujeitos, de um gênero, o masculino. Enquanto as festas comunitárias serviam como espaços mais amplos, abrangendo sujeitos de diferentes gêneros quanto idades. Assim, podemos dizer, que as festas comunitárias nesta região eram os principais espaços agregadores de diferentes públicos.

A importância destes eventos comunitários, como já destacado, encontram-se nas possibilidades de criação de laços entre os sujeitos. As festas comunitárias apresentadas ao longo deste tópico, contribuíram significativamente em um processo identitário.¹²

Esta identidade criada por estas festas comunitárias corresponde a de “morador local”. Ou seja, os laços de amizade, vizinhança e solidariedade criados através destes eventos, contribuíram para a criação de um certo sentimento de unidade e pertença a este espaço. O ser “morador local” não corresponde necessariamente ao ser nativo ao espaço, ou seja, ter nascido no extremo-leste ou na cidade de Orlandia. Mas sim, corresponde ao sentimento de pertença criado a partir dos laços entre os sujeitos e com o espaço que habitam.

11 Aparecida Sonia Rodrigues Pinto, 61 anos, paulista, pensionista. Entrevista realizada em sua residência, na rua 14, em 01 de fevereiro de 2020.

12 Salientamos ainda, que outros espaços religiosos, em especial os de matriz protestante, predominantes no extremo-leste, também contribuíram significativamente na criação dos laços aqui expostos.

Sobre este ponto, observamos a narrativa de Lúcia,

Eu não sou nascida aqui em Orlandia, mas eu vim bem novinha pra cá, mas me considero orlandina, por aqui que eu construí tudo, casei, tive meus filhos, fizemos nossa casinha, tudo aqui. É aqui que eu tenho os meus amigos, que eu considero parte da minha família. (LÚCIA, 2020)¹³

Sobre esta relação afetiva com o espaço e os sujeitos e a não naturalidade ao local, pode também ser observada na narrativa de Ana:

Eu sou de Indaiá (Minas Gerais), mas vim pra cá, pra Orlandia, com uns cinco anos, mas eu me considero daqui, porque eu sempre vivi aqui. Aqui eu construí casa, casei algumas vezes [risos], tive minhas crias, e cria dos outros [afilhados]. Construí aqui com a vizinhança, as amizades. Aqui é tudo conhecido de anos, é quase família, né, todo mundo passou pelas mesmas dificuldades por aqui. (ANA, 2020)

Estes mesmos laços observados nas narrativas acima também podem ser observados na narrativa de José:

Eu sou natural daqui, daqui de Orlandia, a maioria do pessoal daqui [extremo-leste] não, mas só que a gente considera como daqui, entende? Porque todo mundo se conhece há muito tempo, dividiu muita coisa junto, um apadrinha o filho a neta do outro, estávamos juntos na organização da festa, trabalhávamos nos mesmos lugares, é isso. Então, é gente daqui que construiu isso aqui. (JOSÉ, 2020)

Estas narrativas exemplificam esse sentimento de pertencimento ao espaço. Levam em consideração nesta construção o tempo que já estão neste local, bem como as relações pessoais construídas através da vizinhança e do apadrinhamento (PRADO, 1995), da divisão dos mesmos espaços de convívio e da divisão dos problemas enfrentados neste local - sobretudo as dificuldades geradas pela falta de acessibilidade, infraestrutura e de serviços.¹⁴

Cabe destacar que esta unidade criada a partir dos laços de solidariedades, amizades, e posteriormente de compadrio, construídos através das festas comunitárias, dos ritos religiosos, bem como de outros grupos e espaços frequentados por estes sujeitos, em certos momentos, foram utilizados como mecanismo de diferenciação entre os moradores no extremo-leste.

As narrativas destes sujeitos buscam resgatar em suas memórias marcos de união entre os moradores desta região, também buscam consolidar um ideal de pertencimento ao espaço. Neste sentido, tomando como base as discussões de Halbwachs (2006), a memória não deve ser compreendida enquanto um mero resgate de informações do passado, mas sim uma ressignificação de histórias vividas a partir de uma vivência do presente.

Estes laços construídos entre sujeitos através dos eventos aqui apresentados, e narrados pe-

13 Lúcia Dias Enos, 68 anos, paulista, cabelereira. Entrevista realizada em sua residência, na avenida Y, em 29 de janeiro de 2020

14 O extremo-leste orlandino, desde sua ocupação ao longo do final da década de 1980 passou por uma série de problemas ocasionados pela falta de infraestrutura e segregação espacial. Sobre estas questões consultar Pereira (2020a; 2020b).

los mesmos, bem como através das relações de vizinhança, compadrio e do compartilhamento de outros locais de lazer e sociabilidade, acabaram por construir esta noção/sentimento de “moradores locais”.

Como destaca Warney Smith (2002, p. 213), esta identidade local

[...] trata-se do resultado de um conjunto de relações sociais que passam pela conscientização histórica de pertencer a uma localidade (cujos limites se definem por um grau de relações num mesmo cotidiano, num clima de cumplicidade e relações de vizinhança). [...] Esse sentimento de identidade local fundamenta-se através de representações simbólicas. Na construção de tais ‘representações simbólicas coletivas’ o tempo e a intensidade de vivência no lugar - como o constante cruzar das ruas - são, [...], fundamentais para criar símbolos que retratam a comunidade. Isto é, ela reafirma a centralidade da história local construída, no processo da criação e imaginação da identidade local, ao dizer que essa construção se dá ‘ao longo da produção da própria vida em comunidade’, e, da história vivida pela comunidade.

Cabe destacar que esta identidade também se funda a partir de um “outro”, neste caso, o outro corresponde aos “recém-chegados”, em especial os migrantes nordestinos.

Com a migração nordestina na cidade de Orlândia, antecedeu o processo de ocupação do extremo-leste. Estes sujeitos, os nordestinos, migraram para esta cidade desde meados da década de 1970, e, esta migração foi acentuada a partir da década seguinte (1980), devido ao desenvolvimento econômico desta cidade e da região, sobretudo no que tange a ampliação dos canais e o aumento da demanda de mão de obra. Inicialmente, estes migrantes tiveram como destino as regiões mais próximas ao centro da cidade, sua região histórica, pois a ampliação desta cidade se deu somente a partir do final do século XX.

A chegada dos migrantes nordestinos ao extremo-leste se deu por duas formas, a primeira, que correspondeu a maioria dos migrantes nesta região, foi através do aluguel de casas no Jardim Santa Rita. Os sujeitos que ocupavam as residências neste bairro correspondiam aos safristas que residiam na cidade apenas nos períodos da safra da cana. E, a segunda através do sorteio das casas no Conj. Hab. Brasão, que, de modo geral, correspondiam aos migrantes que já haviam optado por morar na cidade ao longo da década de 1980, pois, para conseguirem uma casa através do sorteio, um dos requisitos básicos era ser morador do município há alguns anos.

Partindo destas informações, bem como das considerações realizadas neste tópico, salientamos que a identidade de “morador local” não abrangeu a estes migrantes, pois a maioria deles correspondiam, inicialmente, aos safristas, ou seja, sujeitos que ficavam no município por um curto período, “[...] eles vêm e vão, não são daqui né, acaba a safra eles já iam embora” (ROSA, 2020).

Contudo, nem todos retornavam ao Nordeste, existiram aqueles que optaram por ficar. Foram muitos os sujeitos que haviam optado por viver na cidade de Orlândia, todavia estes não eram considerados enquanto locais. Ao longo das narrativas dos “moradores locais”, observa-se que um “dado base” que permeia tal identidade, a de morador local, para além do tempo que viviam ali e dos laços criados, foi o da naturalidade com o Estado de São Paulo.

Neste sentido, estes migrantes nordestinos, especialmente aqueles que se encontravam nesta região e dividiam do mesmo período de ocupação do espaço que os demais sujeitos, os paulistas, acabavam sendo excluídos da formação de redes de amizade, solidariedade e de compadrio que

seria base para a construção do ser “morador local”.

A materialização desta diferenciação no extremo-leste entre locais e migrantes, pode ser compreendida através da expressão “piauí”, que corresponde à forma de se referir a todos os migrantes nordestinos.

O piauí, corresponde a uma identidade que inicialmente foi forjada para estes sujeitos, ou seja, diferente dos “moradores locais” que correspondem a uma criação do grupo para o grupo, o “piauí” é uma criação dos moradores locais para com os nordestinos.

Esta identidade, criada para estes sujeitos, aos poucos foi apropriada pelos migrantes e a ela estes indivíduos acrescentaram um novo acervo de características, principalmente positivas. Mas, mesmo que um novo acervo seja incorporado a esta identidade, muitos migrantes nordestinos em Orlandia ainda se negam a pertencer a ela visto que, como estes sujeitos evidenciam, tal identidade foi forjada na busca da diferenciação e da estigmatização destes sujeitos. Contudo, esta questão merece um estudo específico.

Considerações Finais

Ao longo desta investigação, buscamos evidenciar a potencialidade de algumas festas comunitárias no que tange a construção de uma certa identidade no extremo-leste da cidade de Orlandia.

Nossa proposta também buscou evidenciar que foi através do cotidiano, das relações de vizinhança, dos contatos no trabalho e nos espaços de lazer, que aos poucos sujeitos que até então eram desconhecidos entre si, passaram a construir uma série de redes de amizade, companheirismo e até mesmo de compadrio que possibilitou uma formação identitária.

Esta investigação corresponde a um estudo de História Local, que visou deslumbrar alguns aspectos do cotidiano e das sociabilidades em uma região periférica de um pequeno município paulista. Buscamos, ao longo desta investigação, trazer luz às questões que passam despercebidas a olhares desatentos, evidenciando que as redes analisadas, sobretudo as de amizades e solidariedades, são componentes cruciais nas construções de certas identidades locais. Da mesma forma, esta identidade analisada, como salientam Oliveira (1976) e Pollak (1992), se constituíram a partir de suas buscas por uma criação e diferenciação entre o “nós” em contraponto aos “outros”, no nosso caso, estes outros correspondiam aos migrantes nordestinos, sejam aqueles que poderiam ser considerados como “recém-chegados” (os safristas), bem como aos migrantes de longa data.

Como destacou Certeau (2014), o cotidiano de fato nada têm de monótono, nele encontramos uma série de tramas, relações conflituosas, de amizades e/ou de solidariedades. Na busca de contribuir nos para as questões que pontuam as análises do cotidiano, sociabilidades e as formações identitárias, buscamos aqui traçar algumas considerações acerca de quem são os “moradores locais” no extremo-leste orlandino.

Referências

- BAENIGER, Rosana. São Paulo no contexto dos movimentos migratórios interestaduais. In: BAENIGER, Rosana. **Regiões, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil 1980-1996**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280774>. Acessado em: 13 de maio 2020.
- CANABARRO, Ivo dos Santos; MOSER, Lilian Maria; ERNESTO, Eduardo Servo. História, memória e identidade: refletindo sobre a oralidade como aporte para leitura de uma cultura. **Revista Memória em Rede**, v. 10, n. 18, p. 112-127, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15210/rmr.v8i14.7485>. Acessado em: 04 nov. 2020.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 4. edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora, identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- JUNIOR BANDUCCI, Álvaro; NASCIMENTO, Valdir Aragão do. De bar em bar: notas etnográficas sobre os bares da periferia. **Almanaque: Journal of History**, v. 04, n. 07, p. 43-63, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.46401/ajh.2012.v4.3997>. Acessado em: 28 out. 2020.
- MOURA, Larissa Geórgia Bráulio. **Vozes de resistência: tradição, inovação e participação da juventude no congado de Estrela do Indaiá - Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/4164/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 27 out. 2020.
- OLIVEIRA, Alini Nunes de; CAVALCANTE, Maria Del Carmen Matilde Huertas Cavalcante. As múltiplas funções das festas no espaço geográfico. **Interações**, v. 13, n. 01, p. 81-92, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/inter/v13n1/a07v13n1.pdf>. Acessado em: 27 out. 2020.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- PAIVA, Kauê Felipe. Urbanização não-metropolitana no nordeste paulista: a reprodução do espaço intra-urbano em pequenas cidades contíguas à rodovia Anhanguera. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal. **Anais [...]. Natal: ANPUR**, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviii/anpur/anais/>. Acessado em: 24 de julho/2020.
- PEREIRA, Bruno César. Periferia, migração e cotidiano: notas acerca da inserção de migrantes nordestinos em um pequeno município paulista (1990-2010). **Revista de História UEG**, v. 09, n. 01, p. 1-10, 2020a. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/9755>. Acessado em: 22 jul. 2020.
- PEREIRA, Bruno César. Brasão e Santa Rita: narrativas sobre a construção histórica do extremo-leste orlandino enquanto espaço periférico. In: SEMINÁRIO ANTROPOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS E FRONTEIRAS, 2., 2020b, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2020b. p. 1-15.

PEREIRA, Bruno César. Ae irmão quer saber do nosso dia a dia? Cola na esquina da periferia. reflexões sobre o movimento Hip-Hop e a formação da identidade de sujeito periférico no extremo-leste orlandino (1990-2010). **História & Cultura**, Franca, v. 10, n. 01, 2021. (no prelo)

PEREIRA, Bruno César; SCHÖRNER, Ancelmo. O que é ser "piauí"? A representação dos migrantes nordestinos em um município paulista (1980-2020). **Boletim Historiar**, v. 07, n. 02, p. 73-94, 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/14383>. Acessado em: 03 mar. 2021.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/108>. Acessado em: 05 nov. 2020.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, v. 01, n. 02, p. 59-72, 1996. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819739/mod_resource/content/1/PORTELLI%2C%20Alessandro%20%E2%80%93%20A%20Filosofia%20e%20os%20fatos.pdf. Acessado em: 21 jul. 2020.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, v. 14, p. 25-39, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11233>. Acessado em: 21 jul. 2020.

PRADO, Rosane M. Cidade pequena: paraíso e inferno da personalidade. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, n. 01, p. 31-56, 1995.

SEMENSATTO, Simone. **Informação, memória e identidade**: as festas comunitárias do município de Estrela – Rio Grande do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/163922/000549247.pdf?sequence=1>. Acessado em: 27 out. 2020.

SMITH, Warley. Barão Geraldo: história e identidade local. **Revista de História Regional**, v. 07, n. 02, p. 207-230, 2002. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2162>. Acessado em: 04 nov. 2020.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade. In: SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SIMMEL, Georg. Como as formas sociais se mantêm. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org). **Georg Simmel**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**, v. 05, n. 01-02, p. 161-178, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v5i1/2.84954>. Acessado em: 09 out. 2020.

TEDESCO, João Carlos. **Nas Cercanias da Memória**: temporalidade, experiência e narração. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

URÍA, Jorge. La taberna: un espacio multifuncional de sociabilidad popular en la restauración española. **Hispania**, n. 24, p. 571-604, 2003.

URÍA, Jorge. Espacios, lugares, territórios. In: CASTILLO, Santiago; DUCH, Monsterrat (coord.). Sociabilidades em la Historia. Madrid: Ed. La Catarata, 2015. p. 59-90.

ANTONIO FAGUNDES: O ATOR DO PALCO ÀS PÁGINAS

ANTONIO FAGUNDES: FROM THE STAGE TO THE PAGES

Robson Pereira da Silva¹

 <https://orcid.org/0000-0001-6517-0842>

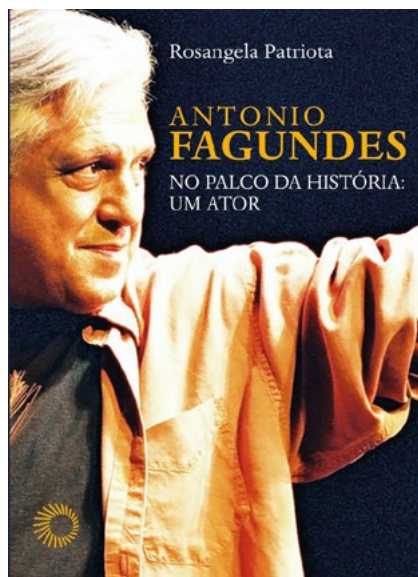
Lays da Cruz Capeloz²

 <https://orcid.org/0000-0002-4632-0742>

Recebido em: 27 de abril de 2021.
Aprovado em: 19 de maio de 2021.

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12994>

PATRIOTA, Rosangela. **Antonio Fagundes no palco da história**: um ator. São Paulo: Perspectiva, 2018.



"Eu entrarei para a história do teatro brasileiro, quando o público entrar também"

- Antonio Fagundes

"[...] O ator apenas executa de maneira exemplar e radical o que é característica fundamental do homem: desempenhar papéis no palco do mundo, na vida social"

- Anatol Rosenfeld

"o ator é uma obra de arte em si mesmo e o público é sua testemunha ocular"

- Antônio Abujamra

Professora aposentada da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Rosangela Patriota é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), coordenadora do Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura (NEHAC/UFU), e coordenadora do GT Nacional de História Cultural da ANPUH e da Rede Internacional de Pesquisa em História e Cultura no Mundo Contemporâneo. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Artes e História da Cultura (PPGEAHC) da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Com uma trajetória sólida nos debates que se endereçam a pensar as relações e imbricamen-

tos entre História e Teatro, sobretudo no que se refere à produção da História Cultural, a historiadora Rosangela Patriota se desafia a inserir o ator no centro desses debates de maneira crítica, na contramão de grande parte das pesquisas acadêmicas que estão voltadas para a História do Teatro Brasileiro que, de certa maneira, tendem a privilegiar dramaturgos, críticos e companhias teatrais. Assim, a autora busca suprir uma lacuna, na área de História, acerca da inserção histórica de atores e atrizes em “termos de periodização da história do teatro no Brasil” (PATRIOTA, 2018, p. 401).

Essa obliteração, ou, a secundarização do ‘trabalho atorial’ que, segundo Rabetti (2012), consiste em interpretação, atuação e presença cênica que corporifica de maneira mediada anseios múltiplos, inclusive os seus, diante deste circuito que configura o funcionamento da arte teatral no Brasil. Assim como Rabetti (2012), Patriota (2008) aponta para as dificuldades de lidar com a figura do ator por dois pontos específicos: a efemeridade da cena no acontecimento do fenômeno teatral e pela hierarquia da crítica cultural, ou mesmo, a tirania do texto escrito, como bem salientado por Roger Chartier (2010), evocando as formas de corporeidade, representação, apropriação e vocalização desses textos.

Dessa feita, o ator seria um ponto fulcral na circulação e personificação de textos e ideias. Porém, mesmo sendo um elemento e figura tão primordial para a construção cênica, o trabalho do ator acontece no espectro temporal do efêmero, que é construído na delicadeza de expressões e gestos e, talvez, por esse motivo seja mais dificultoso lidar com ele no campo da pesquisa, mas não impossível, pois o teatro não se restringe apenas a zona do espetacular ou as características específicas do trabalho de performance atorial que, inclusive, é parcialmente capturada em registros audiovisuais, fotográficos e por índices de recepção fragmentados, como grande parte dos documentos utilizados em História. Sobre isso, Patriota afirma que o fenômeno teatral faz com que o teatro possua inúmeras linguagens (PATRIOTA, 2018, p. 400).

No coração de seu tempo

Para o enfrentamento de tal empreitada de contar a história do teatro sob o ponto de vista de uma historiadora de ofício, Rosangela Patriota escolheu Antonio Fagundes como sujeito no palco da História, especialmente, *para não dizer que não falou* dos atores por causa da efemeridade da ação teatral. Esse desafio está estampado nas páginas de *Antonio Fagundes no palco da História: um ator*, lançado em 2018, pela Editora Perspectiva. Sempre com um diálogo em primeira pessoa com os leitores, Patriota é franca ao afirmar como será difícil essa jornada, porém em vários momentos reafirma com argumentos muito bem sustentados que a biografia intelectual traz questões imprescindíveis, mesmo dispondo de poucos documentos que façam referência específica a *performance* do ator. Mas, nem por isso, o cotejamento com outros fragmentos documentais é menos eficaz em responder as perguntas dela enquanto historiadora. Assim, ela insiste que a fabricação de tais documentos está carregada de intenções e, por isso, a ajudam na construção histórica da trajetória e carreira de Antonio Fagundes, pois:

“Todavia, uma trajetória é muito mais que a mera exposição de vontades e realizações. Pelo

contrário, ela, de acordo com meu entendimento, deve ser vista, interpretada e compreendida à luz das circunstâncias históricas e sociais que a acolheram.

Sob essa óptica, Fagundes é uma personagem fascinante, na medida em que construiu suas experiências em meio a debates e tensões possíveis de serem analisadas, sob o horizontes de expectativas diferentes, ou, em outras palavras: é sabido que o tempo não é apreendido da mesma forma por sujeitos e esferas sociais distintos, isto é, as rupturas vistas e sentidas, por exemplo, no campo da política não se apresentam necessariamente nos mesmos termos na esfera cultural, assim como os ditames e os ritmos da ordem econômica muitas vezes são sentidos e definidos sob regimes e expectativas próprias. (PATRIOTA, 2018, p. 52)

O aporte teórico está afetuosa e devidamente baseado na obra *A Teia do Fato* (1997), de Carlos Alberto Vesentini, que se acerca da compreensão da construção, disseminação e cristalização do fato histórico, inclusive, de seu poder hipnótico de condução das narrativas que em volta dele gravitam, seja pelo aspecto dos temas, marcos temporais, personagens e acontecimentos, conduzindo e produzindo o sentido e seus respectivos ordenamentos periodizadores. No teatro, por exemplo, a ideia e o desejo de modernização enquanto bandeira, especialmente calcada em referenciais eurocentrados, fez com que o 'teatro do ator' fosse relegado como aspecto menor a ser superado, chamado inclusive de 'teatro velho' em prol da estetização resumida à atmosfera da cena, especificamente, na passagem do ensaiador para o encenador. Tal procedimento, por exemplo, fez de *Vestido de Noiva*, de Nelson Rodrigues, peça encenada pelo polonês Zbigniew Ziembinski, em 1943, um marco convencionado moderno e tido como um referencial na história do teatro brasileiro, por sua renovação cênica, cristalizando assim uma memória histórica carregada de hierarquias da consagração especialmente constituídas pela crítica, como consta no *Dicionário do Teatro Brasileiro*.

[...] consolidam-se no âmbito profissional vários projetos de renovação cênica que contestam o protagonismo do ator na concepção do espetáculo. O deslocamento do foco do ator para o encenador é explicitado pelo crítico Décio de Almeida PRADO aos seus leitores em uma crítica publicada em 1947: 'Presenciamos então, já no nosso século, esse fato inacreditável: a fama e o prestígio dos *metteurs en scène* obscurecem a dos atores, e mesmo a dos autores. (GUINSBURG; FARIA; LIMA, 2006, p. 43).

Afirmamos aqui que a historiadora Rosangela Patriota se propôs o desafio de tratar sobre o ator, sobretudo, por ela já possuir uma trajetória frutífera nos debates do campo da historiografia do teatro brasileiro. Ao fazê-lo se coloca diante de um salto frente às suas próprias produções anteriores que se dedicaram a pensar sujeitos históricos que transitaram no circuito teatral, especialmente na qualidade de dramaturgos, críticos, grupos e companhias teatrais; agora foi chegada a hora de pensar a presença do ator em meio a esse emaranhado de questões. Nesses termos, suas contribuições nos estudos sobre teatro já se apresentam em sua primeira obra, *Vianinha: um dramaturgo no coração de seu tempo* (1999) e *Crítica de um Teatro Crítico* (2007). Não podemos deixar de mencionar a frutífera parceria entre a historiadora com o saudoso professor Jacó Guinsburg, que está registrada em livros, como *J. Guinsburg, a cena em aula: Itinerários de um professor em devir* (2009) que reúne a transcrição de fitas da disciplina Estética Teatral, ministrada pelo professor Jacó Guinsburg, e também em *Teatro Brasileiro: Ideias de uma História* (2012).

Dessa feita, sob a posse desse debate e aporte teórico-metodológico bem definido, a autora

faz com que, a partir da experiência profissional de Antonio Fagundes, surja a figura do ator diante desses e de outros acontecimentos históricos. A biografia se dedica a pensar a vida artística de Fagundes desde o início, com a peça *A Ceia dos Cardeais* (Julio Dantas, 1902), encenada em 1963, nos tempos que o protagonista ainda era estudante colegial, até a peça *Tribos* (Nina Raine, 2013). Respalhada pela micro-história italiana de Giovanni Levi, Patriota torna Antonio Fagundes protagonista de uma narrativa histórica que o considera como eixo norteador da relação entre sujeito e sociedade e, neste interstício, apresenta-se o processo histórico no qual ele se inseriu e continua inserido.

Por conseguinte, a autora faz com que o texto biográfico suscite a abertura de ângulos interpretativos em relação à história do teatro brasileiro, tendo a vida e obra desse ator como eixo condutor. Deste modo, essa biografia não se apresenta como convencional, mas como uma biografia intelectual que ganha forma a partir de temas e problematizações que em outras oportunidades ficaram restritas aos dramaturgos, críticos e companhias.

Entrementes, a narrativa biográfica produzida por Patriota, sobre Fagundes, enfrenta com profundidade a construção e a cristalização de marcos na história do teatro brasileiro. Assim posto, fica claro que Rosangela Patriota tem fôlego para tal discussão que está por vir, a trajetória do ator Antonio Fagundes, conhecido nacionalmente e internacionalmente, por seus trabalhos no teatro, televisão e cinema. Sobretudo, a autora inverte a consagração do galã dessas últimas linguagens, especialmente por sua profícua e longeva atuação em telenovelas, e privilegia o ator e produtor de teatro. Assim, a autora demonstra como os trabalhos de Fagundes na TV e no cinema, de certa forma (não sem restrições e limites), constituíram capital financeiro e de público que sustentaram a sua consolidação no campo teatral, inclusive angariando público para suas produções no Teatro (locus onde ele iniciou sua carreira), proporcionando-lhe este espaço como formativo.

Como bem apontamos, o livro *Antonio Fagundes no palco da História: um ator* é uma biografia crítica que nos apresenta momentos marcantes, de um ator que iniciou suas atividades e paixão pelo teatro ainda como estudante do Colégio Rio Branco. Fagundes atuou em alguns espetáculos infantis dirigido por Afonso Gentil, que também trabalhava na seção de teatro infantil do Teatro de Arena de São Paulo, e assim aconteceu o convite para Antonio Fagundes participar do núcleo de teatro infantil do grupo de teatro paulista. Ou seja, Rosangela Patriota produz 'poeira da estrela'³, porém sem glamourização, pois demonstra que Antonio da Silva Fagundes Filho não esteve predestinado a ser o ator/galã Antonio Fagundes, ou, até mesmo ter uma carreira de sucesso especialmente cristalizada por sua presença em telenovelas.

A autora trata de uma construção artística balizada em processos de formação e atuação teatral, trabalho e uma rede de sociabilidade construída pari passu com a constituição de Antonio Fagundes enquanto ator. A referida rede foi formada por Afonso Gentil, Carlos Augustos Strazzer, Myriam Muniz, Gianfrancesco Guarnieri, José Renato, Augusto Boal, Ademar Guerra, Marta Oberbeck, Armando Bógus, Oswaldo Campozana, Sylvio Zilber, Othon Bastos, Consuelo de Castro, Fernando Peixoto, Antônio Bivar, etc.

3 Como bem salienta Tania Brandão (2001, p. 199): “Escrever história do teatro é, em mais de um sentido, produzir poeira de estrelas, escrever a história das estrelas.”

Figura 1- Antônio Fagundes e Myrian Muniz, na Primeira Feira Paulista de Opinião (1968).



FONTE: <http://astrosemrevista.blogspot.com/2012/04/antonio-fagundes-no-teatro-e-no-cinema.html>

Figura 2 - Antônio Fagundes; Myrian Muniz, Gianfrancesco Guarnieri e Sylvio Zilber, na peça La Moschetta, no Teatro de Arena.



FONTE: <http://astrosemrevista.blogspot.com/2012/04/antonio-fagundes-no-teatro-e-no-cinema.html>

No palco das palavras

O primeiro capítulo intitulado *Antonio Fagundes ou Estratégias para a composição de uma narrativa biográfica*, trata-se de um balanço crítico que perpassa discussões teórico-metodológicas que esbarram na carreira do ator. Patriota consegue englobar discussões que são caras, não só a nós, historiadores, mas a todos que trabalham com objetos artísticos em geral, pois essas questões se apresentam como um quiasma na trajetória de Fagundes.

Uma das perguntas que move a autora a pensar esse trabalho, como um todo, é: por que Antonio Fagundes passa despercebido perante a historiografia do Teatro Brasileiro até então? Mesmo com sua participação no Teatro de Arena, que foi a sua primeira escola formativa e trabalho atoral profissional. A pergunta é respondida com uma digressão importante sobre as construções que foram feitas ao longo da escrita da História do Teatro, que não foi feita apenas por historiadores, mas também por críticos que estabeleceram certos marcos e fatos, incluindo assim certos grupos teatrais. Nessa concepção foi estabelecida uma diferença entre *teatro empresarial* e *teatro de grupo*. O primeiro foi denominado como um teatro comercial, que visa lucros com a bilheteria, teoricamente sem se importar com o público ou a qualidade do espetáculo, o segundo foi denominado como um teatro sério, que busca o diálogo com os dramaturgos e é composto por grupos teatrais que possuem uma proposta de diálogo entre arte e sociedade.

Antonio Fagundes, por seu sucesso como galã de telenovelas, foi sumariamente engessado como pertencente a categoria de teatro empresarial, como uma espécie de distinção hierárquica estabelecida no circuito teatral, o espoliando de um capital cultural formado no teatro anteriormente ao seu ingresso nas produções televisivas. Diante dessas reflexões, o segundo capítulo intitulado *O Teatro de Arena, os espetáculos da resistência democrática e a formação de um ator e de um cidadão*, Patriota se debruça na formação intelectual e profissional de Fagundes nos primeiros anos de carreira, focando principalmente na sua frutífera estadia no Teatro de Arena.

No final da década de 1970, Fagundes assinou o contrato com a Rede Globo de Televisão e aceita integrar o elenco da novela *Dancin' Days* (Gilberto Braga; direção de Daniel Filho, Gonzaga Blota, Marcos Paulo e Dennis Carvalho; codireção: José Carlos Pieri, 1978). Patriota explica aos leitores a historicidade da palavra galã e, assim, nos demonstra como seu protagonista começa a ser reconhecido como galã ao interpretar o papel do 'mocinho' Carlos Eduardo Amaral Cardoso, o Cacá, par romântico da personagem Júlia Matos interpretada por Sônia Braga, que já havia estado em cena com Fagundes em *Hair* (direção de Ademar Guerra, 1969). Em um breve intervalo de tempo, ele estreia, também na televisão, a série composta por cinquenta e quatro episódios, *Carga Pesada*, na qual toda a sensibilidade de Cacá é posta de lado para dar vida ao viril Pedro, um caminhoneiro que percorre as estradas do país, na companhia de Bino (Stênio Garcia).

A Companhia Estável de Repertório (CER) é objeto do terceiro capítulo, no qual Rosângela Patriota consta a consolidação do homem de teatro e de cultura que passa a colocar em prática de maneira sistematizada todos os seus aprendizados e formação no circuito e no mercado teatral, inclusive, como alguém que se dispõe a debater publicamente as políticas culturais do país ou a falta delas. A referida companhia surge em um contexto de horizontes de expectativas marcado pelo campo da experiência de uma ditadura militar em processo de abertura e redemocratização, momento no qual setores da cultura começam a discutir suas posições na constituição de uma memória histórica sobre a *resistência democrática* e pensando novos rumos e maneiras diversas de lidar com a linguagem teatral. Como aponta Patriota (2018, p. 198), o *telos* que antes unira distintos grupos no compromisso com a luta democrática já não atendida mais os anseios de alguns segmentos, inclusive dos mais jovens.

Nesse contexto, em 1981, a CER inicia suas atividades que estiveram em cartaz até 1991, com

peças dentre as quais destacamos: *O Homem Elefante* (de Bernard Pomerance, com direção de Paulo Autran, em 1981); *Morte Acidental de um Anarquista* (de Dario FO, 1982, direção de Antônio Abujanra); *Xandu Quaresma* (de Chico de Assis, 1984, sob a direção de Adriano Stuart); *Cyrano de Bergerac* (de Edmond Rostand, 1985, direção de Flávio Rangel); *Carmem Com Filtro* (de Daniela e Gerald Thomas, 1986, sob a direção de Gerald Thomas) e *Fragmentos de um Discurso Amoroso* (de Roland Barthes, 1988, com direção de Ulysses Cruz).

Antonio Fagundes no palco da História: um ator aponta para a confirmação da tese de que a importância do ator para o teatro no Brasil foi de certa maneira suprimida, especialmente, entre a década de 1940 e 1950, devido ao adensamento e a propagação de ideias-força (nacionalismo, modernidades, modernização, politização, estetização) que secundarizaram a figura do ator em meio aos anseios por um moderno teatro brasileiro. Isso, inclusive fez com que o 'teatro de ator'⁴ tão latente na primeira metade do século XX, especialmente, caracterizado por figuras que aproximaram o trabalho atoral com o empresarial na área teatral, como João Caetano, Armando Gonzaga, Dulcina de Moraes, Leopoldo Fróes, etc., fosse considerado como 'velho teatro' e visto de certa forma como um entrave para uma pretensa linha evolutiva do teatro brasileiro que deveria ter como destino o signo do novo, o encenador estrangeiro, para se constituir enquanto moderno. Parte desse debate é expressado por Patriota, especialmente, no quinto e último capítulo que recebe o título *O ator no centro da narrativa: contribuições à escrita da história do teatro brasileiro*, no qual afirma:

De posse desse repertório teórico-metodológico, acredito que comecei a refinar meu olhar interpretativo sobre as histórias do teatro brasileiro, tanto que, em 2012 tive o privilégio de escrever, em parceria com J. Guinsburg, o livro *Teatro Brasileiro: ideias de uma História*. Nele, foi possível aprofundar questões referentes à urdidura da narrativa histórica e evidenciar como os embates e os anseios dos contemporâneos orientam as ideias-forças que organizam e alicerçam os marcos identificados como a história do teatro brasileiro. [...] conseguimos, eu e J. Guinsburg, expor a maneira pela qual as bandeiras artísticas, defendidas por críticos teatrais, em sintonia com grupos e/ou companhias, tornaram-se o *leitmotiv* da escrita da história de inúmeras histórias do teatro brasileiro. (PATRIOTA, 2018, p. 383)

Em suma, recomenda-se a leitura de *Antonio Fagundes, no palco da História: Um Ator*, pois através da narrativa biográfica balizada em um robusto trato da documentação (críticas, fotografias, gravações audiovisuais, programas de peças, entrevistas, cartas), Rosângela Patriota nos convida conhecer os ângulos interpretativos de enfrentamentos historiográficos e embarcar na imersão em 50 anos de história cultural brasileira, especificamente, com foco na história do teatro. O grande mérito dessa obra está na sua capacidade intelectual de perspectivar debates e problemáticas específicas da História e Historiografia do Teatro em atravessamentos transversais da vida e obra do ator/produtor teatral Antonio Fagundes, assim desconstruindo a sua atuação do engessamento da cristalizada imagem de galã televisivo, o conduzindo junto com o seu público das telas e palcos às páginas, ou seja, o livro trata da singularidade e o percurso de um ator no meandro de um debate político e cultural do teatro brasileiro.

4 Sobre o teatro do ator conferir: (GUINSBURG; FARIA; LIMA, 2006, p. 44-45).

Referências

BRANDÃO, T. Ora, direis ouvir estrelas: historiografia e história do teatro brasileiro. **Sala Preta**, v. 1, p. 199-217, 28 set. 2001.

CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos avançados**, v. 24, n. 69, p. 6-30, 2010.

GUINSBURG, Jacó; FARIA, João Roberto; LIMA, Mariângela Alves de (orgs). **Dicionário do Teatro Brasileiro: temas, formas e conceitos**. [S.l: s.n.], 2006.

PATRIOTA, Rosangela. O teatro e historiador: interlocuções entre linguagem artística e pesquisa histórica. In: RAMOS, Alcides Freire; PEIXOTO, Fernando; PATRIOTA, Rosangela. **A história invade a cena**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

PATRIOTA, Rosangela. **Vianinha: um dramaturgo no coração de seu tempo**. São Paulo: Hucitec, 1999.

PATRIOTA, Rosangela. **A crítica de um teatro crítico**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PATRIOTA, Rosangela; GUINSBURG, J. (org.). **J. Guinsburg, a cena em aula - itinerários de um professor em devir**. São Paulo: EDUSP, 2009.

PATRIOTA, Rosangela; GUINSBURG, Jacó. **Teatro Brasileiro: ideias de uma história**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

PATRIOTA, Rosangela. **Antonio Fagundes no palco da história: um ator**. São Paulo: Perspectiva, 2018.

RABETTI, Maria de Lourdes. Subsídios para a história do ator no Brasil: pontuações em torno do lugar ocupado pelo modo de interpretar de Dulcina de Moraes entre tradição popular e projeto moderno. **ILINX-Revista do LUME**, v. 1, n. 1, 2012.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica**. São Paulo: Hucitec; História Social da USP, 1997.

HISTÓRIA & OUTRAS ERÓTICAS (2020) – UMA OBRA URGENTE E NECESSÁRIA

HISTORY & OTHER EROTICS (2020) - AN URGENT AND NECESSARY WORK

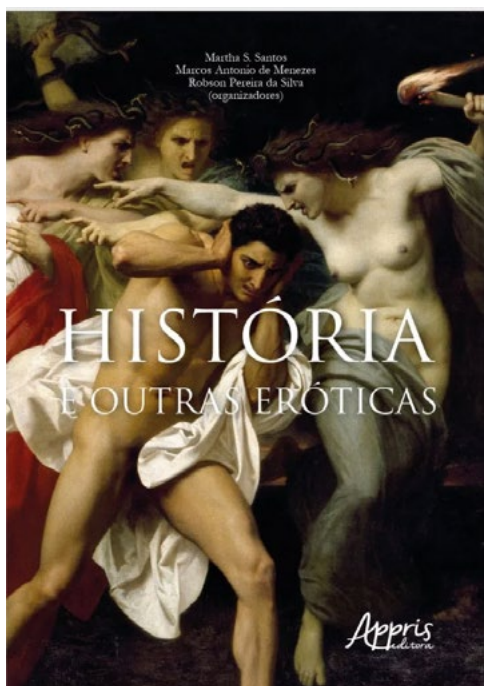
Natália Peres Carvalho¹

 <https://orcid.org/0000-0001-8881-1761>

Recebido em: 20 de março de 2021.
Aprovado em: 28 de abril de 2021.

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12801>

MENEZES, Marcos Antonio de; SANTOS, Martha S.; SILVA, Robson Pereira da (org.). **História & outras eróticas**. Curitiba: Appris, 2020.



*Ninguém vai poder, querer nos dizer como amar
Um novo tempo há de vencer
Pra que a gente possa florescer
E, baby, amar, amar, sem temer
Eles não vão vencer
- Johnny Hooker*

Apesar dos constates ataques que a educação e a ciência têm sofrido no Brasil, principalmente nos últimos anos, por conta da gestão genocida empreendida por Jair Bolsonaro bem como por todos os outros ignóbeis que se somam a ele, ainda assim é possível notar uma resistência por parte daqueles que não aceitam abaixar a guarda e continuam firmes na produção de um conhecimento que busca reflexões contínuas da sociedade atual e da pluralidade de indivíduos nela inseridos.

Desse desejo de resistir é que nasceu *História e outras eróticas* (2020), organizado por Martha S. Santos, Marcos Antonio de Menezes e Robson Pereira da Silva. A obra mostra a que veio logo em suas primeiras páginas, ao dar as boas-vindas aos leitores com uma citação do sociólogo inglês Anthony Giddens que, dentre outros assuntos, investiga as transformações contemporâneas e seus

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Goiás e mestranda no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Goiás. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9841094387536865> E-mail: nperescarvalho@gmail.com

reflexos nas relações amorosas e eróticas, e também com um trecho do single *God Control* (2019), de Madonna, que em sua música faz um manifesto contra o porte de armas nos Estados Unidos e relembra no clipe da canção o massacre² ocorrido em uma boate LGBT, no mesmo país.

A coletânea de textos que se seguem é inaugurada por Tamsin Spargo, que no primeiro capítulo do livro tece considerações abarcando sexo, gênero e sexualidade, partindo principalmente dessas temáticas para promover reflexões que vão desde o tratamento misógeno que observou em ambientes de trabalho dos quais fez parte até a maneira como a pornografia colabora para as representações sexualizadas de corpos hiperbólicos. Em seu texto, Spargo dialoga em grande medida com o filósofo Michel Foucault, umas das maiores referências no que diz respeito as temáticas de sexualidade e educação, bem como a relação destes com o poder. Ademais, a autora ainda relembra a publicação de seu ensaio *Foucault e a teoria queer* (1999), onde ela explora o modo como o pensamento do filósofo teria refletido na construção e entendimento da referida teoria.

Na sequência, Luisa Consuelo Soler Lizarazo reflete sobre as fronteiras sexuais que ainda perduram paralelamente a diversidade de gênero, sobretudo àquelas observadas em sociedades transculturais, ao mesmo tempo em que problematiza a ordem moral que continuamente busca impor um modelo de família funcional apenas à sistemas patriarcais e capitalistas. A autora faz um levantamento de como as questões relacionadas ao assunto foram observadas ao longo dos séculos e evidencia a importância do direito de se exercer a possibilidade de escolha de cada sujeito.

Ao longo do tempo tem-se observando a História e a ficção protagonizando discussões acaloradas que resultaram em mudanças e reestruturações no fazer historiográfico. Seguindo nessa linha de raciocínio, Peterson José de Oliveira constrói seu texto a partir da relação dos historiadores com a verdade e a ficção e traz para o leitor a novela, um gênero um tanto quanto subestimado e ainda pouco estudado. Para suas análises, Oliveira concentra seu trabalho principalmente a partir do uso da montagem e da polifonia, duas formas narrativas essenciais para a construção de *O mezz da gripe* (1998) de Valêncio Xavier que, por meio maneira de sua narrativa, mescla ficção e realidade e, por conseguinte, reflete sobre os efeitos de verdade presentes na novela.

No capítulo seguinte a autora Lúcia R. V. Romano promove reflexões importantes a respeito das intersecções entre as artes cênicas e o feminismo, elucidando a importância da história para a construção de um diálogo entre os dois campos e pontuando a colaboração cada vez mais notável da historiografia para os estudos feministas. Em seu texto, Romano deixa claro que muitas são as questões atuais envolvendo a história, o teatro e o pensamento feminista e abre espaço para se pensar o ativismo feminista, com ênfase no Madeirite Rosa, um coletivo teatral paulistano.

Outra linguagem artística colocada em pauta ao longo da obra *História e outras eróticas* (2020) é o cinema, abordado no texto de Grace Campos Costa e Lays da Cruz Capelozi, que trazem para os leitores um debate precioso sobre a representação feminina a partir da filmografia de Catherine Breillat. Em um texto bastante didático e rico em imagens, as autoras apresentam uma discussão que vai de encontro a um tabu ainda muito atual: o prazer feminino. Como objeto de estudo é analisado o filme *Romance X* (1999) e ao longo do texto, além de conhecer um pouco mais sobre o

2 O massacre na boate “Pulse” aconteceu em Orlando, no dia 12 de junho de 2016. Na data, Omar Mateen abriu fogo dentro do local e assassinou quarenta e nove pessoas e deixou cinquenta e três gravemente feridas.

cinema de Breillat também é possível compreender a forma como ela se posiciona antagonicamente aos estereótipos que ainda são observados no que diz respeito ao desejo feminino em representações cinematográficas.

No capítulo seguinte, Ana Lorym Soares faz um interessante paralelo entre a realidade a qual temos vivido e a distopia, lançando seu olhar para o romance *O conto da Aia* (1939), de Margaret Atwood. A autora explica que em outras obras de distopia o que se observa é um padrão onde os personagens principais são, na grande maioria das vezes, homens, de modo que no romance estudado, Margaret Atwood inova ao trazer uma mulher como personagem central da obra, fugindo dos padrões observado neste gênero da literatura. Desse modo, além de importantes reflexões a respeito da escrita feminina de Atwood, direito das mulheres e seus corpos enquanto campo de poder, Ana Lorym Soares ainda deixa evidente a importância de um olhar atento a realidade, a fim de que as distopias permaneçam no campo de conhecimento da ficção.

Também no campo da literatura, Marcos Antonio de Menezes, constrói seu texto a partir de romances e poesias, sendo que nas páginas que se seguem os leitores serão levados a refletir sobre a(s) representações do(s) feminino(s) na obra de Charles Baudelaire, levando em consideração questões postas em pauta pelo movimento feminista atualmente. Indo contra a grande maioria das produções literárias do século XIX, tecidas a partir da ótica masculina e burguesa, os leitores poderão conhecer um pouco mais sobre a estética, a recepção e as temáticas abordadas nos enredos de grandes obras, como *As flores do mal* (1857), de Baudelaire e *Madame Bovary* (1856), de Gustave Flaubert.

No capítulo seguinte, Robson Pereira da Silva, apresenta-nos ao subversivo Hélio Oiticica, um dos artistas mais completos e importantes da arte brasileira. No texto é apresentada e discutida a antiarte e a arte de subversão de Oiticica nos anos de 1960 e 1970, onde através da performance o mesmo combatia todo e qualquer autoritarismo institucionalizado. O texto é essencial para compreender as configurações do corpo como objeto inventivo bem como do uso da contraviolência de Hélio Oiticica, que se valia da arte para combater a repressão vivida no contexto da ditadura militar no Brasil.

O trabalho de ativistas/artistas negros *queer* no estado da Bahia é preconizado por meio do texto de Tanya Saunders, que a partir do seu estudo relacionado a discussões de gênero, raça e sexualidade debate de que maneira se tem observado a construção crescente do “não humano”. No capítulo, o retrocesso vivido atualmente no Brasil é colocado em xeque e debatido através da ótica da colonialidade, do afrofuturismo e da necropolítica, que de maneira cada vez mais pungente e perigosa busca ditar quem têm ou não importância em sociedade.

No capítulo seguinte, Martha S. Santos toca com coragem em uma ferida ainda aberta, especialmente, ao problematizar a importância da compreensão da instituição da escravidão no Brasil a fim de que se entenda de uma vez por todas os reflexos desta para a criação e manutenção de privilégios desfrutados por determinadas classes sociais em nosso país. Em seu texto, a autora busca fazer um rápido balanço historiográfico dos estudos ligados a escravidão nas últimas quatro décadas no Brasil além de apresentar seus estudos, concentrados no interior do Ceará, e dialogar intrinsecamente com os estudos de gênero ao refletir sobre a maneira pela qual mulheres e crianças

aparecem inseridas no processo da escravidão.

Com um olhar voltado também para a escravidão, Murilo Borges da Silva dialoga com o texto anterior ao abordar os relatos de viajantes no estado de Goiás, bem como as contribuições destes para a produção de corpos femininos negros e representações do feminino muitas vezes equivocadas. Em seu texto, Silva trabalha com os relatos de Saint-Hilaire (1975) e Johann Emanuel Pohl (1976) para verificar como as mulheres negras aparecem nestes relatos, através dos quais nota-se que há uma tentativa de silenciamento por parte dos viajantes em questão, que não raras vezes, faziam de seus escritos um lugar seletivo, tornando visível determinados fatos e invisíveis outros, da maneira como lhes era favorável e de acordo com aquilo que consideravam necessário.

Logo em seguida os leitores são postos frente a questões direcionadas principalmente aqueles que se dedicam a produção de conhecimento, pois Fábio Henrique Lopes lança um problema grave que diz respeito a maneira como muitas vezes utilizam-se de pessoas transsexuais e de outras identidades de gênero apenas como objetos de estudo. Partindo dessa colocação, o autor torna possível um olhar mais atento ao lugar de fala que cabe a nós, pesquisadores. Aqui, fica claro que é necessário que haja um repensar do fazer historiográfico e epistemológico de modo a não ferir o outro e deixa a todos uma breve, mas, importante advertência: “incluir, excluindo é fácil [...]” (LO-PES, 2020, p. 276).

O próximo capítulo é um nó na garganta, daqueles que a cada palavra lida cresce um pouco mais, pois logo de cara, Miguel Rodrigues de Sousa Neto e Diego Aparecido Cafola lançam alguns fatos que não podem ser ignorados: a heterossexualidade e a cisgeneridade compulsória tem acarretado na invisibilização e precarização da existência da população LGBTQI+ e, conseqüentemente, na sua eliminação física. Os autores afirmam que o conhecimento produzido na academia não tem ultrapassado seus muros e que os reflexos dos discursos construídos em cima de conservadorismos podem ser notados cada vez mais através da violência com que a população LGBTQI+ tem sido alvo constante. Em um texto tocante, os autores colocam em xeque a noção atual de humanidade e questionam o processo de exclusão de grupos marcados pela diferença, ou melhor, que as maiorias silenciadas têm sofrido.

No texto que se segue as problemáticas levantadas dialogam com estas do texto anterior, porém, são levadas para o espaço escolar ao demonstrar como a escola tem atuando como agente da normatividade. Neste capítulo, Aguinaldo Rodrigues Gomes problematiza a hierarquização e o silenciamento de corpos dissidentes por meio do discurso falacioso da “ideologia de gênero” difundida, inclusive, como uma das principais bandeiras levantadas e defendidas durante a eleição de Jair Bolsonaro. O autor reitera os ataques aos quais a educação tem sofrido no campo dos estudos de gênero e da educação sexual, além de expor o cerceamento de professores, aos quais os conservadores e reacionários tentam colocar em uma redoma cujas grades é a ignorância e o preconceito.

Por fim, o último capítulo traz aos leitores uma “greve selvagem” que resultou na derrota do capitalismo em uma luta protagonizada por estudantes e trabalhadores. Em seu texto, João Alberto da Costa Pinto aborda a Revolução do Maio de 1968, a mais importante revolução anticapitalista do século XX. Sua análise parte da trajetória política e teórica de Raoul Vaneigem e se expande para outros militantes que fizeram parte do movimento que ficou conhecido como Internacional Situacio-

nista (IS). De forma clara, Pinto explana o que levou dez milhões de trabalhadores e estudantes a frearem o capitalismo na França de forma totalmente espontânea e auto-organizada.

Dessa feita, levando em consideração o cenário hostil em que a produção de conhecimento científico se encontra em descrédito, como política de governo, bem como os ataques que as populações negras, indígenas, de mulheres e LGBTQI+, sobretudo àqueles sujeitos e sujeitas marcadas pela pobreza e precariedade da vida e do mundo do trabalho tem sofrido cotidianamente com as políticas de morte e indiferença, conclui-se que a coletânea de textos reunida em *História e outras eróticas* (2020) além de sinônimo de resistência é também um contributo a produção intelectual que se preocupa em pensar, refletir e problematizar os campos de estudo da política, raça, femininos e performatividades de gênero. Nas páginas desta obra, os leitores irão encontrar questionamentos relevantes acerca de temas atuais e necessários, fazendo com que a obra se configure como um alento a defesa dos direitos humanos, revestido de esperança, força e coragem para continuar na luta por igualdade.

Referências

LOPES, Fábio Henrique. Efeitos de uma experimentação político-Historiográfica com travestis da primeira geração. Rio de Janeiro. In: MENEZES, Marcos Antonio de; SANTOS, Martha S.; SILVA, Robson Pereira da (org.). **História & outras eróticas**. Curitiba: Appris, 2020.

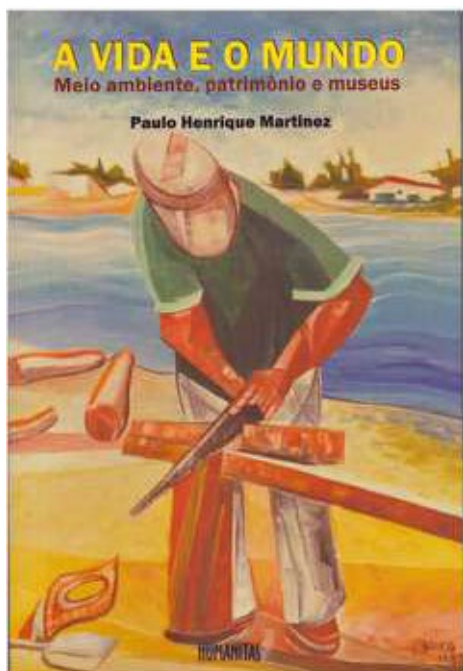
MENEZES, Marcos Antonio de; SANTOS, Martha S.; SILVA, Robson Pereira da (org.). **História & outras eróticas**. Curitiba: Appris, 2020.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM MUSEUS

ENVIROMENTAL HISTORY IN MUSEUMS

Cíntia Verza Amarante¹ <https://orcid.org/0000-0003-4352-4392>Recebido em: 26 de fevereiro de 2021.
Aprovado em: 28 de abril de 2021. <https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12693>

MARTINEZ, Paulo Henrique. **A vida e o mundo**: meio ambiente, patrimônio e museus. São Paulo: Humanitas, 2020.



Estabelecer conexões concretas entre as potencialidades de ação educativa dos patrimônios e museus com o meio ambiente foi o desafio do historiador Paulo Henrique Martinez em seu mais recente trabalho *A vida e o mundo: meio ambiente, patrimônio e museus*. Publicado em 2020 pela editora Humanitas, o livro reúne textos de diferentes naturezas escritos pelo autor em sua extensa trajetória de pesquisa e ensino voltada a cooperação técnica, cuja atuação permeou universidades, Câmara dos Deputados, conselhos municipais, organizações não-governamentais, entre muitos outros.

A reunião das produções entre os anos de 2003 e 2017, demonstra a atuação deste historiador diante os acontecimentos que atravessaram as áreas de meio ambiente, patrimônio e museus. A variedade do material, entre capítulos de livros, artigos de revista científica, resenhas de obras publicadas, artigos em revista universitária e jornais locais, evidencia um trabalho atento às transformações do presente e da vida cotidiana, além da preocupação em ampliar o acesso aos conhecimentos produzidos na

1 Mestranda em História pela Universidade Estadual Paulista, UNESP, câmpus de Assis. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8845494592325213>. E-mail: cintia.amarante@unesp.br

universidade e nas instituições culturais ao público geral.

Nesses moldes, a primeira parte do livro denominada *Museus e mudança social* procura delinear um diagnóstico da situação dos museus no Brasil, no momento da escrita dos textos. Partindo de questões do presente e da esfera local, Martinez articula os acontecimentos com documentos, instituições e agendas nacionais e internacionais tal como a Política Nacional de Museus (2003), o Conselho Internacional de Museus (1946) e a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS, 2005-2014).

A sensível tarefa de repensar o processo de desenvolvimento, sobretudo mediante as significativas transformações no meio ambiente, analisando e promovendo a distribuição de seus benefícios ao conjunto da sociedade global, exige tratar as especificidades culturais, de gênero, classe social e raça. O desenvolvimento sustentável, conceito orientador no século XXI, contempla com atenção este último aspecto do desenvolvimento humano, emergindo as demandas de formação de cidadãos, geração de emprego, combate à pobreza, igualdade de gênero e acesso à educação e saúde de qualidade.

Qual o potencial dos museus na educação para o desenvolvimento sustentável? As diretrizes estabelecidas em documentos internacionais tal como a Agenda 21, elaborada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, documento gerador da já mencionada DEDS e, atualmente, da Agenda 2030 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015-2030) encontram um fértil terreno nos patrimônios ambiental e cultural presente nos museus. A cultura, protagonista nas atividades museológicas, é uma das bases do desenvolvimento sustentável pois concentra os mecanismos e finalidades do desenvolvimento.

Vida humana e não humana se encontram em um mundo diversificado, identificado por valores, crenças, saberes, técnicas, instrumentos de produção e consumo que se estabelecem em meio as harmonias e conflitos entre estes dois universos profundamente conectados. A reordenação das atividades humanas e o meio ambiente, o “pensar ecológico” é, para Martinez, parte do trabalho de profissionais das ciências sociais, em geral, e dos historiadores, em particular, que atuam em instituições museológicas.

Atento às transformações do tempo presente, o caráter de experimentação proporcionado pelos museus em exposições e acervos apresentam um novo plano de realidade com o aprimoramento dos usos dos recursos naturais e do capital humano. Parece ser esta a participação institucional de parques e museus no desenvolvimento sustentável, a preservação, valorização, pesquisa e comunicação da cultura material e imaterial e dos patrimônios ambientais. Articulados, garantem a cidadania, inclusão social e vida digna a toda população.

Estas características ganham maior expressão quando vinculados à cultura indígena no Brasil. A Lei nº11.645 de 2008 institucionaliza a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena nos currículos escolares da educação básica e superior. O patrimônio indígena, fundamental para a constituição e conhecimento da história do Brasil, encontra debates fecundos e atuais na segunda parte do livro *Patrimônio indígena no Brasil*. A localização dos elementos indígenas na sociedade brasileira constitui um dos primeiros passos para o conhecimento da história nacional.

A rivalidade dos discursos hoje predominantes, como aquele vivido pela Aldeia Maracanã, no

Rio de Janeiro, nos auspícios da Copa do Mundo, corresponde aos conflitos de narrativas de dominação enraizadas no cotidiano brasileiro. As diferentes simbologias presentes nessa experiência narrada na obra, o futebol, a hostilidade com os indígenas, o desenvolvimento econômico no qual os grupos tradicionais são vistos como obstáculos naturais e o autoritarismo da política nacional, são explicativas para compreensão da realidade

O sincretismo no uso da palavra “Maracanã” e a luta pela permanência da aldeia indígena naquela região do Rio de Janeiro complementa aquilo que já havia observado o historiador Caio Prado Jr sobre o passado vivo no cotidiano dos brasileiros. Os aspectos coloniais dessa experiência no Brasil, faz aquele “lugar de memória” converter o passado sua forma de resistência e respeito ao compreender os processos no qual deram origem a esta sociedade tão diversificada.

Em todas as situações discutidas, seja nos museus municipais, exposições itinerantes, centros culturais ou universidades, Martinez conduz a educação como inerente às transformações para o século XXI. Em consonância com documentos legislativos e acordos institucionais como as citadas Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI) e a Convenção sobre Diversidade Biológica, a afirmação e o reconhecimento da cultura e dos direitos dos povos indígenas, a inclusão na vida social, a garantia de participação nos planos de gestão é diretamente dependente de um processo educativo que valoriza a cultura, a natureza, as mulheres, a cooperação e a democracia.

O Parque do Xingu e o Museu do Índio no Rio de Janeiro são alguns exemplos concretos desses anseios que relembram a trajetória violenta da colonização e preservam a cultura e a memória dos grupos indígenas. Para além destas instituições, as universidades também desempenham função importante com o desenvolvimento de disciplinas que abordem os temas, no gerenciamento de museus universitários, na formação de profissionais qualificados e na inserção destes grupos no ambiente universitário.

Apresentando a “Universidade da Selva” como ficou proclamada a Universidade Federal do Mato Grosso através de uma resenha da obra *Museu Rondon: Antropologia e indigenismo na Universidade da Selva* da antropóloga Maria Fátima Roberto Machado, Martinez testemunha os aspectos institucionais da identificação e preservação da cultura material e imaterial na universidade. Estas instituições acompanham os processos de formação intelectual e produção de conhecimentos em conjunto com os museus, embora os últimos tenham sua data de nascimento anterior às primeiras, no Brasil. Este fato, no entanto, reforça as complementaridades entre ambas e os benefícios do trabalho conjunto, adicionando, ainda, a escola de educação básica.

As perspectivas de trabalho nos museus para a abertura de temas relacionados ao meio ambiente, principalmente para a constituição da história dos municípios, destacam o valor do patrimônio indígena. Os processos de formação nacional em seus aspectos econômicos, sociais e políticos esbarram com a trajetória desses povos cujos reflexos ainda permeiam no século XXI. A PNGATI foi um material analisado para demarcar os complexos desafios de preservação e recuperação dos recursos naturais e o reconhecimento da propriedade intelectual e do patrimônio genético. A educação ambiental e indigenista é definida como a principal estratégia destes objetivos, beneficiando não apenas a população indígena, mas todos os cidadãos.

A partir dos exemplos observados, o volume encerra com um caráter pedagógico de demonstração prática das potencialidades da educação patrimonial e ambiental na formação da cidadania. Uma organização documental para auxiliar historiadores, em especial aqueles dedicados à História Ambiental, aos profissionais da área de museus e professores de educação básica e superior, que permite visualizar as narrativas presentes nos objetos e paisagens como fontes de observação e pesquisa histórica.

O significado cultural da alta produção de carrancas, marcante na paisagem do São Francisco, os processos de utilização deste rio para transporte e comércio, a formação da cidade e da cultura material, dos valores, saberes e comportamentos da população da região são demonstrativos da promoção do patrimônio na construção do conhecimento histórico. Os objetos cotidianos, como o automóvel e os elementos da cultura afro-brasileira também são destacados como mecanismos para compreender a organização da vida social, os processos de industrialização e seus efeitos, principalmente nos centros urbanos.

A pandemia de COVID-19 colocou em evidência as consequências do modelo industrial globalizado na vida humana e não humana. O surgimento de novas doenças, a perda de ecossistemas e da biodiversidade desloca a atenção para fora das cidades e marca os estreitos vínculos entre seres humanos e natureza. Esta experiência demonstra os sintomas de um planeta cujos padrões da vida atual não consegue sustentar e no qual deve-se estar atento. Como observou Donald Worster, todas as epidemias ao longo da história tiveram origem onde o equilíbrio com a natureza estava abalado.

Em sua argumentação sobre o patrimônio indígena, Martinez reforça o utilitarismo como obstáculo para a proteção desses povos e do meio ambiente. Percebe-se que esta perspectiva atravessa diferentes dimensões da vida humana, atribuindo valores distintos, muitas vezes alimentados pelo objetivo do crescimento econômico. Assim, os recursos naturais são destruídos, os objetos musealizados perdem a importância em sua função prática e se fortalece a narrativa dos museus “viverem do passado”. São para estes critérios que a pandemia exige observação, pois escancarou as desigualdades sociais e a crise ambiental da atualidade.

Ao mesmo tempo o isolamento social, para impedir a propagação da doença, fortaleceu os meios de comunicação e incentivou as instituições culturais a se renovarem para acompanhar as novas demandas. As redes sociais se tornaram ferramentas apropriadas pelos museus. A 14^o dos Primavera dos Museus, em 2020, trouxe como tema *Mundo Digital: museus em transformação* e convidou os profissionais a pensar a inserção destas instituições nos novos mecanismos de comunicação. Martinez nos mostra que as possibilidades de atuação são muitas e trazem consigo resultados positivos à sociedade.

Ao demonstrar os frutíferos e os frustrantes trabalhos que presenciou ao longo de sua carreira, transmite um apelo para a expansão das instituições que já existem e para a valorização e o investimento daquelas que ainda não tem usufruído de seu potencial. Demonstra com clareza os benefícios da cooperação nas dimensões individuais, institucionais e sociais do trabalho. A leitura da obra é direcionada aos profissionais da educação e museus, em etapas de formação inicial ou continuada, para vislumbrarem os contextos no qual fazem parte, integrar e valorizar os conhecimentos locais e aplicar essas ações em todas as oportunidades que vierem à frente.

Os desafios emergentes já visíveis neste século e aqueles que ainda estão por vir convergem na ação educativa como ferramenta fundamental. O trabalho educativo dos museus na promoção da cidadania e da preservação do patrimônio cultural e ambiental convergem com as diretrizes de ação internacional, fortalecendo, ainda, a cooperação para o desenvolvimento sustentável.

Referências

MARTINEZ, Paulo Henrique. **A vida e o mundo**: meio ambiente, patrimônio e museus. São Paulo: Humanitas, 2020.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

WORSTER, Donald. Otra primavera silenciosa. **Historia Ambiental Latioamericana y Caribeña**, v. 10, ed. sup. 1, p. 128-138, 2020. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/issue/view/40> Acesso em: 26 fev. 2021.

PARECERISTAS DESTA EDIÇÃO

REVIEWERS OF THIS ISSUE

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.13137>

albuquerque: revista de história. Aquidauana, v. 13, n. 25, jan./ jun. 2020.

Colaboraram com este periódico nos pareceres dos manuscritos submetidos pelo sistema de avaliação dupla às cegas por pares (Double-Blind Peer Review):

Collaborated with this journal in the manuscripts reviews by Double-Blind Peer Review:

Ana Carolina Hecht (*ad hoc*) - Universidad de Buenos Aires (UBA)/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina

Danilo Alves Bezerra (*ad hoc*) - Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Brasil

Fábio Silva Sousa (*ad hoc*) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil

Juan Manuel Engelman Garreta (*ad hoc*) - Universidad de Buenos Aires (UBA)/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina

Mariana Andrea Schmidt (*ad hoc*) - Universidad de Buenos Aires (UBA)/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina

Miguel Rodrigues de Sousa Neto - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil

Pedro Spinola Pereira Caldas (*ad hoc*) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil

Robson Pereira da Silva - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil

Zélia Lopes da Silva - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil